



**UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA**  
**“JÚLIO DE MESQUITA FILHO”**  
Campus de Presidente Prudente

MARYNA VIEIRA MARTINS ANTUNES

**AGRICULTURA E ORGANIZAÇÃO ESPACIAL DOS DISTRITOS MUNICIPAIS:  
ESTUDO DE CASO EM JAMAICA E JACIPORÃ/DRACENA (SP)**



Presidente Prudente  
2016



**UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA**  
**“JÚLIO DE MESQUITA FILHO”**  
Campus de Presidente Prudente

**AGRICULTURA E ORGANIZAÇÃO ESPACIAL DOS DISTRITOS MUNICIPAIS:  
ESTUDO DE CASO EM JAMAICA E JACIPORÃ/DRACENA (SP)**

Maryna Vieira Martins Antunes

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Geografia da Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade Estadual Paulista, como requisito parcial para a obtenção do título de Mestra em Geografia.

Área de concentração: Produção do Espaço Geográfico.

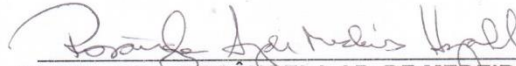
Linha de pesquisa: Dinâmicas agrárias, políticas públicas e desenvolvimento regional.

Orientadora: Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Rosangela Ap. de Medeiros Hespagnol.



Presidente Prudente  
2016

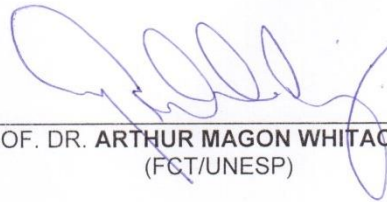
**BANCA EXAMINADORA**



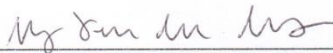
PROFA. DRA. ROSÂNGELA AP. DE MEDEIROS HESPANHOL  
ORIENTADORA



PROFA. DRA. DARLENE AP. DE OLIVEIRA FERREIRA  
(UNESP/RIO CLARO)



PROF. DR. ARTHUR MAGON WHITACKER  
(FCT/UNESP)



MARYNA VIEIRA MARTINS ANTUNES

Presidente Prudente (SP), 12 de fevereiro de 2016.

RESULTADO: Aprovada

## FICHA CATALOGRÁFICA

Antunes, Maryna Vieira Martins.  
A643a Agricultura e organização espacial dos distritos municipais: estudo de caso em Jamaica e Jaciporã/Dracena (SP) / Maryna Vieira Martins Antunes. - Presidente Prudente: [s.n.], 2016  
192 f.

Orientadora: Rosangela Aparecida de Medeiros Hespanhol

Dissertação (mestrado) - Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Ciências e Tecnologia  
Inclui bibliografia

1. Organização espacial. 2. Distritos municipais. 3. Agropecuária. 4. Jamaica/Dracena-SP. 5. Jaciporã/Dracena/SP. I. Hespanhol, Rosangela Aparecida de Medeiros. II. Universidade Estadual Paulista. Faculdade de Ciências e Tecnologia. III. Título.

## AGRADECIMENTOS

Ao longo dos anos de estudo, na graduação e na pós-graduação, nas conversas com os colegas percebemos que a ação de escrever os agradecimentos evoca diferentes tipos de sentimentos nos estudantes, mas, geralmente a sensação de finalização, de ter alcançado o fechamento de uma fase. É um ato simbólico, representa a primeira etapa do rito de passagem que percorre a defesa pública e vai até a entrega final e o recebimento do título e, principalmente, evidencia aqueles que ficam nos “bastidores” do nosso trabalho acadêmico e, por isso, nos faz recordar de diversos momentos e lugares, logo, de pessoas sem as quais não seria possível este feito.

Nesse sentido, expresso aqui meus sinceros agradecimentos a todas e todos que contribuíram direta ou indiretamente para a conclusão desta pesquisa, que também representa uma etapa de intenso amadurecimento e aprendizado acadêmico e pessoal e peço desculpas se, por traição da memória, não forem mencionados.

Agradeço, em primeiro lugar, às moradoras e moradores dos distritos de Jamaica e Jaciporã pela gentileza em participar e proporcionar a realização desta pesquisa.

À Professora Rosangela Hespanhol, pela oportunidade e confiança de iniciar os caminhos da pesquisa científica ainda nos primeiros anos da graduação, por ter me levado a conhecer a Região de Dracena com o olhar científico e por ter me guiado nesse percurso, pela orientação dedicada, paciente e com liberdade. Agradeço também todos os momentos de estímulo diante de inseguranças, incertezas e desânimo, dentre os quais ressalto os primeiros meses sem financiamento para a pesquisa e o incentivo para tentar uma bolsa de estágio de pesquisa no exterior.

À Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP) pelo financiamento do estudo, propiciando, devido ao apoio financeiro, a dedicação exclusiva, a execução dos trabalhos de campo e a ida a eventos científicos, além de oferecer, por meio de seus pareceristas, um meio rigoroso de avaliação de nosso trabalho. Agradeço também a concessão da Bolsa de Estágio de Pesquisa no Exterior (BEPE) que trouxe ganhos acadêmicos e pessoais à minha trajetória.

Aos Professores Carlos de Castro Neves Neto e Arthur Whitacker pelas valiosas, cuidadosas, profundas e precisas contribuições realizadas no Exame de Qualificação, que me deram fôlego e incentivo para continuar o trabalho.

À Professora Darlene Ferreira e ao Professor Arthur Whitacker pela dedicada participação na Banca de Defesa da dissertação, pelas apreciações competentes, críticas e instigantes.

À Professora Claudia Mikkelsen por ter me recebido em Mar del Plata/Argentina e supervisionado o Estágio de Pesquisa no Exterior com muita atenção e cuidado e a todas e todos os membros do Grupo de Estudios sobre Población y Territorio (GESPyT) da Universidad Nacional de Mar del Plata (UNMDP) por propiciarem uma estadia prazerosa e enriquecedora e à Guadalupe Amenta pela recepção tão carinhosa em sua casa.

Ao Professor Antonio Nivaldo Hespanhol por suas contribuições ao longo dos encontros do Grupo de Estudos Dinâmica Regional e Agropecuária (GEDRA), e em especial pela leitura do projeto de pesquisa durante a disciplina “Organização do Trabalho Científico I”, do Programa de pós-graduação em Geografia da FCT/UNESP, ainda na primeira semana do curso de Mestrado, suas observações foram cruciais para começar o percurso de forma mais acertada.

Aos professores e professoras do Programa de pós-graduação em Geografia da FCT/UNESP, em especial ao Nécio Turra Neto, Ruth Kunzli, Rosangela Hespanhol, Antonio Nivaldo Hespanhol e Antonio Lázaro Sant’Anna (Unesp-Ilha Solteira), nas disciplinas cursadas aprendi muito.

Aos funcionários e funcionárias da FCT/UNESP, em especial aos da seção de pós-graduação e escritório de pesquisa, pela competência e empenho no atendimento das nossas demandas.

Aos familiares que compreendem as ausências e que sempre torcem por mim.

Aos membros do GEDRA pela convivência no grupo de pesquisa que com toda certeza oferece uma experiência muito positiva na universidade. Tenho medo de nomeá-los e me esquecer de alguém, mas não posso deixar de citar o Fernando, Flávio, Carlos, Ellen, Aline, Jânio, Eliane, Douglas, Juniele, Elicardo, Claudinei, Marleide, Larissa, Vânia e Roberta.

Rememoro ainda as viagens aos congressos: em Rio Claro/SP com boa parte do grupo, em Vitória/ES com quem contei com a companhia da Roberta e da Larissa e em Natal/RN com a Vânia e a Marleide, ocasiões que se tornaram inesquecíveis pelo que aprendi nos eventos científicos, pela experiência de conhecer lugares novos e também por aqueles que me acompanharam.

Nesse sentido, agradeço também à colega do mestrado, Rizia pela companhia na viagem à Barreiras/BA.

Em especial agradeço à Larissa, Roberta e Vânia por compartilhar as alegrias e dores de ser estudante e tornar o mestrado mais divertido.

Aos amigos da pós-graduação em Educação, Jorge, Elaine e Vagner pelos momentos de descontração e debates sobre os mais diversos assuntos que me ensinaram muito.

Aos também pós-graduandos e amigos Jéssica, Danilo e Stefany. Quatro mestrandos de quatro áreas diferentes (Geografia, Educação, Engenharia e Antropologia) se encontram em Maringá/PR, pelas chances de espontaneidade como esta.

À Jéssica por sua amizade generosa que entrou na minha vida coincidentemente junto ao mestrado, dotando-o de mais um significado especial.

Ao Elicardo por ter me ensinado tanto nas nossas infinitas e desconexas conversas, sua amizade leve e divertida me ajudou a seguir nesse caminho.

À Carol que nos nossos encontros, mesmo cada vez mais desencontrados, sempre me escutou desabafar e em quem eu sempre encontro uma palavra de incentivo, conforto, sem nunca perder o bom humor.

À Keith pelas horas e horas de debates sobre tantos e tantos assuntos, desde nossas áreas de estudo até mesmo aqueles sobre os quais não entendíamos nada, mas que rendiam grandes teorias e, principalmente, pelas nossas discussões sobre música, uma das nossas paixões em comum, elemento que torna a vida mais fácil e em muitos momentos dá sentido a ela, além de substituir as palavras. Muito do que está aqui devo a você e à música. Agradeço por cada momento de estímulo e encorajamento, por acreditar que eu poderia sempre avançar, ir em frente e me mostrar que não havia nada de mal em errar, desde que eu soubesse aproveitar as novas chances de acertar.

## RESUMO

O objetivo geral desta dissertação é realizar o levantamento, a compreensão e a reflexão das características econômicas, sociais e culturais engendradas na organização espacial dos distritos municipais de Jamaica e Jaciporã/Dracena/São Paulo, decorrentes das mudanças verificadas no setor agropecuário regional. Nossa problemática foi construída a partir da hipótese inicial de que a substituição da cafeicultura – central no processo de ocupação e formação dos núcleos estudados – por outros tipos de exploração agropecuária – especialmente a cana-de-açúcar – implicou em diferentes alterações nas funções exercidas e no cotidiano dos distritos. Em termos de metodologia, foi realizado um estudo de caso nos distritos de Jamaica e Jaciporã, cujas etapas incluíram revisão bibliográfica, sistematização de dados de fonte secundária e pesquisa de campo com a aplicação de questionário socioeconômico e realização de entrevistas semiestruturadas com os moradores, buscando a produção de dados e informações de natureza qualitativa e quantitativa. Os resultados obtidos nos permitiram verificar que as mudanças, sobretudo no que diz respeito à estrutura fundiária e às relações de trabalho, fizeram com que a agropecuária influenciasse menos na organização espacial dos distritos, que se tornaram espaços, majoritariamente, destinados ao uso residencial para a população empregada no setor de serviços na cidade de Dracena. Constatamos também que houve diminuição da população vivendo nos distritos e, principalmente, no entorno – áreas do rural disperso, em consequência da decadência do café. Com isso Jamaica e Jaciporã passam a se caracterizar pela baixa densidade populacional; econômica; e de redes técnicas, pois perdem as funções relacionadas à organização do espaço agrícola do complexo cafeeiro. Ocorre um processo de “envelhecimento das formas” associadas ao café e alguns processos de refuncionalização podem ser notados no sentido, principalmente, de qualificar o uso residencial e de prestação de serviços públicos. Nos distritos nota-se que a ruralidade ultrapassa o (setor) agrícola e é marcada pela convivência, proximidade e laços de parentesco entre os moradores e pelas estratégias “solidárias” desenvolvidas pela população a fim de alcançar amenidades no cotidiano, solução de conflitos e melhorias nos distritos, por meio das articulações e reivindicações políticas perante a administração municipal.

Palavras-chave: Organização espacial. Distritos municipais. Agropecuária. Ruralidades. Jamaica e /Dracena-SP. Jaciporã/Dracena/SP

## ABSTRACT

The overall objective of this work is to survey, understand and reflect on the economic, social and cultural characteristics engendered in the spatial organization of the municipal districts of Jamaica and Jaciporã / Dracena / São Paulo, resulting from changes in the regional agricultural sector. Our problem was built from the initial hypothesis that the substitution of coffee - central to the process of occupation and formation of the studied cores - for other types of agricultural exploitation - especially the sugarcane - resulted in various changes in the roles and the daily life of districts. In terms of methodology, we conducted a case study in the districts of Jamaica and Jaciporã. The steps were literature review, systematization of secondary data and field research with the application of socioeconomic questionnaire and carrying out semi-structured interviews with residents seeking production data and information qualitative and quantitative. The results allowed us to verify that the changes, especially with regard to land ownership and labor relations, ended up making the agricultural influence less in the spatial organization of districts, which have become spaces, mostly intended for residential use for the population employed in the service sector in the city of Dracena. We also note that there was a decrease of the population living in the districts and especially in the vicinity - the dispersed rural areas, due to the decline of coffee. With that Jamaica and Jaciporã come to be characterized by low population density; economic; and technical networks, as they lose the functions related to the organization of the agricultural area of the coffee complex. Is a process of "aging forms" associated with coffee and some refunctionalization processes can be noticed in the direction primarily to qualify residential use and public services. In the districts the ruralities is more than agriculture, is characterized by the coexistence, proximity and kinship ties between the residents and the strategies "solidarity" developed by the population in order to achieve amenities in everyday life, conflict resolution and improvements in the districts, because there union to political demands for municipal administration.

**Keywords:** Municipal districts. Spatial organization. Agriculture. Ruralities. Jamaica/Dracena/SP-Brazil. Jaciporã/Dracena/SP-Brazil.

## **LISTA DE FIGURAS**

Figura 1: Tronco Oeste da Companhia Paulista de Estradas de Ferro (em destaque) (1970). .	76
Figura 2: Trajeto Presidente Venceslau - Jaciporã- Andradina.....	81
Figura 3: Setores censitários rurais do Município de Dracena/SP .....	94

## LISTA DE FOTOGRAFIAS

Fotografia 1: Jardineira que realizava o trajeto Dracena-Jaciporã no ano de 1948.....	86
Fotografia 2: Inauguração da Estrada de Jamaica e Marrequinhas (1952).....	86
Fotografia 3: Salão de Cabelereiro em Jaciporã.....	115
Fotografia 4: Posto de Saúde de Jamaica e telefone público.....	117
Fotografia 5: : Instituições públicas em Jaciporã e telefone público.....	117
Fotografia 6: Barracão de uso agrícola em condição de abandono em Jamaica. ....	124
Fotografia 7: Utilização de carroças em Jamaica. ....	124
Fotografia 8: Casa com cômodos agregados em Jaciporã.....	131
Fotografia 9: Residência com construção mais recente em Jamaica.....	131
Fotografia 10: Casa com alpendre em Jamaica. ....	132
Fotografia 11: Banco de alvenaria na calçada em Jaciporã.....	132
Fotografia 12: Praça de Jaciporã. ....	135
Fotografia 13: Praça de Jamaica.....	135
Fotografia 14: Festa do aniversário de Jamaica (2013).....	136
Fotografia 15: Festa do aniversário de Jaciporã (2013). ....	137
Fotografia 16: Antenas de Internet e de TV por assinatura em Jaciporã.....	157
Fotografia 17: Pichação no banheiro da praça em Jaciporã. ....	158
Fotografia 18: Sede e barracão da Associação J.Marques (em reforma). ....	162
Fotografia 19: Moradores de Jaciporã protestam pela reforma da Ponte sobre o Córrego Kaingangs (estrada para Ribeirão dos Índios) - (2012).....	168
Fotografia 20: Condições das vias não pavimentadas em Jaciporã.....	170

## LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1: Jaciporã: Sexo dos respondentes. ....	41
Gráfico 2: Jaciporã: faixa etária dos respondentes. ....	41
Gráfico 3: Jaciporã: Escolaridade de acordo com a faixa etária dos respondentes. ....	42
Gráfico 4: Jamaica: Sexo dos respondentes. ....	42
Gráfico 5: Jamaica: faixa etária dos respondentes.....	43
Gráfico 6: Jamaica: Escolaridade de acordo com a faixa etária dos respondentes (%). ....	43

## **LISTA DE IMAGENS**

Imagem 1: Captura de tela da reportagem “Moradores de Jaciporã, distrito de Dracena, pedem asfaltos nas ruas” (28/04/2014). .....	169
---	-----

## LISTA DE MAPAS

Mapa 1: Localização do recorte espacial da pesquisa: Dracena/São Paulo/Brasil.....	35
Mapa 2: Distrito de Jaciporã: número de questionários aplicados (2014). ....	38
Mapa 3: Distrito de Jamaica: número de questionários aplicados (2014).....	39
Mapa 4: Região de abrangência da Associação de Municípios da Nova Alta Paulista (AMNAP).....	72
Mapa 5: Província de São Paulo (1868). ....	75
Mapa 6: Distritos e bairros rurais do Município de Dracena/SP.....	79
Mapa 7: Volume Diário Médio (VDM) em rodovias estaduais do Estado de São Paulo - 2007 .....	91
Mapa 8: Localização do município de Dracena na Microrregião Geográfica de Dracena.....	97
Mapa 9: Localização da 10ª Região Administrativa do Estado de São Paulo.....	99
Mapa 10: A "Diagonal Paulista" .....	100
Mapa 11: Localização da Usina Dracena e das áreas de cultivo de cana-de-açúcar no município de Dracena/SP .....	113
Mapa 12: Uso do solo em Jamaica/Dracena-SP (2014). ....	129
Mapa 13: Uso do solo em Jaciporã/Dracena-SP (2014).....	130
Mapa 14: Localización del Partido General Pueyrredon, Buenos Aires, Argentina. ....	147

## LISTA DE QUADROS

Quadro 1: Entrevistas realizadas .....	45
Quadro 2: Definições oficiais de Cidade, Urbano, Rural e Município/Departamento no Brasil e na Argentina.....	67
Quadro 3: Municípios da Nova Alta Paulista: distritos e emancipação. ....	78
Quadro 4: Origem dos moradores que residem há mais de 45 anos nos distritos municipais de Jamaica e Jaciporã (%). ....	83
Quadro 5: Origem dos moradores que residem há menos de 25 anos nos distritos municipais de Jamaica e Jaciporã (%). ....	95
Quadro 6: Grupos e categorias do Índice Paulista de Responsabilidade Social.....	103
Quadro 7: Síntese da periodização da organização espacial dos Distritos municipais de Jamaica e Jaciporã e da Região de Dracena entre os anos de 1930 e 2015.....	120
Quadro 8: Famílias contempladas com Programas de transferência de renda presentes em Jamaica e Jaciporã (entre os moradores pesquisados) (%). ....	161

## **LISTA DE QUADROS FOTOGRÁFICOS**

Quadro fotográfico 1: Estabelecimentos comerciais de Jaciporã.....	133
Quadro fotográfico 2: Estabelecimentos comerciais de Jamaica. ....	133
Quadro fotográfico 3: Prédio das subprefeituras de Jamaica e Jaciporã. ....	161

## LISTA DE TABELAS

Tabela 1: Produção (ton) e área plantada (ha) de café na Microrregião Geográfica de Dracena-SP (1970, 1975, 1980, 1985, 1995/96 e 2006). .....	87
Tabela 2: População total, urbana e rural da Microrregião e do Município de Dracena/SP (1970-2010). .....	92
Tabela 3: População total, urbana e rural dos distritos do Município de Dracena .....	93
Tabela 4: População da Microrregião Geográfica de Dracena (2010). .....	98
Tabela 5: PIB dos municípios da Microrregião Geográfica de Dracena e participação por setor econômico (%) (2012). .....	98
Tabela 6: Renda <i>per capita</i> (reais) e Índice de Gini da Microrregião Geográfica de Dracena (2000-2010). .....	102
Tabela 7: Programa Bolsa Família na Microrregião Geográfica de Dracena (Valores em reais) Fev. 2015. ....	103
Tabela 8: Número de benefícios previdenciários emitidos (dezembro) e valor dos benefícios na Microrregião Geográfica de Dracena (2014). .....	104
Tabela 9: Área plantada (ha) e quantidade produzida (ton.) de Cana-de Açúcar (2007-2012). .....	108
Tabela 10: Número e área dos estabelecimentos agropecuários da agricultura familiar e não familiar no município de Dracena, na Microrregião Geográfica e no Estado de São Paulo (2006). .....	111
Tabela 11: Número de estabelecimentos agropecuários e área ocupada no município de Dracena (1995/96 – 2006). .....	111
Tabela 12: Local de utilização frequente de serviços de saúde públicos (%) pelos moradores de Jamaica e Jaciporã. ....	118
Tabela 13: Local onde realiza compras básicas (%) moradores de Jamaica e Jaciporã. ....	134
Tabela 14: Ocupação da população entre 18 e 64 anos (2014) – moradores de Jamaica e Jaciporã. ....	139
Tabela 15: Local de emprego dos moradores de Jamaica e Jaciporã (2014) .....	139
Tabela 16: Setores de emprego/Atividades desempenhadas pelos moradores de Jamaica e Jaciporã. ....	140

## LISTA DE SIGLAS

AIC - Acordo Internacional do Café  
ALL - América Latina Logística  
AMNAP - Associação dos Municípios da Nova Alta Paulista  
APRD - Associação de Produtores Rurais de Dracena  
BEPE - Bolsa Estágio de Pesquisa no Exterior  
CAPES - Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior  
CDHU - Companhia de Desenvolvimento Habitacional e Urbano  
CNPQ - O Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico  
COIMMA - Comércio e Indústria de Madeira e Metalúrgica São Cristóvão LTDA  
CONAB - Companhia Nacional de Abastecimento  
CONTAG - Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura  
EMDAEP - Empresa de Desenvolvimento, Água, Esgoto e Pavimentação de Dracena  
FAPESP - Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo  
FCT/UNESP - Faculdade de Ciências e Tecnologia/ Universidade Estadual Paulista  
FEPASA - Ferrovia Paulista Sociedade Anônima  
FERROBAN - Ferrovia Bandeirantes  
FUNAI - Fundação Nacional do Índio  
GEDRA - Grupo de Estudos Dinâmica Regional e Agropecuária  
GESPyT - Grupo de Estudios Sobre Población y Territorio  
IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística  
IEA - Instituto de Economia Agrícola  
IPTU - Imposto Predial e Territorial Urbano  
ITR - Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural  
J.MARQUES - Associação J.Marques dos Trabalhos de Jaciporã  
MAB - Movimento dos Atingidos por Barragens  
MAST - Movimento dos Agricultores Sem-Terra  
MDS - Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome  
MPA - Movimento dos Pequenos Agricultores  
MST - Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra  
PAA - Programa de Aquisição de Alimentos  
PRONAF - Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar  
RFFSA - Rede Ferroviária Federal Sociedade Anônima  
SEADE - Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados  
SENAI - Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial  
SPI - Serviço de Proteção aos Índios  
SUS - Sistema Único de Saúde  
UDOP - União dos Produtores de Bioenergia  
UNICEN - Universidad Nacional Del Centro De La Provincia de Buenos Aires  
UNIFADRA - Universidade da Fundação Dracense de Educação e Cultura  
UNMDP - Universidad Nacional de Mar del Plata  
USALPA - Usina Alta Paulista

## SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	20
1. CONCEPÇÕES METODOLÓGICAS DA PESQUISA.....	27
1.1. Problemáticas da pesquisa e pressupostos teóricos .....	28
1.2. Objetivos da pesquisa .....	32
1.3. Recorte espacial .....	33
1.4. O método de investigação.....	36
1.4.1. Primeira etapa: mapeamento temático.....	37
1.4.2. Segunda etapa: questionário socioeconômico .....	39
1.4.3. Terceira etapa: realização das entrevistas.....	44
1.5. Bolsa de Estágio de Pesquisa no Exterior.....	45
2. DISTRITOS MUNICIPAIS: DEFINIÇÕES E SENTIDOS NO ESPAÇO NACIONAL ..	47
2.1. O conceito de formação espacial e as contribuições para o entendimento dos distritos municipais.....	49
2.2. Os povoados e a criação de vilas e cidades no Brasil.....	53
2.3. Urbanização e relação cidade-campo no Brasil .....	61
3. A ORGANIZAÇÃO ESPACIAL DOS DISTRITOS DE JAMAICA E JACIPORÃ, MUNICÍPIO E REGIÃO DE DRACENA (1930 -2015).....	70
3.1. Formação inicial, fundação dos povoados e consolidação do espaço agrícola (1930-1970) 73	
3.2. Crise e estagnação econômica e esvaziamento populacional (1970-1988).....	87
3.3. Processos de reestruturação econômica regional e refuncionalização na escala local (pós-1988).....	96
3.3.1. Características atuais da Região de Dracena .....	96
3.3.1.1. A expansão da produção de cana-de-açúcar .....	108
3.3.1.2. A agricultura familiar .....	110
3.3.2. Os processos de refuncionalização em Jamaica e Jaciporã .....	114
4. ANÁLISE DOS DISTRITOS DE JAMAICA E JACIPORÃ (DRACENA/SP) .....	121
4.1. O conceito de lugar e as concepções da relação global-local .....	122
4.2. Descrição dos distritos municipais de Jamaica e Jaciporã.....	127
4.3. Ruralidades no contexto da globalização.....	143
4.4. As desigualdades espaciais e suas dimensões políticas .....	155
CONSIDERAÇÕES FINAIS .....	173
REFERÊNCIAS .....	177
APÊNDICES .....	192

## INTRODUÇÃO

A dissertação reúne os resultados alcançados no desenvolvimento do projeto de pesquisa titulado “Agricultura e organização espacial dos distritos municipais: estudo de caso em Jamaica e Jaciporã/Dracena (SP)”, financiado pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP), Processo nº 2013/03544-1, realizado no nível de Mestrado no Programa de Pós-Graduação em Geografia da Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade Estadual Paulista (FCT/UNESP).

Orientada pela Profa. Dra. Rosangela Ap. de Medeiros Hespanhol, no âmbito do Grupo de Estudos Dinâmica Regional e Agropecuária (GEDRA), a investigação se pauta no objetivo de analisar e refletir sobre as características econômicas, sociais e culturais engendradas na organização espacial dos distritos municipais de Jamaica e Jaciporã/Dracena/São Paulo, decorrentes de mudanças verificadas no setor agropecuário regional.

As indagações que motivaram o estudo foram suscitadas no trabalho de Iniciação Científica empreendido no curso de Graduação em Geografia da FCT/UNESP, entre os anos de 2009 e 2012, também sob a orientação da Profa. Rosangela Ap. de Medeiros Hespanhol. Neste período, contamos com bolsa do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), nos projetos: “Estratégias de reprodução social e econômica em pequenas propriedades rurais” e “Políticas Públicas e Desenvolvimento Territorial” e da FAPESP no projeto “As relações entre campo e cidade no município de Dracena-SP: um estudo de caso a partir dos pequenos proprietários rurais” (Processo nº 2011/15044-8).

Ao longo desta experiência estabelecemos contato com temas como: agricultura familiar, relação campo-cidade e políticas públicas voltadas para o espaço rural e para a agropecuária e passamos a conhecer, com o olhar investigativo, a Microrregião Geográfica de Dracena/SP. Inicialmente com a pesquisa sobre estratégias de reprodução social no município de Ouro Verde/SP (2009) e, posteriormente, no projeto que investigava o desenvolvimento de Políticas Públicas nas associações de produtores rurais em Dracena, em seu distrito sede (2010) e no distrito de Jaciporã (2011).

Nesta ocasião, em que o foco do estudo era o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) na Associação J. Marques de Trabalhadores de Jaciporã, nos intrigou aspectos particulares percebidos não somente nos locais de produção agropecuária, mas nos de moradia e convívio dos associados em relação às demais áreas rurais de Dracena. Isto nos motivou a submeter o projeto de pesquisa à FAPESP a fim de investigar as relações entre campo e

cidade no município de Dracena, estendendo a análise a todo o município, incluindo, dessa maneira, o distrito de Jamaica e, tendo como ponto central de análise, os pequenos proprietários rurais.

Nesta pesquisa, foi possível conhecer um pouco mais dos distritos de Jamaica e Jaciporã e passamos a refletir sobre os processos relacionados a distintas escalas de tempo e do espaço e as influências exercidas nas dinâmicas de “pequenos lugares”. Assim surgiu a ideia de compreender quais eram as implicações das mudanças do setor agropecuário no cotidiano dos habitantes desses distritos.

Para construir nosso problema de pesquisa, uma vez que já havíamos estabelecido contato, na Iniciação Científica, com as dinâmicas do setor agropecuário regional de Dracena, definimos que seria necessária também uma discussão dos aspectos formais que envolviam o recorte espacial escolhido, em outras palavras, deveríamos nos ater em delimitar o que é um distrito municipal no contexto brasileiro.

Percebendo a dupla preocupação que permeia o trabalho, assumimos como eixo norteador o conceito de *organização espacial*, entendido, com Santos (1985) e Côrrea (2011), como o conjunto de formas e interações que constituem o espaço e as relações espaciais. Considerando o princípio de que as mudanças percebidas na agropecuária em nível global e local influem nos arranjos espaciais que constituem os distritos municipais.

Para além da curiosidade científica, despertada nas atividades da Iniciação Científica, temos também motivações pessoais para empreender este estudo nos distritos municipais, e por isso, me reportarei nos próximos parágrafos utilizando a primeira pessoa do singular e peço licença para o uso de termos coloquiais.

Cresci num pequeno município do interior do Estado de São Paulo – Alfredo Marcondes – próximo cerca de trinta quilômetros de Presidente Prudente, embora tenha nascido em Rio Grande da Serra, uma pequena cidade que compõe a região do ABC Paulista. Viver em lugares que estavam sempre “*perto de outros lugares mais importantes*” e, por isso, lidar com a necessidade de realizar deslocamentos sempre mais longos, com paradas, pontos específicos e estratégicos para burlar as limitações no ir e vir, talvez tenha me trazido uma das primeiras curiosidades geográficas da infância.

Esses deslocamentos se resumiam praticamente em dois percursos: ir à Presidente Prudente – algumas vezes por ano na infância e diariamente a partir da adolescência – e ir à minha cidade natal<sup>1</sup> para visitas familiares – a cada um ou dois anos. Neste caso, para visitar

---

<sup>1</sup> Eu tampouco nasci em Rio Grande da Serra, uma vez que, na época não existiam maternidades nesta cidade, sendo assim, consta na minha certidão de nascimento o município vizinho de Ribeirão Pires. Sendo o registro

meus avós em Rio Grande da Serra, quando a família não ia com carro próprio, era necessário: 1. Sair de Alfredo Marcondes, com uma carona ou em algum horário, dos poucos ofertados, pela Empresa *Jandaia Transportes e Turismo*; 2. Pegar o ônibus de Presidente Prudente até a Rodoviária da Barra Funda, na Capital Paulista; 3. Depois de realizar a conexão via metrô, tomar o trem suburbano da CPTM na Estação da Luz até Rio Grande da Serra, uma das últimas paradas dos trilhos da paulista – que mais tarde eu viria a descobrir que são os que chegam até Dracena; 4. Quando chegávamos finalmente ao destino final, era preciso ainda de mais uma carona, pegar um ônibus – dentro da cidade, o que não existia na pequena Alfredo Marcondes – ou ainda um táxi, que, para quem vivia num lugar com cerca de três mil habitantes, parecia até coisa de filme.

Nesse percurso, que abarcava o estado quase que de “ponta a ponta”, embora na época não fizesse ideia disso, sempre me chamava atenção a passagem das áreas “em que as cidades demoravam a aparecer” e havia sítios, campos e plantações para as áreas “em que as cidades eram grudadas umas às outras”, o que eu notava pelas estações do trem e pelos nomes dos estabelecimentos comerciais que apareciam na janela. Tudo isso me intrigava, afinal, de Alfredo Marcondes até Presidente Prudente “demorava muito”, com a monotonia das pastagens, e no trecho percorrido entre São Paulo e Rio Grande da Serra havia tantas cidades que pareciam “que nem cabiam”, tal que as casas “eram pequeninhas, uma em cima da outra”. No curso de Geografia aprendi que eu observava a paisagem e suas alterações do interior “profundo” de São Paulo até à Região Metropolitana.

A infância numa cidade pequena é um capítulo à parte, pois, nos anos 1990 tive oportunidades que muitos colegas da mesma faixa etária que eu, principalmente os “caipiras do asfalto”<sup>2</sup>, relatam que não tiveram: brincar na rua, pegar fruta dos quintais alheios, ter muitos animais de estimação, além de todo uma familiaridade com o rural que incluía os domingos no sítio da minha bisavó, o contato com a natureza, córregos, cachoeiras, as festas juninas, com fogueira e tudo, que aconteciam nos bairros rurais.

---

oficial obrigado a constar o efetivo local de nascimento, é muito comum para quem vive em cidades pequenas ter nascido na cidade mais próxima com hospital-maternidade. Entre meus colegas da infância, por exemplo, dos que viviam desde sempre em Alfredo Marcondes, todos haviam nascido em Presidente Prudente. Levando isso em conta, na aplicação dos questionários e realização das entrevistas com os moradores de Jamaica e Jaciporã, busquei especificar a pergunta quando os respondentes, sobretudo, mais jovens, respondiam Dracena, uma vez que quase a totalidade dos casos havia vivido toda a vida nos distritos sendo Dracena apenas o local efetivo de nascimento.

<sup>2</sup> Devo essa expressão ao Professor Doutor Manoel Carlos Toledo Franco de Godoy, das aulas de Geologia do 1º ano de Graduação em Geografia, que significa um “caipira ao revés”: uma pessoa crescida na cidade que não conhece as coisas da roça, nunca viu uma vaca, uma galinha, não sabe como é um “pé” de qualquer coisa que come em seu dia a dia, etc.

Acredito que essa relação *campo-cidade/rural-urbano* foi fundamental para despertar meu interesse em desvendar os significados desses conceitos no nosso país e nas pequenas localidades rurais. Para nós, moradores de Alfredo Marcondes, a área considerada “urbana” para o IBGE, era uma “cidade”, porque era diferente do campo, do rural, onde, além de haver as propriedades com produção agropecuária, não existiam várias coisas que se encontravam na sede: a escola, a praça, as igrejas, os estabelecimentos comerciais. Ainda assim, em muitos momentos e práticas, as duas realidades se misturavam e as diferenças desapareciam, tanto concretamente no espaço, pela presença de chácaras ou áreas com hortas e criação de animais nas descontinuidades da malha de ruas, quanto nas festividades, como os rodeios no Ginásio Municipal, hábitos que indicavam a proximidade e religiosidade típicas do rural.

Ainda sobre minha infância, para fugir de um Romantismo *a lá* Casimiro de Abreu, devo mencionar que, em diversas ocasiões, manifestei a insatisfação de viver num lugar “que não passa na TV<sup>3</sup>”, tanto pela ausência de – e a distância em relação à – parques de diversão, zoológicos, cinemas e outras atrações que despertam os sonhos infantis, quanto, com o passar do tempo e a chegada da adolescência, pelas dificuldades de socialização, devido aos grupos fechados e ao conservadorismo marcante da pequena cidade, bem como, as poucas opções de lazer para os jovens, que se restringiam à Praça da Igreja Católica e os obstáculos de se conectar as culturas juvenis da época, a *Internet* com qualidade razoável demorou a chegar, não tínhamos nenhuma banca de revistas e não havia, por exemplo, até meados da década de 2000, sinal de transmissão da *MTV* (Music Television).

Foi nesse período que comecei a cursar o Ensino Médio em Presidente Prudente, ainda em uma instituição pública, assim como toda minha trajetória educacional até o Mestrado. A mudança se deu em razão da minha timidez, minha mãe acreditava que sair da escola do município, que cursava com a mesma turma desde a pré-escola, e ir para uma maior em Presidente Prudente, que abrigava alunos de diversos bairros da cidade, viria a “abrir meus horizontes”, além disso, era uma escola com uma boa reputação em disciplina e ensino.

Desse período até meados da Graduação passei a me deslocar diariamente para Presidente Prudente e mais dificuldades de viver numa pequena localidade surgiam: horários de ônibus que não batiam com os compromissos, o cansaço que vinha das viagens, e aí passei a desenvolver estratégias e criar redes para garantir a continuidade dos estudos, bem como, frequentar os espaços de socialização e construir laços de amizade. Até que, como tantos

---

<sup>3</sup> Esta é uma referência à cantora neozelandesa Lorde em sua canção “Team” (2013): “*We live in cities you’ll never see on a screen*”, em que a artista presta um tributo a seu país de nascimento, além de falar sobre amizade, no trecho em destaque está implícito a ideia de que a Nova Zelândia não é um “ponto luminoso do globo”, destacado como destino turístico ou cenário recorrente de filmes e outras obras de ficção.

outros jovens, deixei meu pequeno município para me instalar definitivamente nesta cidade média.

Todavia, os deslocamentos até Presidente Prudente sempre foram necessários, mas se resumiam a ir ao supermercado e a médicos e hospitais, por isso, não eram tão frequentes. Ir para outros municípios da região era menos recorrente ainda, mas pude conhecer algumas das muitas cidadezinhas que cercam Presidente Prudente. Uma delas Santo Expedito, a mais próxima a Alfredo Marcondes, já me despertava dúvidas sobre a configuração da região. Quando falavam, por exemplo, “*Você sabia que Santo Expedito já pertenceu a Alfredo Marcondes?* ”, ou “*Alfredo Marcondes já foi distrito de Prudente!* ”, martelavam na minha mente infantil questões sobre como um lugar pode “ser ou deixar de ser de outro”, uma abstração muito complexa que me levava a pensar que as cidades ou bairros poderiam “mudar de lugar”. Nesse sentido, lembro-me ainda de uma piada para quando alguém não percebia as dimensões de algo: “*Você está tentando colocar Prudente dentro de Marcondes!* ”.

Em algumas dessas afirmações estava implícito um sentimento para nós – os moradores – de que o lugar em que vivíamos tinha lá “*alguma importância*”, a despeito das ausências de tantos serviços e a forte dependência em relação à Presidente Prudente e porque existem também as identidades e estereótipos de cada um dos pequenos municípios, tal quais as rivalidades e brincadeiras entre os habitantes.

Quando fui aos distritos, objetos dessa dissertação pela primeira vez, a comparação com o lugar em que cresci foi imediata. Em Jaciporã buscávamos um informante durante a pesquisa da iniciação científica, e a única referência que dispúnhamos era que morava ali, mas bastou perguntar ao primeiro habitante que avistamos – uma senhora sentada em sua calçada – para descobrir onde encontrá-lo. Em Jamaica, ao passar uma tarde de exploração livre no distrito, foi possível perceber a receptividade curiosa dos moradores e – como aconteceu também posteriormente ao longo dos trabalhos de campo – muitos me perguntavam quem eu era e alguns acreditavam me reconhecer – “*Você não é a filha do Fulano de Tal?*” – o que é compreensível, uma vez que, visitas que não de parentes, não são comuns nas localidades.

Além de me remeterem à pequena cidade em que vivi boa parte de minha vida, por seus aspectos semelhantes, tive a sensação de que nesses lugares o tempo parecia *mais lento* ainda do que eu já havia experienciado anteriormente. Não havia movimento nas ruas, pouquíssimas casas de comércio, as fachadas não estavam pintadas, e as que estavam com as portas fechadas não permitiam saber se estavam em funcionamento ou não e havia todo um aspecto de *abandono* nos distritos, poucas ruas asfaltadas, sem prédios novos, à primeira vista tudo parecia muito *pálido*.

Com o tempo pude presenciar os momentos em que as localidades se pintaram de cores mais vivas. Em Jaciporã, ao acompanhar a organização dos agricultores da Associação J. Marques para entregar os alimentos e, posteriormente, a chegada dos moradores para receber as doações, também foi possível observar o distrito com movimento, sobretudo de mulheres e crianças, que às quartas-feira a tarde se dirigiam até a sede da associação. Outra ocasião que pude presenciar foi a “chegada do pão” a este distrito: no primeiro horário do ônibus que chega à Jaciporã vindo de Dracena é trazida uma encomenda de pão e entregue à uma das mercearias, quando o ônibus se aproxima, por volta das sete da manhã, já há uma fila de pessoas esperando para comprar. Quem chega nessa circunstância tem a impressão de que está para ocorrer algum evento devido à pequena agitação, entretanto, tão logo todos da fila são atendidos, o fluxo se dissipa e a calma volta a dar tom.

As entradas e saídas das escolas são outros exemplos, as crianças correndo, brincando, toda a agitação infantil, embora proporcional às dimensões dos distritos, acordavam o lugar. Essas instituições em si já representavam contrastes na paisagem, eram os prédios mais conservados e coloridos em ambos os casos, se via muitos carros – de professores e funcionários – estacionados, as crianças espantavam a sensação de *marasmo*, típica do poema de Drummond, além de significarem, por serem públicas, uma atenção mínima do Estado.

Pude conhecer o interior das escolas de Ensino Fundamental dos dois distritos e a instituição de Ensino Infantil de Jamaica, sendo esta a que mais me impressionou: devido ao número reduzido de alunos, evidentemente era pequena, com cerca de cinco salas entre a gestão e as salas dos educadores, repleta de materiais que aparentavam ser novos e toda monitorada por um sistema interno de câmeras. Um claro exemplo da difusão desigual do meio técnico-científico-internacional e da convivência entre novos e velhos objetos no espaço.

Os temas, bibliografias e os trabalhos de campo que pude realizar e ter contato durante a Iniciação Científica no GEDRA e no curso de Graduação em Geografia, minha experiência pessoal de ter vivido em um pequeno município e, principalmente, as peculiaridades que me despertaram atenção nos distritos, tanto no nível formal, administrativo, quanto do cotidiano, contribuíram para que este projeto de pesquisa fosse construído e nesta dissertação são apresentados nossos resultados.

Além desta introdução, a dissertação está dividida em quatro capítulos, considerações finais e apêndice. No primeiro capítulo apresentamos as concepções metodológicas da pesquisa: método de interpretação; problemáticas, hipóteses e objetivos; recorte espacial e o método de investigação, a produção de dados e informações quantitativos e qualitativos nos s

trabalhos de campo e seu tratamento e análise. O segundo capítulo é ocupado com uma discussão acerca das concepções que podem ser atribuídas a *distrito municipal*. Partimos da legislação brasileira e dos processos históricos que moldaram a instalação de núcleos de povoamento na formação espacial brasileira e as relações campo-cidade oriunda destes. No terceiro capítulo apresentamos uma periodização da formação dos distritos municipais, levando em conta a escala regional e, no quarto e último capítulo, debatemos o lugar, a relação global-local e as ruralidades presentes em Jamaica e Jaciporã.

## 1. CONCEPÇÕES METODOLÓGICAS DA PESQUISA

A partir das contribuições de Moraes e Costa (1987), compreendemos a metodologia como uma combinação entre o *método de pesquisa* e o *método de interpretação*. Em relação ao primeiro, os autores assinalam que se trata de um conjunto de técnicas empregadas em um estudo. Estas são, frequentemente, denominadas de *procedimentos metodológicos*. A diferença primordial para o método de interpretação, é que com a adoção de um método de pesquisa não há necessariamente a perfilhação a uma determinada doutrina de pensamento ou corrente teórica. Está associado, além disso, às demandas do objeto e aos recursos disponíveis aos pesquisadores: “[o método de pesquisa] relaciona-se, assim, mais aos problemas operacionais da pesquisa que a seus fundamentos filosóficos” (MORAES e COSTA, 1987, p. 27).

O método de interpretação, por sua vez, é “[...] a concepção de mundo do pesquisador, sua visão da realidade, da ciência, do movimento etc. É a sistematização das formas de ver o real, a representação lógica e racional do entendimento que se tem do mundo e da vida” (MORAES e COSTA, 1987, p. 27). Evoca, deste modo, posturas filosóficas, ideológicas e políticas do pesquisador, elementos estes que estruturam o conhecimento e formalizados conduzem as investigações científicas, em síntese “[...] é a aplicação de um sistema filosófico ao trabalho da ciência (MORAES e COSTA, 1987, p. 27)”.

Embora existam métodos de pesquisa decorrentes diretamente dos métodos de interpretação – o caso da Nova Geografia, na qual os métodos estatísticos derivam da Teoria dos Sistemas, por exemplo –, geralmente, as técnicas utilizadas numa pesquisa não definem os seus resultados interpretativos. Moraes e Costa (1987) dão maior peso e importância para o método de interpretação, o que se justifica pelo período em que os autores escrevem (em linhas gerais, época de renovação crítica da Geografia e questionamento em relação ao quantitativismo), entretanto, consideramos a confluência dos métodos de interpretação e de investigação como a metodologia da presente pesquisa.

O método de interpretação – cuja construção extrapola os limites deste trabalho – está intimamente relacionado às obras de referência que foram selecionadas para a leitura desde o processo de elaboração do projeto de mestrado. A partir dos questionamentos e problemáticas suscitadas pelo contato com a bibliografia, definimos a temática e os objetivos e, procurando atendê-los, traçamos então o método de investigação, ou seja, os instrumentos que utilizamos em campo e a forma de tratamento do material empírico.

Neste capítulo apresentaremos, primeiramente, como delineamos o método de interpretação, tanto na construção das problemáticas da pesquisa, dos objetivos e dos pressupostos teóricos, e em seguida expomos nossos objetivos e o recorte espacial. Posteriormente, vamos descrever o método de investigação, evidenciando a maneira que foram realizados os trabalhos de campo e seu tratamento.

### **1.1. Problemáticas da pesquisa e pressupostos teóricos**

“Distrito municipal” é uma terminologia genérica para as divisões administrativas dos municípios brasileiros, revelando uma ampla possibilidade de características que impede generalizações muito abrangentes. Por isso mesmo, podemos inferir que não há um campo dentro das Ciências Humanas que os estude exclusivamente. Na Geografia, verificamos trabalhos que empreendem estudos *nos* distritos municipais, tomados como recortes ou escalas analíticas e há investigações que se dedicam a realizar análises *sobre* os distritos, preocupando-se também com sua natureza, classificações e características comuns.

Quando parte-se do segundo caso coloca-se, inicialmente, uma necessidade de se delimitar o objeto de pesquisa: instrumento de planejamento, áreas de ocupação recente, aglomerados rurais, por exemplo. De acordo com as buscas realizadas no banco de teses e dissertações da CAPES (Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior) e no *Google Acadêmico*, levantamos que há estudos alocados em Geografia Urbana e outros em Geografia Rural e alguns dos temas frequentes são: emancipação de municípios, planejamento municipal e relação cidade-campo, o que indica uma diversidade de situações e problemáticas, que variam de acordo com os recortes espaciais específicos de cada pesquisa.

No nosso caso, nos interessa, em particular, os distritos municipais cujo processo de formação está relacionado à incorporação produtiva de áreas por meio da expansão da agropecuária, que abarca entre suas características a constituição de núcleos urbanos para organizar as atividades do campo. Sabe-se que a história de muitas das cidades ou municípios brasileiros surgidos desta forma, sobretudo, até o século XX, está relacionada a esta dinâmica: formação de um povoado, seu reconhecimento pelo poder público por meio de sua delimitação como distrito municipal e a posterior emancipação.

Argumentamos que esta disposição é muitas vezes tomada pelo senso comum como “destino natural” dos distritos municipais, levando à interpretação de que ao tornar-se uma sede de município estes espaços alcançaram um patamar superior de “desenvolvimento”, sobretudo, na visão de seus fundadores e moradores, confirmando um ponto de vista

evolucionista das dinâmicas espaciais. No mesmo sentido, aqueles que não lograram plenamente suas funções urbanas (tornando-se cidades) ou nos quais a elite local não se articulou para alcançar a emancipação (resultando no reconhecimento de uma sede de município) terminam por terem a sua estagnação e/ou o desaparecimento presumido.

Todavia, há um número considerável de distritos municipais na atualidade brasileira que não se tornaram cidades oficiais ou de fato, mas, tampouco, desapareceram. No caso do nosso estudo, revelam-se localidades características do espaço rural das regiões em que estão localizados e, por isso, evidenciam-se como uma possibilidade de compreensão da sua complexidade. Um olhar homogeneizante e/ou restrito à agropecuária, apenas como um setor econômico, não consegue capturar as diferentes formações do rural e argumentamos que os distritos municipais podem ser exemplos de suas múltiplas faces.

Sendo assim, entre nossos propósitos procuramos entender, a partir das localidades selecionadas para o estudo de caso, de que modo estes espaços se caracterizam na contemporaneidade, considerando os conteúdos que lhes constituem, as relações entre cidade e campo e as dinâmicas econômicas, com foco na agropecuária, uma vez que, embora o rural não se restrinja a esta, não deixa de ser uma das suas principais atividades.

Para construir tal problemática, partimos da percepção de que vivemos uma nova fase histórica, que implica diretamente na forma de conceber as relações espaciais, marcadas, sobretudo, pela globalização. Trata-se do reconhecimento de um novo período na história das técnicas em que o meio geográfico (em reconstituição) apresenta uma substância técnico-científico-informacional, ou seja, “a ciência, a tecnologia e a informação estão na base mesma de todas as formas de utilização e funcionamento do espaço” (SANTOS, 2005, p. 148).

Nesse sentido, buscamos conhecer como se relacionam as novas dinâmicas oriundas da difusão do meio técnico-científico-informacional no cotidiano dos habitantes dos distritos municipais selecionados para a pesquisa empírica: Jamaica e Jaciporã, localizados no município de Dracena/São Paulo. Esses dois distritos, com população inferior a dois mil habitantes (IBGE, 2010), formados no processo de expansão da cafeicultura para o Oeste do Estado de São Paulo e incluídos, no período pós 2000, no processo de expansão da cana de açúcar, o que explicita sua conexão ao contexto global de busca por combustíveis renováveis, embora com uma posição inferior nas tomadas de decisões.

A referida região passou por consideráveis modificações no setor produtivo, sobretudo, a partir de meados da década de 1970, motivadas pela crise da cafeicultura. Em reação, percebem-se dois processos: o desenvolvimento de estratégias de reprodução social por parte dos pequenos proprietários rurais (são exemplos a implantação da fruticultura e a

participação em políticas públicas) e a expansão do cultivo da cana de açúcar (HESPANHOL, 2007).

A razão pela qual selecionamos os distritos municipais de Jamaica e Jaciporã, ainda que as mudanças citadas digam respeito à região e ao município como um todo, é que, ponderando o baixo número de habitantes e o envelhecimento da população, dois pontos específicos nos chamaram a atenção: a presença de trabalhadores da Usina Dracena Açúcar e Álcool Ltda entre os seus moradores e a atuação da Associação J. Marques de Trabalhadores de Jaciporã que, além de ações relacionadas às atividades agropecuárias, de produção e comercialização coletivas, atua em outras demandas que favorecem a população do distrito.

Ademais, os distritos municipais selecionados suscitam o debate sobre as concepções oficiais de rural e urbano no Brasil e permitem um olhar para a história do rural brasileiro, para suas distintas formações (patrimônios, bairro rurais, vilas), do mesmo modo que as permanências e as possíveis metamorfoses podem revelar aspectos importantes para estudar as diferentes ruralidades que se evidenciam no período atual.

Os pontos levantados dizem respeito também às dinâmicas da agricultura brasileira e, argumentamos, impactam no cotidiano dos moradores. Em linhas gerais, a hipótese inicial é que a partir de uma redivisão territorial do trabalho, a organização espacial dos distritos municipais apresenta alterações nos aspectos da vida econômica, social e cultural dos seus habitantes.

A fim de perseguir esta hipótese, nos pautamos no conceito de *organização espacial*, que Corrêa (2011, p. 07) define como “[...] o conjunto de formas (campos, fábricas, caminhos, casas, etc.) e interações envolvendo pessoas, mercadorias, informação e capital, dispostos espacialmente”. Compreender este arranjo é desvendar a lógica de como tais elementos (formas-interações) tornam-se funcionais à sociedade. É, portanto, uma maneira de apreender a espacialidade humana, nos termos de Soja (1993, p. 101), o “[...] espaço socialmente produzido [...]”. Além disso, esta perspectiva procura distinguir a análise geográfica dos estudos que contemplam o espaço tal qual um cenário estático, implicando na superação de sua assimilação como uma mera obra das ações da sociedade.

Soja (1993) concebe o espaço como *produto e fator* da sociedade, o que significa que o social e o espacial são inerentes e, por isso, não existem lógicas exclusivas ou excludentes para interpretação de suas dinâmicas. Pensamento sintetizado na noção de *dialética sócio-espacial* elaborada pelo autor para explicar que estes elementos são dialeticamente inseparáveis, uma vez que se configuram em conjuntos de relações estruturadas que provêm do mesmo modo de produção.

A definição de Santos (2002) para espaço é bastante precisa nesse sentido – “um conjunto indissociável de sistemas de objetos e de sistemas de ações (p. 12)” – e nos conduz à interpretação do espaço como “[...] a materialidade e a vida que a anima [...]” (p. 38). Os objetos são tudo que se percebe materializado na superfície terrestre (herança da natureza ou criações humanas) e as ações compreendem atos e comportamento orientados, ou a própria humanidade, dado que, sua presença no planeta implica em processos com objetivos e finalidades originárias da necessidade de alterar os objetos, criando-os ou alterando suas funções.

Explorar a organização espacial motiva um esforço de apreender a característica fundamental do espaço, a combinação entre as formas e interações, entre fatores materiais e imateriais, configurando “reflexo, meio e condição social” (CÔRREA, 2011, p. 10). Em “Espaço e Método”, Milton Santos (1985) propõe que a organização espacial seja estudada a partir de quatro categorias: *estrutura*, *processo*, *forma* e *função*. Elementos que compõe o espaço e possibilitam seu entendimento como produto e fator:

Um conceito básico é que o espaço constitui uma realidade objetiva, um produto social em permanente processo de transformação. O espaço impõe sua própria realidade; por isso a sociedade não pode operar fora dele. Consequentemente, para estudar o espaço, cumpre apreender sua relação com a sociedade, pois é esta que dita a compreensão dos efeitos dos processos (tempo e mudança) e especifica as noções de forma, função e estrutura, elementos fundamentais para nossa compreensão de produção de espaço (SANTOS, 1985, p. 49).

*Estrutura* corresponde às interações das partes com o todo, é a própria sociedade, o que engloba suas matrizes econômicas, políticas e culturais; *Processo* é uma ação contínua, são mecanismos e atos que tornam a estrutura móvel (espacial e temporalmente) e altera suas características; por *Forma* compreende-se o aspecto visível dos objetos; e *Função* são as atividades esperadas dos objetos e da humanidade (SANTOS, 1985; CORRÊA, 2011).

Quando pensamos nos distritos municipais, notamos o quanto a organização do espaço é multidimensional, apresentando a economia, a política e a cultura, entre suas feições (CÔRREA, 2011). Acreditando no potencial do estudo da organização espacial para a apreensão das questões colocadas e baseando-nos na releitura de Santos (1985) empreendida por Côrrea (2011), organizamos os demais capítulos como eixos de análise:

No capítulo 2 apresentamos, por meio da concepção de *formação espacial*, aspectos econômicos ao “ler” os distritos como espaços construídos nos movimentos de expansão capitalista e refletimos sobre a geração de desigualdades espaciais e os diferentes papéis que são imputados aos espaços, gerando hierarquias. Também discutimos a ação normalizadora do

Estado e seu poder de delimitação e categorização sobre o espaço nacional, que contribuem para o desvelamento da dimensão política da organização espacial.

No capítulo 3, adotamos o instrumento da *periodização* para demonstrar a maneira que se relacionaram, através do tempo, os processos e as formas nos distritos. Adotamos o recorte regional-local a fim de compreender os rebatimentos das alterações verificadas no desenvolvimento da agropecuária em âmbito regional nos distritos municipais.

No capítulo 4, abordamos as relações global-local, retomamos a dimensão política por considerar que esta não se restringe ao papel regularizador do Estado e tampouco a esta instituição. A dimensão política “[...] constitui em uma arena na qual contradições, conflitos, negociações e transgressões se realizam” (CÔRREA, 2011, p. 9). Buscamos debater os aspectos políticos na escala local através da organização dos moradores com o objetivo de acessar as políticas públicas ou reivindicando melhorias para o lugar em que vivem ou na presença de subprefeituras, a despeito das poucas atribuições e recursos econômicos destas.

Ainda nesse capítulo, a cultura, de modo abrangente, configura-se como a integração de crenças, valores, hábitos, moral, habilidades, leis, língua etc., e pode ser apreendida ainda na qualidade dos significados que os grupos sociais elaboraram a respeito das diferentes esferas da vida. Refletir sobre a dimensão cultural da organização espacial nos convida a pensar nas implicações das demarcações e discursos oficiais nos significados atribuídos por parte dos seus moradores ao *lugar* – conceito que nos conduz a pensar as relações entre o global e o local –, e, no mesmo sentido, em que medida seus hábitos e identidades emanam da condição de habitantes dos distritos municipais, posto isso, trabalharemos com as *ruralidades* identificadas nos distritos (CÔRREA, 2011).

## **1.2. Objetivos da pesquisa**

A partir desta problemática de pesquisa, definimos o objetivo geral do trabalho, que é: realizar o levantamento, compreensão e reflexão das características econômicas, sociais e culturais engendradas na organização espacial dos distritos municipais de Jamaica e Jaciporã/Dracena/São Paulo, decorrentes de mudanças verificadas no setor agropecuário regional.

Como objetivos específicos, delineamos:

a) Caracterizar o recorte espacial, abarcando sua formação, principais atividades econômicas, serviços disponíveis, perfil dos moradores, e sua inserção no contexto do município de

Dracena e no âmbito regional, bem como, realizar o reconhecimento dos agentes sociais oriundos dos distritos e de suas ações;

b) Apreender e analisar os efeitos dos empreendimentos privados, a partir das Usinas de Açúcar e Álcool, na configuração interna dos distritos;

c) Refletir sobre a importância do poder público e o efeito de suas ações, abarcando o acesso dos moradores do distrito aos serviços públicos municipais, bem como os desdobramentos de políticas públicas de âmbito federal, como o Programa Bolsa Família e o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA);

d) Interpretar os impactos das mudanças recentes da agropecuária nas relações entre o campo e a cidade, e identificar como os conteúdos urbanos/rurais estão presentes na vida dos habitantes.

### **1.3. Recorte espacial**

A Constituição Federativa do Brasil de 1988, em seu 18º artigo, estabelece que a estrutura política-administrativa brasileira abarca três níveis: federal, estadual e municipal. Nosso estudo aborda o espaço intramunicipal que, entre as possíveis divisões, organiza-se em distritos e em zona rural e urbana. No primeiro caso, a delimitação varia de município para município e pode evidenciar fins de planejamento, reconhecimento de população concentrada ou áreas que necessitam de atenção diferenciada devido à características especiais. Os municípios são constituídos por um distrito-sede, onde está o poder municipal, e podem apresentar mais distritos.

A delimitação das zonas urbana e rural, por sua vez, é realizada de acordo com a Lei do Perímetro Urbano, também determinada pelo poder público municipal. Cada um dos distritos de um município é dividido desta forma e sua sede localiza-se na zona urbana, no caso do distrito-sede, esta é, por lei, a cidade e no caso dos demais distritos, as sedes são as vilas. Quando utilizarmos neste trabalho as expressões zona urbana ou rural estaremos nos referindo exclusivamente ao que a legislação municipal determina, sem referência, deste modo, ao que as Ciências Sociais debatem sobre o urbano e o rural. Isto não significa que concordamos com tais definições, mas que estamos justamente partindo delas para problematizá-las. Seleccionamos, conforme explicaremos no próximo subcapítulo, a zona urbana de cada distrito (excluindo-se o distrito-sede) para a realização da investigação.

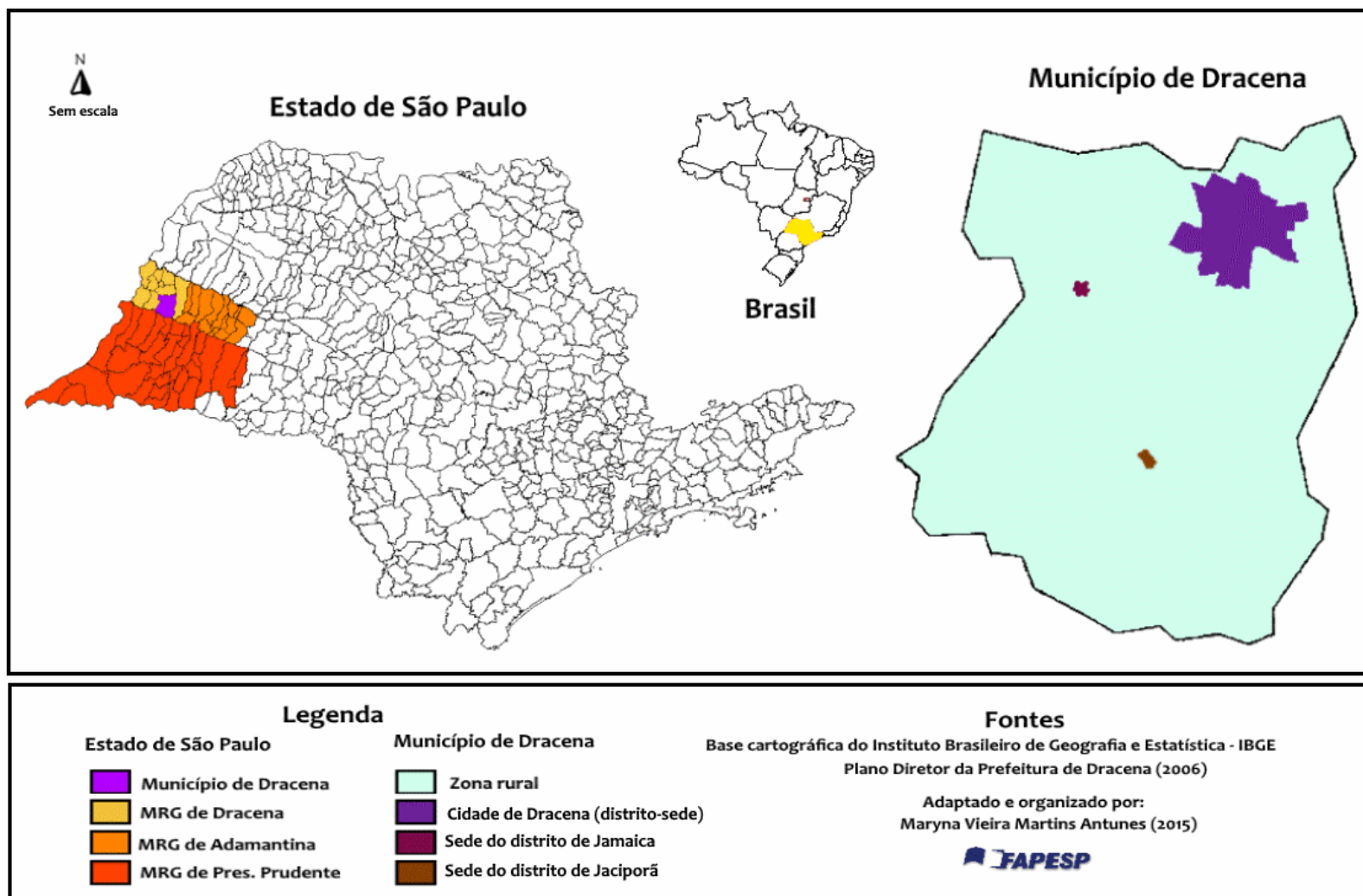
Como trabalharemos no capítulo 2, a denominação *distrito municipal* nos revela poucos aspectos a respeito de suas dinâmicas espaciais, sendo necessário utilizar outros

instrumentos que não somente a legislação e, muitas vezes, não é adotada pelos próprios gestores e pela população, assim, conforme apreendemos da realidade estudada, utilizaremos o termo distrito ou distrito municipal para nos referir às áreas de estudo, visto que a denominação de vila não é recorrente.

Outra escala que utilizamos na pesquisa é a regional. Há diversas possibilidades de se realizar uma regionalização a partir de distintos critérios e finalidades. No nosso caso, trabalharemos, predominantemente, com a proposta do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), do ano de 1989. Como consta no *site* desta instituição, para a definição de meso e microrregiões geográficas dentro de cada estado da federação, o IBGE baseou-se em critérios sociais, nos quadros naturais, nas redes urbanas e de comunicações. Retomaremos essa questão no capítulo 3. Em alguns momentos do texto faremos referência a outras possibilidades de regionalização que também abarcam nosso recorte, o que se justifica pela leitura dos autores que a utilizaram, todavia, será realizada uma advertência para que o leitor possa notar as diferenças.

Em síntese, o presente estudo tem como recorte espacial mais amplo (mapa 1) o Município de Dracena que se divide entre os distritos de Dracena (distrito-sede); Jamaica e Jaciporã e se localiza na Mesorregião Geográfica de Presidente Prudente – composta pelas Microrregiões Geográficas de Presidente Prudente; Adamantina e Dracena, que juntas totalizam 54 municípios – e, portanto, é sede da Microrregião Geográfica de Dracena – formada pelos municípios de Dracena; Junqueirópolis; Monte Castelo; Nova Guataporanga; Ouro Verde; Panorama; Paulicéia; Santa Mercedes; São João do Pau-d'Alho e Tupi Paulista.

**Mapa 1: Localização do recorte espacial da pesquisa: Dracena/São Paulo/Brasil**



#### 1.4. O método de investigação

Diante dos objetivos, problemática e recorte espacial delimitados para a investigação, elegemos como método de pesquisa o estudo de caso, que, de acordo com Yin (2001), remete a uma investigação abrangente que engloba o planejamento do trabalho de campo, a coleta e análise dos dados, o que reitera a necessidade de articulação com o referencial teórico. Esse é um método indicado para a investigação de eventos contemporâneos, ou seja, para temas de pesquisa que não são completamente históricos e/ou finalizados, indicando assim a possibilidade de abarcar o “caso” estudado a partir de múltiplas fontes e inserido num contexto maior. Para a Geografia, o estudo de caso trata-se de uma metodologia interessante quando se busca compreender um lugar a partir de suas especificidades e as articulações e influências de uma ordem global, contribuindo assim para uma aproximação com a preocupação da abrangência multiescalar nos estudos geográficos (MOREIRA; HESPANHOL, 2008).

Tendo em vista a produção de material que nos ofereça possibilidades de atender aos objetivos da pesquisa, as principais etapas/atividades projetadas foram:

- Revisão bibliográfica;
- Sistematização de dados de fonte secundária;
- Levantamentos em campo e mapeamento dos distritos;
- Elaboração e aplicação de questionário socioeconômico;
- Realização de entrevistas semiestruturadas.

O levantamento bibliográfico, mais do que um primeiro passo, está presente em todas as fases da pesquisa e não pode ser considerado fechado ou terminado. Para sua melhor organização, pode ser dividido em dois tópicos: um a respeito do referencial teórico, com foco nas teorias e conceitos da Geografia, e outro referente ao recorte espacial, ou seja, em trabalhos que, independente dos objetivos, trataram da região ou município estudados e, do mesmo modo, leituras que, embora não sejam circunscritas ao recorte espacial, nos auxiliam no entendimento de processos específicos.

No que diz respeito ao trabalho de campo, Turra Neto (2012) distingue a *coleta de dados* da *produção de informações*. Para o autor, nas pesquisas em Ciências Sociais em que ocorre uma interação entre o pesquisador e os sujeitos (no nosso caso, com os moradores dos distritos municipais) não é apropriado falar em “coleta de dados”, uma vez que, a expressão traz implícita a ideia de que os dados estão prontos e o pesquisador apenas os apanha, sem interferências ou obstáculos, que geralmente surgem neste tipo de interação. Assim, os dados

referem-se, sobretudo, às informações de fonte secundária, que já foram produzidas, sistematizadas e estão disponíveis para consulta (como os dos órgãos e instituições públicas de pesquisa, por exemplo).

Segundo o autor, “no caso de dados primários, nas nossas pesquisas, sejam elas qualitativas, sejam elas quantitativas, estamos envolvidos não em coleta, mas na sua produção”. Isso porque, durante as fases da investigação “[...] está em jogo processos de interação humana, com todos os seus humores, temores, enfim, com toda intromissão da subjetividade de sujeitos em interação”, que não deixam de interferir nos resultados alcançados (TURRA NETO, 2012, p. 04).

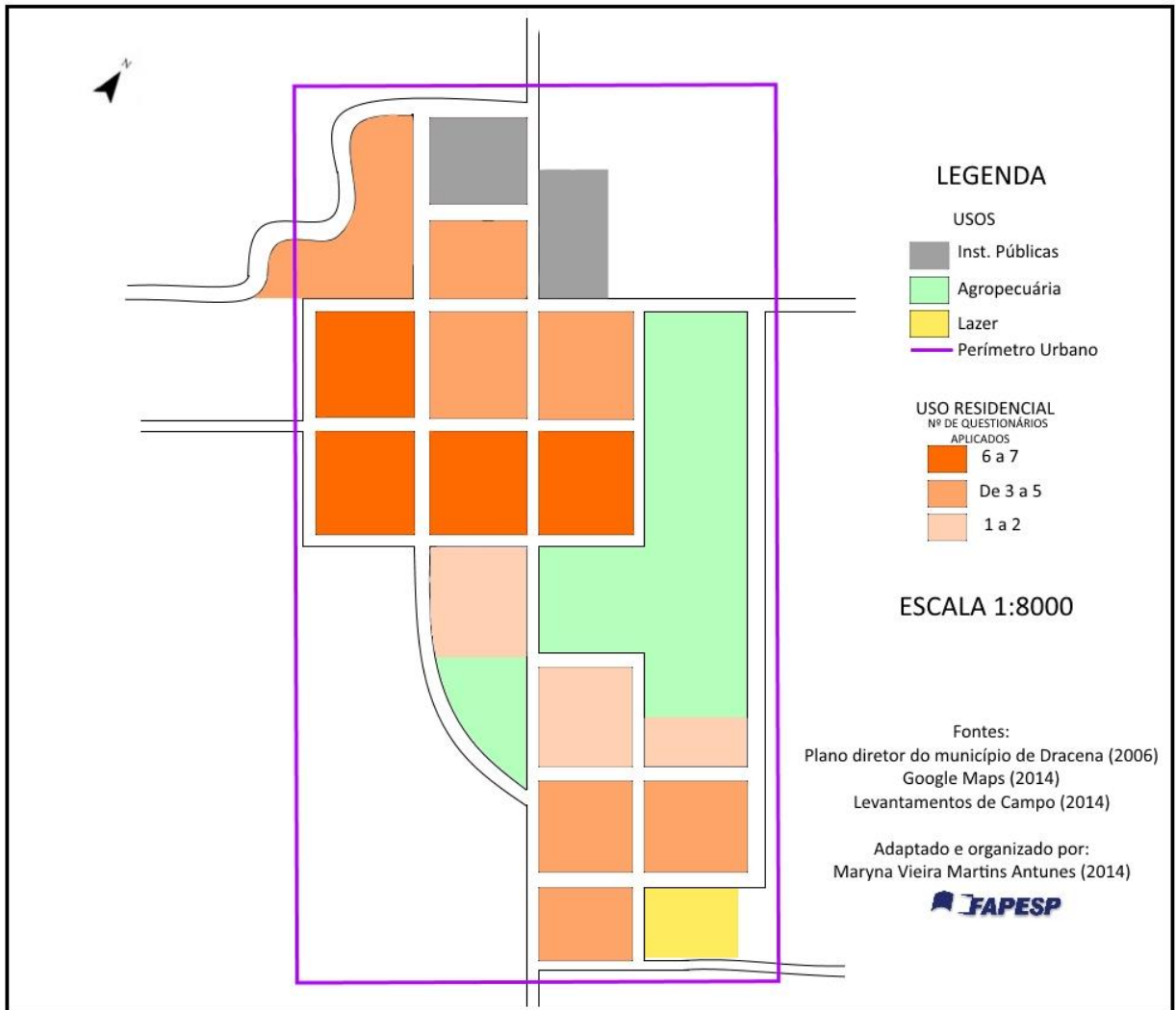
Em consonância com o autor, indicamos que nossa pesquisa se baseia em **dados**, coletados junto ao Instituto Brasileiro de Geografia Estatística (IBGE); Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados (SEADE); Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS), entre outros; em **informações quantitativas**, produzidas a partir da aplicação de questionário socioeconômico (Apêndice A) e **informações qualitativas**, desenvolvidas por meio da realização das entrevistas e observações em campo.

Devido à concentração da população, de serviços e equipamentos públicos e privados, os trabalhos de campo, efetuados para a produção das informações de fonte primária, foram realizados nas vilas dos distritos (delimitadas pela Lei do Perímetro Urbano). Estes compreenderam três etapas: mapeamentos dos distritos, aplicação do questionário e realização de entrevistas.

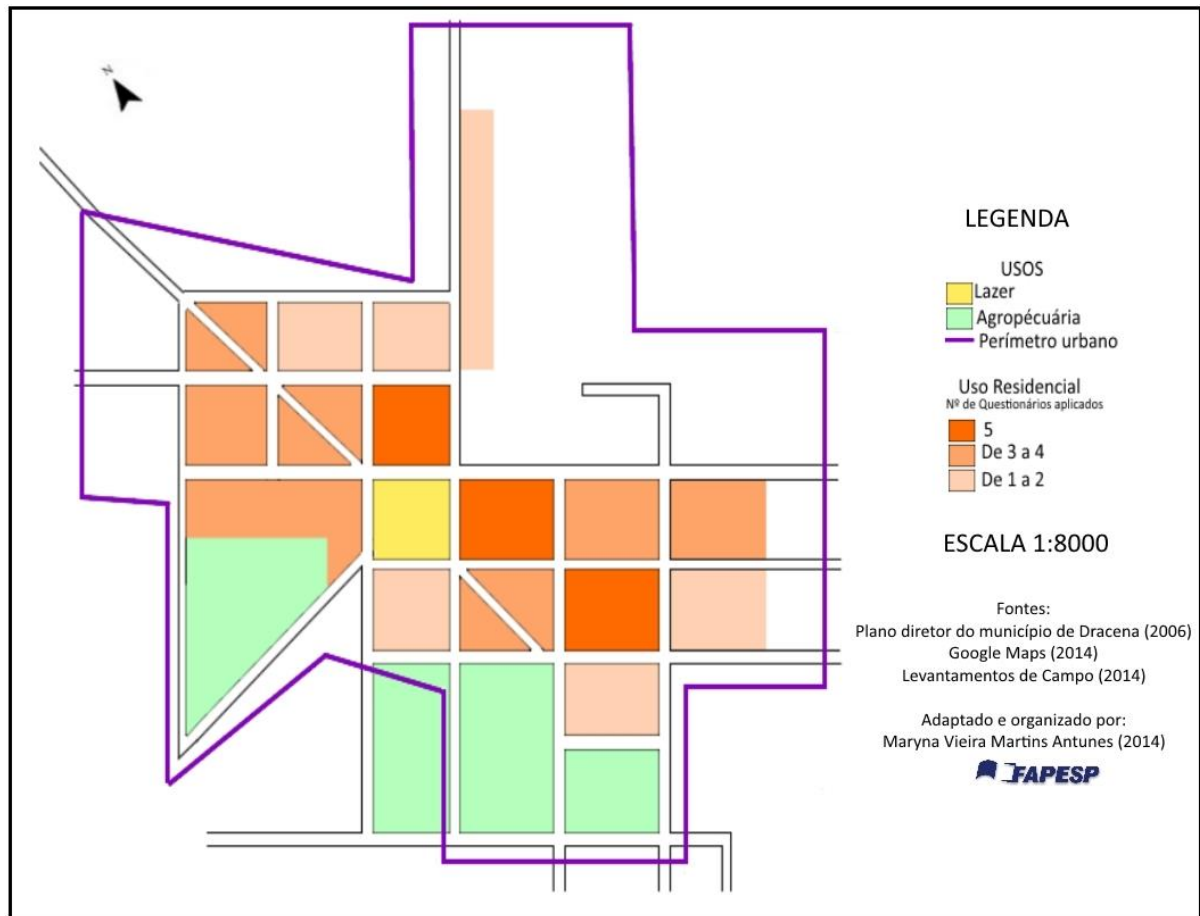
#### **1.4.1. Primeira etapa: mapeamento temático**

A elaboração do primeiro mapa das sedes dos distritos municipais se deu com base na planta elaborada pela prefeitura municipal de Dracena, disponível no seu Plano Diretor. Utilizamos também imagens do *GoogleMaps* e as observações realizadas em cada distrito. Os mapas produzidos, com a utilização de ferramentas de desenho, são apresentados no quarto capítulo. Desse modo, temos a seguir uma representação preliminar de cada uma das sedes dos distritos, que foi utilizada para organizar a etapa da aplicação do questionário.

**Mapa 2: Distrito de Jaciporã: número de questionários aplicados (2014).**



**Mapa 3: Distrito de Jamaica: número de questionários aplicados (2014).**



Em cada um dos croquis estão representados os bairros em que aplicamos o questionário e o número aplicado, optamos por agrupar em três categorias cada um, de modo a revelar as áreas com maior número de residências. Nesta representação inicial não delimitamos os outros usos, além do residencial, em cada um dos bairros, o que foi realizado no mapa final.

#### **1.4.2. Segunda etapa: questionário socioeconômico**

Essa etapa foi pensada com dois objetivos: levantar informações sobre a população, a fim de realizar uma caracterização geral e dar início a um contato mais próximo com os moradores e selecionar os possíveis entrevistados. Para definir a amostra, estipulamos que todos os habitantes podiam ser escolhidos, já que não partimos de uma definição de sujeito-tipo, exatamente por buscar compreender quem são esses moradores por meio da investigação.

Adotamos uma amostragem probabilística estratificada: primeiramente, estabelecemos o tamanho da amostra a partir do número de domicílios em cada um dos distritos, por meio do cálculo de amostragem aleatória simples, posteriormente calculamos o quanto cada estrato, no nosso caso cada quarteirão, representava proporcionalmente no conjunto (RICHARDSON, 2012).

No Censo Demográfico do IBGE de 2010, foram recenseados 199 domicílios em Jaciporã e 158 em Jamaica. Através do cálculo de amostragem aleatória simples, com um nível de confiança de 99% e erro de estimação de 4%, conforme se indica para as pesquisas em Ciências Sociais, a amostra ideal é de 30%, o que resulta em 60 questionários aplicados em Jaciporã e 47 em Jamaica (RICHARDSON, 2012).

De acordo com Richardson (2012), a fórmula utilizada para o cálculo das amostras para Jaciporã e Jamaica, considera que se conhece o total do conjunto e que é possível aplicar o questionário em qualquer um dos sujeitos. A fórmula utilizada foi a seguinte:

$$n = \sigma \cdot p \cdot q / E^2 (N - 1) + \sigma^2 \cdot p \cdot q,$$

Na qual, **n** = tamanho da amostra;  **$\sigma$**  = nível de confiança; **p** = proporção da característica pesquisada no universo; **q** = 100-p; **N** = tamanho da população e **E<sup>2</sup>** = erro de estimação permitido.

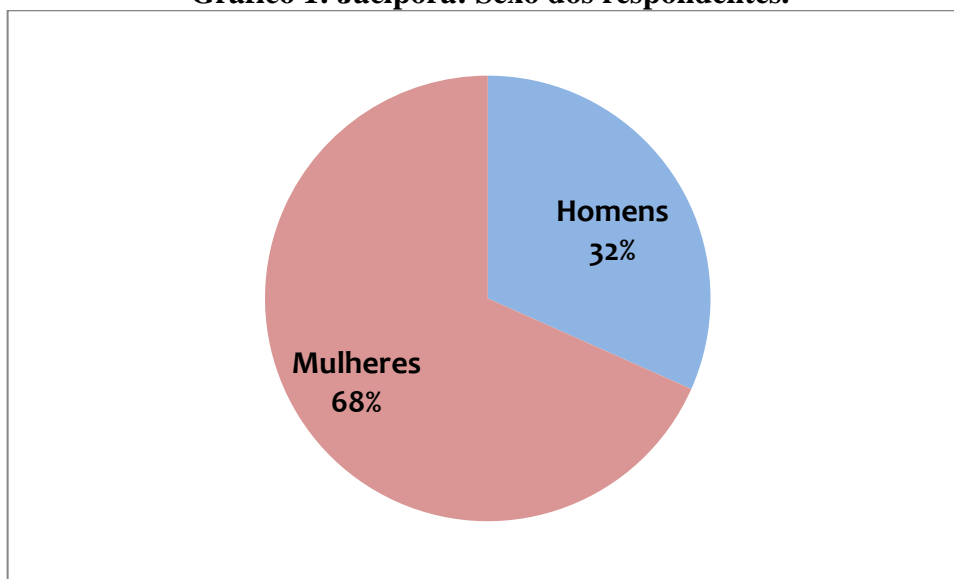
Desse modo, após o levantamento em campo do número de residências por quadra, organização dos croquis e mapeamento das vilas, realizamos o cálculo para cada quarteirão. Aproximando-nos, então, da proposta de Silva (1988) para o estudo de pequenas cidades: mapeamento das pequenas localidades, definição de setores e aplicação de questionário com uma amostra que não seja inferior a 30%.

A seleção das residências em cada um dos quarteirões foi aleatória, já que a aplicação do questionário adotou um único critério: residir no distrito. Para a elaboração do questionário nos baseamos nas orientações de Günther (2003) e Marangoni (2005) que indicam a importância de se guiar pelos objetivos da pesquisa e de se evitar perguntas desnecessárias que não serão utilizadas de fato no estudo. Estabelecemos três blocos de perguntas: I - *Identificação do respondente* (nome, sexo, idade, profissão, escolarização); II - *Quadro familiar e Origem*; III - *Hábitos do respondente* (Apêndice 1).

Com as informações produzidas no primeiro bloco de perguntas foi possível estabelecer uma caracterização geral da amostra da pesquisa. A seguir apresentamos as variáveis de idade, sexo e escolarização:

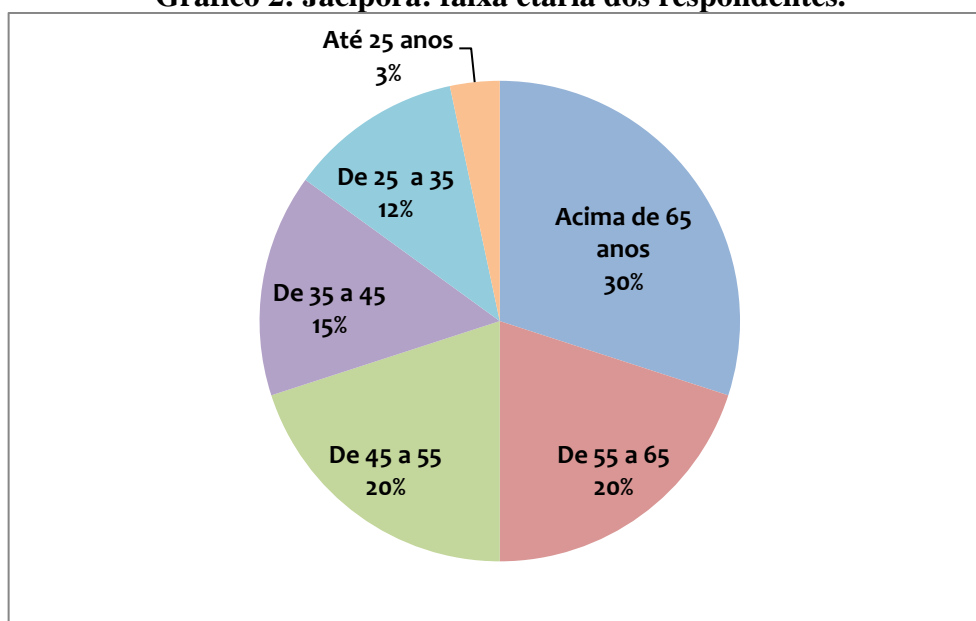
- **Jaciporã** (60 moradores): 41 mulheres (68,3%) e 19 homens (31,7%); Média de idade: 42 anos; 58% estudaram apenas quatro anos (ensino fundamental incompleto).

**Gráfico 1: Jaciporã: Sexo dos respondentes.**



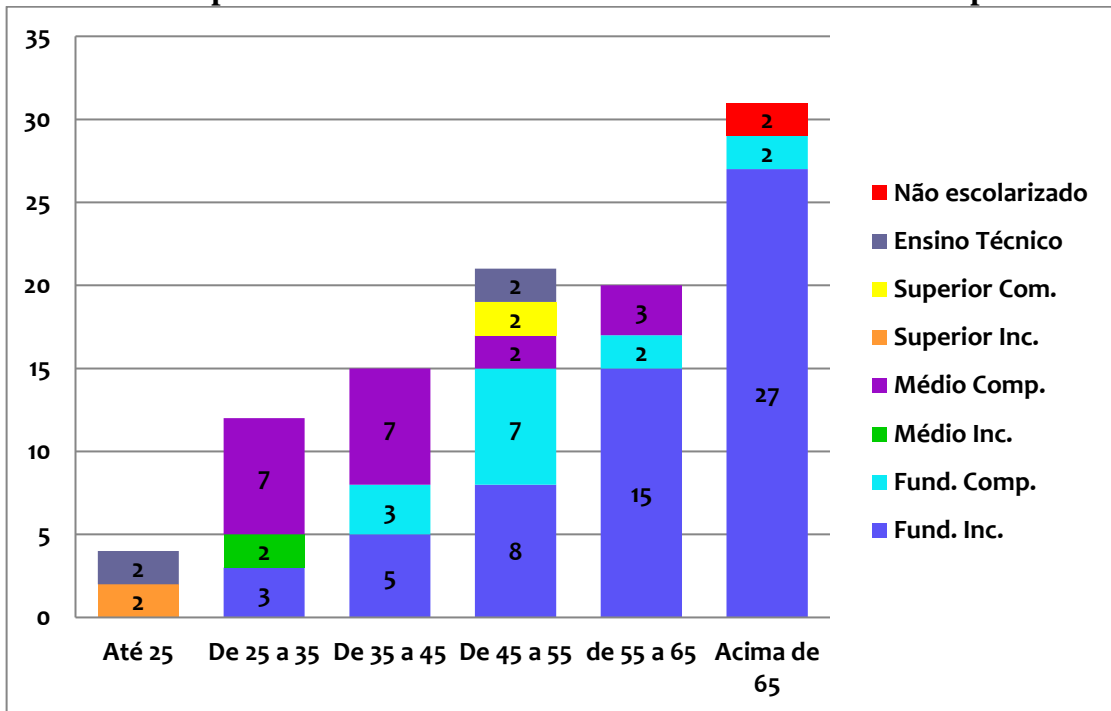
Fonte: Trabalho de Campo (2014).

**Gráfico 2: Jaciporã: faixa etária dos respondentes.**



Fonte: Trabalho de Campo (2014).

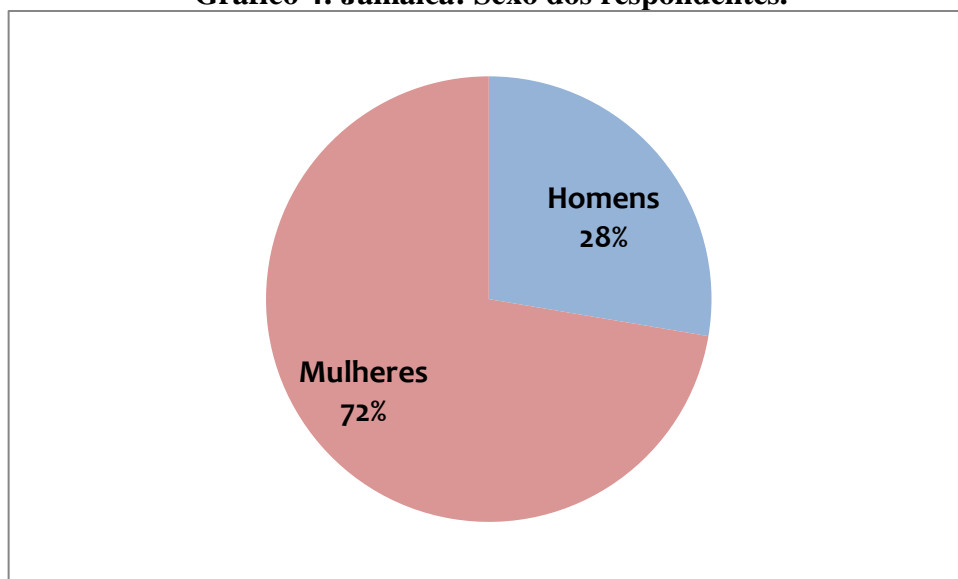
**Gráfico 3: Jaciporã: Escolaridade de acordo com a faixa etária dos respondentes.**



Fonte: Trabalho de Campo (2014).

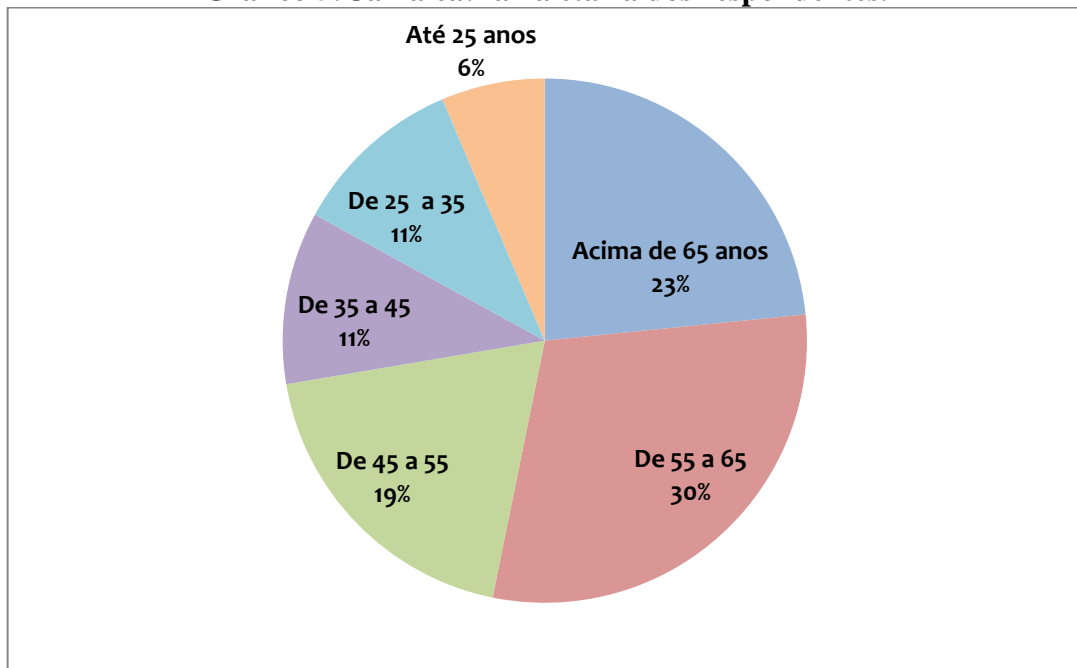
- **Jamaica** (47 moradores): 34 mulheres (72%) e 13 homens (28%); Média de idade: 42 anos. 53% dos respondentes estudaram até o correspondente ao Ensino Fundamental Incompleto.

**Gráfico 4: Jamaica: Sexo dos respondentes.**



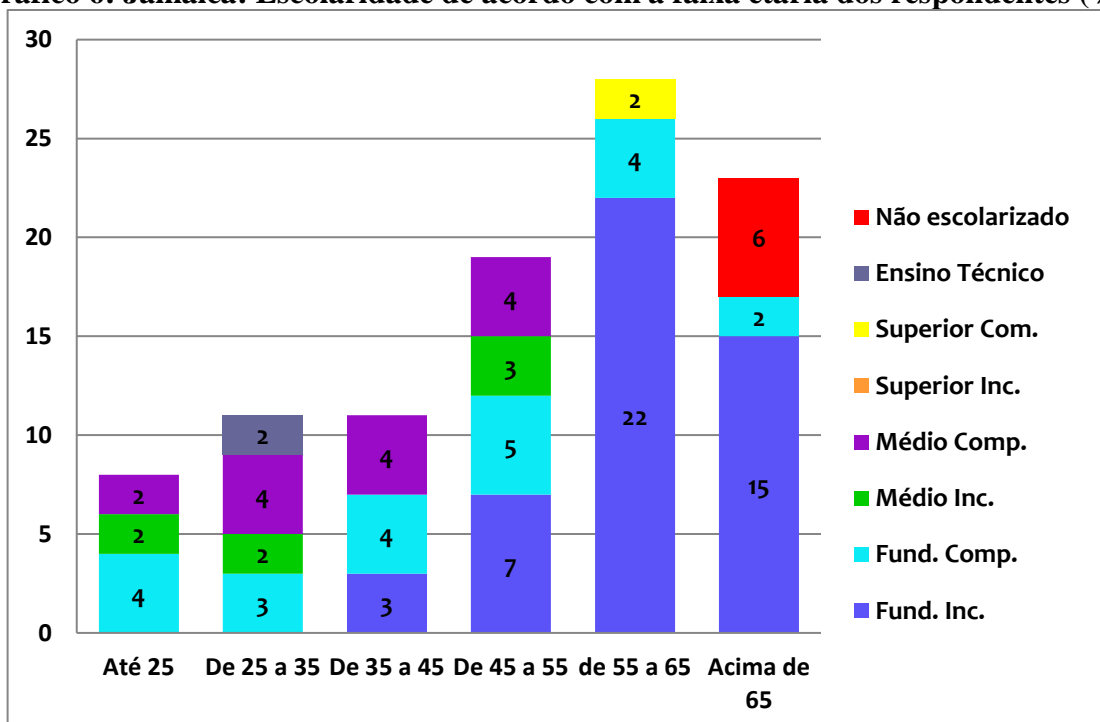
Fonte: Trabalho de Campo (2014).

**Gráfico 5: Jamaica: faixa etária dos respondentes.**



Fonte: Trabalho de Campo (2014).

**Gráfico 6: Jamaica: Escolaridade de acordo com a faixa etária dos respondentes (%).**



Fonte: Trabalho de Campo (2014).

Por meio do “Quadro familiar”, a caracterização pôde ser estendida aos outros membros da família do respondente, o que nos permitiu ampliar nossa amostragem. Em

Jaciporã há três pessoas, em média, por família, com a aplicação do questionário em 60 residências, levantamos informações sobre 184 moradores do distrito. Em Jamaica, a média de pessoas por família também é de três pessoas, de modo que, foi possível produzir dados referentes a 139 pessoas por meio da aplicação de questionário em 41 residências.

Na terceira parte (Origem e hábitos do respondente) nos preocupamos com questões como: quanto tempo reside no distrito, hábitos de lazer e benefícios sociais. Em Jamaica, por exemplo, os respondentes residem no distrito há 30 anos, em média, e 90% tem casa própria. Já em Jaciporã, a média de tempo de residência é de 28 anos e 80% tem casa própria.

Os 107 questionários foram tabulados, organizados em gráficos e as informações serão trabalhadas no quarto capítulo. Em linhas gerais, nossa amostra se caracteriza por uma média de idade de 42 anos, com forte presença de idosos (maiores de 60 anos), a escolarização é baixa, mais da metade é constituída de mulheres e moram em média há 30 anos nos distritos.

### **1.4.3. Terceira etapa: realização das entrevistas**

As entrevistas foram pensadas com o intuito de conhecer, a partir das falas dos moradores, a vida nos distritos, se existem mudanças em relação ao passado mais distante e recente e como são avaliadas essas modificações. Optamos por realizar entrevistas semiestruturadas, ou seja, com um roteiro-base. De acordo com Duarte (2005, p. 03):

Uma entrevista semiaberta geralmente tem algo entre quatro e sete questões, tratadas individualmente como perguntas abertas [...] O roteiro exige poucas questões, mas suficientemente amplas para serem discutidas em profundidade sem que haja interferências entre elas ou redundâncias (DUARTE, 2005, p. 03).

Desse modo, elaboramos as seguintes perguntas para nortear as entrevistas:

- Onde você nasceu?
- Há quanto tempo mora aqui?
- Já morou em outros lugares?
- Por que se mudou?
- Como era na época da Infância?
- Como era quando se mudou?
- Como é a vida no distrito?
- Quais são os pontos positivos e negativos de viver aqui?
- Você acredita que o distrito passa por mudanças nos últimos anos?
- Pretende continuar vivendo aqui?
- E o restante da sua família?

Realizamos doze entrevistas, com duração de dez a trinta minutos cada uma, sendo sete (07) em Jaciporã e cinco (05) em Jamaica. Em Jaciporã, além dos moradores que responderam ao questionário, foram entrevistados o subprefeito e a líder da Associação de Produtores Rurais J.Marques e em Jamaica também entrevistamos o subprefeito:

**Quadro 1: Entrevistas realizadas**

ENTREVISTA	IDADE	SEXO	PROFISSÃO	TEMPO DE RESIDÊNCIA	DISTRITO
1	58	M	Vendedor/ Subprefeito	25 anos	Jaciporã
2	77	M	Comerciante	63 anos	Jaciporã
3	42	F	Comerciante	28 anos	Jaciporã
4	44	F	Agricultora	Nasceu	Jaciporã
5	68/74	F/M	Agricultora aposentada /Inspetor aposentado	54 anos	Jaciporã
6	42	F	Desempregada	4 anos	Jaciporã
7	69	F	Doméstica aposentada	2 anos	Jaciporã
8	66	M	Vendedor/ Subprefeito	63 anos	Jamaica
9	74	M	Agricultor	68 anos	Jamaica
10	57	F	Professora	55 anos	Jamaica
11	64	M	Agricultor	40 anos	Jamaica
12	18	M	Estagiário	Nasceu	Jamaica

**Fonte: Trabalho de Campo (2014).**

As entrevistas foram realizadas com o auxílio de um gravador e, posteriormente, transcritas. Além disso, em todos os trabalhos de campo, desde a primeira visita aos distritos nos quais fizemos as observações para construir os mapas temáticos, optamos por registrar as observações, ideias e questionamentos num diário de campo. O mesmo ocorreu com as entrevistas, ou seja, tudo que não foi passível de ser captado pelo gravador, foi anotado no diário. O conteúdo das entrevistas será explorado ao longo dos capítulos 3 e 4.

### **1.5. Bolsa de Estágio de Pesquisa no Exterior**

Além dos procedimentos descritos anteriormente, fez parte de nosso percurso metodológico, um estágio de pesquisa no exterior, realizado por meio da concessão da Bolsa de Estágio de Pesquisa no Exterior (BEPE) pelo Processo FAPESP nº 2015/00931-0, no Grupo de Estudios sobre Población y Territorio (GESPyT) da Universidad Nacional de Mar del Plata (UNMDP), sob a supervisão da Profa. Dra. Claudia Andrea Mikkelsen, docente do Departamento de Geografia da UNMDP e da Universidad del Centro de la Provincia de

Buenos Aires (UNICEN) e pesquisadora do Consejo Nacional de Investigaciones Científicas y Técnicas (CONICET) .

Empreendido entre os meses de maio e julho de 2015, o estágio teve como objetivo a realização de um estudo, em caráter exploratório, em duas localidades rurais da Argentina, buscando assim, possibilidades de comparação com os distritos municipais estudados no Brasil. O foco, neste trabalho, foram as definições oficiais de rural e de urbano, as relações campo-cidade e as ruralidades presentes em pequenas localidades e o recorte empírico foi o Partido de General Pueyrredon/Província de Buenos Aires e duas de suas unidades (Sierra de Los Padres e El Boquerón).

Entre as contribuições alcançadas através do contato com as discussões teóricas e métodos de análise utilizados no GESPyT, citamos a ampliação do referencial bibliográfico sobre temas como ruralidades e qualidade de vida rural; a aproximação à temática do rural/urbano e as definições oficiais utilizadas na Argentina, que nos auxiliam a compreender, por meio, das semelhanças e diferenças, nossa própria organização e o debate dos resultados da investigação de mestrado no âmbito do grupo, no qual recebemos críticas, questionamentos e sugestões de pesquisadores e estudantes, as contribuições em termos de leituras, e as reflexões realizadas a partir das definições oficiais e dos trabalhos empíricos realizados incorporadas ao longo do trabalho.

## 2. DISTRITOS MUNICIPAIS: DEFINIÇÕES E SENTIDOS NO ESPAÇO NACIONAL

Entre os significados que podem ser atribuídos à palavra distrito consta: “Área territorial em que se exerce o governo, jurisdição ou inspeção de uma autoridade administrativa, judicial ou fiscal; circunscrição” (WEISZGLÖG, 1998, s/p) ou ainda “Divisão territorial administrativa ou judicial, a cargo de determinada autoridade” (FERREIRA, 1999, s/p). Essas definições trazem implícitas as noções de divisão e espaço (espaço dividido, separado, no mesmo sentido, espaço limitado, com limites). Outra concepção é a de espaço de governança, área submetida ao poder de um Estado.

Diante dessas significações é possível estabelecer relações com dois conceitos da ciência geográfica: região e território. No primeiro caso, a ideia de divisão, nos remete ao seu sentido mais clássico: “regere” associado a “comandar, governar” (HAESBAERT, 2005, p.02). Gomes (1995) explica que a emergência do termo região está datada no período do Império Romano para designar as áreas subordinadas ao seu poder. Em relação ao território, a partir do conceito ratzeliano – espaço apropriado por um grupo ou área de atuação de um Estado-nação – este ligado ao expansionismo alemão no século XIX – é explícita a associação a “espaço de governança” (MORAES, 1987).

Utilizamos esses dois exemplos como ponto de partida para indicar do que se trata o nosso objeto de estudo, pois, acreditamos que na história da urbanização brasileira, a delimitação de um distrito, no sentido em que trabalharemos na pesquisa, significa o reconhecimento da existência de um núcleo de povoamento ou de um número de habitantes concentrado espacialmente, por parte do Estado, processo associado às frentes de expansão e à formação de cidades.

Este sentido relaciona-se à seguinte definição: “Cada uma das partes em que se divide o território administrativo do município” (BORBA, 2004, p. 449), a forma mais aproximada da demarcação do IBGE:

[...] unidades administrativas dos municípios. Sua criação, desmembramento ou fusão dependem de Leis Municipais, que devem observar a continuidade territorial e os requisitos previstos em Lei Complementar Estadual. Podem ser subdivididos em unidades administrativas denominadas subdistritos, regiões administrativas, zonas ou outra denominação específica. A localidade onde está sediada a autoridade distrital, excluídos os distritos das sedes municipais, tem a categoria de Vila (IBGE, 2011, p. 24-25).

Na estrutura política-administrativa no Brasil, o município é a menor unidade dotada de autonomia. Internamente, os municípios são oficialmente divididos em distritos. Há casos

em que existe apenas o distrito-sede (onde se situa o poder público municipal) ou situações nas quais, além deste, há outros, que, geralmente, indicam a presença de núcleos com a concentração de população.

Os distritos são divididos em zona urbana e rural. Essa delimitação se dá de acordo com a Lei do Perímetro Urbano, que é de responsabilidade municipal, definido no Decreto-Lei 311, de 1938. Este documento dispõe sobre a divisão territorial brasileira e, no contexto de sua formulação, procurava contribuir para o estabelecimento dos limites do território nacional e de parâmetros para o recenseamento da população. Cada município é responsável pela demarcação do perímetro urbano, que geralmente está presente na lei orgânica ou no plano diretor dos municípios. O perímetro urbano também pode ser alterado com o passar do tempo devido à expansão urbana ou por questões políticas.

No artigo terceiro é estabelecido o que é uma cidade: “Art. 3º A sede do município tem a categoria de cidade e lhe dá o nome” (Decreto-Lei 311 de 1938). A única especificação das condições mínimas para sua instalação consta no artigo doze: “Art. 12. Nenhum município se instalará sem que o quadro urbano da sede abranja no mínimo duzentas moradias” (Decreto-Lei 311 de 1938).

A cidade é então, em termos da legislação, a área urbana do distrito-sede e, no caso de haver mais distritos, as demais áreas urbanas (sedes dos distritos) são as vilas. Sobre a organização de distritos no interior dos municípios, o decreto-lei dispõe:

Art. 2º. Os municípios compreenderão um ou mais distritos, formando área contínua. Quando se fizer necessário, os distritos se subdividirão em zonas com seriação ordinal. [...]. Art. 4º. O distrito se designará pelo nome da respectiva sede, a qual, enquanto não for erigida em cidade, terá, a categoria de vila. *Parágrafo único.* No mesmo distrito não haverá mais de uma vila. [...] Art. 11. Nenhum novo distrito será instalado sem que previamente se delimitem os quadros urbano e suburbano da sede, onde haverá pelo menos trinta moradias (Decreto-Lei 311 de 1938).

Nos termos da lei, uma vila – sede distrital – deve apresentar, no mínimo, trinta moradias para o seu reconhecimento. A partir desta definição geral de distrito municipal no contexto brasileiro, nos questionamos até que ponto é possível realizar generalizações sobre a natureza desses espaços, sobretudo, quando refletimos sobre as diversidades e desigualdades do território nacional. Deste modo, é preciso considerar as diferenças regionais e de estado para estado e desvendar dentro da nossa formação espacial, ou seja, do conjunto particular de relações econômicas, políticas, sociais e culturais, os possíveis significados que os distritos podem apresentar na realidade brasileira (SANTOS, 2005).

Ao longo deste trabalho, nos preocuparemos em discutir os distritos municipais a partir, sobretudo, do Estado de São Paulo, no qual está inserido nosso recorte espacial. Na

próxima seção trabalharemos com o conceito de formação espacial, objetivando evidenciar a razão dessas diferenças e indicar quais são os elementos essenciais para alcançar uma delimitação de distrito municipal para a presente pesquisa.

## **2.1. O conceito de formação espacial e as contribuições para o entendimento dos distritos municipais**

Corrêa (2000) explica que, com base no conceito de formação econômico-social, Milton Santos teceu o conceito de formação espacial. Desde a teoria marxista, Santos (1977) propôs o estudo das formações econômicas e sociais como uma possibilidade de se conhecer uma sociedade em suas frações e em sua totalidade, no mesmo sentido, permite comparar as similaridades entre distintas sociedades e reconhecer, em cada uma delas, as especificidades internas. Para este autor, esta concepção é cara para a ciência geográfica, no sentido de que:

Se a Geografia deseja interpretar o espaço humano como o fato histórico que ele é, somente a história da sociedade mundial, aliada à da sociedade local, pode servir como fundamento à compreensão da realidade espacial e permitir a sua transformação a serviço do homem. Pois a História não se escreve fora do espaço e não há sociedade a-espacial. O espaço, ele mesmo, é social (SANTOS, 1977, p. 01).

Nessa perspectiva, modo de produção, formação social e espaço são categorias interdependentes. Todos os processos que formam o modo de produção – produção, circulação, distribuição e consumo – são determinados histórica e socialmente através de uma formação social – que se trata de uma estrutura técnico-produtiva expressa geograficamente na distribuição das atividades de produção, de modo que, não pode ser compreendida sem a noção de espaço:

Os modos de produção tornam-se concretos sobre uma base territorial historicamente determinada. Deste ponto de vista, as formas espaciais seriam uma linguagem dos modos de produção. Daí, na sua determinação geográfica, serem eles seletivos, reforçando dessa maneira a especificidade dos lugares (SANTOS, 1977, p. 04).

A diferença entre os lugares é resultado de cada arranjo espacial dos modos de produção particulares, assim, para o autor, cada organização espacial reproduz a ordem internacional. Todavia, embora as localizações – de cada ser humano, atividades e objetos – no espaço possuam uma determinação “externa” – que são derivadas do modo de produção – há necessidades “internas”, que advém de uma interação entre o “velho” e o “novo”, ou de como o novo modo de produção impõe-se sobre o velho, sem nunca poder realizar-se em sua

plenitude em todas as partes. Esse movimento leva à afirmação de que a história espacial é seletiva, logo, há os espaços selecionados e os não selecionados e, portanto, uma produção de desigualdades territoriais (SANTOS, 1977).

Côrrea (2000) explica que na concepção de Santos (1977), a dimensão espacial é fundamental na formação econômico-social, por isso, tratamos de uma formação espacial, pois o espaço é intrínseco como o meio – natural e socialmente produzido – para as ações humanas, é reflexo e condição social, pois carrega as expressões e afeta a existência da humanidade nas mais diversas escalas. Côrrea (2000) ainda alerta que “[...] referir-se à formação espacial não é abdicar-se do econômico, do político, do social e do cultural, que são facetas de uma mesma totalidade que se manifesta de modo integrado no espaço e no tempo” (p. 123).

Este conceito permite então considerar processos, funções e formas concretizadas espaço-temporalmente, de modo a produzir formações diferenciadas em cada lugar, que, ao mesmo tempo, no contexto do capitalismo em sua fase globalizada, são integradas. O estudo da formação espacial na globalização permite evidenciar como este processo revela velhas e novas diferenças espaciais. Côrrea (2000) argumenta que este conceito possibilita, ainda, integrar a complexa diversidade entre os espaços em uma unidade conceitual, sendo produtivo para a geografia regional.

Endlich (2006), por exemplo, ao abordar a Região Noroeste do Paraná em sua tese doutoral, valeu-se do conceito de formação socioespacial, considerando o recorte espacial de seu estudo uma subunidade do Estado-Nação, este compreendido, enquanto uma formação socioeconômica em totalidade. Para Côrrea (2000), a formação social brasileira, entendida em uma maior escala, apresenta grande heterogeneidade quando se adota escalas menores de análise. Esta heterogeneidade nada mais é do que o próprio resultado das mais diversas e desiguais combinações, no tempo e no espaço, dos processos naturais e sociais.

O autor prossegue explicando que não necessariamente uma formação espacial se traduz em uma região. Uma mesma formação espacial pode ser concebida recobrando duas ou mais regiões, já o contrário não é possível, já que se romperia a coerência interna, o que tipicamente caracteriza uma região. A formação espacial não pode ser confundida como região também porque pode ser descontínua espacialmente (CÔRREA, 2000).

Em termos de proposição a respeito da complexa espacialidade do território brasileiro, Côrrea (2000) indica que no Brasil, na virada dos séculos XX e XXI, embora com gênese anteriores, convivem três formações espaciais – distintas e integradas entre si no que o autor chama de “diversidade na unidade”: “uma formação espacial fundada na grande propriedade

rural, outra na pequena propriedade rural dos imigrantes europeus e, finalmente, uma terceira que é a formação espacial da fronteira” (p. 128).

Os dois primeiros tipos foram caracterizados por Côrrea (2000) a partir da estrutura fundiária e da rede urbana: a formação espacial fundada na grande propriedade rural apresenta menos centros urbanos e um maior espaçamento entre eles e há cidades de elevada importância regional, exatamente por serem capazes de drenar a renda rural. Já na formação espacial fundada na pequena propriedade rural há uma maior quantidade de centros e forte hierarquização. As pequenas cidades, típicas desta formação, apresentam reserva de mão-de-obra, ao mesmo tempo em que perdem população (CORRÊA, 2000).

No caso da formação espacial da fronteira, uma de suas feições é a transitoriedade. Este tipo, que acompanha a história brasileira há muito tempo, qualifica uma porção do espaço num dado período e em momentos posteriores, outras porções passam pelos mesmos processos. Podemos considerar desse modo, esta formação uma matriz na qual se instalam as demais formações espaciais citadas. Isso acontece porque, explica Martins (1996, p. 25), as relações sociais e políticas estão marcadas pelo movimento de expansão demográfica sobre terras “não ou insuficientemente ocupadas”.

O povoamento do interior brasileiro – para além da fachada atlântica – se deu por distintos processos como: o bandeirismo (século XVI) que, embora despovoador, por seu caráter de extermínio das populações indígenas, permitiu um considerável reconhecimento do território; a interiorização das grandes propriedades pastoris, este mais restrito ao interior nordestino nos séculos XVII e XVIII; a mineração em Minas Gerais, Goiás e Mato Grosso no século XVIII e as missões religiosas ao longo de todo o período colonial (PETRONE, 1970).

Entre meados do século XIX e até meados do século XX, os movimentos de interiorização passaram a se relacionar a novas características da expansão capitalista e inserção do país na divisão internacional do trabalho, entre as quais podemos citar o deslocamento do centro econômico do país para o sudeste, tendo como atividade propulsora a industrialização paulista. Já na atualidade, a Amazônia é considerada a “última grande fronteira” do país.

A feição básica da formação espacial da fronteira é o deslocamento demográfico de agricultores, pecuaristas ou extrativistas – de acordo com as diferentes atividades econômicas que orientam o movimento – empreendedores, comerciantes, instituições públicas – desde escolas até representantes do poder político e jurídico –, igrejas e cidades ou do processo de urbanização, se soma a isso, o conflito com populações não reconhecidas oficialmente como proprietárias das terras em interesse (MARTINS, 1996).

Martins (1996) preocupou-se em estudar não somente estes processos, mas também as denominações e conceituações desenvolvidas ao longo do tempo, que podem representar tanto movimentos distintos – concomitantes ou decorrentes – quanto discursos ou maneiras de interpretar as situações de fronteira. O primeiro esforço explicativo empreendido por parte dos geógrafos e que se encontra sistematizado na obra clássica “Pioneiros e Fazendeiros do Estado de São Paulo” de Pierre Monbeig (1952), é a designação *frente pioneira*:

[...] um processo de desbravamento e povoamento de áreas novas, normalmente rotulado por *pioneirismo*. As áreas objeto do pioneirismo recente constituíram as denominadas *frentes pioneiras* [...] Embora aparecendo [...] em várias partes do Brasil, o fenômeno do pioneirismo recente tem características notadamente paulistas, tendo-se iniciado em São Paulo com os traços que lhe são peculiares, estendendo-se por áreas contíguas a esse Estado e aparecendo em outros trechos em seguida (PETRONE, 1970, p. 149 [grifos do autor]).

Embora descrito em diversas partes do país, este conceito foi elaborado para a realidade paulista. Os limites dessa concepção, apontados por Martins (1996), estão na desconsideração da relação conflituosa entre os pioneiros e os povos indígenas, incluídos no processo, quando de fato eram dizimados, ao mesmo tempo em que não abrangia também as populações pobres que também migravam para as novas áreas, focando nas figuras do pioneiro: fazendeiro, empreendedor, comerciante, empresário ou pequeno produtor.

A partir dos anos 1950, entre os antropólogos, concebe-se a denominação *frentes de expansão*, estando Darcy Ribeiro (1977) como o que mais contribuiu para tal. Na perspectiva deste campo do conhecimento, as frentes de expansão constituíam-se como um deslocamento da população civilizada e das atividades econômicas de algum modo reguladas pelo mercado, estabelecendo assim *fronteiras da civilização*. A diferença em relação à elaboração dos geógrafos é que, neste caso, não se considera a propriedade fundiária como o fator essencial para entender o processo.

Esta concepção terminou sendo generalizada como o estudo da ocupação do espaço orientado pelo impacto nas populações indígenas, o que, para Martins (1996) enfraqueceu sua noção explicativa, já que não se preocupou com uma maior caracterização do próprio movimento de expansão, por exemplo, se era a sociedade nacional, o capitalismo ou as atividades produtivas que se expandia, extrapolando inclusive o sentido original de “expansão da civilização”.

O uso da designação de frente pioneira, o qual também pressupunha uma situação social em modernização ou “[...] o ambiente oposto ao das regiões antigas, esvaziadas de população, rotineiras, tradicionalistas e mortas” (MARTINS, 1996, p. 29), diminuiu com o

passar dos anos, “diluído” na utilização de frente de expansão, que passou a ter um sentido predominante de expansão econômica.

Outra concepção recorrente no estudo dos movimentos de expansão territorial, estudada em separado ou integrada aos processos já citados, é a de *fronteira agrícola*, entendida como uma estratégia econômica e política de incorporação de novas áreas à agricultura capitalista. Por essa perspectiva pode-se compreender que os fluxos não são aleatórios e sim determinados por diferentes condicionantes externos, a partir do reconhecimento de potencialidades internas, por meio, por exemplo, de programas públicos de incentivos fiscais, financiamentos à produção, construção de vias de transporte e comunicação e projetos de investimentos privados (SICSÚ; LIMA, 2000).

A abertura de fronteiras agrícolas parte da ideia de “área potencial” e segue três princípios básicos: a existência de mercados de produtos – que, considerando a formação social brasileira, costumam alinhar-se a demandas internacionais –, trabalho e terras; o desenvolvimento do sistema de transportes e a “disponibilidade” de terras a ser ocupadas – item este que implica no extermínio da natureza e das populações nativas de modo a promover tal disponibilidade (MUELLER, 1992).

Comum a estas noções, e sintetizado por Côrrea (2000), é o entendimento de que a expansão territorial das atividades econômicas contribuiu para a fundação de núcleos de povoamento que possibilitam, por sua vez, o surgimento de cidades. Esses movimentos necessitam de pontos de apoio para efetivarem a expansão, além disso, os novos habitantes carregam consigo seus modos de vida, dotando os povoados de diversas funções – como comercial, religiosa e de lazer. Muitos desses povoados são associados aos distritos municipais ou a um determinado tipo de distrito municipal, definido enquanto *o estágio inicial para a formação de um município* (PINTO, 2003; PINA *et al*, 2008). Por isso, nos interessa debater os tipos de povoados – tema a que se ocupa a próxima seção – que, na história brasileira, deram origem às cidades, de modo a tecer considerações sobre a possibilidade ou não de aproximação com nossa realidade de estudo.

## **2.2. Os povoados e a criação de vilas e cidades no Brasil**

Aroldo de Azevedo (1970), ao estudar a questão urbana no Brasil, afirma que as cidades e vilas do país, salvo exceções, tinham sua origem relacionada à criação de um

*povoado*<sup>4</sup>. Em cada região e até dentro de um mesmo estado foram observadas diferenças, tanto de denominação, quanto de processos e formas. Entretanto, apresentavam certos traços em comum, tais como: população reduzida, uma única rua principal, um pequeno templo, estabelecimento escolar de nível primário e o predomínio da função comercial.

Classificando os diferentes tipos de povoado de acordo com os fatores que lhes deram origem, Azevedo (1970) aponta seis distinções:

1. Lugares fortificados e postos militares;
2. Aldeamento de Índios;
3. Arraiais e corruptelas;
4. Engenhos e usinas. Fazendas e bairros rurais;
5. Loteamentos rurais: patrimônios e núcleos coloniais;
6. Pousos de viajantes e estações ferroviárias (AZEVEDO, 1970, p. 240)<sup>5</sup>.

O primeiro exemplo (lugares fortificados e postos militares) circunscreve-se ao período colonial, quando Portugal buscava defender o domínio das terras conquistadas, então concentradas, principalmente, na fachada atlântica. Os Aldeamentos de Índios tratam-se de aglomerados induzidos pela ação de missionários e do Serviço de Proteção ao Índio (SPI)<sup>6</sup> e não de aldeias indígenas “espontâneas”, ou seja, sem a influência da cultura do colonizador. A ação dos missionários católicos, sobretudo os jesuítas – cuja chegada ao país está datada em 1550 – foi fundamental na fundação de diversos povoados e, a partir de 1910, o SPI foi responsável pela fundação de centenas de postos indígenas, em todas as regiões do país (AZEVEDO, 1970).

Os arraiais estão circunscritos às áreas de mineração de ouro, assim como de pedras preciosas, surgidos entre os séculos XVII e XVIII, principalmente, nas regiões de Minas Gerais, Goiás e Mato Grosso, também com menor intensidade na Bahia, São Paulo e Paraná, destaca-se, nestes casos, a ação dos Bandeirantes Paulistas. As corruptelas referem-se aos povoados surgidos da exploração do diamante no século XX e guardam grande semelhança aos arraiais (AZEVEDO, 1970).

---

<sup>4</sup> A denominação de “Povoado” também é utilizada atualmente pelo IBGE para designar aglomerações rurais. Como esse tipo de classificação não está presente no recorte de estudo não nos aprofundamos na sua compreensão. O termo povoado tem, neste trabalho, sentido histórico (IBGE, 2011).

<sup>5</sup> Aroldo de Azevedo cita ainda como outros tipos, menos marcantes quantitativamente (número de cidades criadas e extensão da área geográfica em que são identificados), de “embriões” urbanos as vendas de beira de estrada ou beira-rio; estações de saúde; estabelecimentos industriais; pontos de passagem; seringais e entrepostos comerciais das regiões produtoras de castanha, cacau e erva-mate e núcleos de pescadores (AZEVEDO, 1970, p. 247).

<sup>6</sup> O Serviço de Proteção aos Índios ou, inicialmente, Serviço de Proteção aos Índios e Localização do Trabalhador Nacional, é uma das criações do Marechal Cândido Rondon, foi fundado em 1910 e funcionou, com o objetivo de educar e integrar as populações indígenas ao mercado nacional, fora do escopo das iniciativas da Igreja Católica, até 1967 quando foi substituído pela Fundação Nacional do Índio (FUNAI) (FUNAI, 2015).

Entre os tipos que mais interessam ao presente trabalho estão os engenhos, usinas, fazendas e bairros rurais. Considerando a importância da vida rural e das atividades agropecuárias no país “[...] nada mais natural que as atividades ligadas à terra tenham sido responsáveis pelo aparecimento de embriões de cidades” (AZEVEDO, 1970, p. 243). Cabe destacar que, em cada região e, de acordo com as diferentes atividades econômicas desenvolvidas, a ação urbanizadora tomou distintas características.

Como exemplo de diferentes ações urbanizadoras, Azevedo (1970) destaca as fazendas de gado no Nordeste e no Sul do país. Já no Estado de São Paulo, essa relação (atividades agropecuárias – embriões urbanos) é muito marcante, a datar os tempos coloniais até, podemos acrescentar, os anos 1970:

Em terras paulistas, papel de relevo cabe às *fazendas* e aos *sítios* na obra de urbanização, desde os tempos coloniais até aos dias de hoje, nas chamadas zonas “velhas” como nas situadas na faixa pioneira; notadamente as *fazendas de café* (com suas vastas sedes e senzalas ou “colônias”) aparecem como embriões de cidades. Por outro lado, muitas tiveram como semente um *bairro rural* [...] (AZEVEDO, 1970, p. 244 [grifos do autor]).

Bairro rural é uma designação para grupos rurais, utilizada a partir final do século XVIII em documentos oficiais, e, embora muito característica do Estado de São Paulo, também é encontrada em Minas Gerais (QUEIROZ, 1973). São referências neste tema as obras de Antônio Cândido (1964) e Maria Isaura Pereira de Queiroz (1973), autores que realizaram estudos de caso no Estado de São Paulo, evidenciando a importância dessas formações para a compreensão de boa parte do território paulista.

Para Cândido (2010 [1964]), o bairro rural é a estrutura fundamental da sociabilidade *caipira*, que o autor define como uma categoria cultural – não distinguindo os aspectos étnicos utilizados para estudar os modos de vida tradicional (o índio, o negro, o branco, o caboclo) – e geográfica – por ser circunscrita à “área de influência histórica paulista” (p. 27), mais restrito assim às “zonas velhas” de ocupação. Entretanto, “Os Parceiros do Rio Bonito” possui um alcance maior, uma vez que é considerado uma interpretação da formação social brasileira a partir dos pobres do campo, que desde a colonização viveram à margem do latifúndio (JACKSON, 2001; LOHN, 2006).

O bairro rural está associado a um povoamento disperso, distinguindo-se de outras formas de ocupação, a partir das Bandeiras, que como já nos referimos eram essencialmente despovoadoras, tais quais as vilas e povoados que surgiam pela ação de povoadores anônimos, aldeias de índios, fazendas, capelas, pousos e da fundação deliberada. Estes tipos de povoamento estabelecem “pontos de apoio da civilização”, através de estruturas básicas – o comércio e a igreja, por exemplo – que reforçam a concentração (CÂNDIDO, 2010 [1964]).

O povoamento disperso possui características distintas que foram sistematizadas por Cândido (2010 [1964]) em dois tipos básicos: o povoador *transitório* (cultivador nômade; agregado; posseiro) cuja natureza de ocupação pode ser precária ou consentida, em outras palavras, sem título legal de propriedade da terra; e o *permanente* (sitante e fazendeiro) com a propriedade da terra ou ocupação, via arrendamento no caso dos sitiantes.

Este modo de ocupação está sempre associado ao tipo concentrado, pois a população estabelece algum nível de relação com os povoados, mas os bairros rurais, como teorizou Cândido (2010[1964]), eram formados pelos agrupamentos que estavam além desses centros: grupos rurais de vizinhança constituídas por algumas ou muitas famílias, mais ou menos vinculados pela convivência, práticas de auxílio mútuo, atividades de lazer e religiosas e pelo sentimento de localidade.

Entende-se, assim, que a definição de bairro rural inclui como elemento fundamental as relações de proximidade, além disso, outros autores acrescentam o vínculo com elementos naturais e as próprias atividades agropecuárias. Para Azevedo (1970), um bairro rural trata-se de “[...] uma área servida por um caminho ou estrada, ao longo do qual se alinham ou se espalham pequenos ‘sítios’ em que se cultivam produtos de subsistência e se cria o gado menor” (AZEVEDO, 1970, p. 244).

Da mesma forma, nas palavras de Queiroz, o bairro rural é: “[...] um grupo de vizinhança de ‘habitat’ disperso, mas de contornos suficientemente consistentes para dar aos habitantes a noção de lhe pertencer, levando-os a distingui-lo dos demais bairros da zona” (QUEIROZ, 1973, p. 03). Fato bastante comum na história dos nossos povoados, a religiosidade é um de seus componentes: “[...] a *capela* representou e continua a representar papel importantíssimo como elemento aglutinador do povoamento, ponto obrigatório de reunião da gente rural fixada em suas vizinhanças” (AZEVEDO, 1970, p. 244).

Nesse sentido, Moreira (2012, p. 266) sintetiza: “[...] os bairros rurais são considerados unidades geográficas heterogêneas, baseadas nas relações de vizinhança, na identidade e na vinculação com o lugar”, podendo, deste modo, ser pensados “[...] como embriões ou pontos estratégicos para a formação de distritos, patrimônios e sedes de municípios paulistas” (MOREIRA, 2012, p. 226).

Outro tipo de povoado que nos interessa são os loteamentos rurais (patrimônios e núcleos coloniais) que se tratam especificamente de iniciativas em que há clara intenção em constituir um povoamento de caráter urbano. Falamos da prática: “[...] do *loteamento* de uma gleba de terras e da cessão, por venda ou aforamento, dos lotes correspondentes, sistema que

tem sido adotado desde os tempos coloniais, embora mais comum viesse a tornar-se a partir do século XIX” (AZEVEDO, 1970, p. 245).

Os denominados patrimônios são exemplos desses loteamentos. Os patrimônios religiosos são formados pela doação de uma área a um “santo de devoção”, o que significa passá-la, via documento público, para uma autoridade eclesiástica, deste modo:

[...] o doador fixa as bases estruturais do futuro aglomerado, procurando atrair moradores para o local; os que se estabelecerem no chão doado ao santo patronímico pagarão seus foros à diocese, e os que se fixarem nas redondezas se tornarão arrendatários ou mesmo proprietários dos lotes ocupados (AZEVEDO, 1970, p. 245).

São importantes também os loteamentos realizados por iniciativas particulares, oficiais, individuais ou coletivas. Para Azevedo (1970), as sesmarias no século XVI podem ser consideradas como as primeiras manifestações nesse sentido, outro exemplo são os *núcleos coloniais* que se tornaram significativos no século XIX com as correntes imigratórias da Ásia e Europa para o Brasil (AZEVEDO, 1970).

Já os patrimônios leigos constituem um tipo de loteamento rural característico principalmente do século XX:

[...] através da qual uma pessoa ou sociedade imobiliária dá início ao povoamento, fazendo construir os primeiros edifícios (casas de madeira, quase sempre), destinados à administração, à hospedagem, a um ou dois estabelecimentos comerciais, ao mesmo tempo que são postos à venda os primeiros lotes previamente demarcados (AZEVEDO, 1970, p. 245).

Para o autor, os patrimônios leigos: “Correspondem aos melhores exemplos de nossas cidades pioneiras, surgidas notadamente em terras paulistas e paranaenses” (AZEVEDO, 1970, p. 245). São povoados relacionados tipicamente com as “*frentes pioneiras*”, descritas na seção anterior, que no Estado de São Paulo foram impulsionadas por fatores como a necessidade de expandir a área destinada à produção do café somada à vasta área no Oeste do estado coberta por matas – o que atraía os pioneiros pelo seu solo fértil – e tomada como “disponível”, embora habitada por povos indígenas. A expansão da rede ferroviária foi também fundamental nesse processo, contribuindo para o surgimento de patrimônios e cidades (PETRONE, 1970).

Sobre a importância dos meios de comunicação e transporte no surgimento de povoados, Azevedo (1970) indica que até 1870 as grandes distâncias entre os núcleos urbanos no país:

[...] impuseram a criação de *ranchos* e *pousos* em lugares correspondentes às etapas mais frequentadas [...], onde os viajantes e tropeiros encontravam alimentos e alojamentos para si e para as tropas, como ainda quem consertasse os arreios e ferasse os animais (AZEVEDO, 1970, p. 246).

Após 1870, as vias férreas começaram a ser instaladas pelo país, a saber, nas regiões de economia mais dinâmica, com o intuito de interligá-las aos principais portos. Mesmo que a ação urbanizadora das estações não tenha sido de grandes proporções, a exemplo dos Estados Unidos ou Canadá, uma vez que os trilhos buscaram áreas já povoadas, este processo teve sua importância registrada em algumas regiões, como destacamos, no Planalto Ocidental Paulista (AZEVEDO, 1970).

Os diversos tipos de formação de povoados levantados constituem a história de muitos distritos municipais no país, assim, pode-se considerar que, em suas gêneses, explicitamente ou não, se previa o desenvolvimento de uma cidade. Becker (1978), ao estudar os povoados surgidos na rodovia Belém-Brasília na Amazônia, apresenta reflexões que, apesar de circunscritas à realidade em análise, nos ajudam a compreender facetas do processo de urbanização em outras regiões do país. Para a autora:

Povoados são núcleos populacionais especialmente compactos com nomes reconhecidos localmente, que possuem caráter rural-urbano. São a residência de trabalhadores rurais ou pequenos agricultores e pequenos centros de mercado. Não possuem, assim, a variedade de funções, a complexidade social e o *status* legal, critérios necessários à sua classificação como centros urbanos segundo a teoria contemporânea. Contudo, de acordo com o conceito adotado, é possível considerar os povoados como uma manifestação do urbanismo, sua forma particular estando vinculada à sua função no padrão global de circulação do produto excedente socialmente designado (BECKER, 1978, p. 111).

Os povoados podem ser considerados “formas incipientes de urbanismo” (BECKER, 1978, p. 111). Ferreira (1991) assinala o mesmo princípio tomando como referência o Norte do Paraná: “[...] no processo de urbanização nas regiões de ocupação, caracterizados de ‘fronteiras’, a criação de pontos de apoio demográfico, denominados de distritos, vinculando-se aos municípios [...]” (FERREIRA, 1991, p. 57).

A mesma autora relaciona o aumento do número de distritos no Brasil, entre as décadas de 1960 e 1970, com a expansão das fronteiras e urbanização das regiões de ocupação, que foi muito estimulada pelo Estado neste período: “[...] houve um acréscimo de 401 distritos neste período, pois em 1964 totalizavam 7.762, crescendo para 8.163 distritos em 1979” (FERREIRA, 1991, p. 57).

Nesse sentido, alguns autores, entre os quais citamos Pinto (2003) e Pina *et al* (2008), associam a ideia de povoado a de distritos municipais com a formatação legal atual, uma vez que, uma estratégia para fortalecer os núcleos em formação é requerer seu *status* de distrito, ao mesmo tempo em que criar um distrito é reconhecer um núcleo de população concentrada. Percebemos então que na própria concepção legal de distrito está implícita a noção de

povoado e esta concepção traz a ideia de povoado, de acordo com Azevedo (1970), como um “embrião urbano”.

Essa ideia significa, nas palavras de Azevedo (1970, p. 248), que o *destino* dos povoados brasileiros era o de “[...] se transformarem em *vilas* (sedes distritais) e, um dia, alcançar o que significa a suprema aspiração de seus habitantes – a categoria de *idades*, sedes municipais, com seus Prefeitos e suas Câmaras Municipais”. A respeito dessa concepção podemos refletir tanto sobre este momento do pensamento geográfico brasileiro quanto sobre traços da política brasileira de urbanização, influenciada por estas ideias.

Aroldo de Azevedo (1910-1974) foi um importante geógrafo, formado na Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo (USP), onde era professor do Departamento de Geografia, e, portanto, influenciado pela Geografia Francesa Tradicional. Em sua obra são marcantes traços desta corrente, por exemplo, na realização de estudos regionais através das monografias que valorizavam os trabalhos de campo, a representação cartográfica e a dimensão histórica nos estudos geográficos (PAZERA JR, 1988; LENCIONE, 2012).

Tendo contribuído para diferentes áreas – geografia física, regional, urbana – e, sobretudo, para o ensino de geografia, Azevedo publicou, em toda sua carreira, trinta livros didáticos, muitos deles no período Vargas, alinhando-se às reformas educacionais<sup>7</sup> deste período, que visavam, entre outros objetivos, a construção do “nacionalismo patriótico”. Esta época foi também marcada por uma aproximação do Estado com a Geografia através da Geopolítica, como conceberam Kjéllen e Haushofer, ou seja, pela utilização dos conhecimentos geográficos para a formulação de esquemas e estratégias que atendessem os interesses do poder dominante (FERRACINI, 2008).

Esta época – fim da República Velha (1889-1930) e o primeiro governo de Getúlio Vargas – inaugura, no Brasil, o planejamento estatal, entendido como técnica de governo capaz de acelerar o desenvolvimento país por meio do crescimento econômico e da modernização enquanto proposta norteadora, que no nosso caso, era a busca pela modificação da estrutura do país, de agrário-exportadora para urbano-industrial (BACELAR, 2003).

Do mesmo modo que esta concepção de desenvolvimento, muitas das ideias de Aroldo de Azevedo, influenciado pela Escola Tradicional de Geografia, baseavam-se nos conceitos

---

<sup>7</sup> As reformas educacionais desse período foram: *Reforma Francisco Campos* (1931-1942) que reestruturou o Ensino Superior visando à formação de professores para o Ensino Secundário e a *Reforma Gustavo Capanema* (1942-1945) que visou ao Ensino Secundário instaurando os ciclos ginasiais e clássico ou científico. Outra importante ação de Vargas foi a instituição da Comissão Nacional do Livro Didático, que estabeleceu a legislação e controle sobre a produção, circulação e conteúdos dos livros didáticos no país (FERRACINI, 2008).

positivistas que carregavam a interpretação de fatos humanos ou sociais a partir de noções biológicas. Este é o caso da compreensão desse autor dos povoados como “embriões urbanos”, na qual a “evolução” destas formas até a condição de cidade é implícita e natural. Todavia, sabemos que nem todos esses núcleos alcançaram/alcançam tal categoria, ou seja, há diversos casos que um distrito não se torna cidade ou sede municipal. Consideramos que as desigualdades são geradas nos próprios processos de produção do espaço, podemos inferir que entre os “destinos” que um povoado pode ter encontram-se a condição de estagnação e permanência ou o desaparecimento, como discutido por Becker (1978):

Parece, assim, que, uma vez exercido o seu papel de concentrar a mão-de-obra para desbravamento da área para os grandes proprietários, o povoado se torna desnecessário, extinguindo-se e reaparecendo em novas áreas que estão sendo abertas (BECKER, 1978, p. 120).

A autora relaciona a estagnação não somente às próprias dinâmicas econômicas, mas também devido as possíveis vantagens/desvantagens locais entre os povoados:

Os povoados são pequenos pontos de concentração e circulação do *surplus* e, portanto, uma manifestação do fenômeno urbano. Para que se transformem em cidades, contudo, é necessário que essa mobilização se estabeleça em bases permanentes. [...] a maioria deles tende a estagnar e a se extinguir, enquanto alguns favorecidos por vantagens locais, crescem e ampliam sua esfera de influência, sobrepondo-se à pequena esfera de influência local dos menores. Uma hierarquia se organiza, portanto, indicando a presença de algumas relações funcionais e o começo de uma articulação regional. (BECKER, 1978, p. 122).

É conveniente discutir também como se dá a criação de municípios no contexto recente. Ribeiro (2010) aponta que a Constituição Federal de 1988 tornou a criação de municípios uma atribuição dos governos estaduais, entretanto, sem estabelecer critérios precisos para a regulamentação de uma nova localidade. Assim, após essa medida, houve aumento no número de municípios brasileiros de “[...] 3.991 em 1980, para 5.561 no ano 2000 [...]” (RIBEIRO, 2010, p. 293).

A quase totalidade destes casos trata-se da emancipação de distritos e concentra-se “[...] na porção do país onde se nota grande avanço dos empreendimentos econômicos (centro-oeste e norte), destacadamente no setor agroindustrial, transformando-se, dessa forma, em exemplo de estratégia de inserção desses espaços na lógica de troca” (RIBEIRO, 2010, p. 296). Diante desse quadro, a União modificou essas condições, estabelecendo, entre outras medidas, a necessidade de um *Estudo de Viabilidade Municipal*, por meio da Emenda Constitucional número 15 do ano de 1996 (RIBEIRO, 2010).

O Estudo de Viabilidade Municipal surgiu, desse modo, como um instrumento que visa diminuir as distorções nos processos de criação de municípios, pensado não somente pelo

alto número de emancipações, mas pelas implicações econômicas, políticas e sociais do estabelecimento de localidades sem os atributos mínimos para sua própria administração, considerando que, 78% dos novos municípios instalados entre 1980 e 2000 possuíam menos de 10 mil habitantes (RIBEIRO, 2010). Notamos assim, que mesmo os distritos que se emancipam tem um caráter urbano questionável, o que reafirma a necessidade de compreender os distritos municipais – sobretudo suas sedes, que em 2010 somavam 4.510 em todo país –, a partir das relações entre campo e cidade (IBGE, 2010).

Retomando as ideias do início deste capítulo, podemos considerar, sinteticamente, que um distrito municipal é uma denominação genérica para as divisões dos municípios brasileiros e estão relacionados ao reconhecimento de um povoado, e, por conseguinte, de seu “potencial” em tornar-se uma cidade (de fato ou oficial, ou seja, um município autônomo), onde notamos a presença da concepção de “embrião urbano” por parte dos legisladores. Excluindo-se os exemplos em que sua delimitação se dá por critérios de planejamento e gestão do território municipal com a divisão de áreas internas à malha urbana, boa parte dos casos está relacionada aos processos de expansão e/ou interiorização econômica e urbana, que no Brasil, cabe dizer, estão muitas vezes vinculados, direta ou indiretamente, aos empreendimentos agropecuários.

Levando em conta esta reflexão, que nos remete ao recorte deste estudo, e para concluir este item, acreditamos que os distritos que não atingem tal *status* urbano – ou não apresentam elites locais politicamente organizadas –, a ponto de emancipar-se e não terminam por desaparecer com a perda populacional, mantêm intensos laços com o espaço rural e a agricultura e forte dependência da sede municipal. Nesse sentido, discutiremos no próximo item algumas questões referentes aos critérios utilizados para a diferenciação entre urbano e rural no país e as relações cidade-campo.

### **2.3. Urbanização e relação cidade-campo no Brasil**

Conforme já buscamos ressaltar, cada porção do espaço abriga dinâmicas que levam a diferentes tipos de análise, mas argumentamos – com base em estudos de caso já realizados por outros pesquisadores<sup>8</sup> e através das nossas reflexões – que é possível delinear questões gerais em relação aos distritos municipais. Frequentemente, estes espaços são caracterizados como intermediários entre o campo e a cidade, ainda que, oficialmente, sejam áreas urbanas.

---

<sup>8</sup>Podemos citar Araújo e Soares (2009); Monastiky *et al* (2009) e Ferraz e Rocha (2012) como alguns dos autores/as que realizaram estudos sobre distritos municipais.

Nesse sentido, para começar a empreender uma análise dessas formações é importante investigar as razões pelas quais são classificadas na qualidade de urbanas.

No Brasil adota-se o critério político-administrativo para a diferenciação entre urbano e rural, que se baseia no Decreto-Lei 311 de 1938. Sabemos que esta norma é desprovida de análise espacial e considerá-la como um instrumento capaz de se aproximar da realidade não passaria de um anacronismo. Entretanto, acreditamos que a compreensão do contexto de sua formulação e dos rebatimentos em termos de ações públicas, contribui para nosso trabalho, inclusive como um exercício didático. Cabe ressaltar que, vinculada aos estudos dos distritos municipais, esta discussão não foi realizada de maneira ampla.

O debate também se faz relevante uma vez que a lei é a que atualmente está em vigor e contribuiu para a disseminação de ideologias que implicam no modo como outros sujeitos, que não os acadêmicos, “leem” o espaço geográfico. Ponderamos, também, por meio da observação do nosso recorte de investigação, que as determinações deste decreto colaboram para que uma parte da população rural seja negligenciada pelas políticas públicas, por exemplo.

De acordo com o referido decreto-lei, as áreas urbanas são as sedes dos municípios e distritos, e o rural, grosso modo, trata-se do que *não é urbano*. O entendimento raso de urbano e a pouca preocupação em desenvolver marcos para o rural, pode ser interpretada como resultado da rápida urbanização que não somente o Brasil, mas toda a América Latina passou a partir de meados do século XX. Na Argentina, por exemplo, onde já em 1914 a população urbana superou a rural, se considera o tamanho demográfico para definir o que é urbano, de modo que, são consideradas cidades, os núcleos com população igual ou superior a dois mil habitantes, logo, os espaços rurais são aqueles que apresentam população inferior a este marco, os quais se subdividem entre rural agrupado – que se refere à ocupações/povoados com população inferior a dois mil habitantes – e rural disperso – que indica a ausência de concentração/aglomeração de população (INDEC, 2013).

A leitura dos espaços rurais como “o que não é urbano”, além de implicar na falta de reflexão sobre a complexidade do que é rural e urbano, reduzidos a simples expressões numéricas, contribuiu para a reiteração de uma hierarquia em conjunto com a disseminação de um imaginário a respeito destes espaços, que acompanhou o processo de urbanização:

La urbanización de América Latina há sido inducida por un modelo de desarrollo que privilegió la urbanización y modernidade. Asociando la ruralidad con esquemas pré-modernos y atrasados de desarrollo, se impusieron visiones de largo plazo, en las cuales se concebía las sociedades de América Latina como sociedades modernas urbanas y para lograrlo se generaron procesos y se indujeron compartamientos

poblacionales de orden económico y de orden social (PERICO e RIBERO, 2002, p. 37).

Esse imaginário revela também, como Singer (1977) e Soares (2011) debatem, que na realidade latino-americana, a cidade tem um sentido diferente da definição europeia – que considera a morfologia e as funções urbanas, centralidade e organização da vida política – ou que pelo menos a extrapola. Paradoxalmente, Romero (2004 [1976]) discute que a América Latina se constituiu para os colonizadores, desde o século XVI, em uma projeção do mundo europeu, mercantil e burguês, refletindo, assim, a busca pela criação de uma sociedade urbana. As cidades colaboraram então para assegurar “[...] a presença da cultura europeia e, sobretudo, traçaram o perfil das regiões sobre as quais exerciam sua influência e, em conjunto, sobre toda a área latino-americana” (ROMERO, 2004 [1976], p. 41).

Em outras palavras, a ênfase neste tipo de sociedade representava a necessidade de fazer a cultura do colonizador se sobrepôr à América Indígena, predominantemente rural. Maior exemplo é a *cidade da conquista*, característica da colonização:

A cidade da conquista é implantada como ponto fortificado, a partir da qual se irradia o poder colonizador, submetendo as populações indígenas à autoridade política do rei e ideológica da Igreja, expropriando e redistribuindo terras, aniquilando quilombos, reprimindo o contrabando e as incursões de corsários e de forças colonialistas rivais (SINGER, 1977, pag. 12).

As cidades, para os conquistadores, respaldaram “um ‘sonho de ordem’ em um território ‘selvagem’ e destinado a ser ‘dominado’ pelo colonizador” (SOARES, 2011, p. 73).

De acordo com Romero (2004 [1976]):

A fundação, mais que erguer a cidade física, criava uma sociedade. E a essa sociedade compacta, homogênea e militante correspondia moldar a realidade circundante, adequar seus elementos – naturais e sociais, autóctones e exógenos – ao objetivo preestabelecido, força-los e constringê-los, se necessário fosse. A sociedade urbana – compacta, homogênea, militante – era moldada por uma ideologia e impelida a defendê-la e impô-la a uma realidade que se julgava inerte e amorfa (ROMERO, 2004 [1976], p. 44-45).

Como sintetiza Santos (1993): “No começo, a ‘cidade’ era bem mais uma emanção do poder longínquo, uma vontade de marcar presença num país distante (p. 17)”, em outras palavras, na América-Latina, a cidade atendia a uma necessidade política de identidade e representava um: “[...] ideal cívico em que se atrelava o sentido de organização estatal-nacional e a produção de uma cidadania moderna [...]” (GORELIK, 2005, p. 114).

Posteriormente, entre as décadas de 1950 e 1970, caminhou-se, então, para a efetivação do par urbanização-industrialização em toda a América Latina. De um modo similar ao qual a cidade colonial servia ao combate das culturas nativas – rurais, em sua maioria – a partir dessa época, o projeto desenvolvimentista, visando construir uma “nação

moderna”, procurou repelir a influência do mundo rural, até então, característica fundamental destas sociedades (GORELIK, 2005).

O que não significa dizer que a agricultura não foi importante neste processo, pelo contrário, em muitos exemplos, a urbanização apoiou-se economicamente nas atividades agropecuárias ou se deu mediante agentes oriundos dos espaços rurais. O Brasil, em específico, “[...] representa um caso extremo, no qual os processos sociais e culturais passam fundamentalmente pelas áreas rurais durante os primeiros séculos da colonização (ROMERO, 2004 [1976], p. 41)”. É sabido que, na história da urbanização, a produção de excedentes agrícolas foi condição primordial para a divisão social do trabalho e a formação das cidades, mas o que procuramos evidenciar é que no Brasil esse processo, por se dar de forma rápida, necessitou da disseminação de uma ideologia urbana, atrelada à construção de diversos outros valores relacionados a uma nacionalidade moderna<sup>9</sup>.

Para Soares (2011, p. 73), “O Estado precedeu a sociedade, e desta forma, em muitos casos, também foi o Estado que estabeleceu as cidades, mais do que a sociedade [...]”, é possível afirmar que esta foi a acepção principal da cidade até a década de 1940. Santos (1993), em consonância com as reflexões de Murilo Marx (1991), diferencia a “criação de cidades” da urbanização propriamente dita, que se inicia no século XVIII, quando os senhores de engenhos e fazendeiros passam a ter sua segunda residência nas cidades, e logra amadurecimento a partir do século XIX. Nesse sentido, Queiroz (1979) explica que, a difusão do gênero de vida burguês urbano, ocorreu bem antes do processo de urbanização e industrialização ganhar “corpo” no país.

A produção de café centralizada no Estado de São Paulo garante uma mudança nas redes técnicas e sociais do território que favorecem a industrialização e sua concentração nesta área (SANTOS, 1993). Nos anos 1940, a dinâmica urbana passa a ser imposta sobre o território do país, sendo a industrialização seu fator primordial. Nesse contexto se promulgou o Decreto-Lei 311 de 1938, ou seja, durante o Estado-Novo (1937-1945), marcado pela centralização e pelo nacional-desenvolvimentismo. No período referido foram criadas muitas das instituições, formulações e instrumentos técnicos que, posteriormente, orientariam as transformações via Estado do espaço brasileiro nas próximas décadas, como o IBGE e o próprio Decreto-Lei 311.

---

<sup>9</sup> Convém mencionar que houve no Brasil colonial um *anti-urbanismo*, que refletia a ênfase dada na colonização para a exploração econômica (agrícola), relegando aos senhores de terra a tarefa de fundar cidades, o que contribuiu para a lenta urbanização no país, o que difere a colonização portuguesa da espanhola que “[...] atribuía à colonização uma transcendência que não se limitava à exploração econômica (p. 44)”, o que se evidencia, por exemplo, na preocupação em estabelecer uma rede de cidades (ROMERO, 2004 [1976]).

Para além dos processos de urbanização propriamente dita – compreendida como um processo amplo, com uma lógica social e uma maneira de produção e apropriação do espaço únicas e advindas do modo de produção vigente (SILVA, 2010) – e de criação de cidades – que indica um período anterior, no qual as cidades não abrigavam a gestão e o controle da economia, que estava no campo, considerando que vivíamos numa sociedade agrária – há a necessidade de fazer referência aos processos de “criação de municípios”.

Referimo-nos ao período posterior à já citada Emenda Constitucional número 15 – responsável por colocar novas regras para o processo de emancipação municipal – e argumentamos que, primeiramente, com o Decreto-Lei 311 de 1938 determinou-se que as sedes de municípios eram cidades, de modo que foi acrescentado ao urbano, no plano formal, um significado político-administrativo. A partir disso, as elites locais passaram a preocupar-se com este “*status* urbano”, uma vez que, historicamente estes grupos se organizaram nos moldes do municipalismo, buscando representação junto aos governos centrais.

Oliveira (1999) relata que as câmaras municipais, enquanto órgãos de administração pública e representação política, existem desde os tempos coloniais, antes mesmo das assembleias estaduais e do Congresso Nacional. As câmaras municipais podem ser consideradas como uma herança dos colonizadores, pois a Coroa estabelecia como condição para o reconhecimento de uma vila, a instalação de câmaras locais, marcando assim a origem dos municípios brasileiros – antes da federação dotados de órgãos próprios de administração política, neste caso, a câmara e a prefeitura.

O estabelecimento das câmaras municipais visava, nos tempos coloniais, ao controle e a articulação do município à administração central. A continuidade desta estrutura no regime republicano representou a ampliação do poder das elites locais por meio do controle dos eleitores, garantindo a troca de favores entre os municípios e os governos estaduais e o federal. O coronelismo, baseado, no patrimonialismo e no clientelismo, explica Santin (2007), terminou por fazer com que o município fosse entendido como a esfera que propiciava às autoridades centrais a conquista de votos através das alianças entre as oligarquias, e não uma unidade político-administrativa prestadora de serviços à população. Nessa época, o poder central não visava à construção do município como um órgão de representação, mas sim o fortalecimento dos coronéis por meio dos acordos eleitoreiros (SANTIN, 2007).

Neste círculo vicioso, em que o município dependia de favores do governo central, alcançado pelo apoio que o coronel da localidade dava ao governo, todas as obras públicas ganharam caráter privado/privatista e personificado, as disputas pelo controle do poder local não se realizavam visando aos interesses gerais, públicos das localidades, mas como uma

maneira de se obter prestígio, realce social e defender-se dos adversários locais (SANTIN, 2007; OLIVEIRA, 1999).

Entre as estratégias e instrumentos para que o chefe local exercesse sua autoridade estava a busca por “melhorias” nas localidades, que chegam a garantir a essas figuras, características carregadas de “idealismo” ou “heroísmo” – típicos da personificação presente na política brasileira – ao alcançarem, para os povoados ou regiões que exerciam influência, diversos tipos de equipamentos e serviços de utilidade pública: “Construções de escolas, estradas, correio, ferrovia, posto de saúde, hospital, luz elétrica, rede de esgoto, água encanada, campos de futebol, dentre outros” (OLIVEIRA, 1999, p. 08).

Por meio da negociação com as demais escalas de poder, os coronéis alcançavam tais “melhoramentos” e, por consequência, garantiam os votos de sua clientela e mantinham (e ainda hoje mantêm) sua posição de liderança. Com a República Nova, os municípios passam a ter garantido o direito de arrecadação de orçamento próprio por meio da cobrança de impostos e taxas, o que não existia anteriormente (MARCO, 2002).

No Estado Novo, a preocupação por parte do Estado de estabelecer critérios mínimos para o reconhecimento dos municípios, juntamente com a abertura de novas fronteiras agrícolas, fizeram com que as elites locais necessitassem que as novas áreas sobre as quais passavam a exercer poder, fossem reconhecidas como municípios, motivados em obter representação junto ao governo central e também na arrecadação de impostos. Esses grupos necessitavam, portanto, dotar os povoados dessas “características urbanas” que ficaram implícitas na política municipal.

Assim, no Brasil, sempre que falamos de municípios – uma divisão política administrativa local – a noção *legal* de cidade está incluída. Podemos comparar a particularidade do caso brasileiro com a organização político-administrativa da Argentina, onde as 23 províncias e a Cidade Autônoma de Buenos Aires, à semelhança do Brasil, têm suas próprias legislações, que, evidentemente, não devem contradizer a Constituição Federal. Cada uma das constituições provinciais (estaduais) deve determinar a divisão de seus territórios e o regime municipal e que determinações os governos locais possuem e os tipos de hierarquia entre as jurisdições ou municípios (comissões de fomento, município de primeira e de segunda ordem, municipalidades ou comissões municipais) (BENEDETTI, 2012; CETRÁNGOLO; JIMÉNEZ, 2004).

Deste modo, as divisões territoriais na Argentina são classificadas em ordens: as de primeira correspondem as 23 províncias e a Capital Federal, que apresentam autonomia política; as de segunda ordem são os departamentos ou partidos (no caso da Província de

Buenos Aires) que são determinadas em cada Constituição Provincial, tratam-se, portanto, mais de uma determinação das províncias do que da organização do poder local, como é o caso dos municípios brasileiros; já as divisões de terceira ordem – estas sim referentes aos governos locais – são definidas em cada departamento e não há nenhuma que abarque todo o território argentino (BENEDETTI, 2012).

Os departamentos na Argentina têm a função cadastral e podem servir para estabelecer zonas eleitorais, instalação de órgãos provinciais, por exemplo, a polícia e o poder judicial. As entidades de governo local podem organizar-se em intendências, comissões locais ou municipalidades que podem corresponder ou não com os limites de um departamento. Diferentemente do Brasil, onde o município corresponde a uma divisão estadual, uma jurisdição local e sua sede são consideradas como uma cidade (BENEDETTI, 2012).

No caso das cidades, se um povoado passa a apresentar mais de dois mil habitantes de acordo com a legislação Argentina, além de ser classificado como urbano, pode reivindicar, por meio da sociedade civil organizada, a declaração de cidade, que não vai implicar diretamente na formação de um novo departamento. Ao ser declarado cidade, esta passa a ter o direito de possuir um regime especial de organização, pode formar uma municipalidade ou sediar a delegação de uma municipalidade, que pode estar associada à outra cidade (VAPÑARSKY, 2004; BENEDETTI, 2012).

No Quadro 2 estão sistematizadas as definições de cidade, urbano, rural e município no Brasil e na Argentina:

**Quadro 2: Definições oficiais de Cidade, Urbano, Rural e Município/Departamento no Brasil e na Argentina.**

	Brasil	Argentina
Cidade	Sede municipal	Localidade com dois mil habitantes ou mais e com algum tipo de regime de administração local
Urbano	Áreas delimitadas pela Lei do Perímetro Urbano	Localidade com dois mil habitantes ou mais.
Rural	Áreas localizadas fora do Perímetro Urbano.	Divide-se em duas categorias, Rural disperso e Rural aglomerado (localidades com menos de dois mil habitantes).
Município/Departamento	Circunscrição territorial e administrativa. São as menores unidades autônomas da Federação. Formados pela sede, que é a cidade, que dá nome ao município, pelas demais zonas urbanas e pela zona rural.	Subdivisão do território das Províncias, servindo a funções de gestão provincial. Podem abrigar uma ou mais cidades, bem como, diferentes regimes municipais.

**Fontes: IBGE (2011); Constituição Federal do Brasil (1988); INDEC (2013); BENEDETTI (2012). Org. Maryna V. M. Antunes (2015)**

Por meio da reflexão sobre as diferenças percebidas, notamos que no Brasil, a questão do urbano e do rural está intrinsecamente relacionada à forma de organização do poder local. A conjugação do município à cidade, associada à busca pela urbanização do país e disseminação dos valores que hierarquizavam o urbano e o rural, este em posição inferior, fez com que a busca pelo urbano, que objetivava o progresso e o alcance de modernidade, tornasse-se também uma procura por representatividade política.

Este argumento nos leva a considerar também que, quando analisamos a história de muitos distritos municipais – que não se tornaram sedes municipais – e estão associados às formações espaciais da fronteira – podemos perceber que em suas implantações, atrelada à organização do espaço rural e da produção agropecuária, está intrínseca uma ideia de *cidade*. Em muitos casos, ainda que o urbano não se manifeste na morfologia, paisagem ou função, permanece presente no imaginário de suas populações ou ainda na própria normatização que recaí sobre esses espaços.

Referindo-nos aos distritos municipais que são objeto de nosso estudo – Jamaica e Jaciporã –, sabemos que as definições formais pouco explicam sobre suas dinâmicas, entretanto, elas podem nos ajudar a compreender sua origem e algumas de suas características atuais. Mais do que nos empenharmos em discorrer sobre qual é a melhor classificação, nos preocuparemos em nos aproximar das relações que permeiam estes espaços em diferentes escalas.

Conquanto tomamos como ponto de partida a compreensão de que as localidades estudadas, embora legalmente urbanas, são integrantes de um rural, heterogêneo e multifacetado, justamente por estar inserido no urbano. Adotando essa perspectiva, procuramos nos aproximar das proposições filosóficas de Henri Lefebvre sobre a sociedade urbana. Sobarzo (2010), explica que vivemos num período de construção da sociedade urbana em nível planetário, no qual se supõe a superação da oposição entre cidade e campo e a transformação das relações e dos conteúdos. Remetemo-nos também as formulações de Santos (2002) que, ao descrever a difusão da técnica, ciência e informação em todas as formas de utilização e funcionamento do espaço, aponta uma aproximação entre campo e cidade.

A formação histórica de Jamaica e Jaciporã está ligada à expansão da cafeicultura e às últimas frentes de urbanização do Estado de São Paulo. Estes distritos, desse modo, não podem ser compreendidos sem se conhecer a história de ocupação do extremo oeste paulista, na qual, estabelecer controle e domínio sobre as áreas, por meio da fundação de núcleos de povoamento, foi fundamental. Trataremos deste tópico no próximo capítulo, no qual também

discutiremos as dinâmicas econômicas do município de Dracena e sua região, a partir da organização de uma periodização.

### **3. A ORGANIZAÇÃO ESPACIAL DOS DISTRITOS DE JAMAICA E JACIPORÃ, MUNICÍPIO E REGIÃO DE DRACENA (1930 -2015)**

Neste capítulo nossa finalidade é apresentar uma periodização para melhor analisar as relações entre processo e forma que afetaram e afetam os distritos municipais em estudo, desde as dinâmicas que levaram à sua fundação. Retomando as formulações de Santos (1985), forma, função, estrutura e processo “[...] devem ser estudados concomitantemente e vistos na maneira como interação para criar e moldar o espaço através do tempo (p. 52)”. Para Côrrea (2011), a integralidade da conexão entre as categorias propostas pode ser mantida se considerarmos conjuntamente estrutura-processo e função-forma, ou em síntese: processo e forma.

As formas são o aspecto visível dos objetos. Mas, não se restringem a isso, elas são o resultado da relação entre objetos e ações, e, portanto, como as ações sempre guardam finalidades, as formas não podem ser compreendidas sem suas funções. Os processos, responsáveis pela mobilidade espaço-temporal da estrutura, constituem-se de atos e comportamentos que se realizam através das formas, são ações inerentes às funções (SANTOS, 1985).

As duas categorias – processo e forma – revelam-se a partir de aspectos do tempo: processo significa continuidades e mudanças e as formas, embora governadas pelo presente – devido a suas funções – evocam o passado que lhes é constituinte, pois, guardam em si a época em que surgiram. Santos (2002), atentando-se à inseparabilidade entre espaço e tempo, indica que a ideia de periodização pode ser tomada como um avanço na análise de tal união, baseando-se em Torsten Hägerstrand (1916-2004), geógrafo sueco relacionado à Geografia Histórica e à fundação da Geografia temporal ou do espaço-tempo.

Na concepção de Santos (2002), para que o tempo e o espaço tenham parâmetros comparáveis, é necessário tornar o tempo concreto, visto que o espaço assim o é. Este exercício teórico é exequível por intermédio de uma “empiricização” do tempo com o desenvolvimento de uma história das técnicas, dado que:

As épocas se distinguem pelas formas de fazer, isto é, pelas técnicas. Os sistemas técnicos envolvem formas de produzir energia, bens e serviços, formas de relacionar os homens entre eles, formas de informação, formas de discurso e interlocução (SANTOS, 2002, p. 115).

Diante disso, Santos (2002) elaborou uma periodização do espaço geográfico com base nos sistemas técnicos. Como resultado, o autor defendeu que a história das relações entre sociedade e natureza – que constituem o meio geográfico – é marcada pela substituição das características naturais por elementos cada vez mais artificializados, há por isto, uma sucessão

de meios desde o natural; o técnico; técnico-científico até a difusão atual do meio técnico-científico-informacional. Assinalou também a potencialidade de se construir periodizações em escalas menores e não apenas na escala mundial, sugerindo um método para investigar as relações tempo-espaço, como Silva (2012) explica a partir de Santos (2002):

A periodização é uma das maneiras de analisar o tempo na geografia e outras ciências sociais. Através delas, procura-se identificar segmentos homogêneos do tempo histórico, em que as variáveis se mantêm em relativo equilíbrio no interior de uma mesma combinação de elementos de ordem econômica, social, política e moral, constituindo um sistema (SILVA, 2012, p. 06).

Tal sistema pode ser entendido como a totalidade que congrega: modo de produção, sociedade e espaço, ou seja, a formação espacial. Ao identificar os tempos históricos em que a totalidade apresentou especificidades é possível realizar uma periodização da organização espacial. Para tanto é necessário compreender as concepções de *período* – pedaços de tempo definidos por características que interagem e asseguram o movimento do todo, interação esta que se faz segundo uma organização (SANTOS; SILVEIRA, 2001) – e de *evento* – que são responsáveis pela ruptura e desmonte da organização, permitindo o surgimento de um novo período (SILVA, 2012).

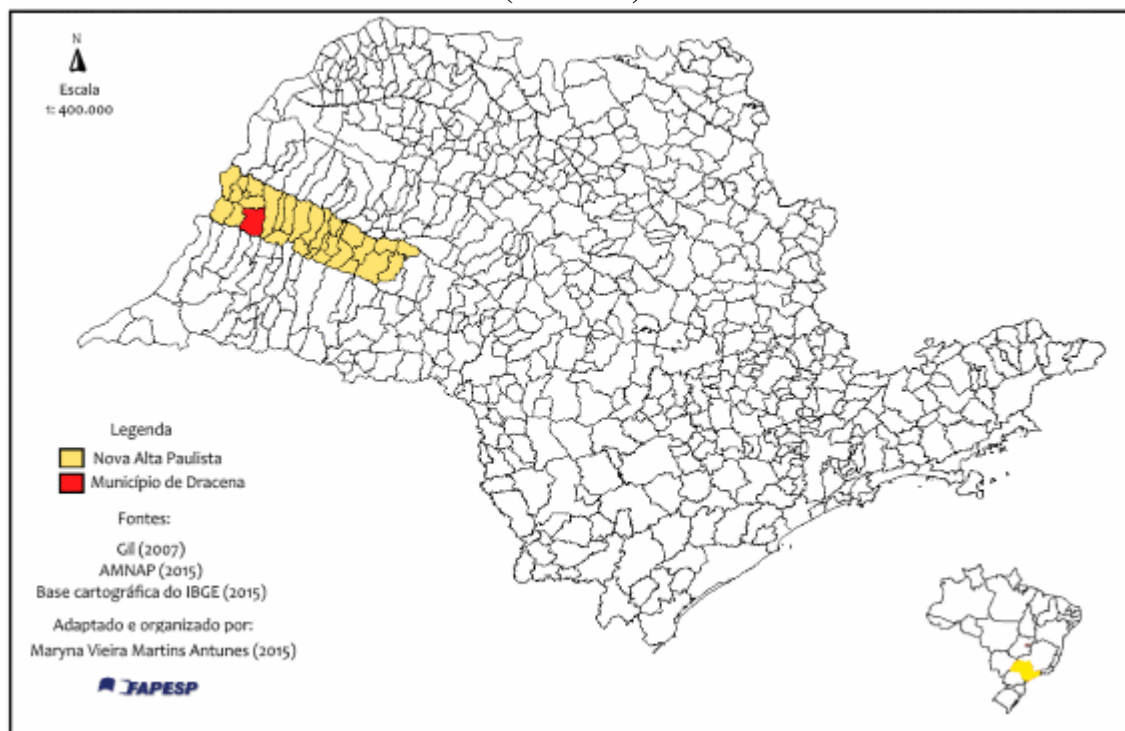
Para sistematizar a periodização por nós empreendida, levamos em conta os trabalhos que abordaram a Região de Dracena. Destacamos a tese de doutoramento de Izabel Castanha Gil (2007): “Nova Alta Paulista, 1930-2006: entre memórias e sonhos. Do desenvolvimento contido ao projeto político de desenvolvimento regional”, na qual a autora estudou a região da *Nova Alta Paulista* (Mapa 4).

O recorte trabalhado por Gil (2007) foi estabelecido a partir da regionalização das ferrovias paulistas<sup>10</sup> e da área de atuação da Associação de Municípios da Nova Alta Paulista<sup>11</sup>, abarcando assim 30 municípios (Adamantina, Arco Íris, Bastos, Dracena, Flórida Paulista, Flora Rica, Herculândia, Iacri, Inúbia Paulista, Irapuru, Junqueirópolis, Lucélia, Mariápolis, Monte Castelo, Nova Guataporanga, Osvaldo Cruz, Ouro Verde, Pacaembu, Panorama, Parapuã, Paulicéia, Pracinha, Queiroz, Rinópolis, Sagres, Salmourão, Santa Mercedes, São João do Pau D’Alho, Tupã e Tupi Paulista).

<sup>10</sup> Esta regionalização deriva da expansão das ferrovias, uma vez que as áreas pelas quais os trilhos passavam eram denominadas de acordo com a Companhia Férrea e as características da linha, neste caso, o termo *paulista* refere-se à Cia. Paulista de Estradas de Ferro; *Alta* faz referência à alta quilometragem em relação à capital do Estado de São Paulo; e o adjetivo *Nova* indica que a colonização da área foi posterior à região polarizada por Marília (denominada de Alta Paulista) (GIL, 2007).

<sup>11</sup> Entidade criada em 20 de Julho de 1977 com o objetivo de formalizar uma representação política regional para os municípios da Nova Alta Paulista, levando em conta o isolamento e a ausência de intervenções estatais na região.

**Mapa 4: Região de abrangência da Associação de Municípios da Nova Alta Paulista (AMNAP)**



Objetivando desvendar a dimensão espaço-temporal desta região, a autora elaborou uma periodização como recurso metodológico e didático para facilitar a análise de seu objeto de pesquisa (o desenvolvimento regional). Delineou, assim, três momentos a partir de acontecimentos externos e internos: *da colonização e estruturação econômico-político-sociocultural (1930-1975)*: inicia-se com a crise de 1929 e termina com a geada de 1975; *da desarticulação econômico-social (1975-1996)*: marcado externamente pela criação do Pró-Alcool (1975) e findado em 1996 com a fundação da AMNAP; e a *fase de redefinição econômico-político-social interna (1997-2006)*: determinado pela instalação desta associação e do projeto de descentralização político-administrativa do governo paulista.

Nesse sentido, Gil (2007) discutiu toda a história da região desde sua incorporação à produção cafeeira até o fim de sua pesquisa (2006), abarcando eventos relacionados à produção agropecuária, política regional e a questão do desenvolvimento. Seguindo seu exemplo temos três períodos – os quais constituem cada um dos subcapítulos subsequentes – buscando elencar fatos que se passaram na escala local, de modo a evidenciar as decorrências dos processos regionais nos distritos de Jamaica e Jaciporã: *formação e consolidação do espaço agrícola (1930-1970)*; *estagnação e esvaziamento populacional (1970-1988)* e *os processos de reestruturação econômica regional e refuncionalização na escala local (pós-1988)*.

### **3.1. Formação inicial, fundação dos povoados e consolidação do espaço agrícola (1930-1970)**

O primeiro período inicia-se com processo de fundação dos povoados – posteriormente reconhecidos como os distritos – de Jamaica e Jaciporã, que foi denominado de “Marcha para o Oeste”. Entre as principais referências sobre esse tema, apontamos que a obra de Pierre Monbeig (1952) é, sem dúvidas, a que mais contribuiu pelo nível de detalhes, a riqueza das fontes históricas, o longo período e a área de abrangência.

Mesmo com recortes espaciais diferentes, são de suma importância quando consideramos a região de Presidente Prudente de forma ampla, os trabalhos de José Ferrari Leite (1998) a respeito do Pontal do Paranapanema e de Dióres Santos Abreu (1972) sobre a cidade de Presidente Prudente. Citamos ainda os trabalhos que não tinham como objetivo principal analisar a ocupação e formação da região de Dracena, mas, mesmo que de forma secundária, abordaram o tema, ademais da já referenciada tese de Gil (2007), destacamos: Oliveira (2003); Bispo (2007); Leão (2008; 2011); Joviano (2009); Veloso (2011); e Jurado da Silva (2011).

Quando falamos, então, da história do surgimento dos distritos municipais aqui estudados, nos referimos à incorporação de áreas à economia de São Paulo, com a expansão da cafeicultura para o Oeste, no qual se deu a formação de um notável número de povoados: patrimônios leigos, pousos de estações, bairros rurais, colônias de povoamento. A fundação desses núcleos os associa à “formação espacial da fronteira” – conforme proposto por Côrrea (2000) –, indicando assim que atendiam às necessidades de organização do espaço rural que estava em construção a partir da inserção das novas atividades agropecuárias. Como Pierre George (1968) elucida em “Ação do Homem” que a primeira etapa na exploração de um território é a organização do espaço agrícola, estes pequenos núcleos destinavam-se para atender demandas da população que vivia nas fazendas e sítios.

A “Marcha para o Oeste” está relacionada às intensas mudanças nas formas que o país se inseria nas relações globais desde o final do século XIX. O Estado de São Paulo despontou como centro propulsor dessas alterações quando se deu partida à industrialização e formação do mercado interno. A produção do café foi um dos elementos primordiais, explicando, assim, a gradual integração de novas áreas à economia nacional, de modo que, o complexo cafeeiro se estendeu pelo interior paulista (MONBEIG, 1985 [1952]).

Parte do Oeste de São Paulo ou a área correspondente à região geomorfológica do Planalto Ocidental Paulista era tomado por matas virgens e, como representado no mapa 5,

habitada por populações indígenas. Neste documento (de 1868), esses povos foram classificados como “ferozes”, o que evidencia como a apropriação do território foi conflituosa. Desde princípios do século XIX, fazendeiros e grileiros atuavam negociando as grandes extensões de terra e as populações nativas – no caso da área referente à Nova Alta Paulista, o povo Kaingang – foram cada vez mais empurradas para o interior, acometidas por doenças e massacradas nos conflitos diretos. Os conflitos desta natureza foram condições primárias para o avanço das fazendas de café e a intensa ocupação da região até meados do século XX:

[...] conduzida por uma cadeia de operações ilegais, invasões de terras e falsificação de títulos de propriedade, envolvendo grandes proprietários de terras de nomes conhecidos na região, até pequenos camponeses posseiros. Este fato teve sua gênese caracterizada por uma ação conjunta de três aspectos violentos: a grilagem de terras e sua posterior comercialização; o aniquilamento das populações indígenas e a destruição do ambiente natural (JOVIANO, 2011, p. 1355).

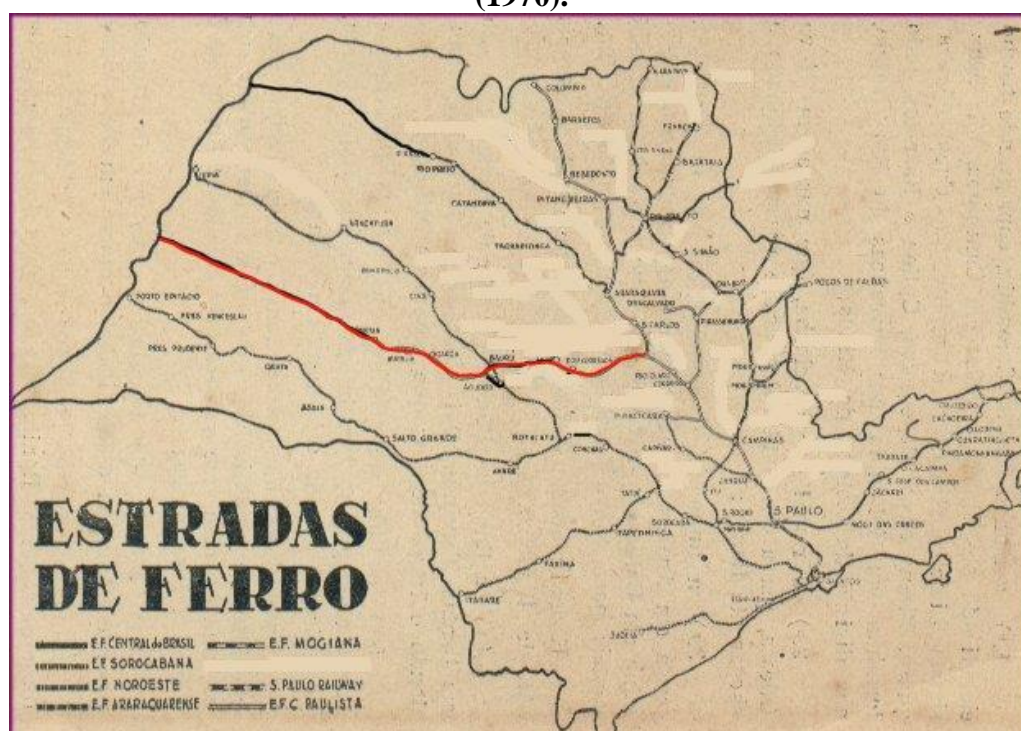
Por conseguinte, com a garantia de terras – convertidas em – disponíveis para a cafeicultura, deu-se a expansão das ferrovias (que interligaram as áreas novas ao porto de Santos) e o investimento em empreendimentos imobiliários (vendas de terras, loteamentos, colônias de povoamento), que trouxeram uma nova cultura – rural e mercantil – construída entre os fazendeiros do café, como uma estratégia frente às diversas crises do produto (MONBEIG, 1985 [1952]).

Todo esse movimento se estendeu até a década de 1960, alcançando os limites do território paulista. A progressão da expansão foi irregular de acordo com a época e as diferentes áreas do estado. A fim de realizar uma periodização, Monbeig (1985 [1952]) aponta as crises da economia cafeeira como marcos entre momentos de desaceleração e desenvolvimento de novos processos, definindo três fases importantes entre as duas graves crises de 1900-1905 e 1928-1930. Particularmente, nos interessa o período pós-1930, ainda que não totalmente descrito pelo autor, uma vez que sua investigação encerrou-se na década de 1940, estando desenhadas as condições gerais que caracterizam o último estágio no qual se deu início à formação do município de Dracena, na região alcançada pelos trilhos da Companhia Paulista de Estradas de Ferro.



A fundação da Cia. Paulista (em 1868), ainda nos finais do século XIX, representou a necessidade de romper as distâncias entre as novas áreas do Oeste Paulista – circunscrito, na época, à Campinas e sua região – e o porto de Santos. Fazendeiros dessa área associaram-se e, por meio dos capitais excedentes da produção do café, assumiram o prolongamento da linha Santos-Jundiaí, primeiramente, até a cidade de Rio Claro. Seu aprofundamento a oeste (figura 1) não apresentou um ritmo constante ou mesmo um programa, geralmente se expandia nas épocas de alta do café e havia a política de fazer paradas após atingir um ponto visado (MONBEIG, 1985 [1952]).

**Figura 1: Tronco Oeste da Companhia Paulista de Estradas de Ferro (em destaque) (1970).**



Fonte: <http://www.estacoesferroviarias.com.br/> (2015).

Os trilhos da paulista chegaram a Rio Claro no ano de 1875 e em Marília somente em 1928. Depois foram expandidos até Tupã (1941), Lucélia (1950), Adamantina (1950), Dracena (1959) e Panorama (1962). Em muitos dos casos, os núcleos urbanos já estavam, de certo modo, estabelecidos quando a ferrovia foi instalada. Em Dracena, a formação se iniciou em 1945, justamente no momento que seus fundadores selecionaram a área do loteamento em razão da existência do marco de cimento da Divisão Judicial de Procuradoria de Terras de São Paulo, indicando que ali passariam os trilhos da Cia. Paulista de Estradas de Ferro (GIL, 2007).

Notamos que a formação de Dracena se deu tardiamente se considerarmos, por exemplo, outros núcleos no extremo oeste como Araçatuba (1908) e Presidente Prudente (1917). Como já nos referimos, a incorporação desta área está associada ao último momento da Marcha para o Oeste no Estado de São Paulo – pós-crise de 1929. Os fazendeiros, ainda mais do que anteriormente, não investiam apenas no café. Os negócios imobiliários ganharam grande relevância, o que resultou, inclusive, em um número significativo de pequenas propriedades rurais. Em termos produtivos, a criação de gado foi uma das alternativas desenvolvidas pelos grandes proprietários e entre os sítiantes observou-se a policultura e a produção leiteira (MONBEIG, 1985 [1952]; GIL, 2007).

Os empreendimentos imobiliários foram de suma importância, seja pela venda de lotes rurais, contribuindo para a “dissolução” de fazendas em bairros rurais, ou dos terrenos nas áreas (planejadas para se tornarem) urbanas. Segundo Monbeig (1985 [1952]), os núcleos em formação possuíam função primordialmente comercial. Aglutinavam a venda da produção agrícola, principalmente por meio das máquinas beneficiadoras de café, arroz e algodão, que funcionavam, em muitos casos, como intermediárias na comercialização com empresas maiores localizadas em outras regiões do Estado de São Paulo. As casas de comércio dos povoados forneciam também produtos básicos como roupas e ferramentas (HESPANHOL, 2011).

Esses povoados voltavam-se completamente para a organização do espaço rural circundante. Configuravam-se, logo, como sede do poder, promovendo a constituição das elites locais, por propiciar o encontro, a comunicação e diversos tipos de relações entre os mais e menos apossados, as famílias influentes, empresários, figuras religiosas. Tal como Queiroz (1975) explana sobre a urbanização brasileira de modo geral:

Mandões locais e coronéis [...] procuraram sempre desenvolver na região que dominavam um centro urbano que ficasse na sua dependência e que constituísse ao mesmo tempo centro de suas atividades: agiram como fundadores ou como protetores de cidades [...]. Por toda a parte no país, a fundação das vilas correspondeu à necessidade de implantar um mínimo de disciplina em áreas outrora desertas, estendendo até elas elementos de administração indispensáveis ao entrosamento com a sociedade global (QUEIROZ, 1975, p. 180).

Conforme debatido no primeiro capítulo, ao passo que se estabelecia o poder local, em toda a Nova Alta Paulista surgia o interesse de emancipar-se, de alcançar o *status* de sede de município. Na perspectiva de Gil (2007) era notável inclusive, em certa medida, uma espécie de “competição” entre os povoados:

Por parte dos prefeitos, vereadores e lideranças comunitárias, não se percebia uma preocupação em integrar-se com os municípios vizinhos, como para a complementação da oferta de serviços, ou de integração para viabilização de infraestrutura, por exemplo. Ao contrário, havia grande rivalidade, inicialmente entre

os povoados, pois uma estruturação dos mesmos, em tempo recorde, significava valorização das terras para venda (GIL, 2007, p. 130).

Sabemos que, na atualidade (2015), a Nova Alta Paulista apresenta um grande número de municípios (30), em sua maioria, de pequeno porte populacional – inferior a 10 mil habitantes (IBGE, 2010) –, destes, nove são formados por mais de um distrito, como organizado no quadro 3:

**Quadro 3: Municípios da Nova Alta Paulista: distritos e emancipação.**

MUNICÍPIO	DISTRITOS (além do distrito- sede)	DATA DA EMANCIPAÇÃO	EMANCIPADO/ DESMEMBRAÇÃO DE TERRAS DE:
Tupã	Parnaso; Universo e Varpa	1938	Glicério; Araçatuba; Birigui e Marília
Oswaldo Cruz	Lagoa Azul	1944	Guararapes e Tupã
Bastos	-	1944	Tupã
Lucélia	-	1944	Lucélia
Parapuã	-	1944	Tupã
Rinópolis	-	1944	Tupã
Herculândia	Juliânia	1944	Pompéia e Tupã
Adamantina	-	1948	Lucélia
Dracena	Jamaica; Jaciporã	1948	Gracianópolis (Tupi Paulista)
Flórida Paulista	Atlântida; Indaiá do Aguapeí	1948	Lucélia
Junqueirópolis	-	1948	Lucélia
Pacaembu	-	1948	Lucélia
Tupi Paulista	Oásis	1948	Lucélia
Paulicéia	-	1948	Gracianópolis (Tupi Paulista)
Panorama	-	1953	Dracena e Paulicéia
Flora Rica	-	1953	Pacaembu
Irapuru	-	1953	Pacaembu
Mariápolis	Mourão	1953	Adamantina
Monte Castelo	-	1953	Tupi Paulista
Ouro Verde	-	1953	Dracena
Santa Mercedes	Terra Nova D'Oeste	1953	Paulicéia
Inúbia Paulista	-	1954	Lucélia
Iacri	Anápolis	1958	Tupã
Nova Guataporanga	-	1959	Monte Castelo e Tupi Paulista
Sagres	-	1959	Oswaldo Cruz
Salmourão	-	1959	Oswaldo Cruz
São João do Pau D'Alho	-	1959	Tupi Paulista
Queiroz	-	1964	Pompéia
Arco-Íris	-	1993	Tupã
Pracinha	-	1993	Lucélia

**Fonte: IBGE Cidades (2014).**

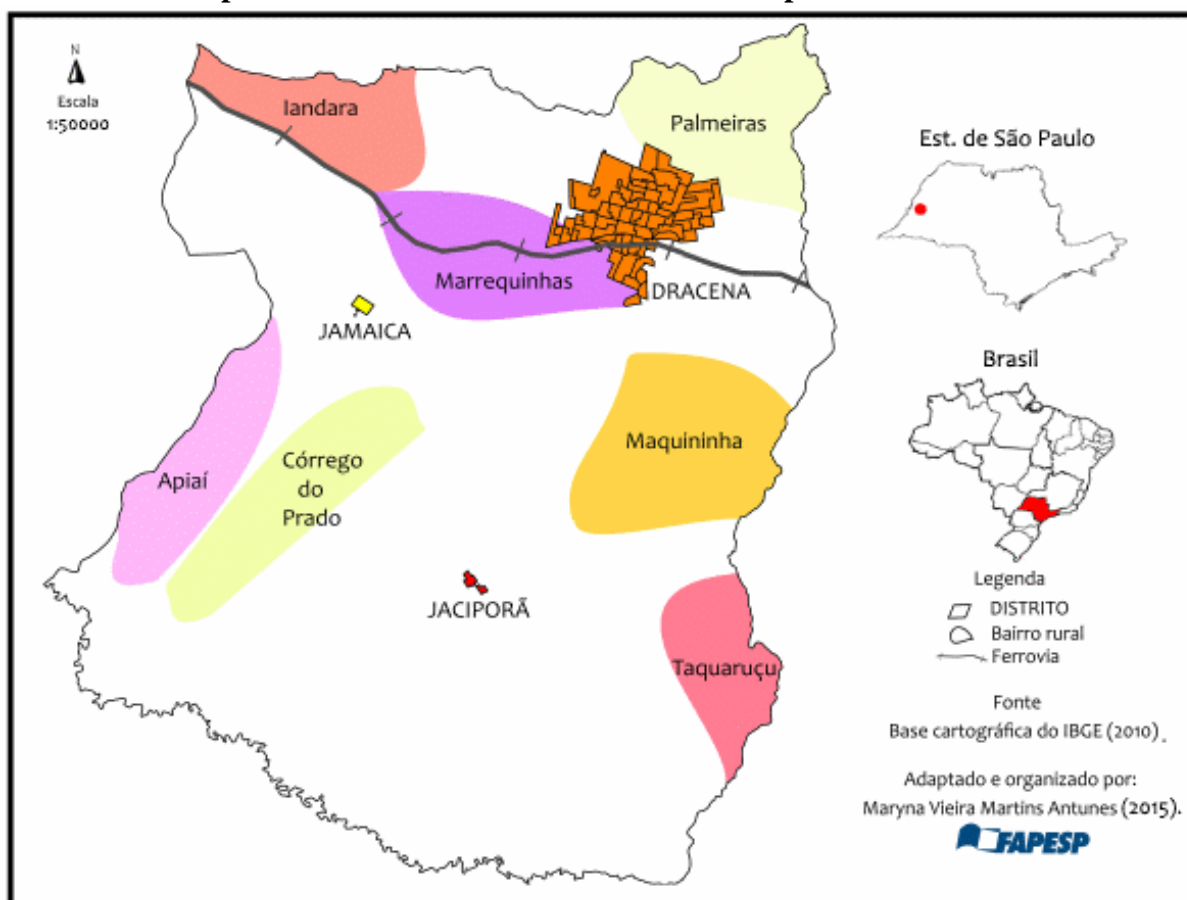
No total são 13 distritos não autônomos, com população entre 200 e 1.600 habitantes (IBGE, 2010). Observamos que três leis desencadearam a criação de muitos dos municípios da região: Decreto-Lei n. 14.334 de 30 de novembro de 1944; Lei n. 233 de 24 de dezembro de 1948; e Lei n. 2.456 de 30 de dezembro de 1953. Estas, promulgadas pela Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo, foram responsáveis por alterações das divisões

administrativas e um grande número de emancipações e demarcações de distritos em todo o estado. A totalidade dos municípios foi criada sob a vigência do Decreto-lei 311 (março de 1938) – Tupã foi elevado a esta categoria pelo Decreto n. 9.775 de novembro de 1938 – e apenas dois (Arco-íris e Pracinha) após a Constituição de 1988.

Na área do município de Dracena (489,4 km<sup>2</sup>) além dos núcleos correspondentes aos distritos municipais e à sede, há diversos agrupamentos rurais: Iandara, Marrequinhas/Marrecas (estações ferroviárias/bairro rural); Java-Paulista (patrimônio leigo), Bairro Maquininha (referência à máquina de processamento de arroz), Bairro Córrego do Prado, Bairro do Prado, Bairro Córrego Seco (observa-se a importância dos elementos naturais), Bairro Taquaruçu e Bairro Apiáí, situados na divisa entre Dracena e Junqueirópolis (a leste) e Ouro Verde (a oeste), respectivamente, de modo que suas áreas são majoritariamente pertencentes aos municípios referidos (JOVIANO, 2009; IBGE, 2010).

No mapa 6 apresentamos alguns desses agrupamentos, conforme conseguimos as informações de sua localização e permanência no presente:

**Mapa 6: Distritos e bairros rurais do Município de Dracena/SP**



No mapa 6, os bairros rurais estão representados como manchas porque seus limites não são definidos oficialmente, tendo caráter mais disperso do que os distritos, marcados por linhas retas, como Jamaica e Jaciporã. Notamos a importância da ferrovia para a consolidação de núcleos de povoamento: há um maior número em seu eixo, marcando também, juntamente com outros fatores, uma diferenciação entre o norte e o sul do município – que discutiremos mais a frente.

Quanto à história da fundação dos distritos de Dracena, sistematizamos os tópicos a seguir, com base nas informações encontradas nos acervos da Prefeitura e Subprefeituras:

Dracena (distrito-sede): Na década de 1930, o grupo, que posteriormente fundou a Empresa Imobiliária Fioravante, Spinardi & Vendramin Ltda, comprou a gleba de terras nas quais em 1945 iniciaram a construção do povoado. Dracena foi elevada à vila e município simultaneamente em 1948, englobando os distritos de Jaciporã e Ouro Verde.

Jaciporã: Por disposição de um único proprietário de terras, o traçado das ruas e lotes foi fixado em 1936, originando o povoado idealizado com o objetivo de garantir a presença de mão-obra barata e próxima das fazendas do entorno. O agente – Sr. Tancredo Aiello – não estava associado a nenhuma outra ação dessa natureza. Nos primeiros anos, era denominado de Perobal, uma clara referência à exploração madeireira, e, por isso, um nome comum entre esses tipos de ocupação. Os primeiros compradores dos terrenos na área urbana eram empregados das fazendas de café. Jaciporã tornou-se distrito do município de Dracena, quando ocorreu sua emancipação no ano de 1948.

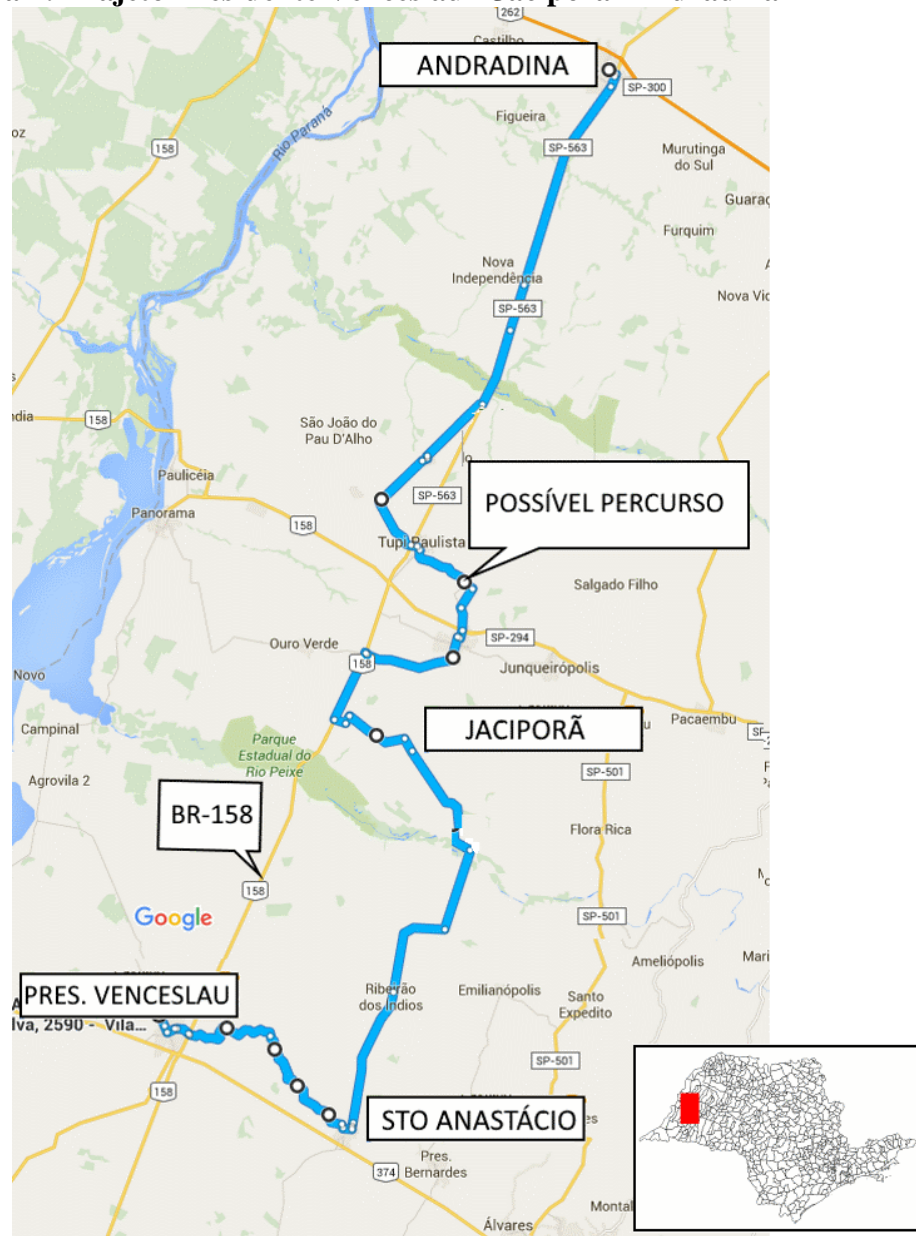
Jamaica: Começou a ser ocupado em 1947 em terras que pertenciam a Ouro Verde, na época distrito de Dracena, e tornou-se distrito em 1953, mesmo ano em que Ouro Verde se emancipou. Houve a participação de uma empresa de colonização, a Companhia Jamaica, que também esteve envolvida na formação do município paranaense Rancho Alegre d'Oeste, na década de 1960 (FERREIRA, 2006).

A descrição da gênese dos atuais distritos de Dracena nos conduz a interpretá-los como patrimônios leigos, povoados onde houve, por iniciativas privadas, o loteamento e a venda de terras destinadas ao uso não agrícola, diferenciando-os dos demais núcleos que formariam o município (AZEVEDO, 1970; MENDONÇA, 2010). O caso de Jaciporã, cuja implantação é anterior às de Dracena e Jamaica (cerca de dez anos), pode ser entendido pela existência de uma estrada que ligava Andradina a Presidente Venceslau e Santo Anastácio, ou seja, um ponto de travessia entre às regiões da Alta Sorocabana (hoje polarizada por Presidente Prudente) ao sul e Noroeste (Araçatuba) ao norte (PERLI, 2006; JOVIANO, 2009).

Aberta desde os anos 1920 e chegando à Jaciporã via Ribeirão dos Índios. Na figura 2 procuramos traçar tal percurso, observando os caminhos rurais através do Google Maps.

Nesse exercício foi possível perceber a articulação entre diferentes localidades por meio de estradas, hoje, sob o controle municipal e, em muitos trechos não pavimentadas, o que nos leva a concluir que na atualidade são utilizadas, predominantemente, para distâncias mais curtas. Elas permanecem, também, como testemunho das conexões, muitas vezes, despercebidas quando olhamos apenas para as ferrovias e rodovias, e podem indicar características da ocupação e da estrutura fundiária, posto que, a concentração de terras pode redefinir a utilização desses caminhos ou contribuir para seu desaparecimento.

**Figura 2: Trajeto Presidente Venceslau - Jaciporã- Andradina**



Fonte: Google Maps, 2015.

Segundo o relato dos entrevistados, havia uma linha de ônibus que fazia o percurso – até meados dos anos 1980 – e era responsável por movimentar as casas de comércio da época: “[...] aqui antigamente, quando nós chegamos aqui, tinha a linha do ônibus né [...], passava aqui por dentro, então o movimento era maior, vinha gente, ia gente daqui pra lá” (Entrevista com a Sra. M., 42 anos, Moradora de Jaciporã – Trabalho de Campo – 2014).

O cancelamento do itinerário feito pelas empresas de ônibus representa o crepúsculo do dinamismo inicial – que será trabalhado no próximo subcapítulo. Outro elemento que esta ligação pode nos ajudar a compreender é a proximidade com algumas características da região de Presidente Prudente, que são a concentração fundiária mais acentuada nas proximidades de Jaciporã e a presença da pecuária extensiva de corte.

Para Perli (2006) e Joviano (2011), a estrada que ligava Presidente Venceslau à Andradina foi o primeiro caminho para a entrada da frente de expansão no município de Dracena, o que poderia ter definido um eixo de ocupação, favorecendo a criação de mais núcleos – a exemplo de Jaciporã – entretanto, a chegada dos trilhos da Cia. Paulista reorientou o processo para a área norte do município.

No que diz respeito à população que chegava à região, sabe-se que, considerando o contexto geral, a necessidade de mão-de-obra na lavoura do café atraiu trabalhadores nacionais e, como estimulado pelo Estado, os migrantes europeus:

Geralmente os nordestinos instalavam-se nas grandes fazendas, trabalhando, sob o regime de empreita, nas derrubadas e nos serviços mais grosseiros, enquanto o imigrante mantinha uma relação de trabalho como parceiro, meeiro ou percenteiro (GIL, 2007, p. 93).

Gil (2007) conta que no caso da Nova Alta Paulista a população era predominantemente das áreas de cafeicultura já consolidada, sendo assim, do mesmo modo que os cafeicultores precisavam de novas terras ante as crises econômicas, os trabalhadores também buscavam melhores condições de vida, seguindo o movimento de expansão. A partir dos questionários aplicados, verificamos que os moradores mais antigos dos distritos de Jamaica e Jaciporã, originam-se do próprio município (sedes ou outros locais do espaço rural), e configuram-se, portanto, como a segunda geração na área. Entre os que são de fora, além da região de Dracena, foram citadas as zonas velhas do café, alguns estados do Nordeste (Bahia, Ceará, Sergipe) e o Norte de Minas Gerais, como se verifica no quadro 4.

**Quadro 4: Origem dos moradores que residem há mais de 45 anos nos distritos municipais de Jamaica e Jaciporã (%).**

LOCAL DE ORIGEM	JAMAICA	JACIPORÃ
<b>Distritos</b>	-	5
<b>Zona rural dos Distritos/Município de Dracena</b>	13	3
<b>Santo Anastácio</b>	-	2
<b>Presidente Venceslau</b>	-	2
<b>Região de Dracena</b>	-	3
<b>Outros locais no Estado de São Paulo</b>	6	-
<b>Estados do Nordeste</b>	4	2
<b>Norte de Minas Gerais</b>	-	3
<b>Total</b>	23	20

**Fonte: Pesquisa de campo, 2014.**

Nas narrativas sobre este período repetem-se referências ao dinamismo das atividades agropecuárias e à diversidade da população que chegava com a esperança de alcançar melhores condições de vida, como no caso do Sr. L. V., em Jaciporã desde o ano de 1951:

P: E o que motivou o Sr. a vir pra cá?

L: Ah... naquela ilusão, que a turma tava vindo pra cá...que ganhava muito dinheiro...então fui na ilusão e vim.

[...]

P: E quando o Sr. se mudou como era o distrito?

L: Ah, antigamente aqui era só lavoura, né? Tinha café, algodão, amendoim, então nós trabalhava na roça.

P: E tinha muita gente?

L: Tinha muita gente, naquela época tinha muita gente aqui. Tinha fazenda aí de ter 90 famílias trabalhando, e hoje não tem nada, viro tudo pasto...

P: Gente de todo lugar...

L: Gente de todo lugar do país, tinha gente aqui. Nortista, nordestino, paulista, tinha todo esse pessoal... (Entrevista com Sr. L.V., 77 anos, Morador de Jaciporã - Trabalho de Campo - 2014).

A “ilusão” a que o Sr. L. V. se refere era, muitas vezes, de conseguir, a partir do trabalho nas fazendas, levantar um dinheiro para adquirir terras próprias, como fica evidente na fala do Sr. A. B., cujos pais mudaram-se da Bahia para Marília – distrito de Avencas – na década de 1940:

P: Por que quis se mudar pra cá, quantos anos o Sr tinha?

A: Olha...eu tinha uns seis anos...eram os pais né? Achava que aqui, o pessoal disse que aqui era bom, que aqui era bom pra...ajuntava dinheiro com rastelo... [...]

P: Mas falava, assim, de São Paulo mesmo, ou já tinha ouvido falar de Jamaica, Dracena?

A: Não, não, não... nós viemos, quando chegamos...viemos pra Avencas ali perto de Marília [...]. Nós viemos ali pra aquela região. Aí depois mudamos pra Tupã e depois viemos aqui pra...aqui perto de Dracena, aqui...puxava três coroas ali. Depois em 53 pra 54 nós viemos pra cá. Moramos ali numa fazenda de doutor Ardo, e ficuemo aqui...rodiemo aqui, né? Agora to há uns 47 anos morando aqui.

P: E aí quando veio, conseguiu comprar uma terra, ou teve que trabalhar, assim, na terra dos outros?

A: Sempre tocando roça, pra num dizer que não compramos, compramos uma chacinha aqui, mas já era só meus irmãos e nós, sabe? [...] (Entrevista com o Sr. A.B., 74 anos, Morador de Jamaica - Trabalho de Campo - 2014).

Os grandes proprietários rurais, com a intenção de manter os trabalhadores próximos e como forma de obter renda alternativa ao café, loteavam parte de suas terras, gerando uma significativa quantidade de sítios (entre 12 e 24 hectares) e as chácaras (até 12 hectares), sobretudo, nas áreas próximas da linha férrea. A diferenciação no padrão fundiário no município é reiterada quando pensamos que na atualidade há em Jaciporã – mais distante do núcleo principal e da ferrovia – a atuação de movimentos sociais de luta pela terra – como o Movimento dos Agricultores Sem Terra (MAST) – a despeito de que, na Nova Alta Paulista, essas mobilizações serem menores, se comparadas à região de Presidente Prudente.

Em Jaciporã há também um grande número de trabalhadores temporários e a prática do arrendamento de terras para a pequena produção, como apreendemos pela fala da presidente da Associação J. Marques de Trabalhadores de Jaciporã:

E: Até hoje nós não temos ainda nossa terra, é arrendamento, naquele tempo era parceiro, né, o pessoal que tinha terra arrumava a gente como parceiro, cê plantava, parte era dele, parte seu, mas mesmo assim, a dificuldade era muito grande em ter [terras]... (Entrevista com Sra. E.B. 44 anos, Moradora de Jaciporã - Trabalho de Campo - 2014).

Quanto à condição de sede do município construída em Dracena, além das vantagens de ser uma estação ferroviária – concentração de população e valorização das terras – sua centralidade foi alcançada também por conta da articulação do poder local, em virtude da atuação dos fundadores que, junto aos próprios investimentos realizados pela empresa, envolviam-se em questões políticas no âmbito estadual, por meio de acordos com políticos (deputados e governadores) com o intuito de alcançar benefícios para o núcleo urbano em consolidação, tais como: emancipação do município, criação de comarca e instalação de grupos escolares (SANTOS, 1998; GIL, 2007).

O papel de Írio Spinardi que, ao longo de sua vida, ocupou diversos cargos públicos, entre eles o de prefeito de Dracena (1949) e de Tupã (1955), e, por meio das empresas colonizadoras que integrava, relaciona-se à fundação dos municípios de Loanda-PR e Britânia-GO, se sobressai na história do município (SANTOS, 1998). Em sua biografia, adaptada por Santos (1998), há curiosos relatos sobre o empenho de “fazer nascer uma cidade”. São narrados os intentos pessoais de Spinardi para alcançar as condições primordiais para que os habitantes se fixassem no povoado – como o próprio denominou – os “quatro Pês”: Padre – representando a religiosidade como integradora –; Polícia – exigida para manter a ordem –; Pau-d’água (bêbados) e Prostitutas – responsáveis pelo lazer da população, constituída, em sua maioria, de homens (SANTOS, 1998).

A narrativa nos revela também como os processos de emancipação na época eram realizados sem grandes preocupações em se averiguar as condições mínimas para tal. Um dos exemplos disso é que grande quantidade dos documentos comprobatórios de que existia um número considerável de famílias vivendo no futuro município era do Bairro Marrequinhas e não da própria vila que se tornaria a sede. Em uma das passagens, ao relatar como se deu a visita, no ano de 1948, dos então deputados do Estado de São Paulo, Ulysses Guimarães e Antônio Sylvio da Cunha Bueno, que se tornariam os “padrinhos políticos” do município, Spinardi conta que sua intenção de levar a cabo um processo de emancipação foi questionada, pois, o povoado era ainda muito “cru”:

De fato, viam-se as casas espalhadas aqui e ali, no meio da queimada em cinzas, as ruas irregulares de terra aplainada, parecendo mais estradas do que mesmo ruas de uma cidade [...] – Não, Srs. Deputados, tem que ser agora... Temos que engendrar uma solução. É questão de vida ou morte para Dracena. Daqui a quatro anos vamos pleitear é a comarca<sup>12</sup>. Se não criarmos o município agora, Dracena não passará de um vilarejo. Será engolida por Tupi [atualmente Tupi Paulista] e Junqueirópolis, que passarão a município antes dela (SANTOS, 1998, p. 38).

Dos resultados dessa ação enfática do fundador, o Sr. Spinardi, podemos apontar que decorreu-se poucos anos entre o processo de ocupação e de formação do município de Dracena (nos anos de 1945 e 1948) e sua consolidação como importante núcleo urbano da região em constituição. Os dados dos Censos Demográficos do IBGE, por exemplo, indicam que entre 1950 e 1960 a população total de Dracena passou de 15.680 habitantes para 32.537 habitantes (JURADO DA SILVA, 2011).

As memórias dos moradores de Jamaica e Jaciporã comprovam a rápida prosperidade de Dracena se comparada à ausência de muitas infraestruturas e serviços no mesmo período nos distritos, conforme notamos no relato do Sr. M. C. que se mudou para Jamaica na década de 1960:

M: Ih, aqui quando, quando nos chegou aqui mesmo, praticamente inda era quase mata assim, geral, geralmente as famílias mais velha, que era finado Joao Vermelho, ia fazer compra em Anastácio, e aí ia aqui por dentro, por dentro do mato, picada, sabe. Quando nos chegou em 60, ainda tinha uma coroa de mata ainda, depois foi derrubando, depois, né e abriu patrimoniozinho, né, era só chão (Entrevista com o Sr. M.C., 64 anos, Morador de Jamaica - Trabalho de Campo - 2014).

Jamaica e Jaciporã logo foram incorporados ao município de Dracena, em virtude da proximidade (10 e 15 quilômetros, respectivamente) e da articulação do poder local e vantagens locais da sede. Outro fator relevante foi a estratégia dos fundadores de

---

<sup>12</sup> As comarcas referem à área de atuação de um juiz, sendo assim, uma divisão territorial do ponto de vista jurídico. Na época, um município ao tornar-se sede de uma comarca garantia-lhe mais uma vantagem que incrementaria sua condição de centro regional.

construção de estradas rurais ligando Jaciporã e Jamaica à sede. Na fotografia 1, do ano de 1948, observa-se uma “jardineira” – importante meio de transporte do Brasil rural devido à sua resistência às estradas de terra – que fazia o percurso entre Dracena, Jaciporã, Bairros Córrego do Prado e Bacarin (bairros rurais). Na fotografia 2 está o registro da inauguração da estrada de Jamaica e do Bairro Marrequinhas no ano de 1952.

**Fotografia 1: Jardineira que realizava o trajeto Dracena-Jaciporã no ano de 1948.**



Jardineira aberta - Trajeto Dracena x Jaciporã - 1948  
O motorista é o Sr. Francisco.

Fonte: SANTOS, 1998.

**Fotografia 2: Inauguração da Estrada de Jamaica e Marrequinhas (1952).**



Inauguração da estrada de Jamaica e Marrequinha em abril de 1952. No detalhe, Irio Spinardi, fundador e primeiro prefeito juntamente com Benjamin Nogueira

Fonte: SANTOS, 1998.

Já nos povoados de Jamaica e Jaciporã, conforme os relatos dos moradores e informações disponibilizadas pelas subprefeituras, apesar do crescimento lento, até a década de 1970 – quando já estavam formalizados como distritos de Dracena –, funcionavam armazéns que comercializavam produtos básicos para os moradores das redondezas, as máquinas de compra e benefício dos produtos agrícolas, as Igrejas Católicas com suas praças, onde se realizavam as práticas de religiosidade e lazer e um número razoável de habitações, que indicavam uma organização espacial voltada para as atividades agropecuárias. Estas características gradativamente foram modificadas com as crises econômicas – em diversas escalas da mundial à regional – que marcam o início de um novo período nos anos 1970.

### 3.2. Crise e estagnação econômica e esvaziamento populacional (1970-1988)

A cafeicultura foi o elemento fundamental da economia da região de Dracena dos anos 1930 até a década de 1970 (tabela 1), época em que se desenhou a organização espacial da área: a vegetação natural foi substituída pelas lavouras e foram implantados diversos povoados, cujas funções voltavam-se para o desenvolvimento das atividades do campo e de sua população.

**Tabela 1: Produção (ton) e área plantada (ha) de café na Microrregião Geográfica de Dracena-SP (1970, 1975, 1980, 1985, 1995/96 e 2006).**

Ano	1970	1975	1980	1985	1995/96	2006
Ton.	8.022	64.493	33.913	42.697	1.852	5.110
Ha	34.562	36.404	38.938	29.639	2.822	2.716

**Fonte: Censos Agropecuários (1970 – 1995/96); BISPO (2008); Censo Agropecuário do IBGE (2006).**

Os dados da tabela 1 evidenciam a importância do café para a microrregião e o declínio acentuado após a década de 1980. A crise dessa lavoura e suas decorrências marcam o início de um novo período, em que as características da formação espacial de fronteira – tais quais a intensa circulação de pessoas e o alto número de empreendimentos – se perdem, dado o seu caráter efêmero, e iniciam-se processos de refuncionalização.

Hespanhol (2007) explica que a produção de café na região enfrentou constantes crises desde que implantada, isso fez com que, inclusive, se desenvolvesse a diversificação produtiva concomitante à lavoura principal:

[...] os pequenos e médios produtores [...] além do café, se dedicavam ao cultivo de outras lavouras comerciais, de ciclo produtivo anual (temporárias), que tiveram relativa importância no contexto regional, tais como o algodão, o amendoim, a

mamona, a sericicultura etc. Havia ainda o cultivo de lavouras destinadas a garantir a manutenção da família em termos alimentícios (arroz, feijão, mandioca etc.) e dos efetivos animais criados na propriedade, visando à produção de carne, leite e/ou tração, por meio da produção de milho, cana etc. (HESPANHOL, 2007, p. 06).

Tal estratégia contribuía para a manutenção dos agricultores a despeito das oscilações do preço do café e permitia a permanência do produto como a base econômica da região, até que, a partir da década de 1970, um arranjo de fatores criou um contexto altamente desfavorável para o produto. A autora aponta como condições decisivas: as questões climáticas – as geadas que atingiram em 1975 as plantações, não somente da região, mas de áreas produtoras de café nos estados do Paraná e Minas Gerais –; a baixa de preços no mercado internacional; e a desregulamentação do produto com a extinção do Instituto Brasileiro do Café – órgão federal que definia as políticas para a cafeicultura de 1952 a 1889 e o término dos Acordos Internacionais do Café (AICs) – criados na década de 1960 para estabelecer cooperação entre os países produtores e consumidores – em 1990 (HESPANHOL, 2007).

Para Gil (2007), a geada de 1975 é o elemento disparador do colapso na escala local que se somou à queda da produtividade em razão de técnicas de cultivo que não previam a conservação dos solos; a disseminação de pragas e doenças nas plantas; o desaquecimento do mercado mundial de café na década de 1980; e a promulgação do Estatuto do Trabalhador Rural em 1963 (GIL, 2007).

A decadência da cafeicultura inaugurou um período de inércia para a região, caracterizado pela “[...] atuação fraca do capital, atuação fraca do Estado e atuação fraca das lideranças políticas locais e regionais, resultando em longos anos de incertezas, quantificados nas altas taxas de evasão populacional e de divisas” (GIL, 2007, p. 143). Entre as consequências, podemos elencar no universo do trabalho a diminuição drástica do emprego rural, dado que a absorção de trabalhadores na colheita de café nas pequenas propriedades rurais era muito expressiva, isso conduziu a população não somente ao êxodo rural como ao abandono da própria região (HESPANHOL, 2007).

Ao mesmo tempo, na conjuntura nacional, a diminuição do número de empregados rurais é decorrente também das mudanças na legislação trabalhista na década de 1960. Até então as relações de trabalho no campo não eram contempladas nas leis brasileiras, mas o Estatuto do Trabalhador Rural, promulgado em 1963 por João Goulart, buscou regulá-las equiparando os direitos dos empregados rurais aos dos urbanos. A medida gerou inúmeros conflitos com os patrões, diminuindo o número de contratações e contribuindo para o

esvaziamento populacional (GIL, 2007). No relato do Sr. O. F. S. sobre esse processo, observamos as consequências na escala local:

O: [...] O pessoal foi diminuindo por quê? Porque aí entrou o sindicato, o sindicato, aí começou aquela lei pra registrar todo mundo essas coisas, e fazendeiro não aceitava registrar a pessoa que tava trabalhando lá dentro da fazenda né, não era arrendatário, não era funcionário de renda mensal, aí foi, teve que mandar o pessoal embora, foi mandando o pessoal embora da fazenda, aí geralmente o pai e a mãe, os mais velho ficava [...] (Entrevista com Sr. O. F. S. 66 anos, Subprefeito de Jamaica - Trabalho de Campo - 2014).

Similarmente, o êxodo rural atingiu os pequenos proprietários de terras. Devido à descapitalização e às dificuldades econômicas para investir, seja na recuperação das lavouras de café ou manter as atividades desenvolvidas em alternativa, era comum a venda das terras ou a permanência apenas dos mais velhos como evidencia a fala do entrevistado. Outra situação comum eram os casos de endividamento e perda das propriedades:

M: Muita gente foi embora pra São Paulo, que as terras já tava fraca, não produzia, daí que eles perderam os terreno com conta de banco, né?

C: financiamento...

M: É. Então foram a maior parte do povo foram pra São Paulo e outros foram ficando velhinho e foram morrendo... [...] (Entrevista com a Sra. M. S. e Sr. C. S., 68 e 74 anos, Moradores de Jaciporã - Trabalho de Campo - 2014).

Em Jaciporã e Jamaica, as fortes cores do início da ocupação empalideceram-se, pois, o dinamismo inicial da cafeicultura trazia a esperança de que melhorias viriam para os distritos, como conta um dos entrevistados: “[...] Jamaica ia emendar com Dracena, né, mas aí parou!” (Entrevista com Sr. M.C., 64 anos, Morador de Jamaica - Trabalho de Campo - 2014). No entorno das sedes distritais, a área de pastagens aumentou e nas pequenas propriedades rurais, em combinação com a policultura – destacamos o algodão e o amendoim, conforme os relatos dos moradores –, desenvolveu-se a pecuária bovina mista visando à produção de leite e carne. Já nas fazendas, principalmente, ao longo dos anos 1990 e 1980, se consolidou a pecuária bovina de corte (HESPANHOL, 2007; GIL, 2007).

Boa parte das casas de comércio fecharam as portas, em efeito o “*aqui tinha*” entrou para o vocabulário daqueles que permaneceram: “Antigamente, tinha uma farmacinha, tinha um hotel, tinha ai acabou tudo, tinha serraria... ai acabou tudo...” (Entrevista com o Sr. M.C. 64 anos, Morador de Jamaica - Trabalho de Campo - 2014). Um cenário análogo foi percebido na maioria dos outros núcleos, inclusive nos que se tornaram sedes de município, tendo em vista que não recebiam mais os investimentos em infraestrutura básica e serviços públicos e apresentavam poucas possibilidades de emprego, reafirmando assim a migração regional e não somente do campo para a cidade, principalmente de jovens (HESPANHOL, 2007).

A perda da importância da ligação entre Santo Anástacio e Andradina – que limita-se atualmente ao deslocamento entre Ribeirão dos Índios e Jaciporã – trajeto realizado majoritariamente pela BR-158/SP-563, também evidencia o esvaziamento do campo e contribuiu para o enfraquecimento das atividades comerciais do distrito.

Dias (1995), preocupada com a emergência e organização das redes, expõe que elas surgem de acordo com demandas sociais localizadas e não uniformemente distribuídas e, como técnicas, têm o poder de criar novas condições sociais e transformar os espaços de forma não neutra. Então, tal qual a ferrovia foi capaz de orientar a concentração em determinadas porções do município, o que se repete em relação à ampliação das rodovias pavimentadas ao município de Dracena.

Concordando com Raffestin (1993) – em sua afirmação de que “a rede faz e desfaz as prisões do espaço tornado território: tanto libera como aprisiona” (p. 185) – Dias (1995) explica que os fluxos – das mercadorias às informações – pressupõe a existência das redes, de modo que a conexidade se faz implícita. Os nós da rede, portanto, são lugares de conexão, a rede estabelece o sentido de solidariedade entre os elementos, “[...] mas ao mesmo tempo em que tem o potencial de solidarizar, de conectar, também tem de excluir” (p. 148).

O privilégio de outros eixos – àqueles que não incluíam Jaciporã – contribuindo para as limitações do deslocamento da população e enfraquecimento da economia do distrito, se passa correlatamente na escala regional. Sabe-se que a importância do transporte rodoviário cresce a partir dos anos 1950 com a intervenção do Governo de Juscelino Kubitschek e a instalação de empresas automobilísticas no país, de maneira que, as ferrovias vão cada vez mais perdendo a relevância.

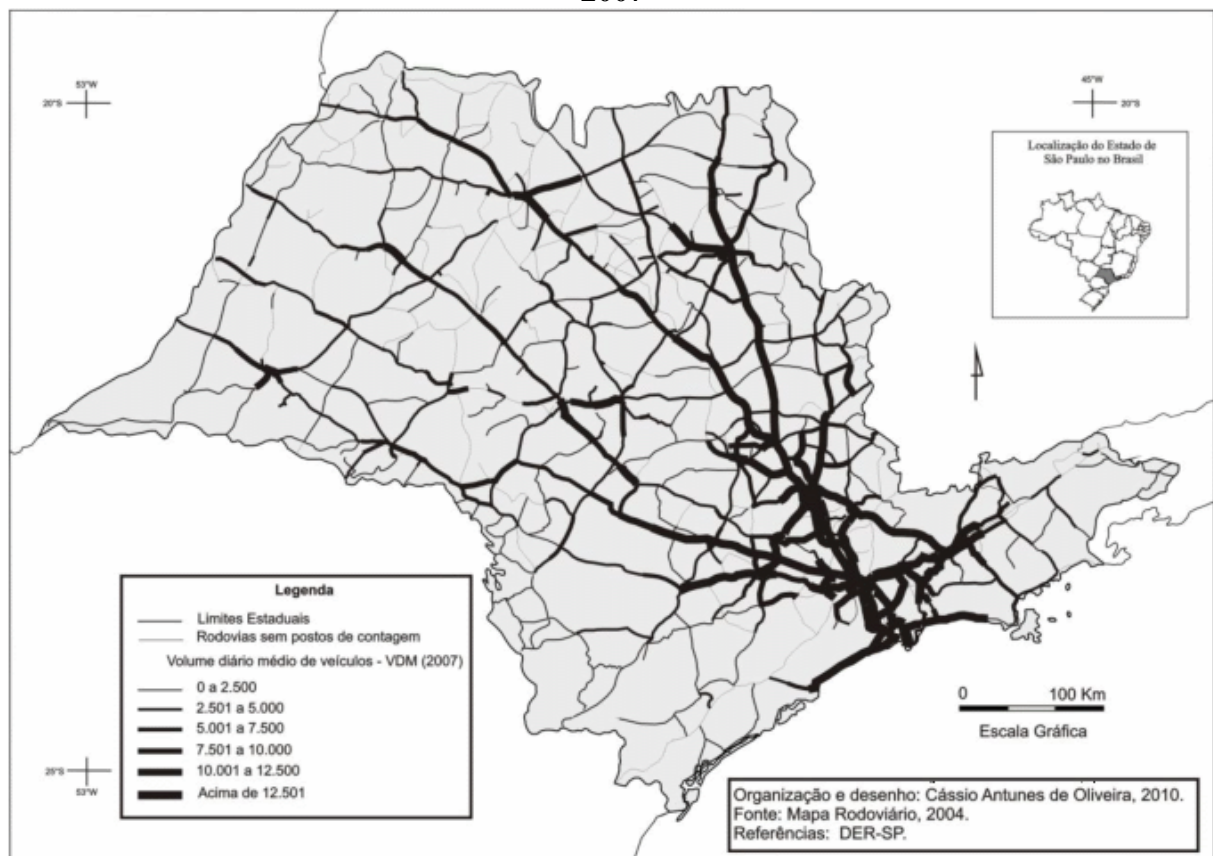
A Companhia Paulista de Estradas de Ferro foi estatizada no ano de 1961, formando a empresa estadual Ferrovia Paulista S. A. (FEPASA) e em 1998 foi federalizada, passando a integrar a Rede Ferroviária Federal S. A. (RFFSA) e, por conseguinte, tornou-se concessionada à Ferrovias Bandeirantes S.A (FERROBAN), controlada pelo grupo América Latina Logística (ALL), fator que contribuiu para a estagnação econômica regional. Embora a perda da relevância do transporte ferroviário tenha sido gradual, de forma que, por exemplo, quando os trens de passageiros deixaram de circular já não faziam parte do cotidiano da população, o processo concorre para o isolamento da região, evidenciando uma nova percepção das distâncias, principalmente, em relação à capital do estado (GIL, 2007).

Na atualidade (2015), a cidade de Dracena é ligada à Marília e Bauru pela Rodovia Comendador João Ribeiro de Barros (SP-294), à Andradina, no Noroeste Paulista, e à Teodoro Sampaio (divisa com o Paraná) pela SP-563. O acesso à Presidente Prudente se dá

pela Rodovia Júlio Budiski (SP-501), via Junqueirópolis (Acesso pela SP-294) ou pela BR-158 e BR-272 via Presidente Venceslau. A conexão com o Mato Grosso do Sul foi efetivada apenas no ano de 2009, através da construção da Ponte Mario Covas entre Paulicéia (BR-158) e Brasilândia (BR-163) – ambas as rodovias interligam o Norte e o Sul do país. Entretanto, a rodovia não é duplicada e não é uma rota tradicional de entrada para o Centro-Oeste via São Paulo.

Oliveira (2013), em seu trabalho sobre a concessão de rodovias no Estado de São Paulo, utilizou dados sobre o volume diário médio de tráfego, para expor que os maiores valores estão concentrados nas áreas mais dinâmicas do estado (leste) – onde, por efeito, está o maior número de vias concessionadas. No mapa 7, apresentado a seguir, podemos notar a menor intensidade de fluxos observado na região de Dracena, em relação à área concentrada.

**Mapa 7: Volume Diário Médio (VDM) em rodovias estaduais do Estado de São Paulo - 2007**



**Fonte: OLIVEIRA (2013, p. 14).**

A condição é observada no Oeste Paulista de maneira geral e os fluxos são predominantemente entre as regiões e a capital, e diminutos entre elas, confirmando o sentido de isolamento descrito por Gil (2007). Nos distritos isso é agravado, já que os deslocamentos

são cada vez mais intermediados pela sede, cortada pelos eixos principais e a partir de onde operam as empresas de transporte.

Em linhas gerais, a crise da principal atividade econômica e, por consequência, a estagnação e o isolamento que se instaurou terminaram por esgotar em Jamaica e Jaciporã as funções relativas às atividades econômicas predominantes desenvolvidas no espaço agropecuário de seus entornos. Tornaram-se assim local de moradia para uma população cada vez mais reduzida. Por meio da análise da tabela 2 pode-se averiguar o esvaziamento populacional que atingiu a região, sobretudo, do espaço rural:

**Tabela 2: População total, urbana e rural da Microrregião e do Município de Dracena/SP (1970-2010).**

	Microrregião de Dracena					Município de Dracena				
	Total	Urbana		Rural		Total	Urbana		Rural	
		Absoluto	(%)	Absoluto	(%)		Absoluto	(%)	Absoluto	(%)
1970	108.741	53.849	49,5	54.902	50,5	35.347	25.131	71	10.216	29
1980	106.561	64.936	61	41.625	39	35.973	28.833	80	7.140	20
1991	107.686	85.836	78	21.850	22	39.693	34.863	88	4.830	12
1996	104.738	88.271	84	16.467	16	40.043	35.982	90	4.061	10
2000	108.049	92.968	86	15.081	14	40.500	37.153	92	3.347	8
2010	116.149	102.426	88	13.723	12	43.258	39.946	92	3.312	8

**Fonte: Censos Demográficos (1970-2010); Contagem da População (1996) - IBGE.**

A perda populacional da microrregião, que só veio a ser recuperada no Censo de 2010, é marcadamente expressiva nas áreas rurais, que em 1970 concentravam 50,5% dos habitantes e apenas 11,8% em 2010. Segue-se, portanto, o padrão de inversão do perfil de rural para urbano verificado no país, todavia, isso se deu apenas uma década depois da população urbana ser maioria no Brasil, ou seja, no Censo Demográfico de 1970. No município de Dracena destaca-se o crescimento populacional constante circunscrito à zona urbana, que no Censo de 1970 representava 71% do total, enquanto que a proporção de população rural caiu de 29% para 7,7% nos últimos 40 anos.

No caso do município de Dracena, os dados populacionais (Censos Demográficos e Contagem da População) estão disponíveis no nível distrital a partir do ano de 1991, ainda assim, eles nos auxiliam na compreensão das modificações do perfil populacional. Na tabela 3 sistematizamos as informações sobre a população total, urbana e rural nos distritos entre os anos de 1991 e 2010:

**Tabela 3: População total, urbana e rural dos distritos do Município de Dracena (1991-2010).**

		1991		1996		2000		2010	
		Absoluto	(%)	Absoluto	(%)	Absoluto	(%)	Absoluto	(%)
Dracena (sede)	Total	37.739	100	38.265	100	38.869	100	40.941	100
	Urbana	33.979	90	35.041	92	35.964	92,52	39.046	95
	Rural	3.760	10	3.224	8	2.905	7,47	1.895	5
Jamaica	Total	829	100	707	100	683	100	1.646	100
	Urbana	355	43	374	53	677	99	405	25
	Rural	474	57	333	47	6	1	1.241	75
Jaciporã	Total	1.125	100	1.071	100	948	100	671	100
	Urbana	529	47	567	53	512	54	495	74
	Rural	596	53	504	47	436	46	176	26
Município de Dracena	Total	39.693	100	40.043	100	40.500	100	43.258	100
	Urbana	34.863	88	35.982	90	37.153	92	39.946	92
	Rural	4.830	12	4.061	10	3.347	8	3.312	8

**Fonte: Censos Demográficos (1991, 2000 e 2010); Contagem da População (1996) – IBGE.**

Primeiramente, para analisarmos os dados expressos na tabela 2, devemos retomar os critérios utilizados pelo IBGE e sua aplicação no município. A população urbana é contabilizada nas áreas internas aos perímetros urbanos (zonas urbanas), destacadas na cor cinza na figura 3, e a rural em suas áreas externas (zona rural), cada qual dividida em setores censitários entre os distritos. Na imagem observamos que a zona rural de Jamaica engloba toda parte oeste do município, e o sudeste e o nordeste são somados como áreas de Jaciporã e Dracena, respectivamente.

**Figura 3: Setores censitários rurais do Município de Dracena/SP**



**Fonte: IBGE (2011).**

Outra ressalva é a respeito da instalação da Penitenciária Estadual “Adriano Aparecido De Pieri” no ano de 2001, na zona rural de Jamaica. Segundo dados da Secretária de Administração Penitenciária do Estado de São Paulo, a capacidade desta unidade é de 844 detentos, contudo, há superlotação, de modo que, em 2015, tem mais de 1700 internos<sup>13</sup>. Tal fato implica diretamente no aumento do número de habitantes de Jamaica observado entre os Censos Demográficos de 2000 e 2010, pois a população carcerária foi contabilizada como rural.

Retornando aos dados, é evidente que o município tem um crescimento urbano constante, concentrado na sede, enquanto que o entorno mantém a maior parte da população rural – o que reforça a importância da ferrovia na consolidação também do espaço rural das

<sup>13</sup> Sobre o processo de instalação de penitenciárias no Oeste Paulista e seus impactos ver: GOES, E. M.; Transição Política e Cotidiano Penitenciário. **História (São Paulo)**, São Paulo, p. 219-238, 2004; GOES, E. M.; A presença e a ausência da população penitenciária em pequenas e médias cidades do interior paulista: dilemas de uma história recente. **Projeto História** (PUC SP), v. 38, p. 179-200, 2009.

proximidades de Dracena que se tornou mais populoso que as demais áreas rurais –; nas cercanias de Jamaica e Jaciporã a população diminui e nas sedes, embora reduzida, se estabiliza se comparada ao decréscimo de suas zonas rurais.

Houve ainda leves aumentos em Jaciporã (de 529 habitantes em 1991 para 567 em 1996) e em Jamaica foi um pouco mais expressivo (em 1996 a população era de 374 e em 2000, de 677), nos dois casos seguidos de queda, que podem ser explicados pela mobilidade da população da zona rural para os distritos. No quadro 5, que apresenta a origem dos moradores que residem há menos de 25 anos, podemos ver esse movimento:

**Quadro 5: Origem dos moradores que residem há menos de 25 anos nos distritos municipais de Jamaica e Jaciporã (%).**

<b>LOCAL DE ORIGEM</b>	<b>JAMAICA</b>	<b>JACIPORÃ</b>
<b>Distritos</b>	-	2
<b>Zona rural dos Distritos/Município de Dracena</b>	21	15
<b>Microrregião de Dracena</b>	6	2
<b>Ribeirão dos Índios</b>	-	7
<b>Presidente Venceslau</b>	-	2
<b>Outros locais do Est. de São Paulo</b>	6	8
<b>Grande São Paulo</b>	6	7
<b>Outros estados</b>	2	5
<b>Total</b>	41	48

**Fonte: Pesquisa de campo, 2014.**

Nota-se que há expressividade da própria microrregião e no caso de Jaciporã, de Ribeirão dos Índios, comprovando sua relação com o município. Entretanto, os valores mais significativos referem-se aos moradores provenientes das zonas rurais (21% em Jamaica e 15% em Jaciporã), que, por sua vez, continuamente perderam população: de cerca de 10 mil habitantes em 1970 para 3.312 em 2010 no município.

Podemos refletir que a diminuição da população das adjacências dos distritos contribuiu para a estagnação destes espaços, pois os moradores das fazendas e sítios constituíam parte da população atendida pelos serviços existentes, reforçando o esgotamento da função de organizar o espaço agrícola. Em efeito, é possível pensar que, no segundo momento, Jamaica e Jaciporã se estabilizam como zonas de rarefação: técnica, informacional, normativa, comunicacional etc. O contexto – de crise, estagnação e evasão populacional – também desenhou as condições para o próximo período, no qual se consolidam na região de Dracena características da formação espacial fundada na pequena propriedade rural, vinculando-se a uma rede urbana fortemente hierarquizada e composta por pequenos centros (CÔRREA, 2000).

### **3.3. Processos de reestruturação econômica regional e refuncionalização na escala local (pós-1988)**

A passagem da formação espacial de fronteira para a fundada na pequena propriedade rural implicou diversos tipos de alterações em escala regional e local. O marco selecionado para este período é o ano de 1988. A partir da promulgação da nova Constituição federal, deu-se início à novas atribuições para os municípios, o que reforçou a centralidade de Dracena. Nos distritos houve a instalação de unidades de prestação de serviços públicos, como os postos de saúde. Por se tratar da época atual e, portanto, a que nos exige maior detalhamento, trabalharemos as dinâmicas regionais-municipais em separado dos processos observados em Jamaica e Jaciporã.

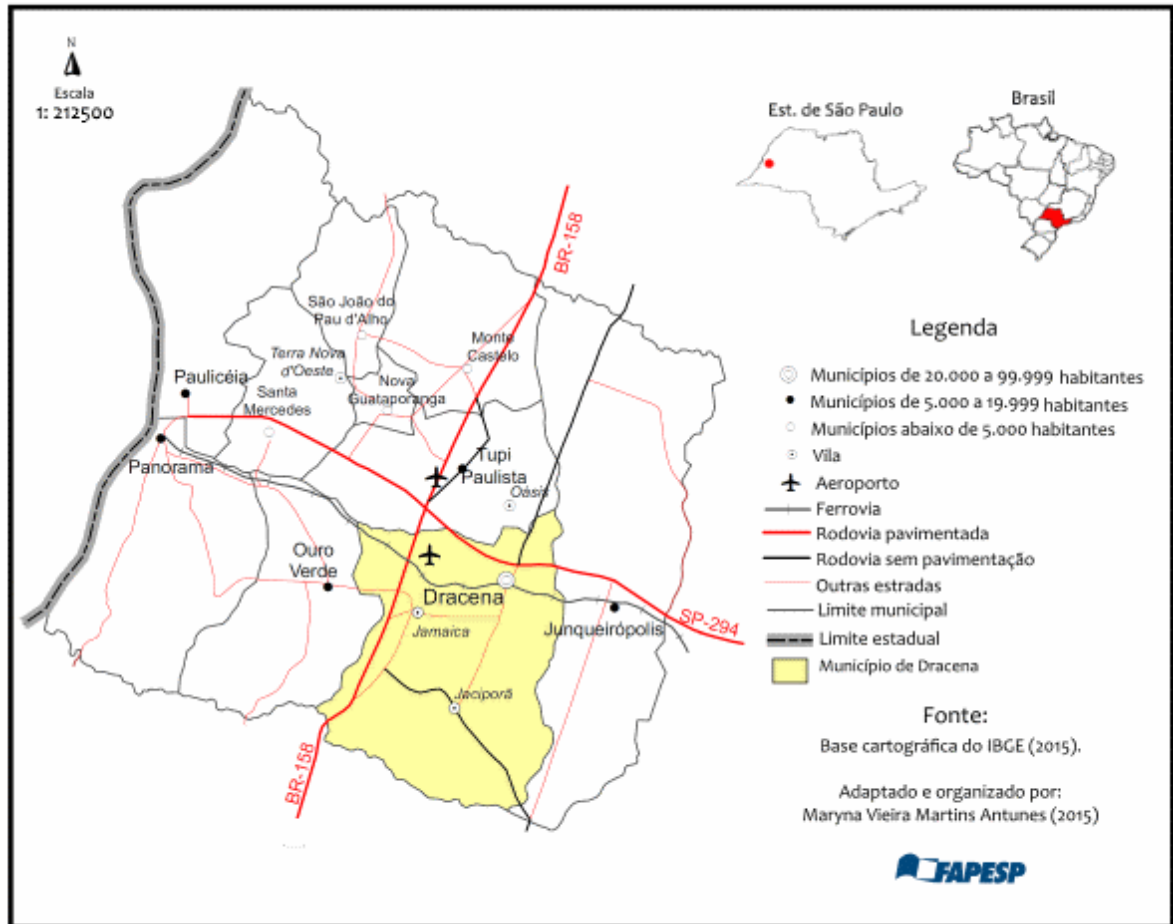
#### **3.3.1. Características atuais da Região de Dracena**

Os dados populacionais da Microrregião Geográfica (MRG) de Dracena<sup>14</sup>, agrupados na tabela 4, indicam que os núcleos não alcançaram grande crescimento demográfico. No mapa 8, podemos observar que a ferrovia corta os municípios mais populosos: Junqueirópolis, Dracena, Panorama – com exceção de Ouro Verde.

---

<sup>14</sup> Na Microrregião Geográfica de Dracena localizam-se 10 municípios: Paulicéia, Panorama, Santa Mercedes, São João do Pau-d'alho, Nova Guataporanga, Monte Castelo, Tupi Paulista, Ouro Verde, Junqueirópolis e Dracena.

**Mapa 8: Localização do município de Dracena na Microrregião Geográfica de Dracena**



Segundo o Censo Demográfico do IBGE (2010), Dracena é o município mais populoso, contando com 43.258 habitantes, e os que apresentam menor população são Nova Guataporanga e São João do Pau d'Alho, com aproximadamente 2.000 habitantes cada. É interessante observar que nos municípios da região de Dracena, em nenhum caso a população rural excede à população urbana. Em média, a população rural representa 15% do total, sendo que, proporcionalmente, Monte Castelo e Tupi Paulista possuem a maior população rural (21% nos dois casos) e em Ouro Verde e Panorama estão as menores taxas, nesses casos a população rural representa, respectivamente, 8% e 3% da população total.

**Tabela 4: População da Microrregião Geográfica de Dracena (2010).**

MUNICÍPIOS	TOTAL	RURAL	%	URBANA	%
<b>Dracena</b>	43.258	3.317	8	33.946	92
<b>Junqueirópolis</b>	18.726	3.327	18	15.339	82
<b>Panorama</b>	14.583	435	3	14.168	97
<b>Tupi Paulista</b>	14.269	3.059	21	11.203	79
<b>Ouro Verde</b>	7.800	624	8	7.170	92
<b>Paulicéia</b>	6.339	1.071	17	5.271	83
<b>Monte Castelo</b>	4.063	853	21	3.211	79
<b>Santa Mercedes</b>	2.831	373	13	2.458	87
<b>Nova Guataporanga</b>	2.177	285	13	1893	87
<b>S. J. do Pau d'Alho</b>	2.103	398	19	1.705	81
<b>Total</b>	<b>116.165</b>	<b>13.741</b>	<b>12</b>	<b>102.424</b>	<b>88</b>

**Fonte: Censo Demográfico do IBGE (2010).**

O total de 116.165 habitantes (88% urbana e 12% rural) da Microrregião Geográfica de Dracena corresponde a 0,28% do contingente populacional do Estado de São Paulo, 0,25% da população urbana e 0,81% da rural. Não somente em termos populacionais que a região apresenta números poucos expressivos, pois quando consideramos o Produto Interno Bruto, por exemplo, no ano de 2012, a microrregião de Dracena foi responsável por apenas 0,14% do PIB estadual (IBGE, 2015).

Na tabela 5 estão organizados os dados do Produto Interno Bruto (PIB) da região de Dracena.

**Tabela 5: PIB dos municípios da Microrregião Geográfica de Dracena e participação por setor econômico (%) (2012).**

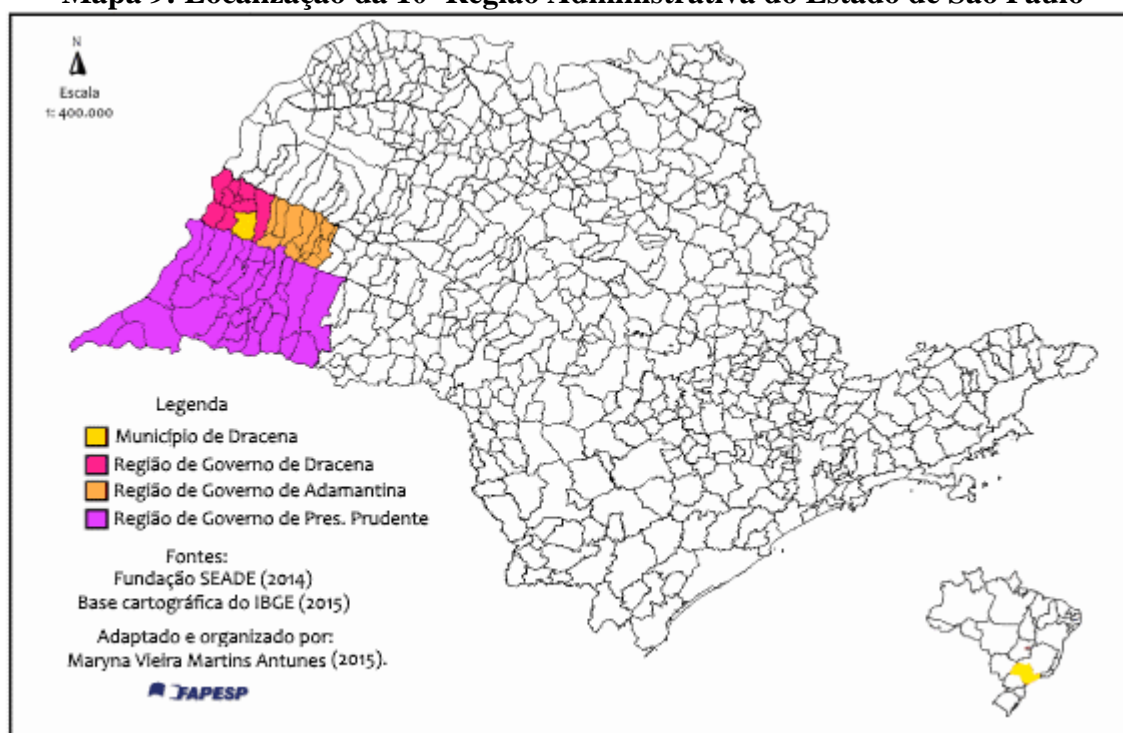
MUNICÍPIO	TOTAL (milhões de reais)	SERVIÇOS (%)	INDÚSTRIA (%)	AGROPECUÁRIA (%)
<b>Dracena</b>	759,10	80,99	14,74	4,27
<b>Junqueirópolis</b>	353,99	72,41	10,53	17,06
<b>Tupi Paulista</b>	224,59	71,40	14,98	13,62
<b>Panorama</b>	195,83	71,41	19,16	9,44
<b>Ouro Verde</b>	127,77	62,64	18,68	18,67
<b>Paulicéia</b>	111,93	58,33	22,22	19,45
<b>Monte Castelo</b>	78,43	61,54	13,48	24,98
<b>S. J. do Pau d'Alho</b>	53,07	47,53	22,72	29,75
<b>Santa Mercedes</b>	50,32	54,45	7,17	38,38
<b>N. Guataporanga</b>	21,03	77,12	11,26	11,62

**Fonte: Fundação SEADE – Perfil dos Municípios Paulistas (2015).**

Leão (2011) elucida que o papel das cidades de pequeno porte no processo de consolidação desta região era promover a ocupação das terras e exercer funções vinculadas à agropecuária e às necessidades de bens e serviços básicos da população (convém mencionar que a autora utiliza a regionalização realizada pela gestão do Estado de São Paulo, na qual a

Região de Governo de Dracena corresponde à Microrregião Geográfica de mesmo nome<sup>15</sup>, como visualiza-se no mapa 9). Com o desaquecimento da economia e suas decorrências, entre as quais a concentração fundiária, a diminuição da população rural e a migração para outras regiões, os pequenos centros perdem muitas das funções voltadas ao campo. Ainda assim, houve, ao longo das décadas de 1990 e 2010, um aumento das atividades terciárias, em resposta à demanda de serviços e bens da população, todavia, este acréscimo não pode ser comparado ao intenso dinamismo do primeiro período.

**Mapa 9: Localização da 10ª Região Administrativa do Estado de São Paulo**



Deve-se ponderar que, a despeito das características que as unem como região – advindas, sobretudo, do processo de ocupação – há diferenças entre os centros, não somente em relação ao tamanho populacional, mas também das funcionalidades que exercem, pois:

<sup>15</sup> A regionalização realizada pelo Governo do Estado de São Paulo com finalidades voltadas à administração estadual divide o território paulista em agrupamentos de municípios que compõem Regiões de Governo que, por sua vez, integram Regiões Administrativas. A Região Administrativa de Presidente Prudente (10ª Região Administrativa do Estado de São Paulo) é formada por 53 municípios compartilhados entre as regiões de Governo de Presidente Prudentes (Alfredo Marcondes; Álvares Machado; Anhumas; Caiabu; Caiuá; Emilianópolis; Estrela do Norte Euclides da Cunha Paulista; Iepê; Indiana; Marabá Paulista; Martinópolis; Mirante do Paranapanema; Nantes; Narandiba; Piquerobi; Pirapozinho; Presidente Bernardes; Presidente Epitácio; Presidente Prudente; Presidente Venceslau; Rancharia; Regente Feijó; Ribeirão dos Índios; Rosana; Sandovalina; Santo Anastácio; Santo Expedito; Taciba; Tarabá e Teodoro Sampaio); Adamantina (Adamantina; Flora Rica; Flórida Paulista; Inúbia Paulista; Irapuru; Lucélia; Mariápolis; Osvaldo Cruz; Pacaembu; Pracinha; Sagres e Salmourão) e Dracena (Dracena; Junqueirópolis; Monte Castelo; Nova Guataporanga; Ouro Verde; Panorama; Paulicéia; Santa Mercedes; São João do Pau d'Alho e Tupi Paulista) (SEADE, 2014).

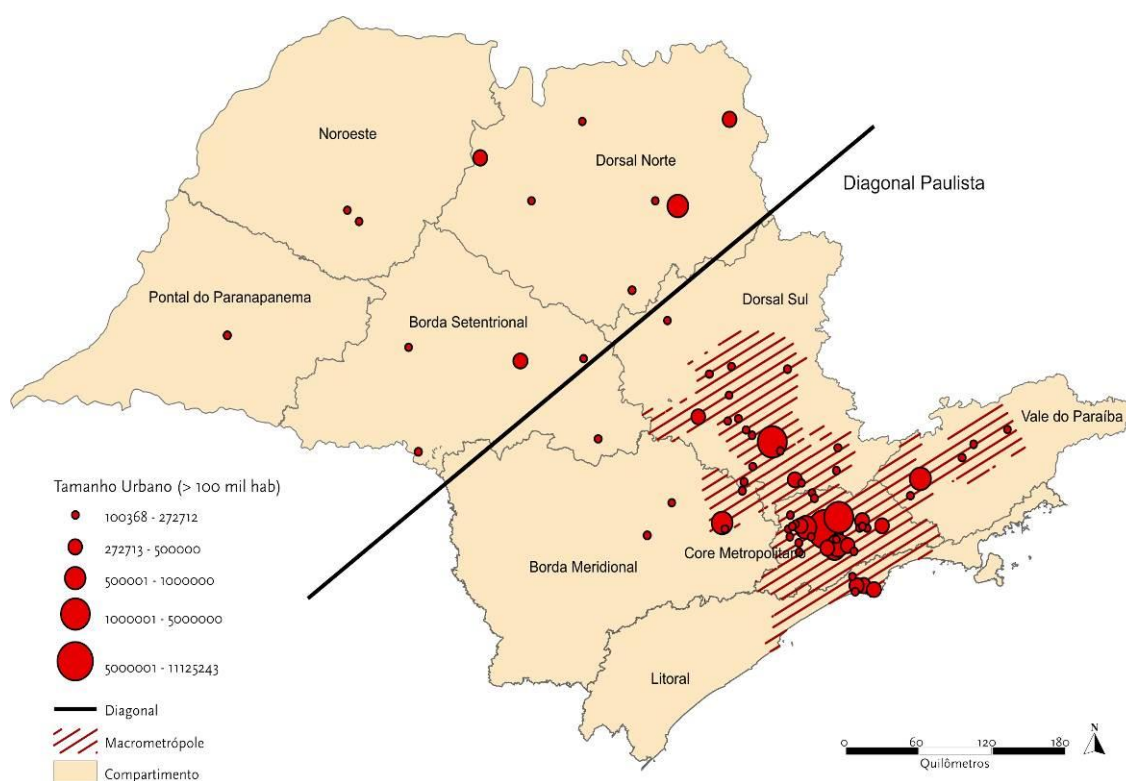
[...] apresentam níveis de complexidade diferentes na prestação de serviços, no comércio ou mesmo, na existência ou não de uma produção industrial, como é o caso de Dracena e Panorama que possuem 94 e 93 estabelecimentos respectivamente, enquanto Nova Guataporanga e Monte Castelo apresentam um estabelecimento cada (LEÃO, 2011, p. 17-18).

Destarte, nem todas as cidades e sedes de município sofreram a perda de suas funções centrais, pois, em alguns casos, elas se alteraram com a incorporação de indústrias, por exemplo. Em consequência, estabeleceu-se uma distinção no modo como cada uma se insere na rede urbana, com o destaque de Dracena como centro de maior influência e da geração de relações de dependência dos núcleos menores, principalmente devido à oferta de bens e serviços (LEÃO, 2011).

No mesmo sentido, a região também teve seu papel alterado na dinâmica econômica de seu estado. Primeiramente, o processo de integração às dinâmicas produtivas do estado, e, por conseguinte, ao sistema econômico global, ocorreu em um período tardio na história brasileira e, desde então, esteve desenvolvendo funções na divisão territorial do trabalho que lhe conferiram um patamar inferior dentro de uma hierarquia que envolve não somente os processos de produção como de controle e tomada de decisões.

As desigualdades observadas no Estado de São Paulo foram sistematizadas por Egler; Bessa e Gonçalves (2013), na noção de “Diagonal Paulista”, observada no mapa 10:

**Mapa 10: A "Diagonal Paulista"**



**Fonte: EGLER; BESSA; GONÇALVES (2013, p. 19).**

Elaborado com base nos dados da distribuição da população e dos aglomerados urbanos no território paulista, este modelo revela duas situações distintas que, na perspectiva dos autores, são “partes de um mesmo processo espacial, como verso e reverso da mesma moeda” (p. 19): a porção sudeste da diagonal, que incluiu a área metropolitana, concentra em torno de 80% da população e 86% do PIB estadual e a parte noroeste se caracteriza pela dispersão e baixa articulação das áreas nodais e, assim, uma reduzida capacidade de induzir mudanças (EGLER; BESSA; GONÇALVES, 2013).

Jurado da Silva (2011), para assimilar o papel do extremo oeste paulista e embasado nas contribuições de Armando Corrêa da Silva (1975; 1978), classificou a Região Administrativa de Presidente Prudente em *suplementar articulada*.

O ponto de partida para o autor é a compreensão do desenvolvimento desigual das forças capitalistas, nesse sentido, as desigualdades são criadas no próprio processo de expansão das relações econômicas. A região em estudo sempre esteve distante do centro propulsor das mudanças: até o início do século XX era, na perspectiva das elites, uma área *isolada*, constituía, pois, territórios indígenas. A atividade cafeeira, pós-crise de 1929, a configurou como uma *região marginal* no desenvolvimento de São Paulo, que na época colocava em marcha seu projeto de industrialização (JURADO DA SILVA, 2011).

Na década de 1970, as intensas transformações do capitalismo alteram diversos conteúdos da região e colocam a cafeeicultura definitivamente em crise, iniciando-se um processo de substituição da atividade. As relações se tornam mais complexas, mas, permanece seu papel complementar à economia da capital paulista:

Em sentido amplo, [a região] serve como suplemento à economia da capital paulista se especializando (sobretudo, a partir da década de 1970) na produção de gêneros agrícolas diversos, mas especialmente na pecuária e cana de açúcar. Ao mesmo compasso, que assume a designação complementar de maneira articulada, pois se liga cada vez mais à economia financeira e a outras escalas da economia internacional (JURADO DA SILVA, 2011, p. 130).

Entre as atividades mais dinâmicas e com potencial empregador, destaca-se às relacionadas ao setor sucroenergético. Como Sposito (2010) destaca, os demais segmentos industriais não apresentam forte dinamismo, pois a região de Presidente Prudente não passou pelo processo clássico de industrialização – atrelado à urbanização, com forte alteração da paisagem e dos modos de vida –, têm-se na realidade um processo de instalação de estabelecimentos industriais. Tratando especificamente da região de Dracena, além das agroindústrias de açúcar e álcool, há processadoras de frutas, frigoríficos, laticínios, empresas no ramo de confecção e alimentício.

O setor terciário tem peso significativo na absorção de mão-de-obra, ainda assim, como Jurado da Silva (2011) expõe, a fraca dinâmica econômica da região contribui para que parte da população jovem a deixe, principalmente, quando consideramos que esta é predominantemente formada por pequenas cidades, com poucas funções urbanas, e o próprio município sede ocupa um grau inferior dentro da hierarquia da rede urbana polarizada por Presidente Prudente. Em relação à agropecuária, embora não se perceba uma forte especialização, a pecuária mista com a produção de leite é relevante nas pequenas propriedades rurais e a cana de açúcar e a pecuária de corte é desenvolvida em grandes extensões de terra.

Outra característica da região é a alta desigualdade social. Conforme observamos na tabela 6, a renda *per capita* é inferior à do estado (1.084,46 reais), o que implica, a despeito do Índice de Gini<sup>16</sup> indicar resultados melhores (considerando que no estado é de 0,56), que, de modo geral, há um baixo nível de riqueza.

**Tabela 6: Renda *per capita* (reais) e Índice de Gini da Microrregião Geográfica de Dracena (2000-2010).**

MUNICÍPIO	RENDA PER CAPITA (REAIS)		ÍNDICE DE GINI	
	2000	2010	2000	2010
Dracena	723,98	862,86	0,59	0,44
Junqueirópolis	480,91	737,14	0,52	0,43
Tupi Paulista	625,56	914,36	0,54	0,49
Panorama	576,92	722,51	0,61	0,51
Ouro Verde	270,47	504,63	0,42	0,39
Paulicéia	440,71	592,42	0,56	0,44
Monte Castelo	427,55	646,15	0,54	0,38
S. J. do Pau d Alho	339,70	680,13	0,43	0,33
Santa Mercedes	363,84	561,64	0,50	0,40
Nova Guataporanga	312,67	652,36	0,40	0,41

**Fonte: Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil (2013).**

No Índice Paulista de Responsabilidade Social (Quadro 6), que analisa riqueza, longevidade e escolaridade, dos dez municípios da Microrregião Geográfica de Dracena há: dois no Grupo 5 (Panorama e Paulicéia), com baixos níveis de riqueza e indicadores de longevidade e escolaridade insatisfatórios; seis no Grupo 4 (Ouro Verde, Tupi Paulista, Nova Guataporanga, Monte Castelo, Junqueirópolis e Dracena), com baixos níveis de riqueza e deficiência em um dos indicadores (longevidade ou escolaridade); e dois (São João do Pau

<sup>16</sup> “O Índice de Gini [...] é um instrumento para medir o grau de concentração de renda em determinado grupo. Ele aponta a diferença entre os rendimentos dos mais pobres e dos mais ricos. Numericamente, varia de zero a um (alguns apresentam de zero a cem). O valor zero representa a situação de igualdade, ou seja, todos têm a mesma renda” (WOLFFENBÜTTEL, 2004, p. 1).

d'Alho e Santa Mercedes) no Grupo 3, com baixos níveis de riqueza, mas bons indicadores de longevidade e escolaridade (IPRS, 2012).

**Quadro 6: Grupos e categorias do Índice Paulista de Responsabilidade Social**

GRUPO 1		GRUPO 3	
Alta riqueza, alta longevidade e alta escolaridade		Baixa riqueza, alta longevidade e alta escolaridade	
Alta riqueza, alta longevidade e média escolaridade		Baixa riqueza, alta longevidade e média escolaridade	
Alta riqueza, média longevidade e alta escolaridade		Baixa riqueza, média longevidade e alta escolaridade	
Alta riqueza, média longevidade e média escolaridade		Baixa riqueza, média longevidade e média escolaridade	
GRUPO 2		GRUPO 4	
Alta riqueza, alta longevidade e baixa escolaridade		Baixa riqueza, alta longevidade e baixa escolaridade	
Alta riqueza, média longevidade e baixa escolaridade		Baixa riqueza, média longevidade e baixa escolaridade	
Alta riqueza, baixa longevidade e alta escolaridade		Baixa riqueza, baixa longevidade e alta escolaridade	
Alta riqueza, baixa longevidade e média escolaridade		Baixa riqueza, baixa longevidade e média escolaridade	
Alta riqueza, baixa longevidade e baixa escolaridade		GRUPO 5	
		Baixa riqueza, baixa longevidade e baixa escolaridade	

Fonte: IPRS, 2012.

O Programa Bolsa Família tem atingido um número considerável de famílias (tabela 7). Entre os grupos tradicionais ou específicos identificados na microrregião, destacam-se os relacionados ao campo ou com o desenvolvimento de atividades agropecuárias: pescadores artesanais; agricultores familiares; assentados da reforma agrária; beneficiários do Programa Nacional de Crédito Fundiário; e famílias acampadas. Outro grupo presente é o de famílias com membro em reclusão no sistema penitenciário (MDS, 2014).

**Tabela 7: Programa Bolsa Família na Microrregião Geográfica de Dracena (Valores em reais) Fev. 2015.**

MUNICÍPIO	FAMÍLIAS CADASTRADAS	FAMÍLIAS BENEFICIADAS	VALOR MÉDIO POR FAMÍLIA	VALOR TOTAL
Dracena	4.960	926	128,62	119.102
Junqueirópolis	2.071	684	155,58	106.419
Tupi Paulista	2.308	403	157,58	63.506
Panorama	2.237	806	161,74	130.363
Ouro Verde	1.593	533	177,57	94.645
Paulicéia	1.732	315	174,90	55.095
Monte Castelo	715	153	127,82	19.556
S. J. do Pau 'Alho	319	38	165,58	6.292
Santa Mercedes	652	180	156,30	28.134
Nova	360	74	143,57	10.624
Guataporanga				
<b>Total MRG</b>	16.947	4.112	154,93	633.736
<b>Est. de São Paulo</b>	3.663.815	1.337.682	152,26	203.673.811

Fonte: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS), 2015.

Ainda no âmbito da seguridade social, o número de benefícios previdenciários (tabela 8) também é relevante, sobretudo, se considerarmos os municípios com população em torno

de dois mil habitantes. Contudo, mesmo em Dracena podemos inferir que há um alto número de aposentados.

**Tabela 8: Número de benefícios previdenciários emitidos (dezembro) e valor dos benefícios na Microrregião Geográfica de Dracena (2014).**

MUNICÍPIO	NÚMERO DE BENEFÍCIOS	VALOR (REAIS)
Dracena	12.029	142.017.005
Junqueirópolis	4.894	53.767.018
Tupi Paulista	4.438	49.146.189
Panorama	3.076	32.411.617
Ouro Verde	1.843	18.289.820
Paulicéia	1.069	11.004.556
Monte Castelo	1.100	10.471.793
São João do Pau d Alho	697	6.965.777
Santa Mercedes	502	5.241.179
Nova Guataporanga	712	7.069.569
<b>Total MRG</b>	<b>30.360</b>	<b>336.384.523</b>

**Fonte: DATAPREV, 2015.**

Por meio dos dados apresentados, foi possível verificar que o município de Dracena se sobressai economicamente na microrregião, concentrando, por exemplo, parte significativa do PIB (aproximadamente 40%) e trata-se do centro de maior importância político-administrativa em relação aos municípios menores. Sua economia pautou-se na cafeicultura até meados da década de 1970 e, a partir daí, o setor de serviços e comércio se firmaram como os mais relevantes.

Atualmente, Dracena apresenta uma estrutura diversificada de comércio: há redes de mercados e sucursais de redes de varejo (Magazine Luiza, Casas Bahia e Casas Pernambucanas). Em termos de serviços de saúde, há uma unidade da Santa Casa de Misericórdia e postos de saúde distribuídos entre os bairros. Na área de educação, há uma escola técnica municipal (que oferece cursos de mecânica e eletrotécnica), uma escola técnica estadual (com cursos técnicos de agricultura, de açúcar e álcool, química, enfermagem e informática), uma unidade do SENAI (Eletricista e de Mecânico de Usinagem), um campus da UNESP (Zootecnia e Engenharia Agrícola), além de duas instituições particulares de ensino superior: Faculdade Reges de Dracena (Ciências Contábeis, Administração e Direito) e Faculdade de Dracena - FADRA (diversos cursos de licenciatura, psicologia e serviço social).

O setor industrial restringe-se, sobretudo, à iniciativas locais como: Comércio e Indústria de Madeira e Metalúrgica São Cristóvão Ltda (COIMMA), produtora de balanças para bovinos, entre outros produtos e a empresa de engenharia elétrica Medral Energia Ltda., que, embora instaladas nas décadas de 1950 e 1960, respectivamente, investiram em tecnologia e ampliaram sua esfera de atuação, realizando atualmente trocas econômicas em nível nacional e internacional (JURADO DA SILVA, 2011).

No ramo de industrialização da produção agropecuária em Dracena operam a Agroindústria Processadora de Frutas Fruteza Ltda e a Usina Dracena de Açúcar e Álcool Ltda, intrinsecamente relacionadas ao processo de reestruturação da agricultura. Comumente, o termo reestruturação está ligado a um conjunto de transformações no modo de produção, no Estado, no consumo e nos comportamentos de modo geral, cujo início está datado nos anos 1970. A utilização da expressão, nesse sentido, pode ter sua origem associada ao conceito de *reestruturação produtiva* que é utilizado para descrever a passagem do regime de acumulação Fordista, de caráter mais rígido, para o regime de acumulação flexível.

Em uma compreensão econômica ampla, a reestruturação pode ser lida como uma série de mudanças, “[...] ajustes necessários à retomada da reprodução capitalista, em patamares mais elevados, mas, ao mesmo tempo, respondem à crise, tanto aparecem como tal” (SPOSITO; SPOSITO, 2012, p. 02). Os autores exploram, com base em Santos (2001), a ideia de “um período e de uma crise”:

Como período e como crise, a época atual mostra-se, aliás, como coisa nova. Como período, as suas variáveis características instalam-se em toda parte e a tudo influenciam, direta ou indiretamente. Daí a denominação de globalização. Como crise, as mesmas variáveis construtoras do sistema estão continuamente chocando-se e exigindo novas definições e novos arranjos (SANTOS, 2001, p. 34).

Por essas reflexões, percebemos que o conceito desenvolvido para explicar as alterações circunscritas às atividades produtivas, sobretudo, industriais, se amplia exatamente na percepção que as transformações passam a ser constantes:

[...] as mudanças não apenas se aprofundaram, mas asseveram a hipótese inicial de que não se trata apenas da continuidade do processo de estruturação. O que observamos são novas bases sobre as quais a produção, sob o capitalismo, desenvolve-se, associada fortemente a mudanças urbanas, justificando o reconhecimento de ruptura em relação a dinâmicas anteriores e, portanto, de adoção do conceito de reestruturação, já que se alteram as bases sobre as quais se assentam (SPOSITO; SPOSITO, 2012, p. 03).

Duas noções estão atreladas à reestruturação econômica, ao passo que podem ser mais bem compreendidas à luz desse conceito. A primeira ideia diz respeito à difusão do meio técnico-científico-informacional e a segunda à constituição da Sociedade Urbana. Retomando a sistematização de Santos (2002), há na atualidade a difusão da técnica, da ciência e da informação para todo o globo, definindo todas as relações humanas e as formas de produção do espaço. É o terceiro momento da história das relações entre sociedade e natureza, uma história que é de instrumentalização e de artificialização, na qual o meio natural progressivamente se transforma.

O meio técnico-científico-informacional é, então, o espaço geográfico atual, cuja constituição inicia-se na década de 1970 e as características substanciais são: a união da técnica e da ciência, sob o controle do mercado, que é global devido à circulação da informação. Dito de outro modo, a informação que se concretiza pela técnica e pela ciência, também é condição necessária para a generalização destas num nível global (SANTOS, 2002).

Henri Lefebvre (1999 [1970]) reconhece que vivemos um período de mutações. O filósofo cunhou a expressão “Sociedade Urbana” como uma hipótese de urbanização completa, procurando evidenciar que já havia indícios de que esta nova sociedade estava em construção. Um destes indicativos é a percepção de que o tecido urbano, não compreendido somente enquanto o “[...] domínio edificado nas cidades, mas o conjunto de manifestações do domínio da cidade sobre o campo [...]”, corrói e prolifera-se sobre o tecido agrário (LEFEBVRE, 1999 [1970], p. 17).

Ao conjunto de transformações que a sociedade atravessa, Lefebvre (1999 [1970]) dá o nome de Revolução Urbana. Com a industrialização levada a um nível global pela tecnologia, os modos de vida são radicalmente modificados, “[...] as relações de produção desdobram-se, ampliam-se, conquistando uma base mais extensa, atraindo simultaneamente a agricultura e a realidade urbana” (SOBARZO, 2010, p. 57).

O ponto comum entre as duas concepções teóricas se dá na noção de espaço inacabado: o meio técnico-científico-informacional e o urbano (sociedade urbana) estão em constituição. Assim, estamos falando de uma generalização do urbano, da técnica, da ciência e da informação em nível global ainda em gestação:

Como em todas as épocas, o novo não é difundido de maneira generalizada e total. Mas, os objetos técnico-informacionais conhecem uma difusão mais generalizada e mais rápida do que as precedentes famílias de objetos. Por outro lado, sua presença, ainda que pontual, marca a totalidade do espaço (SANTOS, 2002, p. 160-161).

Pela própria natureza da época – período e crise – é que essas modificações não se constituem de modo finito ou homogêneo, ganhando forma, então, no processo de reestruturação econômica. Para elencar algumas de suas características, parafraseando Sposito e Sposito (2012), listamos: a transformação do conteúdo da atividade industrial e da sua organização espacial; separação das atividades de produção e gestão; economia de livre mercado; ampliação das relações internacionais; conformação de um sistema de circulação de informação; e a emergência da cidade polinucleada, segregada e fragmentada que se estende ao campo.

Na agricultura, a reestruturação se dá pela alteração da base técnica de produção, da estrutura agrária e das relações sociais. Todo esse processo se inicia com a intensificação do capitalismo no campo. No Brasil, o principal marco é a Modernização da Agricultura<sup>17</sup>, que a partir de meados dos anos 1960 buscou, em linhas gerais, a tecnificação das atividades agropecuárias, objetivando o aumento da produtividade e da rentabilidade. Os impactos são percebidos nos espaços agrícolas e urbanos, “estes passam, então, por um processo acelerado de reorganização, com incremento da urbanização e de processos de (re)estruturação urbana e regional [...]” (ELIAS, 2012, p. 03).

O fundamento para as mudanças está na racionalização das atividades controladas por demandas de produção e consumo globalizadas visando ao atendimento do mercado interno urbano e as exportações. Em síntese, “Os sistemas de ação e os sistemas de objetos (SANTOS, 1996) associados a agropecuária se reestruturaram mediante incremento da utilização de ciência, tecnologia, informação e diferentes capitais” (ELIAS, 2013, p. 14).. Elias (2006) argumenta que, conjuntamente à intensificação da forma capitalista de produção agropecuária, promove-se a fluidez do espaço – pela expansão dos transportes e da comunicação –, o que permite a incorporação de espaços não necessariamente contíguos às regiões mais dinâmicas, surgindo, assim, por exemplo, as “manchas” do agronegócio na Amazônia e no Nordeste.

De um modo similar, podemos refletir que a Região de Dracena, ainda que localizada em um dos estados em que mais se percebe os efeitos da reestruturação, como na região de Ribeirão Preto, simboliza a não homogeneidade desse processo. Nos anos 1960, a modernização da agricultura e os fortes investimentos estatais para sua realização tinham foco, sobretudo, no aumento das exportações. Observou-se, desse modo, uma intensa seletividade em relação aos produtos – privilegiou-se a soja e a cana-de-açúcar –; aos produtores – médios e grandes –; e às regiões do país – concentrando-se no Centro-Sul.

A região de Dracena não sentiu seus efeitos diretos, uma vez que, até o início da década de 1970, o café era seu produto principal e a produção se dava em moldes considerados tradicionais em médias e pequenas propriedades rurais, sendo assim, ainda que se possa verificar a incorporação de um ou outro elemento, a região não passou pelo processo de modernização da agricultura (alteração da base técnica, da estrutura agrária e das relações sociais).

---

<sup>17</sup> DELGADO (1985); SORJ (1986); GONÇALVES NETO (1997).

Reiteramos que isso não significa que a região não seja afetada indiretamente pelas mutações em escala global, como já argumentamos no início deste subcapítulo, pois há um papel suplementar na divisão territorial do trabalho. Além disso, são observáveis alterações de diversas ordens, se averiguarmos os hábitos de consumo, acesso às novas tecnologias etc. Soja (1993) reflete sobre o período pós-1970 e concebe um sentido amplo para o conceito de reestruturação. Para o autor, a espacialidade capitalista se reestrutura numa série de crises: nas relações entre agentes globais; nas políticas de Estado nos países centrais e periféricos; nas formas de exploração dos trabalhadores, minorias e meio ambiente; no funcionamento das cidades; nos hábitos de consumo e “[...] nos modos como as relações de produção capitalistas se imprimem na vida cotidiana [...]” (SOJA, 1993, p. 195).

Desde o período descrito anteriormente, percebem-se vários processos concomitantes na região: êxodo rural, desenvolvimento de estratégias para a permanência no campo e/ou nas atividades agropecuárias pelos pequenos proprietários de terras, expansão do cultivo de cana-de-açúcar e aumento da concentração fundiária. Na década de 1990 e, sobretudo, nos anos 2000, são perceptíveis iniciativas que evidenciam novas articulações com os mercados globais e novas formas de produção, ainda assim, as mudanças não se dão no ritmo verificado em outras áreas. Nos próximos itens discorreremos sobre a expansão da cana-de-açúcar e as atividades desenvolvidas pela Agricultura Familiar no município de Dracena.

### 3.3.1.1. A expansão da produção de cana-de-açúcar

Na Microrregião Geográfica de Dracena estão instaladas cinco usinas de processamento de cana-de-açúcar. Embora desde a década de 1970 já houvesse destilarias na região, foi devido à maior demanda por etanol nos anos 2000 que a atividade ganhou fôlego. A Usina Dracena Açúcar e Álcool Ltda. foi a segunda a instalar-se na região, no ano de 2006, levando à expansão da área cultivada e do aumento do volume de produção da cana-de-açúcar no município desde então (tabela 9) (VELOSO, 2011).

**Tabela 9: Área plantada (ha) e quantidade produzida (ton.) de Cana-de Açúcar (2007-2012).**

	ÁREA PLANTADA (HECTARES)		QUANTIDADE PRODUZIDA (TONELADAS)	
	2007	2012	2007	2012
<b>Dracena</b>	5.766	11.308	654.260	790.000
<b>MRG de Dracena</b>	29.226	95.124	2.601.307	6.910.816
<b>Estado de São Paulo</b>	3.890.414	5.172.611	329.095.578	406.152.815

**Fonte: Pesquisa Agrícola Municipal, IBGE (2007-2012).**

A usina pertence à Exxel Brasileira de Petróleo Ltda., empresa de distribuição de combustíveis originária de Paulínia-SP. A produção principal é de álcool para o mercado interno e há a geração de energia para consumo próprio. Durante o período de instalação houve a isenção de impostos por parte do governo municipal. O plantio da cana-de-açúcar se dá em área própria – aproximadamente 500 hectares – e também pelo sistema de parceria e arrendamento (UDOP, 2007; SEGATTI, 2009).

A motivação para a instalação da usina centrou-se na existência de terras acessíveis a preços baixos, pela oferta de mão de obra barata e pela presença de um conjunto de pequenos proprietários rurais de idade avançada (superior a sessenta anos), que já vinham enfrentando dificuldades de manutenção da atividade agrícola em um contexto de crise, e passaram a ponderar as vantagens econômicas do arrendamento de suas propriedades (SEGATTI, 2009).

Entre os benefícios averiguados para tal prática por parte dos usineiros está a maior possibilidade de mobilidade territorial no caso de crises, por exemplo. Outra estratégia nesse sentido é a terceirização de algumas atividades: serviços agrônômicos (preparo de solo, plantio, tratos culturais) e de transporte. Segatti (2009) verificou, em sua dissertação de mestrado, junto aos pequenos proprietários rurais que, desde o princípio do desenvolvimento de suas atividades, a usina já apresentava problemas, com atraso de pagamentos e os valores pagos foram considerados abaixo do esperado, questões que são agravadas pela crise que acomete o setor sucroenergético no cenário nacional (FONSECA, 2012).

Em relação à origem dos trabalhadores da Usina, conforme Segatti (2009), o pessoal qualificado não é da região. Nesse sentido, percebe-se que, após o início da atividade, houve a instalação de cursos técnicos relacionados à atividade no município: Açúcar e Álcool na Etec - Centro Paula Souza (2008) e Mecânica de Usinagem no SENAI (2010). No que diz respeito à Lei Estadual n. 11. 241 de 2002, que dispõe sobre a queima da palha para a colheita da cana-de-açúcar, de acordo com Aguiar *et. al.* (2010), nos anos-safra de 2006/07 e 2007/08, o percentual da área colhida sem a prática da queima passou do estrato de 0 a 15% para 45 a 70% no município. Segundo o Instituto de Economia Agrícola (IEA) (2014), na safra 2012/13, o índice de mecanização da colheita na região de Dracena era próximo a 80%, evidenciando que o número de empregos nesta fase diminui a cada ano-safra.

### 3.3.1.2. A agricultura familiar

Paradoxalmente convivem no país modelos distintos de exploração agropecuária – a agricultura científica, a convencional, o agronegócio, a produção familiar rural, para citar algumas das denominações – que se distinguem pelas formas com que se espacializam, pelas relações sociais e com a natureza, pelo desnível em relação ao poder político e de tomada de decisões. Considerando essa distribuição desigual de poder, a importância histórica e a necessidade de políticas específicas para os segmentos não hegemônicos, o governo brasileiro estabeleceu a Lei nº 11.326 de 2006, que busca direcionar a formulação de políticas públicas para uma ampla e heterogênea parcela dos produtores rurais, agrupada sob a denominação de Agricultura Familiar, como explica Altafin (2007):

Tendo em vista as tipificações acadêmicas ou a delimitação legal do conceito, constata-se que o uso do termo “agricultura familiar” no Brasil se refere a um amplo guarda-chuva conceitual, que abriga distintos tipos e situações, não apenas entre as regiões, mas dentro de cada região, de cada estado, de cada município ou de um território (ALTAFIN, 2007, p. 16).

Nos termos da lei, os agricultores familiares são os que praticam atividades no meio rural e que atendem aos seguintes critérios:

Art. 3o [...] I - não detenha, a qualquer título, área maior do que 4 (quatro) módulos fiscais; II - utilize predominantemente mão de obra da própria família nas atividades econômicas do seu estabelecimento ou empreendimento; III - tenha percentual mínimo da renda familiar originada de atividades econômicas do seu estabelecimento ou empreendimento, na forma definida pelo Poder Executivo; IV - dirija seu estabelecimento ou empreendimento com sua família (Lei nº 11.326, p. 01).

Esta lei nos remete ao processo de redemocratização do país, em meados da década de 1980, e a retomada da organização dos movimentos no campo, tais como: o movimento sindical dos trabalhadores rurais, reunidos na Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura – CONTAG, o Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST), o Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA), o Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB), os grupos que reúnem seringueiros e outros que integram os chamados “povos da floresta” (ALTAFIN, 2007).

A CONTAG ganha visibilidade “[...] ao abrir o foco de atuação, até então centrado em reivindicações trabalhistas, para a esfera de demandas por terra e por políticas agrícolas específicas, que passam a compor a pauta de seus congressos e manifestações” (ALTAFIN, 2007, p. 12). Dessa maneira, é reconhecida, por parte do Estado, uma categoria social que se constituiria no foco de políticas públicas específicas nos próximos anos. O marco desse reconhecimento é a implantação do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura

Familiar (PRONAF), no ano de 1996. Dez anos mais tarde, buscando melhorar a operacionalização de ações e programas por parte do Estado Brasileiro, fixaram-se as características gerais para essa categoria tão diversa com a Lei 11.326.

Na tabela 10 estão sistematizados o número e a área dos estabelecimentos agropecuários da agricultura familiar e não familiar no município de Dracena:

**Tabela 10: Número e área dos estabelecimentos agropecuários da agricultura familiar e não familiar no município de Dracena, na Microrregião Geográfica e no Estado de São Paulo (2006).**

	NÚMERO DE ESTABELECEMENTOS				ÁREA			
	FAMILIAR		NÃO FAMILIAR		FAMILIAR		NÃO FAMILIAR	
	Unidades	%	Unidades	%	Hectares	%	Hectares	%
<b>Dracena</b>	366	56	290	44	5.277	12	39.311	88
<b>MRG de Dracena</b>	2.338	61	1.493	39	49.807	21	191.896	79
<b>Estado de São Paulo</b>	146.282	64	81.340	36	3.199.782	19	13.755.167	81

**Fonte: Censo Agropecuário do IBGE (2006).**

O município tradicionalmente apresenta uma estrutura fundiária de pequenas e médias propriedades rurais e a expansão da cana-de-açúcar tem contribuído para o aumento das grandes propriedades, ao passo que o envelhecimento da população e a ausência de sucessores nas pequenas propriedades rurais, resultam na redução dos estratos menores (tabela 11).

**Tabela 11: Número de estabelecimentos agropecuários e área ocupada no município de Dracena (1995/96 – 2006).**

HECTARES	1995/96		2006	
	UNIDADES	ÁREA OCUPADA	UNIDADES	ÁREA OCUPADA
< 10	547	2.441	365	1.653
10 a 100	398	11.949	228	7.325
100 a 500	50	12.340	45	12.124
> 500	20	17.598	18	14.195
<b>Total</b>	1015	44.328	656	44.588

**Fonte: Censos Agropecuários do IBGE (1995/96 e 2006).**

Podemos observar que no município, no ano de 2006, os agricultores familiares representam 56% do total dos estabelecimentos agropecuários, entretanto, detêm apenas 12% da área, indicando concentração fundiária e má distribuição de terras. Têm-se percebido que a permanência desse segmento está condicionada ao desenvolvimento de diferentes estratégias (HESPANHOL, 2007). A permanência desses agricultores, geralmente com idade avançada e baixa escolarização, depende do desenvolvimento de diversas estratégias, entre as quais se

destaca a participação em políticas públicas, que têm contribuído para a melhoria das condições de vida dessa população (HESPANHOL, 2008).

Um dos grandes destaques é o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), que se configura num mercado institucional para a produção agrícola familiar. Instituído no ano de 2003, tem por objetivo promover a compra, a formação de estoques e a distribuição de alimentos oriundos da produção familiar rural, entre pessoas em situação de insegurança alimentar, hospitais e entidades beneficentes. O programa é viabilizado pelo Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS) e pela Companhia Nacional de Abastecimento (CONAB), foi criado no âmbito do Fome Zero e atualmente compõe o Plano Brasil Sem Miséria (MDS, 2015).

O PAA é desenvolvido nas duas associações de produtores rurais do município: Associação de Produtores Rurais de Dracena (APRD) e Associação J.Marques dos Trabalhadores de Jaciporã<sup>18</sup>. Nesta última, que nos interessa por localizar-se em um dos distritos municipais objeto do presente estudo, o programa está em execução desde o ano de 2006. Em 2014, por exemplo, 75 produtores participavam de sua execução (CONAB, 2015).

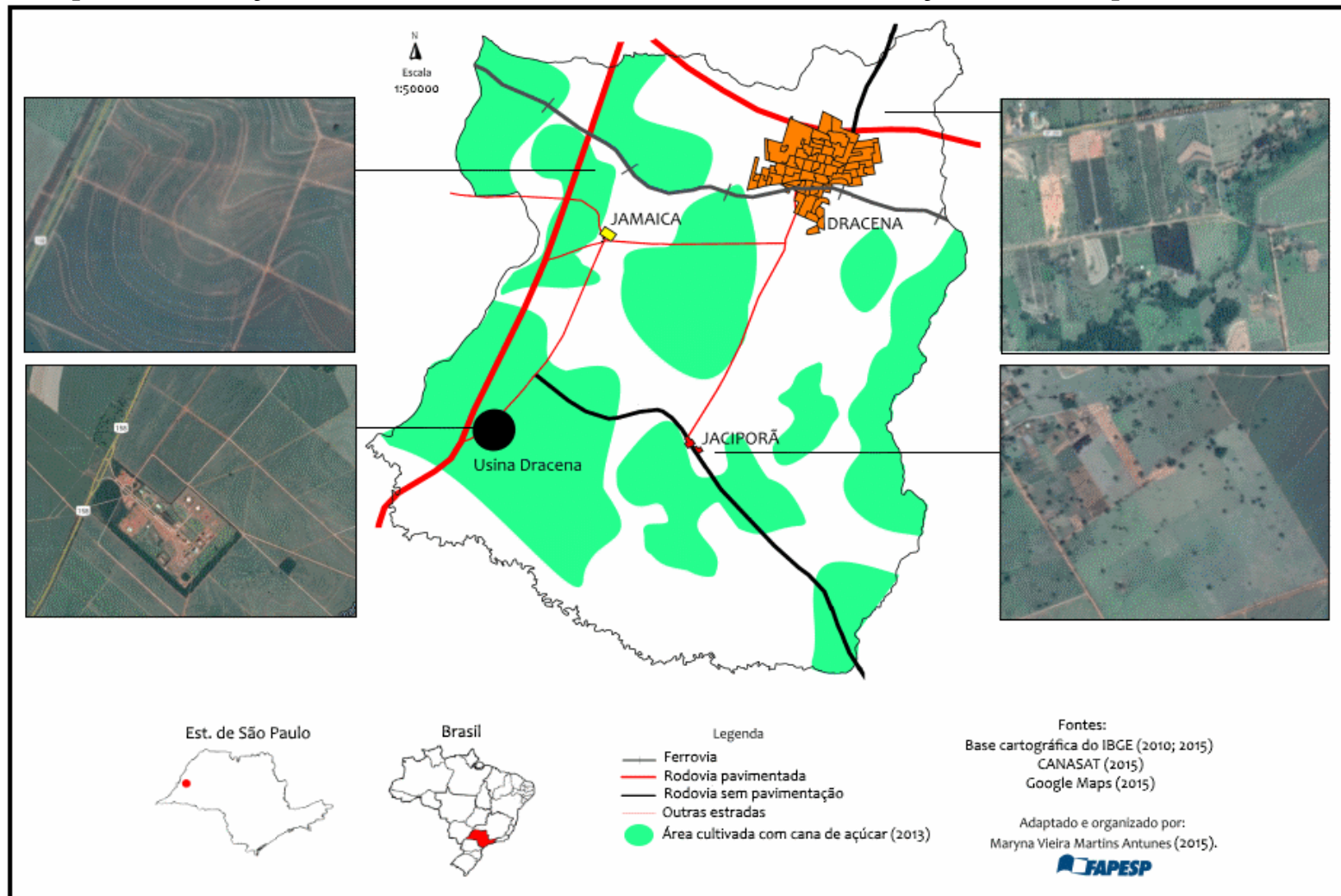
As questões relacionadas à produção agropecuária do município repercutem nos distritos estudados, tanto pela execução do PAA em Jaciporã, como também pela presença de pequenas propriedades rurais em Jamaica e pela proximidade dos distritos à planta industrial da Usina Dracena, o que também implica em se situarem próximos aos canaviais. No mapa 11 se observa a localização da usina – que dista de Jamaica 13 quilômetros e de Jaciporã 11 – e o predomínio das áreas de cultivo de cana-de-açúcar na extensão do município – se comparado ao mapa 6, evidencia-se a expansão sobre muitos dos bairros rurais ali representados.

Nas imagens de satélite, agrupadas no cartograma, notamos que, junto às culturas extensivas – aqui se somam às áreas de pastagem – convivem as pequenas propriedades rurais, sendo a zona a nordeste da malha urbana de Dracena, o bairro rural Palmeiras, onde há o predomínio deste tipo de exploração. Cada cultura agrícola em particular resulta numa relação diferente com os povoados e, se comparados com a cafeicultura, contribuem, em conjunto a variados fatores, para a construção de novos papéis exercidos pelos distritos como espaços rurais. Por essa razão, no próximo item, analisaremos os processos de refuncionalização em Jamaica e Jaciporã.

---

<sup>18</sup> O PAA no município de Dracena foi objeto da nossa pesquisa de Iniciação Científica durante a graduação em Geografia (FCT/UNESP), cujos resultados estão sistematizados em ANTUNES e HESPANHOL (2011) e ANTUNES (2012).

**Mapa 11: Localização da Usina Dracena e das áreas de cultivo de cana-de-açúcar no município de Dracena/SP**



### 3.3.2. Os processos de refuncionalização em Jamaica e Jaciporã

Santos (1985) explica que os objetos geográficos são moldados em resposta às necessidades e funções do presente. Com o passar do tempo, ou seja, com a emergência e sucessão de novas e distintas ações, as formas continuam a existir e os processos são obrigados a utilizá-las, porque não são capazes de recriá-las completamente:

A flexibilidade na construção de novas formas, quando a sociedade está passando por mudanças estruturais, decresce com o tempo, em decorrência da imobilidade inerente que por vezes caracteriza a forma preexistente (SANTOS, 1985, p. 54).

Com a crise da lavoura principal da região de Dracena, os distritos foram consolidando-se como pontos de menor fluidez para a circulação de pessoas, mercadorias, informações, e, por consequência, marcados pela lentidão. Por essa razão, as possibilidades de criação e recriação das formas é mais limitada, o que os caracteriza pela rigidez dos objetos pretéritos, pois com o passar do tempo não se tornam propícios para novos usos. Em decorrência, a refuncionalização, ou seja, a utilização destes para funções decorrentes do presente, também é mais sutil em Jamaica e Jaciporã, não sendo capaz de alterá-los profundamente.

O conceito de refuncionalização, como empregado na perspectiva dos autores citados até o momento, diz respeito à escala regional/local, podendo se expressar em lógicas produtivas, de consumo e políticas, entretanto, também pode ser observada na escala local, ou ainda, em situações micro-escalares, como em construções, praças, prédios, ou seja, em objetos muito específicos que se tornam símbolo das alterações verificadas em escalas mais amplas.

Um exemplo é a (re) abertura de mercearias, que reaproveita as edificações em que funcionava o mesmo tipo de estabelecimento. Ainda que o uso permaneça sendo comercial, as características do público mudam, trata-se de um número reduzido, mais circunscrito ao distrito do que ao entorno e a procura passa a ser secundária em relação ao comércio de Dracena, caracterizando-se numa alternativa para os que não podem se deslocar até a sede do município ou para necessidades do dia a dia; os produtos que, por serem majoritariamente industrializados, indicam um tipo diferente de relação de consumo e conexões estabelecidas pelo comerciante. Há pontos distintos, mas as feições não se transformaram completamente.

Na fotografia 3 temos o caso do Salão de Cabelereiro de Jaciporã,. Como nos informou a proprietária, ele foi aberto nos anos 2000, no prédio do antigo cartório fechado nos anos 1990 e que ficou sem utilização até a abertura de seu empreendimento:

### Fotografia 3: Salão de Cabelereiro em Jaciporã



Fonte: Trabalho de Campo (2014).

Percebemos na fotografia que a fachada do edifício remete a um tempo mais antigo e sua função ainda é de prestação de serviços, entretanto, nota-se que há a preocupação em oferecer procedimentos que estão em moda no país e a comercialização de cosméticos de uma grande rede nacional. Esse exemplo nos permite ponderar sobre como as mudanças apreendidas nos distritos – pensadas em escala regional – são graduais, se comparadas aos espaços mais dinâmicos economicamente, com mais fluxos e densidade de população, redes técnicas, capital e que, por conseguinte, apresentam objetos mais flexíveis.

A rigidez das formas se origina na capacidade que têm de exercer uma função particular dentro de uma estrutura, “[...] o objeto técnico, contendo uma informação específica, opera uma função precisa que não lhe permite uma versatilidade na sua utilização” (SILVEIRA, 1994, p. 25). Cada atividade hegemônica produz espaços detalhadamente preparados para funções precisas, a instalação do complexo cafeeiro na região de Dracena a dotou de características voltadas à sua operacionalização, em outras palavras, toda a configuração montada em decorrência desta lavoura contém sua intencionalidade.

O declínio da cafeicultura fez, portanto, que a região se tornasse “prematamente envelhecida”, dado que suas formas estavam relacionadas exclusivamente às funções do passado, em consequência, os objetos tornaram-se inaptos para exercer funções necessárias à implantação de novas atividades (SANTOS, 1994). Os objetos são, assim, mais resistentes e grandes alterações em suas funções somente seriam percebidas se verificássemos mudanças em nível de estrutura.

É conhecido que estas não ocorreram, posto que, por exemplo, a região de Dracena, nos tempos atuais, ocupa níveis inferiores na economia paulista, os pequenos municípios pelos quais é formada mostram fragilidades no desempenho de funções urbanas, confirmando um tímido crescimento econômico desde a fase de estagnação. Entretanto, argumentamos que em toda a organização espacial dos distritos municipais ocorreu um câmbio fundamental, o qual delimitamos como uma passagem do agrícola ao rural.

Santos (1993), ao interpretar o avanço da urbanização e do capitalismo no campo, propõe uma leitura do território nacional por meio de regiões urbanas e regiões agrícolas. Inúmeras especificidades podem ser encontradas quando parte-se de escalas menores para a análise, porém, em nível de generalização, os dois tipos de subespaços distinguem-se pelas características de suas relações internas: a divisão do trabalho é traço marcante nas regiões urbanas, nas quais convivem as atividades de fabricação e do terciário e também a agropecuária (SANTOS, 1993).

Nas regiões agrícolas inter-relacionam-se o mundo rural e o urbano. Os exemplos máximos são aquelas em que as cidades abarcam todo tipo de atividade diretamente relacionada à produção agropecuária. Por ter se aprofundado na temática proposta por Santos, Elias (2003) é uma referência fundamental para o entendimento dessas regiões, nas quais o campo comanda toda a vida econômica e as relações sociais do sistema urbano, diferentemente dos subespaços urbanos que são orientados pelas atividades secundárias e terciárias (SANTOS, 1993).

Diante das duas situações postas percebemos que, embora a agropecuária continue sendo relevante para a organização espacial dos distritos municipais, esta não exerce o papel de comando, nem tem centralidade nas dinâmicas das sedes. Portanto, não estaria em nenhum dos casos descritos pelos autores supracitados, assim, concluímos que a compreensão dos distritos, que não assumem funções produtivas e nem de gestão, deve extrapolar o agrícola, de modo que se sobressaiam os demais aspectos do rural.

Essa afirmação deriva do reconhecimento de que com a estagnação da economia, o êxodo rural, o envelhecimento e o empobrecimento da população, os distritos municipais tornaram-se importantes para os moradores do entorno a partir da possibilidade de enfrentar as precariedades e o isolamento nas demais áreas rurais (não concentradas). A experiência de residir no distrito pode oferecer algumas vantagens: ter vizinhos mais próximos, preços mais acessíveis de terrenos e casas em comparação à Dracena e a facilidade de continuar a desenvolver a agricultura ou pecuária leiteira, no caso dos que ainda possuem sítio ou chácara nas proximidades.

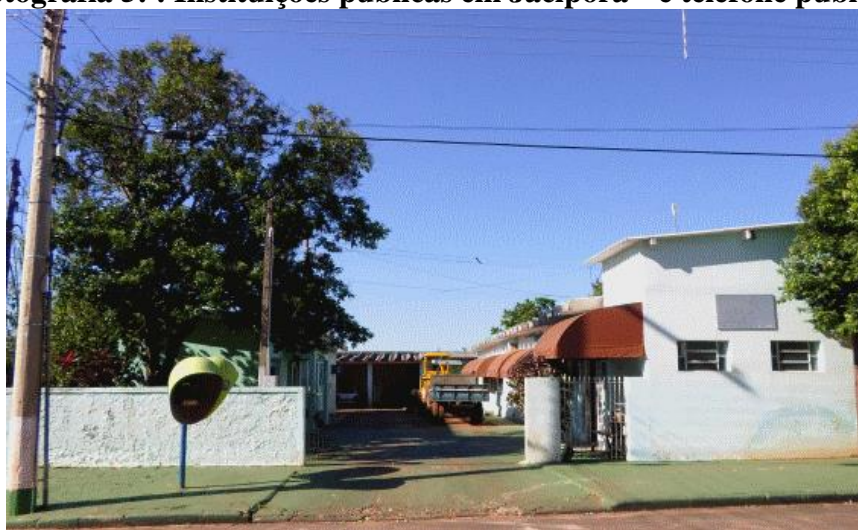
Nesse sentido, inaugura-se um novo período marcado pela refuncionalização com base na oferta de serviços, principalmente, os públicos nos distritos. O processo insere-se no aumento das atribuições municipais decorrentes das resoluções da Constituição Federal de 1988, entre as quais destacamos o Sistema Único de Saúde (SUS), que contribui para o deslocamento da população rural dispersa para as sedes distritais, decorrendo muitas vezes em sua fixação, uma vez que foram implantados Postos de Saúde durante a década de 1990 (fotografias 4 e 5).

**Fotografia 4: Posto de Saúde de Jamaica e telefone público.**



**Fonte: Trabalho de Campo (2014).**

**Fotografia 5: : Instituições públicas em Jaciporã<sup>19</sup> e telefone público.**



**Fonte: Trabalho de Campo (2014).**

---

<sup>19</sup> Nesta área localizam-se o prédio da subprefeitura, posto de saúde e agência dos correios.

Embora os postos de saúde ofereçam apenas atendimento intermitente para os moradores, eles se constituem em instância necessária para conseguir os encaminhamentos médicos para Dracena, além de tornarem-se “ponto de encontro” de onde o transporte oferecido pelo poder municipal sai até a sede. Como consta na tabela 12, uma parte considerável dos moradores utiliza os serviços do SUS nos distritos e em Dracena:

**Tabela 12: Local de utilização frequente de serviços de saúde públicos (%) pelos moradores de Jamaica e Jaciporã.**

	Jamaica	Jaciporã
<b>Distritos</b>	13	12
<b>Distritos/Dracena</b>	44	30
<b>Dracena</b>	43	51
<b>Outros</b>	-	7
<b>Total</b>	100	100

**Fonte: Trabalho de Campo, 2014.**

Aos postos de saúde somam-se as subprefeituras, os correios e as instituições de Ensino Básico (Infantil – Fundamental) e os equipamentos públicos de lazer: campos de futebol, bocha e os “parquinhos” infantis. Nos distritos há também a possibilidade de frequentar as instituições religiosas, as pequenas lanchonetes, o salão de cabelereiro (no caso de Jaciporã) e acessar os serviços prestados informalmente pelos moradores, como a venda de cosméticos, produtos artesanais, do mesmo modo, que há as cabelereiras e manicures que atendem em suas próprias residências, por exemplo.

O funcionamento dos serviços públicos nos conduz a refletir que no período pós-1988, a escala distrital pôde, neste caso, ser reconhecida como uma possibilidade para atuação do poder público, de maneira menos significante se comparada à municipal, evidentemente. Além disso, é possível que se tenha fortalecido as iniciativas coletivas (Associação J.Marques de Jaciporã e os mutirões promovidos nas comunidades católicas) e privadas (por meio da iniciativa de prestar serviços informais) voltadas aos distritos, pois colaborou para atrair a população das demais áreas rurais circundantes.

Constatamos que a vida nos distritos municipais estudados é marcada pelo “acontecer solidário”, não em um sentido emocional, mas, como Santos (2005) explica, pela “[...] realização compulsória de tarefas comuns, ainda que o projeto não seja comum [...]” (p. 158). No caso em questão, há uma convergência de atos em torno da busca por uma experiência menos precária de vida. As lógicas da agropecuária, relacionadas a escalas distantes, não estão mais no centro da organização espacial dos distritos. As práticas espaciais são motivadas, por sua vez, pelas ausências: a necessidade de meios básicos de qualidade de vida, o desemprego

e o subemprego, o empobrecimento e a dependência da pequena cidade de Dracena, conformada agora como a principal de uma rede urbana formada por núcleos de pequeno porte (LEÃO, 2011).

Posto isso, nos preocuparemos no próximo capítulo em aprofundar essa análise, iniciando-a com uma aproximação com o conceito de lugar e suas contribuições para apreender aspectos relacionados às relações global-local, rural-urbano, políticas e a ruralidade construída nos distritos. Para melhor finalizar o capítulo, no quadro a seguir encontra-se uma tentativa de sintetizar os períodos trabalhados:

**Quadro 7: Síntese da periodização da organização espacial dos Distritos municipais de Jamaica e Jaciporã e da Região de Dracena entre os anos de 1930 e 2015.**

Período	Características da organização espacial	Acontecimentos em escala mundial e nacional
1930-1970	<ul style="list-style-type: none"> <li>- No processo de implantação da cafeicultura decorre a implantação de pequenas propriedades rurais e de povoados;</li> <li>- São notáveis as feições da Formação espacial da Fronteira: dinamismo econômico, movimento de pessoas e capital e a centralidade das dinâmicas produtivas focadas em uma atividade principal (o café);</li> <li>- O poder local forma-se e fortalece-se no povoado de Dracena desenhando sua posição central na hierarquia que se estabelece na região e garantindo a incorporação de outros núcleos, entre os quais, Jamaica e Jaciporã;</li> <li>- Estes distritos, em sua fase de implantação, podem ser classificados como patrimônios leigos e têm suas funções voltadas para o atendimento das demandas da produção agrícola e da população dos demais espaços rurais;</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Década de 30: Grande Depressão e New Deal (1933-1937); ascensão do nazi-fascismo na Europa;- Década de 40: 2ª Guerra Mundial (1939-1945) e Início da Guerra Fria; Plano Marshall (1947-1951) e governos desenvolvimentistas;</li> <li>- Década de 1960: Início das revoluções sociais (movimento negro, feminista, dos homossexuais) e contracultura;</li> <li>No Brasil: <ul style="list-style-type: none"> <li>- Década de 30: fim da Política Café-com-leite e início do Estado Novo;</li> <li>- Década de 40 a 60: Governos com políticas modernizadoras, foco na industrialização e urbanização;</li> <li>- Década de 60: Golpe Militar (1964) e primeiros anos da ditadura militar brasileira; início das organizações camponesas e de agricultores no campo, elevação da concentração fundiária; o “milagre econômico” (1968 – 1973), acirramento dos conflitos no campo, industrialização da agricultura e êxodo rural;</li> </ul> </li> </ul>
1970-1988	<ul style="list-style-type: none"> <li>- A crise da cafeicultura, seguida da estagnação econômica e do esvaziamento populacional promove um “envelhecimento das formas” associadas a esta lavoura;</li> <li>- Há a busca por estratégias no espaço rural: implantação da pecuária de corte nas grandes propriedades rurais e diversificação produtiva nas pequenas</li> <li>- Os pequenos centros urbanos e sedes de municípios perdem papéis;</li> <li>- Dracena se consolida em sua posição central na região a partir da progressiva diversificação de serviços e implementação de atividades industriais;</li> <li>- Jamaica e Jaciporã passam a se caracterizar pela baixa densidade populacional; econômica; e de redes técnicas quando perdem a função de organizar o espaço agrícola do complexo cafeeiro;</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Crises do Petróleo (1973-1974);</li> <li>- Governos neoliberais;</li> <li>- Avanços tecnológicos: desenvolvimento dos primeiros microprocessadores;</li> <li>- Ditaduras militares na América do Sul;</li> <li>No Brasil: <ul style="list-style-type: none"> <li>- Declínio do Milagre econômico;</li> <li>- Dívida Externa, recessão econômica, inflação e desemprego;</li> <li>- Movimento “Diretas Já!” (1984), posse de José Sarney como Presidente da República (1985), fim da ditadura militar;</li> <li>- Formação do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST);</li> </ul> </li> </ul>
1988-atual	<ul style="list-style-type: none"> <li>- No período atual há processos de reestruturação que vão desde a economia à vida cotidiana da população;</li> <li>- A região de Dracena tem um papel suplementar na economia do Estado de São Paulo e consolidam-se suas características relacionadas à formação espacial fundada na pequena propriedade rural;</li> <li>- A expansão da cana-de-açúcar é proeminente no município, assim como o desenvolvimento de estratégias pelos pequenos proprietários rurais, nas quais as políticas públicas mostram-se fundamentais;</li> <li>- Nos distritos de Jamaica e Jaciporã, os processos de refuncionalização e as estratégias “solidárias” da população constroem um sentido de ruralidade que ultrapassa o agrícola.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Queda do Muro de Berlim (1989);</li> <li>- Fundação do Mercosul com a assinatura do tratado de Assunção (1991);</li> <li>- Popularização da Internet e telefonia celular;</li> <li>- Crise econômica financeira de 2008;</li> <li>- Eco-92 é realizada no Rio de Janeiro;</li> <li>No Brasil: <ul style="list-style-type: none"> <li>- Plano Real (1994) e controle da inflação;</li> <li>- Criação do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar – Pronaf (1996);</li> <li>- Massacre de Eldorado dos Carajás (1996);</li> <li>- Eleição de Luís Inácio Lula da Silva (2002) e Dilma Rousseff (2010) do Partido dos Trabalhadores (PT) à presidência do Brasil;</li> </ul> </li> </ul>

Org. Maryna V. M. Antunes (2015).

#### **4. ANÁLISE DOS DISTRITOS DE JAMAICA E JACIPORÃ (DRACENA/SP)**

No capítulo anterior argumentamos que há uma mudança fundamental na organização espacial dos distritos analisados: as dinâmicas da agropecuária perdem espaço no cotidiano dos moradores e outras facetas do rural passam a caracterizá-los. Neste o nosso objetivo é qualificar esta ideia, ao apresentarmos a análise dos resultados empíricos com base no conceito de lugar e a partir de três eixos: a descrição dos distritos municipais; a ruralidade e as dimensões políticas. Destarte, primeiramente, buscamos definir o que entendemos por *rural*.

Historicamente, é comum que se associe o rural unicamente aos espaços de produção agropecuária. É uma delimitação que se baseia na divisão do trabalho entre campo (agricultura) e cidade (atividades fabris/comércio/sede do poder político-administrativo) e coloca em contraponto os conteúdos, significados e modos de vida que derivam dessas formas de ocupação humana: o rural e o urbano.

Nas Ciências Sociais, o texto de Sorokin, Zimmermann e Galpin (1986 [1929]) é um clássico da Sociologia Rural e traz uma densa lista de diferenças fundamentais entre o mundo rural e o urbano, discorrendo sobre os contrastes de cunho econômico, espacial, social e cultural. Dentre as características elencadas, temos a heterogeneidade e o dinamismo relacionados ao urbano, enquanto que no rural foram identificados o tradicionalismo e a mobilidade restrita. Os pontos de distinção entre urbano e rural eram compreendidos, nesta perspectiva, de maneira dicotômica. Publicado numa época – início do século XX – marcada pelo forte impacto da expansão do sistema capitalista, os autores enfatizaram a complexidade que as cidades passavam a apresentar (MARQUES, 2002).

Entretanto, no desenrolar dos processos de urbanização e industrialização, o tema tornou-se ainda mais complexo. Inicialmente, porque se acreditava que esse era o destino natural e inevitável das sociedades, incorrendo num esvaziamento do rural, o que, as dinâmicas atuais mostram que não ocorreu, tendo o campo se modificado a partir da relação com as lógicas urbano-industriais. A difusão do meio técnico-científico-informacional promoveu uma maior e mais forte coesão entre cidade e campo, de modo que, no contexto atual, as definições tornaram-se menos rígidas, mesmo que as particularidades não deixem de existir (SANTOS, 2002).

A proximidade e novas relações com as lógicas oriundas das cidades e a diversidade de situações encontradas nos espaços rurais não permitem que se conceba o rural como um bloco homogêneo, por isso não há uma “definição precisa, abrangente o suficiente, para se

colocar como universal e que, portanto, consiga integrar toda a complexidade que envolve o tema” (BERNARDELLI, 2010, p. 33).

Nesse sentido, emprega-se o termo ruralidades – no plural – para se referir ao conteúdo que se origina no campo e também das relações sociais relacionadas à agricultura, mas que os extrapola, como explicam Rosa e Ferreira (2010, p. 190): “[...] o campo é hoje espaço de riqueza e pobreza, de luta pela terra e dos grandes latifúndios, do *agrobusiness* e da pequena produção, de produção e moradia, do trabalho e do lazer”. Sendo assim, têm-se concordado que, mais do que definir e diferenciar o rural e o urbano, deve-se buscar apreender as diversas ruralidades e urbanidades e seus significados. Crescem, dessa maneira, as concepções de rural que abarcam novos laços de complementariedade e contradições. Há uma relação dialética entre forma e conteúdo, no caso entre cidade/campo e urbano/rural, que é responsável pelas próprias transformações do espaço (SANTOS, 1988).

Considerando que as mudanças empreendidas pela difusão das técnicas pelo espaço geográfico não se dão de modo homogêneo e que cada espaço reage distintamente diante da globalização, há, por consequência, heterogêneas ruralidades. Para Santos (2002; 2005) é no lugar que o mundo se refuncionaliza e, por ele, que o mundo é percebido, podendo ser compreendido como ponto de encontro entre as verticalidades e as horizontalidades. Nessa perspectiva, ocuparemos o próximo item com a discussão sobre o conceito de lugar.

#### **4.1. O conceito de lugar e as concepções da relação global-local**

Embora presente na Geografia desde as análises de La Blache, no final do século XIX, e Sauer nos anos 1940, não foram empreendidas grandes discussões sobre os significados do conceito de lugar nesse período da Ciência Geográfica, e sua definição ficou restrita à ideia de localização – um ponto ou porção da superfície terrestre que pode ser identificada por meio das suas coordenadas geográficas. Por muito tempo qualificado como um conceito problemático, foi somente na década de 1970 que os geógrafos humanistas reavaliaram a importância do lugar a partir de sua vinculação à Fenomenologia e ao Existencialismo (FERREIRA, 2000).

Tal reelaboração teórica, marcada pela grande ênfase e empenho em abordar seus significados, fez com que o lugar fosse tomado como o principal conceito da Geografia Humanística de orientação fenomenológica. Oliveira (2012, p. 15) afirma: “O lugar na geografia, desde o início da geografia humanista, foi sempre a essência propriamente dita da ciência geográfica”. Conceituado como a base da existência humana, o lugar é abordado pelas percepções, sentimentos e significados que se atribuem ao espaço, ou seja, o lugar é o espaço

vivenciado pelos seres humanos. No que tange as questões referentes à relação global/local, os geógrafos da corrente humanística apontam uma preocupação com a homogeneização dos lugares imposta pelas ações do mundo contemporâneo. Alguns autores, entre os quais Relph (1980), cogitaram que a globalização poderia acarretar na extinção do lugar (FERREIRA, 2000).

Nos anos 1980, a Geografia Crítica incorporou o conceito de lugar, ainda que com ressalvas em relação à concepção da Geografia Humanista. Para Harvey (1996), um representante da corrente crítica, a ideia de dissolução dos lugares devido à padronização imposta pelo sistema econômico, não questiona as noções de tradição e herança, que, nesse ponto de vista, são construídas na emergência e disseminação do capitalismo, sendo necessárias para sua reprodução. Um dos principais argumentos desta vertente é que nos períodos mais recentes do capitalismo, o lugar torna-se cada vez mais importante, pois, é por meio dele que o global se realiza (FERREIRA, 2000).

Ainda na perspectiva crítica, Santos (2001) afirma que “Os lugares são, pois, o mundo que eles reproduzem de modos específicos, individuais, diversos [...]” (SANTOS, 2001, p. 112). Para o autor não é possível falar em uma totalidade global, sem a intermediação dos lugares, compreendidos, deste modo, não somente como o espaço efetivo de realização da reprodução capitalista, mas também como base para a emergência de diferentes processos de resistência.

Santos (2001) reitera a noção de que os lugares diferenciam-se com a globalização, ao contrário de se homogeneizarem ou desaparecerem. Nesse sentido, o conceito de lugar a partir da Geografia Crítica, nos parece a mais promissora para o estudo das temáticas envolvidas na pesquisa, sobretudo, no que diz respeito à relação global-local, já que entre nossos objetivos situa-se exatamente o intento de investigar tais dinâmicas.

Retomando as questões tratadas no terceiro capítulo, a metáfora das rugosidades elaborada por Santos (2002) sintetiza a explicação sobre as mudanças econômicas pelas quais os distritos municipais passam e passaram, desde a fundação na década de 1930 até o presente (2015) e os processos de refuncionalização. Para o autor, é possível conceber o espaço como um quadro único em que a história se dá feito um testemunho de diferentes momentos. Cada modo de produção deixa marcas no espaço, que são expressões do tempo histórico incorporadas ao lugar: as denominadas rugosidades.

A agropecuária é uma atividade fundamental e não deve ser desvinculada de outros elementos na análise da organização espacial dos distritos. Isso significa dizer que as paisagens de Jaciporã e Jamaica estão marcadas por signos que remetem à produção do

campo. Explicitamente na exploração econômica do entorno, mas também nos quintais, pequenas hortas para consumo da família. Alguns desses elementos remetem a tempos pretéritos, como demonstrado nas fotografias 6 e 7.

**Fotografia 6: Barracão de uso agrícola em condição de abandono em Jamaica.**



**Fonte: Trabalho de Campo (2014).**

**Fotografia 7: Utilização de carroças em Jamaica.**



**Fonte: Trabalho de Campo (2014).**

Na Fotografia 6, o barracão de café – um testemunho da produção agrícola que ajudou a formar estes espaços – em estado de abandono pode ser interpretado também como um

símbolo da decadência da cafeicultura e do próprio papel secundário da região no contexto do Estado de São Paulo, conforme trabalhamos no terceiro capítulo. O retrato nos passa a sensação de um tempo marcado pela lentidão, analogamente, na Fotografia 7, o uso de carroças, se comparado à quase generalização do uso do automóvel e das “potentes caminhonetes” nas áreas associadas a uma cultura rural vinculada ao agronegócio, é facilmente interpretado como um *atraso*. Entretanto, o fato de estarem em utilização, nos dá pistas para entender que existem outros usos para aqueles objetos e que a disseminação das novas técnicas não é homogênea. No mesmo registro, as antenas de provedores de televisão por assinatura são marcas da difusão do meio técnico-científico-informacional, o que comprova que esta difusão não é uniforme nem em relação aos espaços e nem ao tipo de inovação.

Essas reflexões nos ajudam a compreender a afirmação de Santos (2001) de que o global se constitui através do lugar, pois evidencia sua característica de promover a convivência, não somente de diferentes instituições, empresas e pessoas comuns, mas também do velho e do novo. É o lugar, portanto, que nos permite apreender o mundo vivido. Todo esse processo se dá de modo diferente de acordo com as condições de cada um dos lugares, devido ao ambiente físico e às diversas respostas humanas. As diferenças entre os lugares levam a uma hierarquização quanto ao desenvolvimento de resistências (SANTOS, 2002; FERREIRA, 2000).

Para Santos (2002), o lugar na contemporaneidade sofre de uma “esquizofrenia”, em razão de acolher vetores da globalização, que se instalam buscando impor uma nova ordem, e, no mesmo movimento, produz-se uma contra-ordem, já que a perversidade da globalização se manifesta na produção de pobreza, exclusão e marginalização. Os lugares, ao tornarem-se globais, ganham uma parte da “racionalidade” do “mundo”:

Mas esta se propaga de modo heterogêneo, isto é, deixando coexistirem outras racionalidades, isto é, contra-racionalidades, a que, equivocadamente e do ponto de vista da racionalidade dominante, se chamam “irracionalidades” (SANTOS, 2002, p. 114-115).

A partir disso, podemos questionar também a maneira como as fabulações produzidas na globalização nos conduzem a interpretar a história dos lugares. Com os mitos do encurtamento absoluto das distâncias e da difusão instantânea das inovações, praticamente não encontramos na racionalidade dominante razões para a permanência de espaços como Jaciporã e Jamaica. Em outras palavras, queremos dizer que se analisarmos pela ótica deste

pensamento único, estes distritos, ao não se “tornarem cidades” ou “sedes de município”, estariam destinados ao “desaparecimento”, expresso num completo despovoamento.

A racionalidade dominante também não explica totalmente a permanência dos habitantes mesmo após a diminuição e o enfraquecimento das dinâmicas econômicas. De fato, devemos buscar alcançar a ambígua relação entre as razões que impediram sua saída e as que os levaram a ficar. De um lado, estão questões políticas da produção de desigualdades, de outro, a construção de sentidos com base nos novos elementos que são incorporados ao lugar. O fundamento da “esquizofrenia do lugar”, de que cada grupo, instituição ou pessoa realiza o mundo a sua maneira, nos conduz a pensar que existem tantas racionalidades quanto existem lugares e, por consequência, que em cada um deles existem especificidades (SANTOS, 2001).

Preocupada com as relações entre processos gerais e particulares, Massey (2000) argumenta que “[...] a especificidade do lugar é continuamente reproduzida, mas não é uma especificidade resultante de uma história longa, internalizada. Há várias fontes dessa especificidade – da singularidade do lugar [...]” (MASSEY, 2000, p. 185). Embora concorde com os outros autores da Geografia Crítica no ponto de que a globalização não incorre simplesmente na homogeneização, Massey (2000) acredita que as particularidades do lugar não residem apenas na emergência de movimentos de resistência às forças globais, no fechamento ou retomada do passado dos lugares.

Frequentemente, quando se considera a relação global/local, associa-se o lugar ao estático, a um receptor das mudanças em nível globais – dinâmicas e em contínuo processo. Nesta acepção está implícita a compreensão do tempo como elemento dinâmico e do espaço como estático. Do mesmo modo que Soja (1993) evidencia um “descaso” com o espaço no marxismo ocidental, Massey (2004) demonstra que foi construída uma dicotomia entre tempo e espaço.

Visão que impele a leitura das diferenças espaciais tão somente como diferenças temporais, “Quando utilizamos termos como ‘avançado’, ‘atrasado’, ‘em desenvolvimento’, ‘moderno’, referindo-nos a diferentes regiões do planeta, o que acontece é que diferenças espaciais estão sendo imaginadas como sendo temporais”. Passamos a crer que “[...] os lugares não são genuinamente diferentes; na realidade, eles simplesmente estão à frente ou atrás numa mesma estória [...]” (MASSEY, 2004, p. 15).

A autora defende a ideia de que as diferenças não se tratam, então, de um desvio da História, mas que há uma multiplicidade de histórias que coexistem no espaço, sendo este, então, constituído de múltiplas trajetórias, da coexistência das diferenças. Por esse ângulo, o

lugar não possuiu um sentido único e não pode ser compreendido apenas como um receptor em diferentes graus ou níveis das mudanças globais.

A contribuição de Massey suscita algumas questões para serem discutidas em relação à nossa temática de pesquisa. Inicialmente, devemos nos atentar para não atribuir o caráter de lugar aos distritos unicamente pela delimitação oficial. Se considerarmos sua perspectiva, “[...] o lugar não têm de ter fronteiras no sentido de divisões demarcatórias (MASSEY, 2000, p. 184)”, entende-se que as fronteiras são necessárias para a realização de estudos, entretanto, para a própria conceituação elas não o são.

O cuidado de não assumir os distritos como lugares meramente pelo fato de apresentarem uma pequena extensão é também necessário, dado que estaríamos incorrendo na reiteração do entendimento de lugar como localização ou uma pequena porção do espaço ou localidade. Para Harvey (1996), o lugar é uma construção social, o que significa dizer que não é dado, nem fixo, é, pois, resultado de diversas relações sociais. Concordando com o autor, optamos por partir das delimitações oficiais como recurso metodológico, mas precisamos ter em mente que nos distritos municipais estudados certamente há tantos lugares quanto sujeitos e grupos sociais.

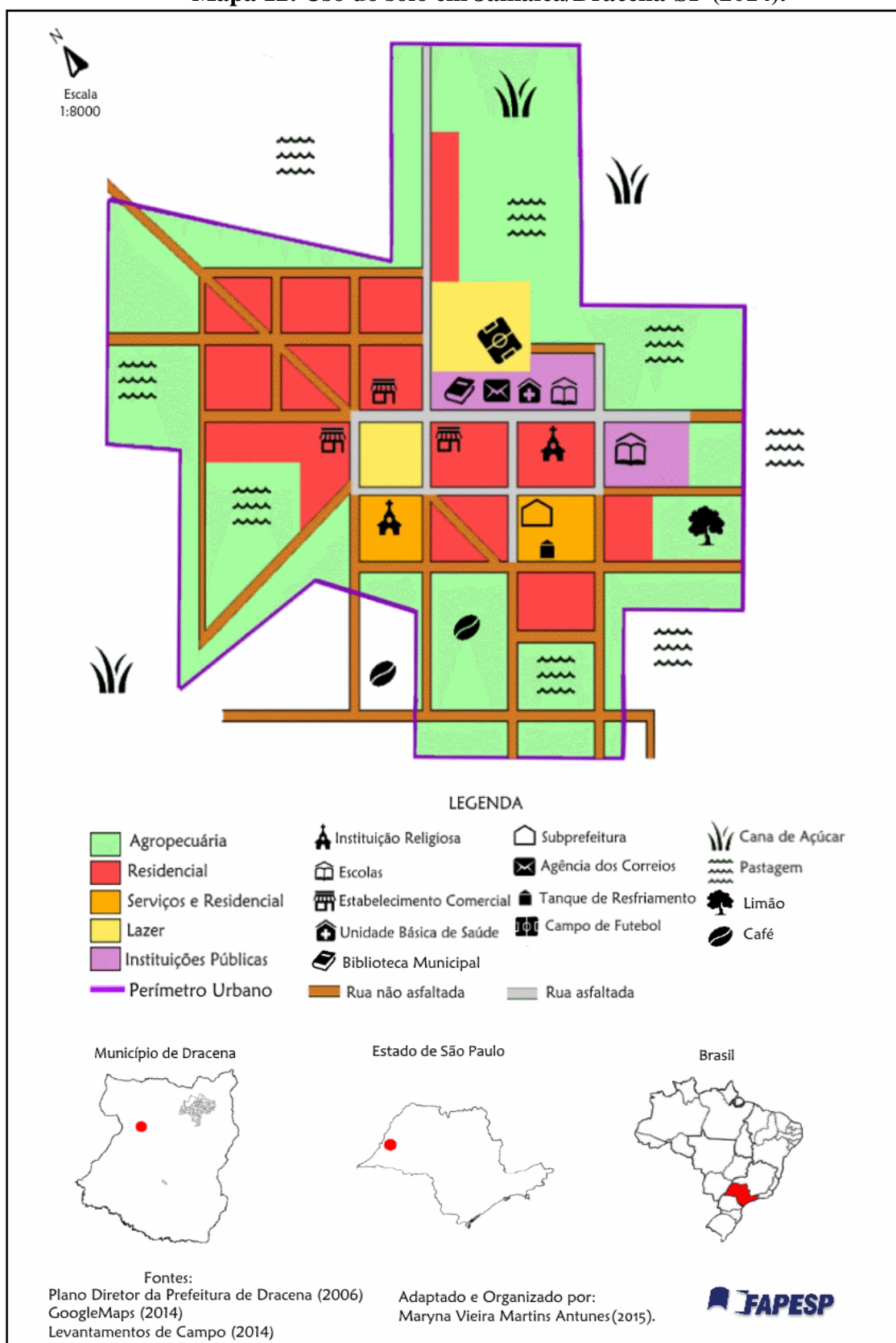
#### **4.2. Descrição dos distritos municipais de Jamaica e Jaciporã**

Neste subcapítulo buscamos realizar uma caracterização dos distritos com base nos usos do solo e da ocupação dos moradores. Nos mapas 12 e 13, a área delimitada pelo perímetro urbano está classificada conforme cinco utilizações principais identificadas em campo e dispostas por quadras: agropecuária; residencial; lazer; instalação de instituições públicas; e serviços (em associação com a função de moradia, uma vez que, não foi exclusiva e/ou predominante em nenhum dos quarteirões).

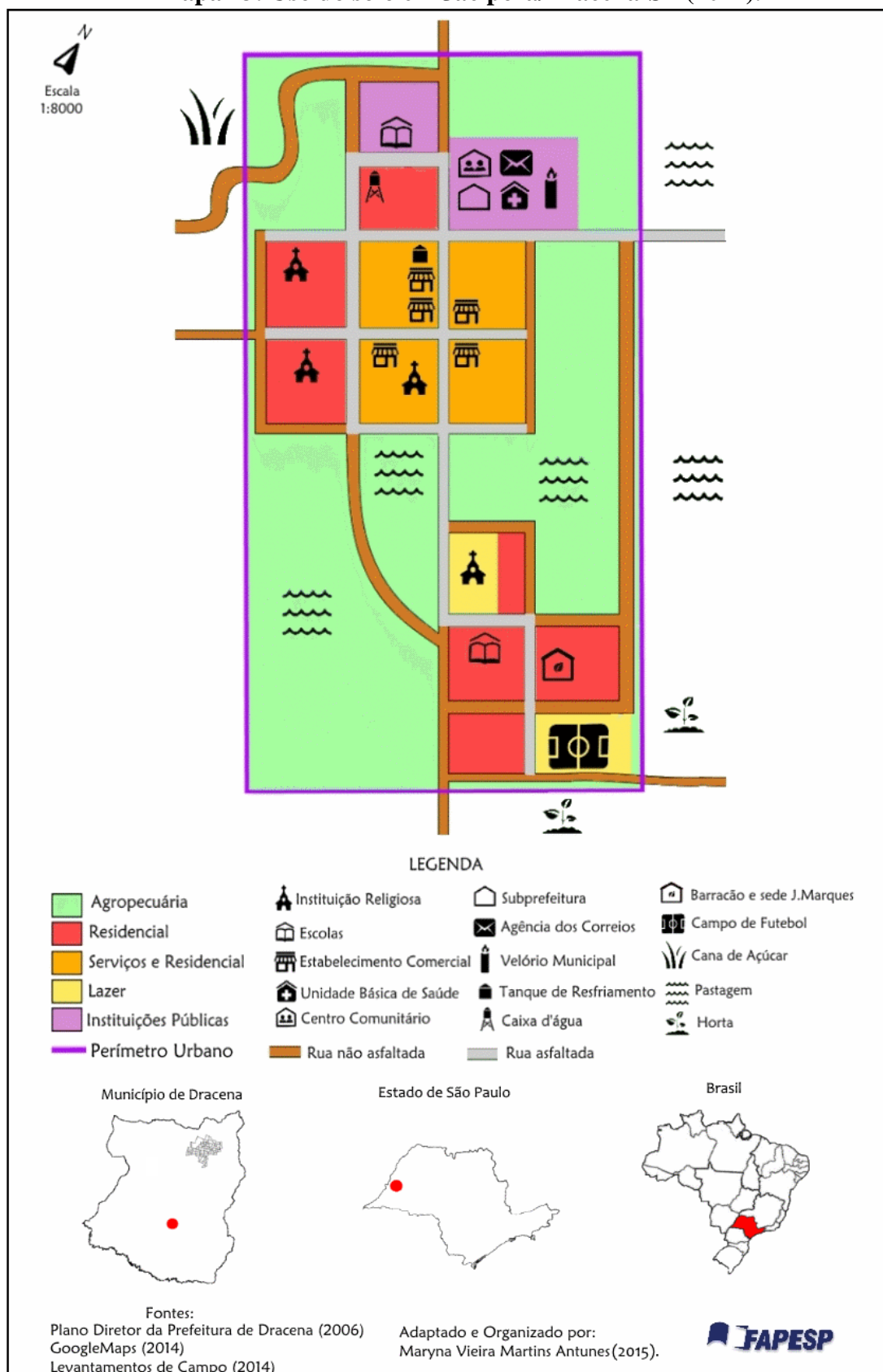
É notável que nos dois distritos uma parte considerável do solo não está edificada. No caso de Jamaica percebe-se que os usos relacionados à agropecuária estão na área circundante ao traçado das ruas, e em Jaciporã há uma descontinuidade no arruamento que mostra inclusive, que as casas de comércio não se localizam ao redor da praça da Igreja Católica (localizada na “porção sul” do distrito, identificada em amarelo). Nestas áreas não edificadas, em Jaciporã, predominam as pastagens, com a presença de animais de criação, também observáveis em Jamaica, onde foram identificadas outras atividades agropecuárias, como o cultivo do café e a fruticultura (limão).

Já no entorno dos distritos localizam-se canaviais, pastagens e pequenas propriedades rurais. Nota-se a permanência da diferença na destinação dos lotes implícita na fundação de um patrimônio leigo entre áreas voltadas ao projeto de urbanização e as zonas de produção agropecuária, o que termina por distinguir o local de trabalho da moradia.

Mapa 12: Uso do solo em Jamaica/Dracena-SP (2014).



Mapa 13: Uso do solo em Jaciporã/Dracena-SP (2014).



No que diz respeito ao uso residencial, notou-se que as edificações são dedicadas, em sua maioria, a esta função. As moradias têm baixo padrão de construção, algumas, inclusive, são de madeira. De modo geral, os terrenos são grandes e pequenas hortas ou pomares são comuns, assim como, a presença de edículas e cômodos agregados (fotografia 8). Enquanto em Jaciporã encontramos casas abandonadas, em condições de deterioração, além de habitações fechadas, cujos proprietários (conforme levantado em campo) vivem em outros municípios, em Jamaica há casas recém-construídas ou em fase de implantação (fotografia 9).

**Fotografia 8: Casa com cômodos agregados em Jaciporã.**



**Fonte: Trabalho de Campo (2014).**

**Fotografia 9: Residência com construção mais recente em Jamaica.**



**Fonte: Trabalho de Campo (2014).**

A arquitetura das casas nos revelam as relações mais próximas e familiares entre os moradores – características associadas às ruralidades – explícitas na presença das cadeiras nas calçadas, bancos de alvenaria nos muros como extensões da própria moradia ou mesmo a ausência de muros (fotografias 10 e 11).

**Fotografia 10: Casa com alpendre em Jamaica.**



**Fonte: Trabalho de Campo (2014).**

**Fotografia 11: Banco de alvenaria na calçada em Jaciporã.**



**Fonte: Trabalho de Campo (2014).**

Os estabelecimentos comerciais e de prestação de serviços em Jaciporã (quadro fotográfico 1) – três mercearias, um salão de cabeleireiro, uma lanchonete e um bar – concentram-se em quatro quadras. Em Jamaica, o número é menor – há apenas um bar e uma mercearia – e estão localizados ao redor da praça (quadro fotográfico 2).

**Quadro fotográfico 1: Estabelecimentos comerciais de Jaciporã.**



**Fonte: Trabalho de Campo (2014).**

**Quadro fotográfico 2: Estabelecimentos comerciais de Jamaica.**



**Fonte: Trabalho de Campo (2014).**

Como exposto na tabela 13, a maior parte dos moradores dos dois distritos realiza suas compras básicas em Dracena. Apenas 5% em Jaciporã e 2% em Jamaica citaram os estabelecimentos dos próprios distritos. Outros 5% adquirem seus mantimentos em Jaciporã e na sede do município.

**Tabela 13: Local onde realiza compras básicas (%) moradores de Jamaica e Jaciporã.**

	Jamaica	Jaciporã
<b>Distrito</b>	2	5
<b>Distrito/Dracena</b>	-	5
<b>Dracena</b>	96	87
<b>Cesta básica</b>	2	3
<b>Total</b>	<b>100</b>	<b>100</b>

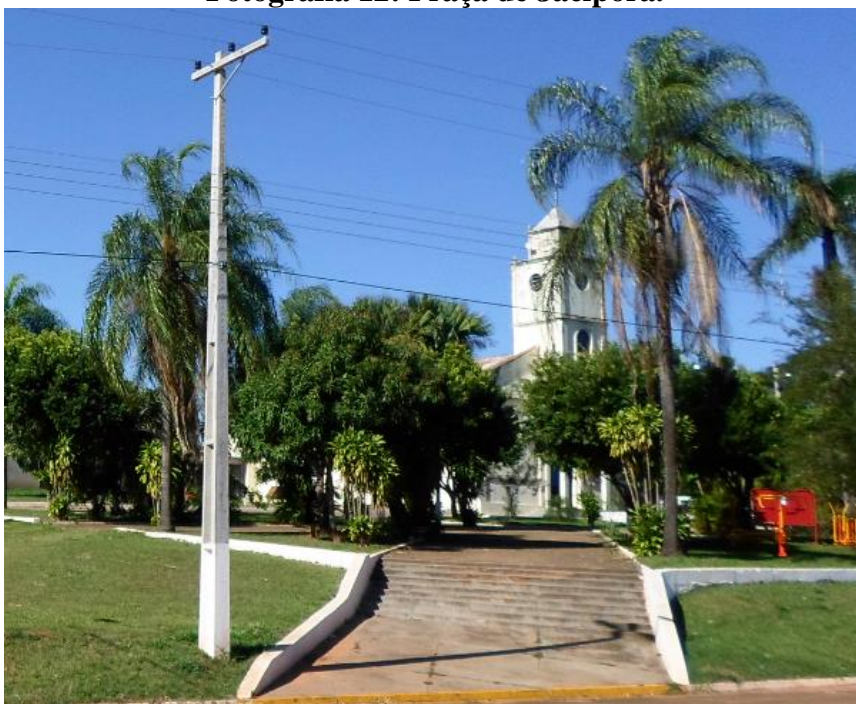
**Fonte: Trabalho de campo (2014).**

Mesmo com pouca relevância em termos numéricos (2% em Jamaica e 3% em Jaciporã), nos chamou atenção a prática de venda de cestas básicas nos distritos por parte da iniciativa privada. Os adeptos dessa forma de consumo contam que suas vantagens concentram-se na facilidade em não precisar sair de casa para adquirir os produtos e os preços serem menores. Estabelecemos contato com uma das empresas, cuja sede localiza-se em Bastos (SP), por telefone o representante nos informou que uma cesta básica custava no ano de 2014, em média, trezentos reais, as entregas em domicílio são realizadas quando solicitado via telefone pelos compradores, mas, periodicamente os funcionários visitam as localidades, que incluem, além dos distritos, os pequenos municípios da região.

As instituições públicas, como descrito no capítulo 3, são os postos de saúde, as subprefeituras, os correios e as instituições de Ensino Básico (Infantil – Fundamental). Quanto aos espaços públicos destinados ao lazer, no centro comunitário em Jaciporã ocorrem quermesses, bingos e confraternizações sob a organização da subprefeitura, os habitantes confirmaram que costumam frequentá-las. No caso de Jamaica, elas são realizadas no salão paroquial. Nos dois distritos há praças (fotografias 12 e 13) – em torno das Igrejas Católicas – que contam com parquinhos infantis e as “academias ao livre” que nos últimos anos têm se espalhado pelo país<sup>20</sup>. Em Jamaica encontram-se uma biblioteca pública e um campo de bocha. Entretanto, estes equipamentos não foram citados nos trabalhos de campo. Por outro lado, os campos de futebol são amplamente utilizados, com partidas regulares e os times dos dois distritos participam de torneios amadores municipais e regionais.

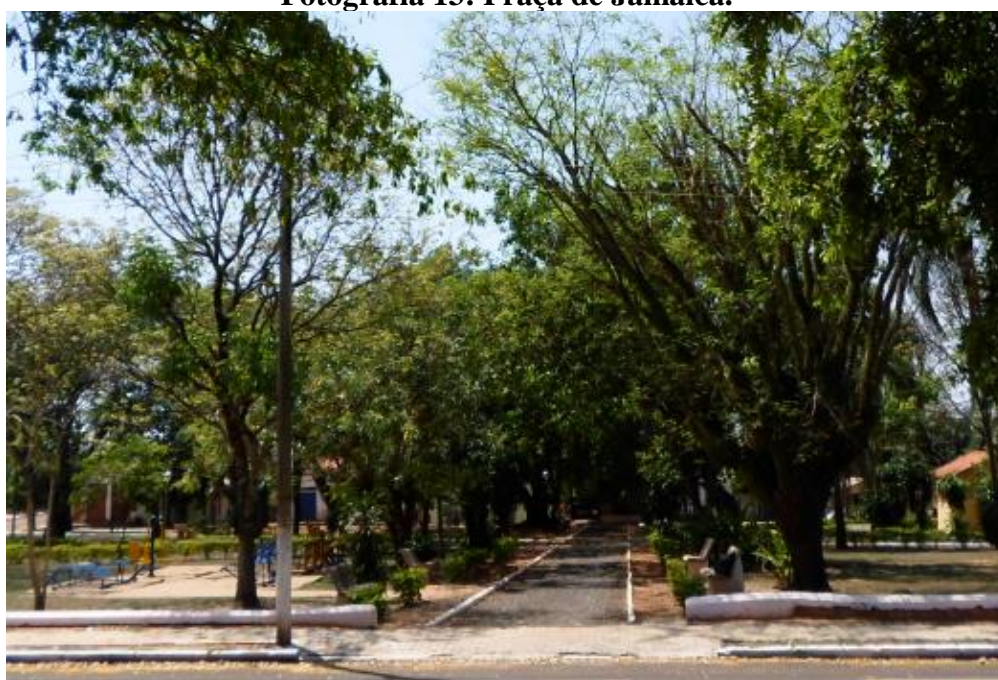
<sup>20</sup> As Academias ao Ar livre, conhecidas também como “academias da terceira idade”, tratam-se de instalações em áreas públicas de equipamentos de ginástica para uso livre da população (KRUCHELSKI; GRANDE; WENDLING, 2011).

**Fotografia 12: Praça de Jaciporã.**



**Fonte: Trabalho de Campo (2014).**

**Fotografia 13: Praça de Jamaica.**



**Fonte: Trabalho de Campo (2014).**

Silva (2011), estudando um município de pequeno porte populacional (Cristais Paulista/SP), marcado, como define o autor, por características rurais e urbanas, também verificou a limitação das possibilidades de lazer e, dentre as opções existentes, muitas estavam associadas às tradições locais e à religiosidade – constituindo a ruralidade de espaços

com essas feições – expressas, sobremaneira, nas festividades anuais. De modo similar, tanto em Jamaica<sup>21</sup> e Jaciporã<sup>22</sup> são realizadas festas de comemoração do aniversário dos distritos (fotografias 14 e 15), que evocam a ruralidade manifesta na religiosidade e nas tradições regionais<sup>23</sup>, como as cavalgadas e comitivas.

**Fotografia 14: Festa do aniversário de Jamaica (2013).**



**Fonte: <http://www.portalregional.net.br/noticias/?id=43389>**

---

<sup>21</sup> PORTAL REGIONAL. **Cavalgada no distrito mantém a tradição das comitivas.** <<http://www.portalregional.net.br/noticias/?id=43389>>. 12 de Outubro de 2013.

<sup>22</sup> REDE ABC. **Acontece a tradicional cavalgada do distrito de Jaciporã.** <<http://www.abcrede.com.br/noticia/cultura/acontece-a-tradicional-cavalgada-do-distrito-de-jacipora>>. 13 de Setembro de 2014.

<sup>23</sup> Aqui citamos o regional, pois, conforme obtivemos informações dos responsáveis pelo acervo histórico do município, até a década de 2000, os distritos não comemoravam o aniversário, dado que não tinham a data exata de suas fundações, tendo esta sido recuperada nos arquivos cartoriais de Lucélia por iniciativa do cidadão de Dracena, Rogério Édson dos Santos.

**Fotografia 15: Festa do aniversário de Jaciporã (2013).**



**Fonte: <http://www.abcrede.com.br/noticia/cultura/acontece-a-tradicional-cavalgada-do-distrito-de-jacipora>.**

Entre os moradores que responderam ao questionário em Jamaica, 32% indicaram que costumam, com certa frequência, se dedicar as atividades de lazer, que incluíam: visitar familiares em Dracena, Ouro Verde, Tupi Paulista; ir a lanchonetes ou pizzarias na sede do município; “bailes da terceira idade” em Ouro Verde e Dracena; além do bar de Jamaica, citado por um morador. Em Jaciporã, 28% mantém hábitos de lazer, que envolvem o deslocamento para Dracena.

As instituições religiosas instaladas nos distritos – quatro em Jaciporã (Assembleia de Deus, Congregação Cristã do Brasil, Deus é Amor e Igreja Católica) e duas em Jamaica (Congregação Cristã do Brasil e Igreja Católica) – não possuem sacerdotes fixos, que vivem nas sedes distritais, estes são da cidade de Dracena e se deslocam para a realização das cerimônias. Em Jamaica, 94% dos respondentes relataram frequentar alguma dessas entidades e 6% nos contaram que vão até Dracena, pois suas igrejas de preferência não possuem instalações no distrito. A mesma situação foi informada por 5% dos moradores em Jaciporã, onde 87% participam de instituições religiosas, uma moradora nos mencionou, inclusive, que participa de sua comunidade religiosa via videoconferência online, pois ela havia se mudado recentemente para o distrito.

Em síntese, pela descrição das funções das edificações encontradas nos distritos, podemos concluir que o residencial é principal. As instalações vinculadas à agropecuária, além das áreas de cultivo localizadas no entorno, são os tanques de resfriamento de leite

localizados nas casas de dois produtores (um em cada distrito) vinculados à Associação de Produtores Rurais de Dracena (APRD). Poucos são os empreendimentos comerciais e os existentes não são priorizados pela população que recorre à cidade de Dracena, devido, principalmente, aos preços mais altos praticados pelos comerciantes nos distritos. Já os espaços de lazer públicos também não foram muito citados. As instituições públicas são as que mais são utilizadas, mas conforme explicado no capítulo anterior, os serviços oferecidos por elas são apreendidos como uma fase intermediária em relação aos serviços oferecidos em Dracena, como nos postos de saúde e nas subprefeituras, e as escolas oferecem apenas o Ensino Fundamental.

Nesse sentido constatamos que os deslocamentos feitos até a sede são intensos. Em Jamaica, apenas 9% dos moradores relataram não ir a cidade de Dracena com nenhum tipo de frequência, enquanto que 40% informaram que vão todos os dias à sede do município. O principal motivo é o trabalho. Em Jaciporã, 18% não costumam ir à sede e outros 18% indicaram que vão todos os dias, por razões de saúde e emprego. Além dos adolescentes que diariamente frequentam o Ensino Médio que é oferecido por escolas situadas na sede municipal. Estas informações confirmam em que medida a vida das pessoas que residem nos distritos é dependente da sede do município em muitos aspectos que perpassam as necessidades básicas, como a compra de alimentos e o acesso à assistência médica até as práticas de religiosidade. Por outro lado, percebemos que a integração dos habitantes dos distritos à Dracena é, de certa forma, limitada, por exemplo, quando observamos que poucos frequentam os espaços de lazer localizados na sede.

No que é relativo à ocupação da população, a partir das informações coletadas no “Quadro familiar” que compunha o questionário aplicado, levantamos dados sobre a realização de atividades remuneradas de 184 pessoas em Jaciporã e 138 em Jamaica, o que representa 37% dos 495 habitantes de Jaciporã e 34% dos 405 de Jamaica, de acordo com o Censo Demográfico do IBGE (2010). Entre estas, 111 e 91, respectivamente, tinham idade entre 18 e 64 anos, sendo as demais crianças e idosos. Mediante os dados apresentados na Tabela 14, se verifica que em Jamaica há 58 habitantes empregados de modo formal ou informal, e em Jaciporã, são 63.

**Tabela 14: Ocupação da população entre 18 e 64 anos (2014) – moradores de Jamaica e Jaciporã.**

	Jamaica	Jaciporã
<b>Emprego formal</b>	38	43
<b>Emprego informal</b>	20	20
<b>Atividades domésticas não remuneradas</b>	10	16
<b>Desemprego</b>	10	10
<b>Benefícios previdenciários</b>	12	20
<b>Estudantes</b>	1	2
<b>Total</b>	<b>91</b>	<b>111</b>

**Fonte: Trabalho de Campo, 2014.**

Estão em condição de desemprego 7% em Jamaica e 5% em Jaciporã. Os que recebem algum tipo de benefício previdenciário (aposentadoria, pensão ou auxílio doença) somam 9% em Jamaica e 11% em Jaciporã e as “donas de casa”, que realizam trabalhos domésticos sem remuneração, são 7% e 8%, respectivamente. Aqueles que estão empregados – formal ou informalmente – e tem como local de trabalho a cidade de Dracena são maioria tanto em Jamaica (30%) como em Jaciporã (15%), neste último destacou-se também o trabalho na área rural circundante (10%), conforme disposto na tabela 15.

**Tabela 15: Local de emprego dos moradores de Jamaica e Jaciporã (2014)**

	Jamaica	Jaciporã
<b>Distritos</b>	10	6
<b>Rural</b>	1	18
<b>Dracena</b>	41	26
<b>Distritos e Dracena</b>	2	8
<b>Junqueirópolis</b>	1	3
<b>Ouro Verde</b>	1	-
<b>São João do Pau D'Alho</b>	1	-
<b>Outra região</b>	1	2
<b>Total</b>	<b>58</b>	<b>63</b>

**Fonte: Trabalho de Campo, 2014.**

Os empregos nos distritos são, em sua maioria, nas subprefeituras. Na Tabela 16 discriminamos os principais setores, sendo o de serviços (funcionalismo público, comércio, prestação de serviços) o principal. Estes trabalhos são, em boa parte, de baixa remuneração e muitos informais, como no caso das domésticas e dos trabalhadores da construção civil. Concernente à agropecuária: os pequenos proprietários autônomos são apenas 1% em Jaciporã e 3% em Jamaica, e os trabalhadores temporários somam 1% e 3%, respectivamente.

**Tabela 16: Setores de emprego/Atividades desempenhadas pelos moradores de Jamaica e Jaciporã.**

Área/Atividades	Jamaica	Jaciporã
<b>Funcionários públicos</b>	<b>11</b>	<b>10</b>
Agente penitenciário	-	2
Escriturário	-	1
Serviços Gerais	8	2
Motorista	1	3
Correios	-	1
EMDAEP	-	1
Telefonista	1	-
Professora	1	-
<b>Comércio</b>	<b>8</b>	<b>7</b>
Comerciante	-	2
Comerciário	8	5
<b>Prestação de Serviços</b>	<b>22</b>	<b>25</b>
Doméstica	6	3
Pedreiro	3	5
Outros	13	17
<b>Agropecuária</b>	<b>8</b>	<b>7</b>
J.Marques	-	3
Trabalhador rural	4	2
Pecuarista	1	2
Fruticultor	1	-
Agricultor	2	-
<b>Usinas Cana de Açúcar</b>	<b>1</b>	<b>13</b>
<b>Indústria</b>	<b>8</b>	<b>1</b>
Soldador	-	1
Costureira	1	-
Operador de máquinas	1	-
Auxiliar de produção	5	-
Mecânico	1	-

**Fonte: Trabalho de Campo, 2014.**

Quanto às Usinas de Cana e de Açúcar, encontramos, nos dois distritos, 14 pessoas empregadas em algum cargo/ocupação dentro dessas empresas, dos quais apenas uma residia em Jamaica. As Usinas citadas foram: Usina Dracena e as Usinas Rio Vermelho e Alta Paulista (USALPA) localizadas em Junqueirópolis. Em Jaciporã, cinco pessoas já trabalharam na Usina Dracena, entre elas a Sra. L. S., desempregada há nove meses<sup>24</sup>. Ela se mudou de Santa Mercedes para ficar mais próxima do trabalho:

P: Há quanto tempo você mora aqui?

<sup>24</sup> Entrevista realizada em Junho de 2014.

L: Tá com quase quatro anos. [...]  
 P: E porque mudou? [...]  
 L: Aí foi por causa da Usina...  
 P: Mas você já trabalhava na usina antes de mudar?  
 L: Eu e meu marido trabalhava lá, agora tá só ele, eu trabalhei lá cinco anos já, faz quatro que eu to aqui né... mas tinha que pegar o ônibus lá muito cedo, aí nós passava aqui [Por Jaciporã] e vim que valia mais a pena né...  
 P: E o que ele faz lá?  
 L: É tratorista, mas tá terceirizado, né.  
 P: E você era?  
 L: Era serviços gerais.  
 P: E foi fácil achar casa aqui, quando vocês decidiram mudar?  
 L: Não foi fácil não, porque na época a Usina tava bem né, aí tinha muita procura...não foi fácil não, foi difícil [...] (Entrevista com a Sra. L. S. 42 anos, Moradora de Jaciporã - Trabalho de Campo - 2014).

A boa fase econômica da Usina Dracena, logo após sua instalação, foi lembrada por outros entrevistados que também reiteram o declínio no número de empregos em virtude da mecanização da lavoura e da crise econômica enfrentada pelo setor:

Z: [Jaciporã] Mudou por causa que antigamente tinha muito serviço na roça, e agora acabou tudo, virou tudo cana. Inclusive tinha uma Usina aí que dava emprego pra muita gente e parou! Parou, de repente parou, ta com três anos parado, e tinha muita gente aqui que trabalhava. Parecia que ia ajudar e não ajudou nada! (Entrevista com o Sr. Z.V. 77 anos, Morador de Jaciporã - Trabalho de Campo - 2014).

Notamos que a mecanização da lavoura e a terceirização de diversos serviços fez com que o número de moradores empregados diminuísse consideravelmente, mesmo com um tempo relativamente curto de operação (aproximadamente nove anos) no município. Assim, a busca de empregos na sede em Dracena permanece como uma das únicas opções para a população. O setor industrial é inexpressivo em relação ao número de pessoas ocupadas. Em Jamaica, encontramos o maior percentual (6%) de respondentes empregados no setor industrial, mas, em cargos/funções que não exigem alta qualificação.

Em síntese, conclui-se que a função primordial dos distritos é a de moradia e que a população se emprega, majoritariamente, no setor de serviços de Dracena. Aqui retomamos a elaboração de que a organização espacial dos distritos remete mais ao rural do que ao agrícola que, todavia, se faz presente em alguns elementos que os caracteriza como a paisagem, os hábitos e suas memórias – e expressam-se também em suas rugosidades. O próprio esvaziamento é explicado como uma consequência direta dos processos de concentração fundiária relacionados às decorrências da crise da cafeicultura e, ao mesmo tempo em que o acesso à terra é inibido toda a dinâmica da vida local é influenciada, uma vez que, “A população rural ainda é a principal vítima da pobreza, do isolamento e da submissão política” (WANDERLEY, 2001, p. 36).

Preocupada com a heterogeneidade do rural brasileiro, Wanderley (2000, p. 34-36) propõe uma tipologia que engloba seis “situações específicas”, concebidas a partir da percepção da interação entre três elementos: a agropecuária, as dinâmicas urbanas e as relações sociais do campo. Estas são:

- a) O espaço rural como produto de consumo da população urbana;
- b) A perda de vitalidade social nos espaços rurais onde predominam as grandes culturas;
- c) A agricultura familiar que está no centro de uma vida social intensa;
- d) Os efeitos devastadores do êxodo rural sobre áreas de agricultura familiar;
- e) A construção do espaço nas áreas de fronteira agrícola: a vida social nas agrovilas;
- f) Os assentamentos de reforma agrária: o retorno à vida rural.

Acreditamos que a caracterização produzida pela autora nos itens b e d permite aproximações com os distritos municipais estudados. No primeiro caso – espaços em que se averigua perda da vitalidade social devido às grandes culturas – o traço marcante é o déficit populacional, que colabora para que os laços de vizinhança se enfraqueçam. Como exemplos da redução das sociabilidades marcadas pela proximidade, Wanderley (2000) cita as regiões da soja no Centro-Oeste. Na área de estudo, esses efeitos passam a ser percebido com a introdução da pecuária de corte e da cana-de-açúcar.

As implicações do êxodo rural são observáveis em áreas distantes dos grandes centros urbanos, nas quais as condições de vida são desfavoráveis à Agricultura Familiar e observa-se um profundo esvaziamento e empobrecimento em vários sentidos: no acesso aos serviços e bens básicos; na distância em referência aos mercados; e na degradação dos recursos naturais. A economia local, muitas vezes centralizada em pequenas cidades, não oferece alternativas de ocupação nos setores industriais ou de serviços, e quando existem algumas possibilidades “[...] as ‘oportunidades’ oferecidas pelas cidades, inclusive e, sobretudo no que se refere à oferta de empregos, terminam por estimular a saída do campo de parcela significativa desta população rural, especialmente os jovens” (WANDERLEY, 2000, p. 36).

Em Jamaica e Jaciporã, em específico, a modificação da lavoura agrícola principal e das relações de trabalho, explicam em parte o esvaziamento populacional. No entanto, é necessário apontar também que toda a região de Dracena, bem como, o espaço rural nacional passou pelo mesmo processo, o que indica uma mudança estrutural da sociedade. A este fator acrescenta-se a esparsa prestação de serviços e oferta de empregos nos distritos e, inclusive, na sede do município.

É evidente que suas interações/dependências com o espaço urbano são bastante destacadas. Carneiro (1998a) propõe a identificação de espaços de sociabilidade e

articulações, que rompam as oposições binárias. Sendo assim, ruralidade e urbanidade não são antônimos e se expressam de maneira diferente de acordo com a integração dos sujeitos e grupos sociais às lógicas urbano-industriais. A própria necessidade de deslocar-se até cidade de Dracena evidencia traços do modo de vida nos distritos, expressos no hábito de, quando alguém que possui automóvel e pretende realizar o trajeto, oferecer carona aos vizinhos, ou ainda em situações de emergência, é comum solicitar ajuda para quem possui meio de transporte – prática importante quando considera-se, por exemplo, que os horários do transporte público são esparsos além deles não operarem em finais de semana – o que reforça a ideia de maior proximidade entre os moradores.

### 4.3. Ruralidades no contexto da globalização

Dorren Massey (2007) explica que dentre as maneiras de “imaginar a globalização” ou, em outras palavras, teorizar e produzir discursos sobre os processos vigentes na atualidade, há duas visões recorrentes que merecem atenção: a *especialização da estória da modernidade* e a *globalização não-especializada*. A primeira forma advém dos estudos pós-coloniais e trata de compreender a globalização como uma generalização da estória da Europa para outras partes do globo, elucidando, então como esse desenrolar de processos internos foi elevado ao *status* de História do mundo. É, portanto, de uma re-narração desta História – que é a estória clássica da modernidade – buscando *especializá-la*.

Entende-se por modernidade a estrutura de pensamento, desenvolvida a partir do século XVII, que colocou o homem e a razão no centro do entendimento da realidade, rompendo com os idealismos (filosofia platônica e neoplatônica) e com as fundamentações míticas/religiosas, marcando a secularização da produção de conhecimento. Se considerarmos a historiografia tradicional – que é eurocêntrica –, a modernidade desenvolve-se na Idade Contemporânea, que sucede a Idade Moderna (séc. XV ao XVIII), época do capitalismo comercial e das grandes navegações, forjando importantes características para o período posterior. Nos campos científico, social e econômico temos como marcos para a modernidade, respectivamente, a filosofia de Immanuel Kant (1724-1804), a Revolução Francesa (1789-1799) e a Primeira Revolução Industrial Inglesa (1760-1840).

Em termos da produção de narrativas, que são retroalimentadas por políticas, a Modernidade produziu, sobre o tempo, discursos/políticas de *modernização* que é a transformação das sociedades tradicionais e agrárias em modernas, industriais e urbanas e, sobre o espaço, os discursos/políticas da *globalização*, o que representa, retomando o

argumento de Massey (2007), a elevação à nível global do desenrolar dos eventos internos da Europa. Um dos principais eventos interpretados ou re-lidos a partir dessa perspectiva é a colonização:

‘Colonização’ torna-se mais do que um tipo de subproduto dos eventos na Europa. Ao invés, “assume lugar e o significado de um evento histórico mundial grande, extenso e com rupturas”. Além disso, não somente é mais importante – mais central – como um fenômeno, como também sofre mudanças nos seus significados e seus efeitos. A ‘Colonização’, aqui, nesta estória da globalização é também um momento crucial na formação da própria identidade do ‘Ocidente’ (MASSEY, 2007, p. 143-144).

Imaginar a globalização desse modo conduz a uma apreciação de como a História “[...] foi de fato gerada e fortalecida pela maneira que o processo foi experimentado *dentro da Europa* [...] contada pelo ponto de vista da Europa enquanto protagonista”, ou seja, permite uma compreensão das próprias raízes, no tempo e no espaço, da “aventura europeia” (MASSEY, 2007, p. 144).

Em decorrência disso, um terceiro efeito citado por Massey (2007) é o de legitimação do projeto europeu, que pode ser expresso nos diferentes discursos produzidos a respeito de processos tais quais: a colonização, a modernização e a própria globalização. Tal legitimidade foi construída, sobretudo, sob o argumento de que a generalização do projeto político europeu tratava-se de um progresso “natural”.

A partir disso, a diferença entre os lugares passou a ser entendida com base em relações e/ou parâmetros exteriores, e não por suas características próprias (espaços colonizados, subdesenvolvidos, periferia, por exemplo). Esta é uma maneira não somente de controlar o espaço, mas igualmente de conceitualizá-lo. Resulta, assim, em uma forma de estudar o espaço sempre dividido, onde as divisões são encaradas como se existissem “naturalmente”, ou em outras palavras, sem nos preocupar com a origem dessas diferenças, que surgem da própria produção de desigualdades embutidas na produção do espaço.

Estas conceituações reverberam no espaço interno dos Estados nacionais em suas próprias divisões administrativas e políticas territoriais. Toda essa produção de hierarquizações coloca, também em escalas menores (do que a de países e regiões), lugares com menor força política do que outros. Os espaços *menos densos*, utilizando a elaboração de Santos e Silveira (2001), têm um poder de decisão e mobilização diretamente influenciado por seu posicionamento dentro da hierarquia de lugares no sistema político de um Estado, o que revela o modo que os discursos a respeito do espaço contribuem para a produção e reprodução das desigualdades espaciais.

De acordo com Ferrão (2000), até a Revolução Industrial o mundo rural assentava-se na tetralogia de *produção de alimentos, agricultura, família camponesa* com modos de vida, valores e comportamentos próprios e uma paisagem em que os elementos naturais e as atividades humanas permaneciam em *equilíbrio*. As definições e relações entre campo e cidade eram basicamente centradas em uma oposição entre este rural e o mundo urbano que, por sua vez, era marcado por funções, atividades, grupos sociais e paisagens distintos e construídos contra o mundo rural.

Essa oposição foi generalizada e encarada como natural, até que no século XVIII, com a emergência da sociedade urbano-industrial, o mundo rural perdeu a centralidade econômica, social e simbólica, passando a ser associado ao arcaico, em contraste com as cidades que se tornaram o *locus* do progresso. No mesmo processo, novos sentidos foram conferidos ao rural, além de produtor de bens alimentícios para consumidores urbanos, passou também a oferecer mão-de-obra barata e desqualificada para as cidades e tornou-se um refúgio para épocas de crises. A cidade, por sua vez, firmou-se como local privilegiado para a prestação de serviços, porque passou a conglomerar infraestruturas e equipamentos de apoio à qualidade de vida. Assim, a complementariedade que a oposição anterior sugeria, passou a ser cada vez mais assimétrica (FERRÃO, 2000).

Moreira (2007) explica que a modernidade se baseou na construção de hegemonias que colocaram os valores burgueses na categoria de universais e, por consequência, “[...] os valores dos antigos regimes, dos domínios coloniais ou das civilizações e culturas tradicionais como específicos, subalternos e inferiores” (p. 08). Diversas oposições decorrem disto e sempre são convertidas em hierarquizações, “[...] Em tal contexto o rural foi identificado com o tradicional, o selvagem, o primitivo, o incivilizado, o conservador e o autoritário [...]” (p. 09), refletindo em instituições e políticas específicas para este mundo rural carregadas desta hegemonia urbana.

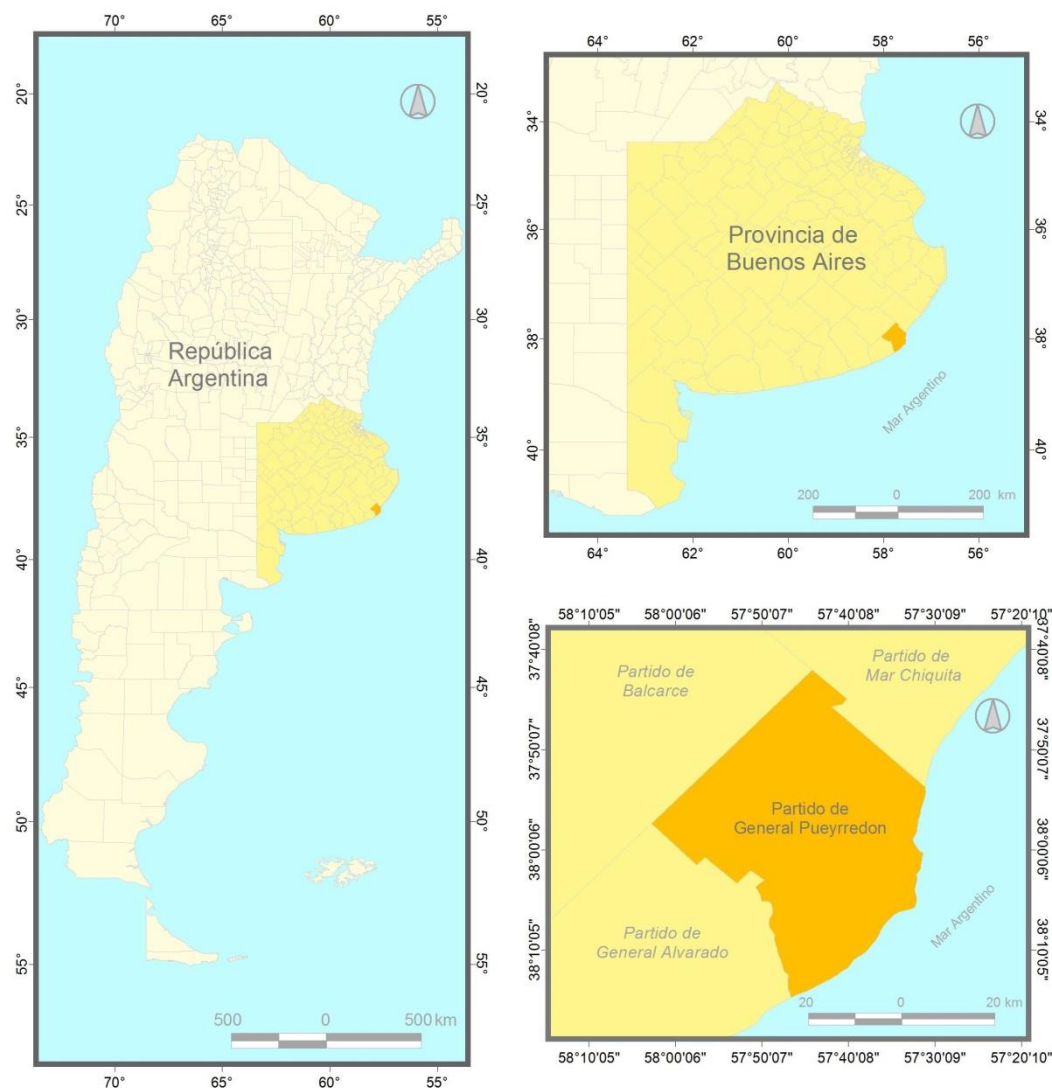
No século XX, com a industrialização da agricultura, novas oposições são desenvolvidas no rural a partir de realidades muito distintas: o mundo rural moderno e o mundo rural tradicional. A modernidade deixa de localizar-se exclusivamente em áreas urbanas:

Começa, assim, a ganhar consistência uma *nova dicotomia pós-rural/urbano*, que valoriza antes a oposição existente entre um mundo moderno (que pode ser urbano-industrial ou rural) e um mundo arcaico (predominantemente rural). É verdade que continua a persistir a idéia de que o mundo rural se encontra num processo estrutural de marginalização econômica, social e simbólica. Mas a forte mercantilização da produção agrícola em massa vem *deslocar a fronteira das grandes oposições*, chamando a atenção para o fato de nem todas as áreas rurais estarem condenadas aos processos de agonia do "velho" mundo tradicional (FERRÃO, 2000, p. 04).

Nos anos 1980, ainda no contexto europeu, passa-se a analisar uma nova forma de relação entre os espaços rurais e urbanos, com o surgimento de um mundo rural não agrícola. Nesta realidade, revelava um novo tipo de integração as cidades marcado, sobretudo, pelo consumo estimulado por ideias vinculadas ao patrimônio histórico, relação com a natureza, conservação, turismo e lazer. Este tipo de ruralidade intrinsecamente associado às demandas urbanas começa a ser percebido no Brasil circunscrito às regiões metropolitanas. No caso de São Paulo, as atividades não-agrícolas cresceram significativamente, sobretudo nas regiões de influência das metrópoles de São Paulo e Campinas, associadas a um movimento de desconcentração espacial em direção ao rural, motivado pela procura de melhores condições “[...] de moradia ou de áreas mais baratas para implantar atividades industriais, a valorização de bens como a paisagem e a natureza, a necessidade de complementar as rendas agrícolas” (KAGEYAMA, 2004, p. 391).

Pensando nos distritos de Jamaica e Jaciporã e nas localidades do estudo exploratório realizado no Estágio de Pesquisa no Exterior – *Él Boquerón* e *Sierra de Los Padres* – apenas esta última esta associada ao processo descrito acima. O trabalho foi desenvolvido no Partido General Pueyrredon, localizado na região sudeste da Província de Buenos Aires (mapa 14).

**Mapa 14: Localización del Partido General Pueyrredon, Buenos Aires, Argentina.**



**Fonte: Atlas socioterritorial de Mar del Plata y Partido General Pueyrredon (2010).**

A principal cidade do partido é Mar del Plata, uma das mais populosas da Argentina devido aos, aproximadamente, 600 mil habitantes (INDEC, 2010). El Boquerón y Sierra de los Padres estão entre as treze localidades do Partido, e distam cada uma, aproximadamente, 20 quilômetros de Mar del Plata. A formação dessas localidades<sup>25</sup> se deu a partir do loteamento de terras – doadas pelo Estado a figuras influentes, principalmente militares – o que pode indicar traços de semelhança com os patrimônios leigos brasileiros, principalmente por seu fim ser a “urbanização” dessas áreas (MIKKELSEN, 2010).

<sup>25</sup> “Localidade” é entendida na Argentina como a concentração de edificações conectadas por ruas (INDEC, 2010).

As duas localidades apresentaram nas últimas décadas, depois de perda populacional entre os anos 1960 e 1980, uma modificação de sua dinâmica demográfica, indicando crescimento populacional. O caso de El Boquerón está associado à chegada de migrantes bolivianos para trabalhar na produção de hortaliças que abastecem ao mercado urbano de Mar del Plata e em Sierra de Los Padres sua dinamização se deu devido ao turismo – como uma opção ao “Sol e Praia” oferecido pela cidade principal.

Em El Boquerón, a agricultura é o elemento fundamental, que garante os laços de vizinhança, a identidade e os vínculos com o lugar. Já Sierra de Los Padres se destaca pela prestação de serviços relacionados ao turismo de fim de semana para a população citadina. Esse é um exemplo então da articulação com o urbano pelas funções não-agrícolas, a partir de uma leitura da natureza e do campo, que se origina das próprias cidades. Sua ruralidade, ou seja, o que dá sentido social e identidade ao lugar, são as relações construídas com os habitantes urbanos que, por sua vez, se interessam pelo local em razão das diferenças percebidas em relação aos seus lugares de origem (as cidades).

Os dois casos em comparação à Jamaica e Jaciporã diferenciam-se porque as atividades econômicas desenvolvidas nos distritos não são as determinantes primordiais na organização espacial. Nesses casos, para definir a ruralidade precisamos entender como os próprios moradores definem o lugar em que vivem. Verificamos que se faz presente a visão do rural associado ao espaço de produção agropecuária, o que é bastante generalizado, mesmo com toda a preocupação das Ciências Sociais em empreender análises que rompam com esta associação num sentido limitador, esta visão (do rural restrito ao agrícola) permanece em outras instâncias sociais e no senso comum (NUNES; PINTO, 2009). Em consequência, quando as atividades agrícolas e a pecuária estão, em certa medida, ausentes, ou deixam de ser a fonte principal de rendimentos, há, muitas vezes, um deslocamento da ideia de vida rural.

Em Jaciporã percebemos que no imaginário dos habitantes entrevistados existe uma divisão clara entre o a sede do distrito e a zona circundante. O distrito corresponde à aglomeração de residências e, sobretudo, onde se paga o Imposto Predial Territorial Urbano (IPTU), e de modo geral, obedece aos limites do perímetro urbano. Por outro lado, as áreas com poucas casas e onde predominam as pastagens ou outros tipos de produção agropecuária são identificadas como a zona rural.

Deste modo, na aplicação do questionário, quando indagamos se o local de residência era urbano ou rural, essa divisão se mostrou bastante difundida, pois apenas um morador

indicou como residente rural, enquanto que os demais indicaram como urbano. O mesmo pode ser observado em algumas entrevistas:

P: Pra você, aqui é como viver na área rural, como um bairro rural, no sítio ou numa cidade pequena?

M: Ah, é uma cidade pequena né, um distrito, um bairro, pequeno né... a parte de um sítio já tinha que ser menos né... (Entrevista com a Sra. M. 42 anos, Moradora de Jaciporã - Trabalho de Campo - 2014).

Ainda que de forma contraditória, os moradores não associam este espaço ao rural, mas também demarcam sua diferença em relação à Dracena:

P: O Sr. Estava falando que aqui era suburbano, tem o urbano e o rural?

C: No estudo fala assim, zona urbana, suburbana e rural. Agora aqui é um distrito, aqui... Dracena que é central!

P: Como se fosse um bairro no sítio ou uma cidade pequenininha?

C: Aqui é distrito aqui, ainda mais que a gente mora mais no fim...

M.: Um patrimoniozinho, bem pequenino... só tem uma rua...

C: Rural não é... acho que é suburbano aqui, é complicado, essa parte, que é o fim do distrito, tem uma divisa, essa rua aqui de cima... (Entrevista com a Sra. M. S. e Sr. C. S. 68 e 74 anos, Moradores de Jaciporã - Trabalho de Campo - 2014).

Rios (2008) realizou um estudo no município de Serrolândia-BA com alunos de escolas localizadas no espaço urbano e que residiam no espaço rural. A autora averiguou que os estudantes vivem uma experiência ambígua, que denominou de “ser ou não ser da roça”, pois ora se identificam com seus locais de origem e ora construíam identificação com o imaginário urbano. Entretanto, pelos demais alunos – que não residiam nas áreas rurais – estes eram sempre identificados como os “da roça” (RIOS, 2008).

A contribuição de Rios (2008) nos ajuda a pensar que a identificação dos moradores com o urbano deve ser considerada um resultado dos processos que hierarquizam as diferenças entre o campo e a cidade. Sem ignorar que os discursos e delimitações oficiais também são incorporados pelos próprios moradores.

Em Jamaica, embora as dinâmicas sejam similares, notamos que não há para todos os moradores uma divisão tão clara entre o rural e o urbano conforme se dá em Jaciporã. Há menos estabelecimentos comerciais e prédios públicos, além disso, no entorno, inclusive na área delimitada pelo perímetro urbano, há a presença de chácaras (pequenas propriedades de até 12 hectares). A diferenciação decorre também pelo tributo: Imposto Territorial Rural (ITR) e IPTU, mas há os que associam à presença do asfaltamento, concentração de residências e de acordo com a atividade que realizam (se trabalham no campo ou na cidade).

Entre os respondentes, 33 (70%) apontaram como urbano, 13 (27%) como rural e um (3%) identificou como rural e urbano (neste caso a moradora relatou que a casa era no urbano e no fundo, onde criava animais, era rural). Outro ponto de destaque é a proximidade em

relação à Dracena (10 km) e aos diversos bairros rurais do município, destacados no capítulo 3, o que fica claro na entrevista com o subprefeito:

O: O IBGE quando vem [realizar o recenseamento], vem fazer aqui a região nossa do distrito, vem fazer Apiaí, que um bairro que tem né, e tem o bairro do Prado, Iandara, que é comandado pelo subprefeito daqui, e tem a Java, né, Java Paulista, lá pra perto do aeroporto, pro lado de Dracena, atravessa a linha, tudo pertence aqui pra Jamaica [...]

P: E o que é considerado urbano?

O: É só aqui mesmo. (Entrevista com o Sr. O. F. S. 66 anos, Subprefeito de Jamaica - Trabalho de Campo - 2014).

Acreditamos que as diferenças entre os distritos em termos de estrutura fundiária acarretam em distintas visões que os moradores elaboram sobre o lugar em que vivem. Em Jamaica observamos a presença de pequenas propriedades rurais e em Jaciporã há mais trabalhadores rurais, parceiros e meeiros até a década de 1990 e diaristas (trabalhadores temporários) a partir de então. Nesse sentido, em Jamaica, frequentemente, o local de trabalho é o mesmo local de moradia, já em Jaciporã os trabalhadores se deslocam da residência para o trabalho.

Percebemos que quando os moradores não desempenham mais atividades agropecuárias e/ou se empregam em ocupações urbanas, mas têm a propriedade da terra, as práticas culturais relacionadas ao rural se mantêm: a chácara ou o sítio torna-se o local de confraternização familiar e conserva-se a horta, o pomar e a criação de pequenos animais, por exemplo. Por outro lado, se os moradores não possuem uma propriedade rural, ou ainda quando as terras são arrendadas para a produção de cana-de-açúcar, esses hábitos podem se perder com maior facilidade. Não que estejam ausentes, mas se percebe um distanciamento que contribui para a sua identificação com os modos de vida do urbano, embora estes estejam presentes em suas vidas apenas em aspectos pontuais.

Para além dos critérios legais, já debatidos no primeiro capítulo, Wanderley (2009) expõe que podemos definir o rural “[...] pela predominância dos espaços não construídos (predominância da natureza) e pela condição de pequeno aglomerado, com baixa densidade populacional, no qual prevalecem as relações de proximidade” (p. 72). Podem exercer, deste modo, funções produtivas, residencial e patrimonial. As situações analisadas remetem ao uso residencial para uma população que majoritariamente tem origem rural e empregos urbanos. Sendo assim, a organização espacial volta-se para a *valorização* dessa função.

Isso significa dizer que a população rural “[...] constrói uma área de circulação – seu espaço de vida – centrada em seu local de moradia, a partir do qual se mobiliza para ter acesso aos bens e serviços necessários” (WANDERLEY, 2009, p. 75). Considerando a realidade de

muitas sedes distritais e de municípios de pequeno porte populacional, mesmo com os avanços percebidos em termos de infraestruturas (eletrificação rural, transporte intra municipal) e serviços (saúde e educação), sua cobertura e qualidade são avaliadas como insuficientes e insatisfatórias (WANDERLEY, 2009).

Não obstante, tais melhorias em bens e infraestruturas, embora limitados, foram capazes de aprofundar os contatos entre as áreas rurais e as sedes municipais. No nosso caso também entre as áreas rurais dispersas e os distritos e a cidade de Dracena. E diante da diminuição da população, a centralização na sede do município vai se tornando cada vez mais necessária do ponto de vista do planejamento municipal.

Em razão disso é que os habitantes das áreas rurais são aqueles que permaneceram por motivos familiares, laços de vizinhança e devido às limitações de idade, escolarização, gênero e pelo empobrecimento, fatores que agravam às desigualdades na mobilidade espacial produzidas com a decadência econômica. Quando perguntada se gostaria de viver em um lugar maior, a Sra. M. S., nos relatou os motivos que a fizeram ficar em Jaciporã:

M: Ah eu acho que se fosse num lugar grande era melhor, né? Mas como a gente, quando nós ficamos sem o meu sogro [...] minha sogra pendeu pra cidade, ela disse “ah não, vamo morar em Prudente” eu falei **“vou morar em Prudente? Eu tonta que não sabia nem viajar, se eu saísse de casa não sabia voltar, assim, de ônibus, né? Se eu saísse de a pé eu aprendia onde era os caminhos certo...mas pra mim andar de ônibus, rodando a cidade todinha, nunca mais eu chegava em casa [risos]”** aí eu falei, “eu memo não, que não vou pra cidade, eu prefiro ficar trabalhando no roça dos outros, ganhando por semana, por mês, sei lá como for e a gente vai vivendo até os menino começar a trabalhar porque só eu e ele [marido] pra cuidar da velhinha”...naquele tempo não tinha aposentadoria, era uma meia aposentadoria [...].

P: Sua sogra foi pra Prudente?

M: Não. Minha sogra morreu aqui...

P: Ela queria ir?

M: Ela [sogra] queria ir [pra Prudente][...] meu pai foi pro Mato Grosso, queria que nós fosse, eu mais ele [marido] e mais duas crianças que tinha, queria que nós fosse, ela dizia, “que nós fosse, podia ir, mas que primeiro matasse ela”, **mas qual é o filho que vai matar a mãe pra poder melhorar de vida? Ele melhora ou piora? Certeza que piora né? Então ninguém saiu...**

P: Mas ela não queria ir pro Mato Grosso, mas queria ir pra Prudente?

M: É, pra Prudente ela queria, porque **ela tinha irmã lá...**

P: Mas você não se arrepende de ter mudado, achou que foi o melhor?

M: Não. Eu achei que foi melhor, porque aqui, eu morei sempre na casa dela, e depois ela veio morar na minha casa, aí era a mesma coisa, tanto fazia ela na minha casa como eu na dela, era eu que tinha que fazer tudo o que tinha que fazer mesmo, mas...eu achei bem melhor.. Aí ela viveu 33 anos e eu levei ela a sepultura [...].(Entrevista com a Sra. M. S., 68 anos, Moradora de Jaciporã - Trabalho de Campo - 2014).

A fala da Sra. M., ilustra bem as dificuldades que enfrentou inclusive para se imaginar vivendo em outro lugar, expressas, por exemplo, no medo de “se perder” na cidade. Do mesmo modo, a família é um elemento muito forte tanto para ficar devido às

responsabilidades que os mais jovens devem assumir com os mais velhos, quanto para determinar as possibilidades de se mudar (para onde já estava o pai ou na mesma cidade que a irmã) e, para os que permanecem, converte-se num elemento de amenidade devido à ajuda mútua que, geralmente, se estabelece.

Há uma relação entre as verticalidades – processos que geram as modificações na organização espacial precedente e, por serem seletivos, implicam na perda de seu dinamismo – e horizontalidades – ações localmente construídas que buscam o fortalecimento do lugar, pela coesão da sociedade civil a favor de interesses comuns (SANTOS, 2002). Em Jamaica e Jaciporã identificadas como a busca de melhor qualidade de vida por meio do fortalecimento da função de moradia e articulação aos serviços prestados por Dracena, sendo estas ações que reiteram os vínculos entre os moradores e o lugar, constituindo sua ruralidade.

Nas narrativas sobre as qualidades positivas e os pontos que necessitam de melhora nos distritos, primeiramente, verificamos a presença do sentimento de gostar do lugar onde vivem, ou seja, apontar predominantemente *boas* características:

P: É como é a vida aqui em Jaciporã?

I: [...] é muito gostoso aqui, aqui é muito bom! Aqui a gente não tem o que reclamar daqui não, vizinhança também é tudo gente boa, não incomoda ninguém, não perturba ninguém, meus filhos mora tudo aqui né (Entrevista com a Sra. I.A., 69 anos, Moradora de Jaciporã - Trabalho de Campo - 2014).

L: Tranquilo, nossa... então, meu marido trabalha aqui, é perto, que ele vai de moto. (Entrevista com a Sra. L. S., 42 anos, Moradora de Jaciporã - Trabalho de Campo - 2014).

Z: pra viver é uma beleza, a água é muito boa... (Entrevista com o Sr. Z. V., 77 anos, Morador de Jaciporã – Trabalho de Campo, 2014).

R: É bom assim, cê tem amizade com todo mundo...um lugar muito bom aqui pra morar.

M: É bom, não tem encrenca, não tem uma briga, de dia de sábado a tardinha tem um futebolzinho no campo aí, até um tempo atrás eu brincava com a meninada aí [...] não tem problema nenhum. Tem bingo, tem cavalgada, todo ano tem. Não tem problema (Entrevista com o Sr. M C. e Sra. R. C., 64 anos, Moradores de Jamaica, 2014).

Em Jamaica e em Jaciporã os principais elementos citados para demonstrar o que havia de bom em viver ali foram: tranquilidade, sossego, relações de proximidade entre a família e os vizinhos e o acesso a serviços públicos. Em Jaciporã também compareceram os recursos naturais e a proximidade com o trabalho, no caso citado acima, na Usina Dracena. Por outro lado, percebemos nas respostas certo receio em relatar visões negativas sobre os distritos, e quando o faziam havia sempre a necessidade de reforçar outras características positivas:

P: E como é a vida aqui em Jaciporã?

E: Graças a Deus é bastante tranquilo, todo mundo conhece todo mundo, né, **a não ser uns espírito de porco que aparece por aí de vez em quando**, mas você pode dormir com a porta aberta, todo mundo é amigo, na medida do possível nós temos médico né, aqui no postinho (Entrevista com a Sra. E.B., 44 anos, Moradora de Jaciporã- Trabalho de Campo - 2014).

Z: Aqui é gostoso pra viver porque é muito sossegado... **quem não gostar de ganhar dinheiro (risos)... mas, aqui é muito bom** [...] Eu acho que aqui é muito bom, de ruim aqui não tem nada ruim, se ta tudo bom né?

P: E se pudesse melhorar?

Z: Se pudesse melhorar seria bom que o prefeito fizesse alguma casa pros mais precisados, tem muita gente aí que as vezes não pode nem pagar aluguel e é obrigado pagar né... inclusive muita gente aqui vai trabalhar em Dracena porque não tem serviço (Entrevista com o Sr. Z. V., 77 anos, Morador de Jaciporã – Trabalho de Campo, 2014). .

[Comentário sobre a Usina Dracena]

M: Piorou, fez foi piorar, porque ficou muita gente desempregada, uma porção de tempo até decretar falência, ficou muita gente desempregada, então...

C: Pra quem trabalha com maquinário ta muito bom mas quem era braçal ficou ruim né?

P: Mas é o que o pessoal tá comentando mesmo...

**C: Não é que eu to falando contra o dono da Usina, os industrial...**

M: Agora os que tão, que trabalhavam na Usina daqui, tão indo trabalhar em Junqueirópolis, ai já tem que sair mais cedo e chegar mais tarde. Aqui foi um lugar muito quieto, não tinha droga, não tinha violência nenhuma, mas ultimamente tá meio violento.

P: Tem gente de fora?

M.: Tem.

P: Vem aqui por quê?

M: Vem as vezes num jogo, qualquer coisa assim...

(Entrevista com a Sra. M. S. e Sr. C. S., 68 e 74 anos, Moradora de Jaciporã - Trabalho de Campo - 2014).

[Comentário sobre a Penitenciária de Dracena]

A: Uma pessoa! Que eles falaram que ia dar mais [empregos]... cê sabe que tudo por concurso né? Todas as pessoas de fora, uma pessoa do distrito, tá, restante tudo de fora. Deu serviço pra Jamaica? Não. Como foi aquela usina, que nós temos aqui atrás, que aquilo só foi um elefante branco, tá, que...ai que ia dar serviço pra varias pessoas, não deu, inclusive tá fechada...[...] só veio mesmo não pra ajudar os municípios e sim pra atrapalhar [...] você vê é...na parte rural, né, você hoje já não vê mais o gado como você via antigamente, né, plantações, então, no geral acabou! Tem cana em tudo quanto é lugar... (Entrevista com a Sra. A. L. ,57 anos, Moradora de Jamaica - Trabalho de Campo - 2014).

Acreditamos que o desconforto em relatar algumas dessas situações advém da falta de representatividade e exclusão das decisões políticas que caracterizam grande parte da população rural de modo geral, de forma que não se sentem com “direito à fala”. Entretanto, no decorrer das entrevistas e conversas com os moradores foi possível identificar descontentamentos e quais os problemas que eles enxergam nos distritos: alguns dos moradores expuseram problemas de convivência na vizinhança, algumas histórias referiam-se ao consumo de álcool e brigas em jogos de futebol.

Fizeram-se presentes facetas dos discursos sobre violência e drogas, muito marcados na mídia atualmente. Além de acidentes de trânsito, encontramos no jornalismo local registros

de infrações à lei apenas em Jaciporã: um referente à violência sexual (2014)<sup>26</sup>, outro envolvendo a caça de animais silvestres (2015)<sup>27</sup>, o caso de um morador acusado de cometer furtos de pneus em Dracena e Junqueirópolis (2015)<sup>28</sup> e o furto à casa de um habitante:

Moradores não podem mais deixar portas e janelas abertas das residências, como num passado não tão distante, no pacato distrito de Jaciporã. Não se ouvia dizer que a polícia havia registrado ocorrência de furto há anos por lá, mas neste mês já são dois casos do crime ocorridos no distrito e registrados na polícia. Dias atrás houve furto no sítio Santo Antonio e ontem, 26, um ladrão agiu na residência de um aposentado de 63 anos, localizada na rua Maria Luiza dos Santos (JORNAL REGIONAL, 27 de Novembro de 2014, *online*)<sup>29</sup>.

Mesmo que esporádicas ocorrências como estas ou as brigas relatadas, reforçam o sentimento de insegurança e refletem nas demandas dos moradores que acreditam ser necessário haver policiamento fixo no distrito. Outras reclamações focaram-se na ausência de oportunidades de trabalho, e em certa frustração com a Usina Dracena, que no momento de instalação trouxe esperança de empregos e movimento econômico para o comércio. Sobre os estabelecimentos comerciais, os moradores revelam também o desejo de haver mais instalações, principalmente, de farmácias e mercados:

E: Aqui na vila melhoraria pra nós se tivesse uma farmácia, nós não temos farmácia, nos não temos um posto de combustível, tudo é Dracena, então isso já melhorava pra gente muito, não tem mercado, só tem as mercearias e vendem o preço da cara, é duas vezes o preço da cidade... não tem um açougue, nada disso nós temos aqui... (Entrevista com a Sra. E.B., 44 anos, Moradora de Jaciporã- Trabalho de Campo - 2014).

M: O duro é as pessoa nova né, pra trabalhar, tem que trabalhar em Dracena, porque aqui não tem serviço. A minha neta mesmo, ela trabalha em Dracena, ela vai de moto todo dia e volta, trabalha em posto... (Entrevista com o Sr. M C., 64 anos, Moradores de Jamaica, 2014).

J: Aqui tem muita gente que paga aluguel, tem umas pessoas que tem casa de aluguel aqui, a maioria... e gostariam de ter sua casa própria, então é isso que a gente cobra mais do prefeito (Entrevista com o Sr. J. L. S., Subprefeito de Jaciporã - Trabalho de Campo - 2014).

A respeito dos serviços públicos em Jaciporã, chama a atenção o número elevado de relatos de moradores que pagam aluguel, o que leva os moradores a indicarem que a construção de casas populares melhoraria a vida no distrito. Nos trabalhos de campo, nos

<sup>26</sup> O IMPARCIAL. **Morador de rua tenta violentar menina de 6 anos** <<http://www.imparcial.com.br/site/morador-de-rua-tenta-violentar-menina-de-6-anos>>. 6 de Maio de 2014.

<sup>27</sup> G1. **Polícia Ambiental apreende jacarés e carne de capivara em Jaciporã**. <<http://g1.globo.com/sp/presidente-prudente-regiao/noticia/2015/09/policia-ambiental-apreende-jacares-e-carne-de-capivara-em-jacipora.html>> . 22 de Setembro de 2015.

<sup>28</sup> PORTAL REGIONAL. **Vendedor é acusado de furtar estepes de carros que estavam à venda em estacionamentos em Dracena e Junqueirópolis**. 1º de Outubro de 2015.

<sup>29</sup> PORTAL REGIONAL. **Ladrão pega R\$ 1.050 de aposentado no distrito de Jaciporã**. <<http://www.portalregional.net.br/noticias/?id=57923>> 27 de Novembro de 2014.

informaram que o aluguel de uma casa variava de 300 a 450 reais; outra questão referente aos dois distritos é o tratamento de esgoto, o asfaltamento e a necessidade de atendimento médico mais frequente nos postos de saúde, aspectos que constituem a maioria das demandas dos moradores junto à administração central do município.

#### **4.4. As desigualdades espaciais e suas dimensões políticas**

Outra concepção trabalhada por Massey (2007) é a de uma globalização a-espacial. De uso mais vigente na sociedade de maneira geral, é aquela que prega que vivemos num mundo “sem fronteiras”. Na descrição de Santos (2001) trata-se da globalização como fábula. Esse autor explica que no final do século XX, a internacionalização do mundo capitalista alcançou seu ápice, graças a presença de um sistema técnico de nível planetário por meio dos avanços da ciência e difusão da informação, mas ressalta que isso se deu também devido aos processos políticos que o fizeram emergir. Esses processos políticos são os que definem que locais interessam ou não, quem são os donos da velocidade, que informação é propagada e com quais objetivos.

Esta visão busca, em certa medida, superar o discurso da modernidade, no qual os lugares estavam em condição hierárquica. Para essa “imaginação” todos os lugares estão agora interligados pelos mais diversos fluxos, o “[...] espaço é aberto e sem barreiras” (MASSEY, 2007, p. 148). Isso porque, este discurso que sustenta a globalização como fábula é – como analisado por Massey (2007) – a-espacial, pois, as desigualdades espaciais são ignoradas, de modo que o próprio espaço é ignorado, dando a noção de que a globalização é inevitável – aqui sim se prossegue com a lógica evolucionista da modernidade.

Massey (2007, p. 150) ressalta também que reconhecer esses discursos não significa dizer que a “globalização” não está acontecendo:

Ao contrário, nosso ponto de vista é que esta é uma forma específica de globalização, que é produto e está embutida no discurso de livre movimento e barreiras que o neoliberalismo comparte com boa parte dos estudos sociais e culturais. É uma das características desta forma de globalização (contrária às suposições de equilíbrio sob as quais as teorias neoliberais estão baseadas) é que ela exacerba a desigualdade tanto dentro dos países quanto entre eles.

Espaços como Jamaica e Jaciporã exemplificam a seletividade dos processos globais e evidenciam sua produção de desigualdades. Não somente estão em conexão com um número reduzido de lugares, quanto não estão no controle da intensidade e qualidade dessas interações. O deslocamento a curta distância demonstra que a mobilidade espacial dos moradores é limitada: o transporte entre Dracena e Jaciporã (13 km) é realizado pela empresa

Viação Aracruz, em atuação desde 2011, antes desse período não havia nenhuma empresa responsável pelo trajeto. A passagem custa dois reais e cinquenta centavos e há quatro horários de ida e volta que se distribuem das seis da manhã até às seis da tarde<sup>30</sup>. Já o percurso entre Dracena e Jamaica (12 km) é realizado pela empresa Expresso Adamantina, responsável pela linha Dracena-Ouro Verde que, em alguns turnos, passa por Jamaica, distribuídos ao longo do horário comercial<sup>31</sup> e a passagem custa dois reais e oitenta e cinco centavos.

Pegoretti e Sanches (2004) argumentam que o transporte rural, que no país envolve milhões de pessoas que residem no espaço rural ou não, é frequentemente negligenciado nas políticas de planejamento, o que evidencia a ausência de uma visão integrada de cidade e campo. As dificuldades de mobilidade agravam a inacessibilidade, uma vez que, os principais motivos para os deslocamentos às cidades são as questões de saúde, compras, visitas, lazer, negócios e educação formal.

Há, por outro lado, a articulação com as lógicas globais, relacionadas aos fluxos de informação e à flexibilidade, sobretudo no consumo, que advém de processos das cidades, interligados à lógica de construção da *Sociedade Urbana* (LEFEBVRE, 1999 [1970]). Estas são percebidas no acesso à internet, televisão por assinatura, telefonia móvel, elementos que, por serem originários das cidades, podem ser lidos na qualidade de urbanidades (fotografia 16). O uso de novas tecnologias e as comodidades que estas trazem, tais como a possibilidade de fazer compras *online* ou a comunicação com menores custos, são alcançados, geralmente, de modo individual e pela atuação da iniciativa privada.

---

<sup>30</sup> Os horários são: Dracena-Jaciporã: 07:30; 11:15; 16:00; 18:30 e Jaciporã-Dracena: 06:50; 08:00; 12:00; 17:15.

<sup>31</sup> Os horários são: Dracena- Jamaica: 06-40; 07:30; 9:30; 11:15; 13:00; 15:30; 17:10; 18:20 - Jamaica-Dracena: 06:50; 08:10; 10:10; 12:40; 14:45; 17:50; 19:00.

**Fotografia 16: Antenas de Internet e de TV por assinatura em Jaciporã.**



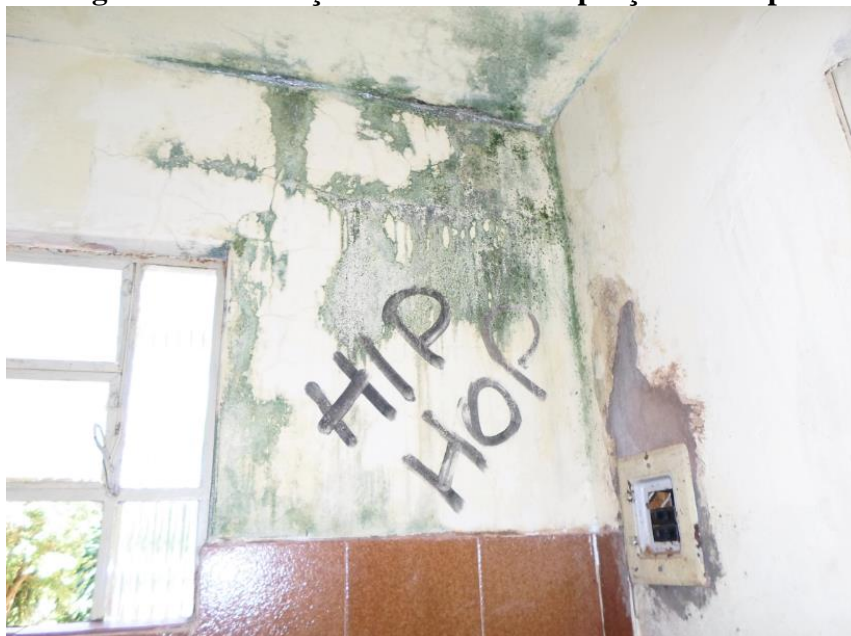
**Fonte: Trabalho de Campo (2014).**

Ao levar em conta todos os problemas oriundos da carência de serviços públicos, refletimos que a integração – ainda que limitada – dos habitantes com o urbano se dá pela via do consumo, o que nos remete às reflexões de Santos (1987) em “O espaço do cidadão”, obra na qual ele argumenta que a cidadania no país está condicionada às lógicas de mercado e ao individualismo, de modo que os direitos tornam-se privilégios e cidadãos são em realidade consumidores. Na fotografia 14, podemos inferir pela fachada da casa, que o acesso às novas tecnologias de informação, lazer e comunicação não estão acompanhados de outros “confortos” relacionados aos novos tempos.

Entre os jovens e adolescentes percebe-se uma identificação maior com a cultura urbana, que se expressa, por exemplo, na prática de ouvir músicas no alto falante dos aparelhos celulares ou mesmo videocliques pela televisão por assinatura, seja o funk ou rap associado às periferias das grandes cidades, o pop dos Estados Unidos, ou igualmente o sertanejo universitário – retrato de um rural rico e extremamente articulado com as cidades, que pouco se relaciona com as experiências de vida desses jovens, marcadas pela exclusão em diversos aspectos. Práticas que, com a globalização do consumo, são esperadas para uma população nessa faixa etária, o que procuramos destacar, entretanto, é que elas, ainda que em

menores proporções em relação a outros contextos e em momentos pontuais, rompem com a visão, bastante difundida, do rural silencioso, pacato e lento, como observamos nos trabalhos de campo (fotografia 17).

**Fotografia 17: Pichação no banheiro da praça em Jaciporã.**



**Fonte: Trabalho de Campo (2014).**

A música é só uma das possibilidades do contato que os jovens estabelecem com os conteúdos urbanos e rurais. É frequente o desejo de se mudar dos distritos, presente tanto na fala de pais quanto dos próprios jovens. Para prosseguir nos estudos – se formar no Ensino Médio –, os alunos necessitam se deslocar diariamente para Dracena, onde terminam por estabelecer diferentes perspectivas em relação ao próprio futuro. O entrevistado L. (18 anos) que frequentou a escola em Dracena, nos relatou que participava de projetos sociais, esportes e construiu amizades na sede do município, local no qual deseja morar um dia:

L: Ah então, aqui [Jamaica]... eu acho que isso aqui a tendência é diminuir, porque tá mais saindo gente daqui do que vindo. Porque aqui nem tem como, sabe? [...].

P: Você, assim, no futuro, o quê que você queria fazer? [...]

L: Ah então...eu pre... eu gostaria de mudar...pra Dracena.

P: Pra Dracena mesmo?

L: Pelo menos lá tem mais recursos [...] É que eu acho que devia melhorar, sei lá, tipo o postinho ali... é muito lento, sabe? é que... sempre que alguém precisar de alguma coisa tem que ir pra Dracena, então.....

P: Aí, se depender de você, se tiver a oportunidade, você prefere morar em Dracena mesmo? [...]

P: É... tenho sim, com certeza (Entrevista com o Sr. L. ,18 anos, Morador de Jamaica -Trabalho de Campo - 2014).

Destarte, ainda que Dracena seja uma pequena cidade, em comparação aos distritos é avaliada como um local com maiores possibilidades. Geralmente esses jovens, que seguiram nos estudos ou trabalham nesta cidade, já se deslocam diariamente, a mudança para a sede pode configurar-se num objetivo para melhorar as condições de vida. Para Carneiro (1998), a intensificação da comunicação entre os universos culturais relacionados ao urbano e ao rural, faz com que as percepções sobre seus significados tornem-se imprecisas e que os jovens tenham cada vez mais idealizações e projetos diferenciados.

A autora relata que, ao passo que existe a forte tendência dos jovens de deixar o campo, há também àqueles que constroem identificação com o rural, por exemplo, em áreas onde a agricultura familiar encontra-se fortalecida, do mesmo modo, as cidades já não são mais unanimemente associadas ao progresso e a riqueza, sobretudo, quando consideramos a disseminação dos discursos sobre a violência urbana, a exclusão social e o desemprego nos grandes centros (CARNEIRO, 1998).

Mudar-se para Dracena parece, portanto, um modo de alcançar uma melhor condição de vida, mas sem distanciar-se das práticas e hábitos mantidos no espaço rural, conforme podemos interpretar a partir da fala da Sra. L:

P: E os filhos da Sra., você acha que eles vão querer viver pra cá ou ir pra lugar grande?

L: Então, o meu menino, um deles, já, ele é casado né, aí ele foi pra Valinhos [Região de Campinas], mas, até ficou um ano lá, mas não gostou não.

P: Não se acostumou?

L: Não se acostumou. Lá é bom de serviço, né, mas longe da família, ele não... aí ele voltou, aí voltou e tá trabalhando em Dracena, mas mora aqui também, tá morando numa casinha aqui em cima [...] minha filha também casou, o marido dela trabalha na Usina também, outra usina ali, a Alta Paulista, e é assim, ela mora aqui também, assim... pra falar de sair daqui, só se for pra ir pra Dracena mesmo...

P: Pra longe não?

L: Não! Não, por enquanto não. (Entrevista com a Sra. L. S. ,42 anos, Moradora de Jaciporã, - Trabalho de Campo - 2014).

Massey (2007) desenvolveu ainda uma terceira noção para a globalização: “[...] o espacial como a esfera da justaposição – ou coexistência – de narrativas distintas, como produto de relações sociais imbuídas de poder [...]” (p. 152). Nesse sentido, “diferentes grupos sociais e diferentes indivíduos posicionam-se de formas muito distintas” (MASSEY, 2000, p. 179) em relação aos fluxos, movimentos e interconexões que, utilizando a conceituação de Santos (2002), a difusão do meio técnico-científico-informacional proporcionou. Tais posicionamentos são resultados políticos da globalização, assim, se o uso do espaço pelo capital é seletivo, e os sujeitos e instituições posicionam-se desigualmente no

espaço, aqueles lugares “não selecionados” e, por consequência suas populações, não possuem reconhecimento dentro dos mesmos esquemas políticos.

Isso é decorrente das formas de se analisar o espaço, pois as conceituações dão credibilidade a determinados tipos de política. Percebe-se que a hierarquização do rural e do urbano se faz presente na dinâmica municipal. Destarte, é também efeito da espacialização do discurso da modernidade que os moradores de Jamaica e Jaciporã não tenham suas demandas priorizadas no contexto municipal e, tampouco, para outros órgãos que possuem uma escala maior de abrangência.

Dentre os discursos produzidos na modernidade podemos acrescentar a hierarquização entre os espaços mais e menos populosos, implicando na pouca visibilidade das demandas dos distritos, tanto por prever a governabilidade em critérios racionalizados, eficientes e eficazes, quanto por nossa política estar centrada em práticas eleitoreiras. Santos (2001) explica que no caso brasileiro – onde há um território extenso e uma sociedade muito desigual – a cidadania plena reclama “[...] uma revalorização dos lugares e uma adequação de seu estatuto político (p. 113)”.

A presença do Estado, compreendido como o poder institucionalizado, é verificada nos distritos a partir das instâncias federal, estadual e municipal. A legislação é uma de suas maneiras de atuação. Para Santos (2002), a lei pode ser considerada um meio de ação cristalizado “[...] que vem do passado e se impõe no presente [...] (p. 47)” e conduz ou relaciona-se a um tipo de organização espacial.

A delimitação do perímetro urbano em cada um dos distritos, por exemplo, implica em algumas determinações que terminam por diferenciá-los de certa maneira dos demais espaços rurais do município, entre as quais elencamos: a cobrança do Imposto Predial Territorial Urbano (IPTU); o reconhecimento enquanto possíveis locais para a instalação de benfeitorias e instituições públicas; e, por outro lado, a permanência de algumas instituições, como as escolas de Ensino Infantil e Fundamental – o que é bastante relevante quando lembramos que parte considerável das escolas rurais teve suas atividades encerradas – e a manutenção das subprefeituras.

De modo mais explícito, o poder estatal se faz presente nas Instituições de Ensino e Postos de Saúde. Os programas de Assistência Social também evidenciam o comparecimento dos níveis federal e estadual. Entre os moradores há beneficiários do Programa Bolsa Família (Governo Federal e Programa Ação Jovem e Renda Cidadã (Governo do Estado de São Paulo) (Quadro 8), verifica-se que há um número relativamente baixo de família contempladas:

**Quadro 8: Famílias contempladas com Programas de transferência de renda presentes em Jamaica e Jaciporã (entre os moradores pesquisados) (%).**

Programa	Características	Jamaica	Jaciporã
Bolsa Família	O Programa Bolsa Família é um programa federal de transferência direta de renda que beneficia família em situação de pobreza e extrema pobreza. Seu foco de atuação são os brasileiros que tem renda familiar per capita inferior a 77 reais mensais e baseia-se na garantia de renda, inclusão produtiva e no acesso aos serviços públicos (MDS, 2015);	11%	17%
Ação Jovem	O Programa Ação Jovem, de execução do governo de São Paulo, promove a transferência de renda e tem como objetivo estimular a conclusão da educação básica e preparar o jovem para o mercado de trabalho, o público alvo são estudantes de 15 a 24 anos, com renda familiar de até meio salário mínimo por pessoa (SECRETÁRIA DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL, 2015).	2%	4%
Renda Cidadã	O Renda Cidadã é o programa paulista de transferência de renda para famílias com rendimento mensal <i>per capita</i> de até meio salário mínimo (SECRETÁRIA DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL, 2015).	-	4%

**Fonte: Trabalho de Campo (2014); Sites dos programas (2015).**

Já a atuação do poder municipal se dá principalmente por intermédio das subprefeituras, e, além da redistribuição e repasses das demais instâncias no que diz respeito à saúde e educação, sua ação está delimitada à manutenção das vias públicas e fornecimento de transporte. As subprefeituras (quadro fotográfico 3) são mantidas com recursos financeiros oriundos da Secretaria da Fazenda, Planejamento e Orçamento do Município. Entre cargos de secretariado e serviços gerais contam com doze (12) funcionários públicos em Jaciporã e sete (7) em Jamaica, conforme os subprefeitos nos informaram todos moram nos distritos.

**Quadro fotográfico 3: Prédio das subprefeituras de Jamaica e Jaciporã.**



**Fonte: Trabalho de Campo (2014).**

As principais ações dos órgãos são: resolver eventuais problemas – o que pode abranger consertos nas calçadas ou poda de árvores, por exemplo; promover ações de

assistência social – basicamente a entrega de cestas básicas a famílias pobres; e organizar eventos em datas comemorativas – como a festa de aniversário dos distritos. Jamaica conta com dois automóveis e um trator do município utilizado para serviços no distrito, o mesmo em Jaciporã que também têm um ônibus que opera no transporte de estudantes e de pessoas que necessitam de atendimento médico para Dracena.

No Distrito de Jaciporã funciona, desde 2001, a Associação J.Marques de Trabalhadores de Jaciporã, que se trata, em síntese, de uma congregação de pequenos produtores rurais, com algumas particularidades em relação às associações de produtores convencionais (fotografia 18). Primeiramente, por localizar-se em Jaciporã, onde há escassez de recursos financeiros, menos possibilidades de comercialização da produção agropecuária e distância em relação à sede. Além disso, o distrito se situa na área de maior concentração de terras do município, deste modo, o grupo conta com a participação em seu quadro de associados de integrantes de movimentos sociais de luta pela terra, principalmente o MAST (Movimento dos Agricultores Sem Terra). Paradoxalmente, a Associação tem relação de proximidade com uma grande proprietária de terras do município, pecuarista e figura política de Araçatuba, que se dá pelo arrendamento de terras e a produção de farinha de mandioca no sistema de parceria.

**Fotografia 18: Sede e barracão da Associação J.Marques (em reforma).**



**Fonte: Trabalho de Campo (2014).**

Outro ponto peculiar referente à J.Marques refere-se à produção agrícola, realizada, neste caso, coletivamente. Esta se dá em três áreas: arrendamento de 25 ha; uma parcela de aproximadamente 2 ha, cedida na propriedade de um associado, e a área referente ao

acampamento do MAST, em uma fazenda localizada próxima ao distrito<sup>32</sup>. A presidenta nos relatou que em 2014, pela primeira vez desde sua instalação (2001), a associação recebeu auxílio financeiro da prefeitura, por meio de um repasse de 84 mil reais. Um dos principais meios de comercialização da produção agrícola é o PAA, programa que atende inclusive uma parte dos moradores de Jaciporã.

Silva (2013) realizou um estudo sobre o desenvolvimento do PAA em um assentamento do pequeno município de Presidente Bernardes-SP e constatou que o programa evidencia a produção do campo, mas percebeu que ocorre uma apropriação em nível de discurso por parte de agentes sociais como a prefeitura e instituições religiosas, que por promoverem a identificação do público beneficiário e realizar a distribuição dos alimentos, acabam por serem identificados como os únicos responsáveis pelas ações. Tal situação contribui para que a população que recebe os alimentos não conheça sua origem e o funcionamento das políticas públicas, além de manterem uma visão estereotipada e negativa dos assentamentos rurais e dos processos de luta pela terra.

Em Jaciporã, mesmo a distribuição de alimentos sendo coordenada pela Secretaria de Assistência Social do município, a entrega dos itens é realizada diretamente pela Associação, pois, logisticamente, não faz sentido deslocar os produtos até a sede para uma posterior entrega. O contato direto e a própria relação de vizinhança contribui, de certo modo, para que os agricultores sejam reconhecidos e seu trabalho valorizado, como a própria presidenta da J.Marques ressalta:

E: O trabalho reflete no distrito inteiro, até fiz uma conversação com eles a semana passada na entrega, e falei pra eles, né, a respeito da entrega, como tá sendo feito, porque tá sendo feito tal, e aí veio, vieram umas pessoas falar, agradecer, e dizer que pede a Deus que isso não se acabe, que isso continua, porque não é todo mundo que tem condições de comprar a verdura toda semana, a fruta toda semana... tem aqueles que ainda criticam, mas a maioria agradece por haver a entrega... (Entrevista com a Sra. E.B., 44 anos, Moradora de Jaciporã- Trabalho de Campo - 2014).

---

<sup>32</sup> Em Julho de 2015, a área de acampamento, localizada na Fazenda das Cobras, segundo informações presentes na mídia local, foi contestada pelos proprietários que entraram com um processo de reintegração de posse. Cerca de 30 famílias que viviam e produziam alimentos na área há aproximadamente sete anos deixaram o local, ainda de acordo com as informações veiculadas, a ação teria sido motivada pelo interesse em arrendar terras para a Usina Dracena, que teve suas atividades retomadas após ser incorporada ao Grupo Alta Paulista (USALPA). Considerando os limites do recorte espacial e temporal adotado para a pesquisa, não pudemos averiguar as consequências desses novos elementos para a Associação J. Marques, para os acampados que afirmaram que vão retornar para a “beira da estrada” e moradores de Jaciporã em geral.

ZANONI. **Famílias sem-terra têm até sexta-feira para deixar a fazenda das Cobras** <<http://www.jorgezanoni.com.br/noticia/justica/familias-semterra-tem-ate-sexta-feira-para-deixar-a-fazenda-das-cobras>>. 29 de Julho de 2015.

O IMPARCIAL. **Usina Dracena é reativada e inicia contratações**. <<http://www.imparcial.com.br/site/usina-dracena-e-reativada-e-inicia-contratacoes>>. 21 de Março de 2015.

Todavia, ainda existem moradores que não compreendem o funcionamento do PAA e o identificam como uma ação da prefeitura. É o caso da Sra. I. A. ao indicar que um dos aspectos positivos de viver em Jaciporã é a entrega de alimentos:

I: Aqui a prefeitura daqui eles dão, faz doação, de verdura, fruta, toda quarta-feira, a gente vai lá, faz o cadastro, vai lá, traz fruta, traz, tudo que tá na época né [...] todo mundo que mora aqui vai lá busca, né, dia de quarta feira cinco hora a gente vai lá buscar, tudo de época tem, que nem agora é uva, é abacate, é laranja, é... repolho, rúcula, é, é acerola, alface, é tem de tudo, tudo que tem de época eles dão, né (Entrevista com a Sra. I.A. 69 anos, Moradora de Jaciporã - Trabalho de Campo - 2014).

Ainda sobre o poder municipal, Endlich (2006) explica que, em pequenas cidades, a sociedade local se estabelece por meio de vínculos e significações construídas cotidianamente, o que gera as especificidades nas políticas locais, marcadas pelo estreitamento e pessoalidade, o que termina por fazer prevalecer os interesses em comum e haver pouco espaço para demandas conflitivas, sendo que estas costumam entrar em cena apenas nas ocasiões de eleição.

A condição de estarem submetidos à administração central do município significa que, tanto os subprefeitos quanto os próprios moradores, não se apropriam do comando das dinâmicas espaciais dos distritos, o que não é exclusividade dessa escala. Encadeadas, cada instituição (da municipal à nacional), respondem por escalas mais amplas de poder. Sobre esse aspecto, Endlich (2006), com base em Smith (1992), destaca que é preciso se inserir politicamente num espaço para alcançar a atuação sobre demais dimensões geográficas:

[...] a apropriação efetiva do espaço local é condição fundamental para a sociedade atuar em outras escalas, como forma de resistência, num momento em que a acumulação capitalista e sua institucionalização política adquirem um ponto inédito de controle e comando dos espaços e de suas respectivas sociedades (ENDLICH, 2006, p. 308-309).

Para Smith (2000), a escala é “uma resolução geográfica de processos sociais contraditórios de competição e cooperação” (p. 142). A produção de cada lugar implica na produção da escala, que é o critério de diferença entre os distintos tipos de lugares, implicando na quantidade e qualidade das relações que exercem com outros espaços. Isso significa dizer que distritos como Jamaica e Jaciporã e seus moradores estão envolvidos em processos que limitam suas interconexões a um número reduzido de lugares em relação, por exemplo, à Dracena, que apresenta mais interligações, ainda que, igualmente, outros movimentos limitem sua escala.

Além das tramas político-administrativas, há diferentes elementos que influenciam na produção da escala – que vai do corpo às fronteiras globais –. Nos distritos podemos verificar, considerando as características da amostra, que os moradores possuem idade avançada (cerca

de 50% nos dois distritos tem mais de 55 anos), baixa escolarização (aproximadamente 55% tem apenas quatro anos de escolarização) e são, em sua maioria, constituída de mulheres (68% em Jaciporã e 73% em Jamaica), aspectos que contribuem para a restrição no alcance da escala se ponderarmos as desigualdades da nossa sociedade (SMITH, 2000).

Tais desigualdades manifestam-se, entre outros fatores, em limitações espaciais, contribuindo para imobilidades que ultrapassam as que os atingem como moradores de um pequeno distrito de maneira geral. Os idosos quando as condições físicas se associam à pobreza, às determinantes históricas e culturais, como o analfabetismo e o preconceito etário se veem em condições severas de exclusão. O envelhecimento coloca em risco o próprio controle da escala do corpo dos idosos, que muitas vezes são submetidos ao cuidado de terceiros, quando não ocorre o abandono.

Como Smith (2000) argumenta, a partir de autoras feministas como Simone de Beauvoir (1952), Monique Wittig (1975) e Judith Butler (1986), a escala do corpo é socialmente construída e marca a fronteira entre o “eu” e o “outro” num sentido social e fisiológico, sendo assim, esta escala é disputada socialmente e diferenças sociais são construídas com centralidade nos corpos, tais como: gênero, raça, idade e capacidade. As históricas violências e padrões de gênero fazem com que as mulheres tenham que disputar a construção de suas escalas de vida desde o próprio corpo e no lar, de modo que, os homens são privilegiados na construção social da escala, uma vez que, podem se relacionar com maior facilidade com outros espaços no decorrer de suas vidas.

Retomamos aqui o relato da Sra. M. S.<sup>33</sup>, que apesar das possibilidades de se mudar, se deparou com as condições familiares do marido e com o dever de cuidar de sua sogra, além dos medos de ir para uma cidade maior, que sempre são agravados diante da condição feminina, sobretudo se considerarmos a época (anos 1960) na qual, ademais de não ser “bem visto” aos olhos da sociedade era perigoso uma mulher andar sozinha: *“M: [...] eu morei sempre na casa dela [ da sogra], e depois ela veio morar na minha casa, aí era a mesma coisa, tanto fazia ela na minha casa como eu na dela, era eu que tinha que fazer tudo o que tinha que fazer mesmo [...]”* (Entrevista com a Sra. M. S., 68 anos, Moradora de Jaciporã - Trabalho de Campo - 2014).

Endlich (2006, p. 420) explica que “[...] a não-apropriação do espaço mostra-se tanto por aqueles que não mais conseguem permanecer em determinadas localidades[...] como também por meio dos que ficam, mas cuja condição social e política não alcançam intervir”.

---

<sup>33</sup> Ver página 137.

Sendo assim, a autora, analisando as questões políticas das pequenas cidades, agravada na escala distrital, indica que é necessário pensar em formas de atuação em escalas amplas, para que a sociedade local possa estar representada nestas dimensões. Smith (2000) indicou que a escala tem uma natureza ambígua: de exclusão e restrição e de expansão e inclusão, em outras palavras, enquanto têm sua dimensão de vida e reprodução reduzidas, os grupos e sujeitos sociais têm a possibilidade de ampliar os limites impostos.

Percebemos que esses limites são agravados pela condição (não autônoma) político-administrativa dos distritos, em conjunto com o baixo número de habitantes e atividades econômicas desenvolvidas e as condições sociais dos moradores. Teló e De David (2012), numa investigação sobre o distrito de Arroio do Só (Santa Maria/RS), averiguaram que o êxodo rural implicou no empobrecimento das relações políticas devido aos obstáculos, tais como: “[...] falta de pessoas para a realização de tarefas, os limites na comunicação em função da distância entre os vizinhos e ainda o fato de o número de votos no distrito ter pouco peso em relação ao total de votantes do município” (p. 13).

Os diversos tipos de segregação e as vulnerabilidades sociais que acometem a população rural são agravados pela fraca relação com o poder municipal, pois, como afirma Pegoretti e Sanches (2004), com base em Satterthwaite (2001):

A pobreza rural não está relacionada apenas com rendimentos ou níveis de consumo. Deve ser considerado também o fornecimento inadequado de serviços de saúde e de emergência, água, esgoto, escola e transporte. [...] A razão deve-se à distância entre os moradores e as instalações fornecedoras desses serviços (PEGORETTI; SANCHES, 2004, p. 3).

O (relativo) distanciamento espacial e político dificultam as articulações e impedem que os sujeitos sociais alcancem grande representatividade junto ao poder público, explicitado na queixa da Sra. A. L., que reside em Jamaica:

A: Não, eles [o prefeito e os vereadores] só lembram daqui do distrito quando precisam ou quando tem alguma festa, tá, que aí eles vem, arrumam pra dizer que tá tudo bem e aí se esquece, ah aí vem aqui promete e só fica na promessa (Entrevista com a Sra. A. L., 57 anos, Moradora de Jamaica - Trabalho de Campo - 2014).

Monastisky *et al* (2009) estudaram os distritos dos municípios da Região dos Campos Gerais no Paraná (área de influência de Ponta Grossa-PR) a partir das relações com o Poder Público Municipal, e destacaram as queixas e solicitações por serviços e infraestruturas básicas: energia, água, tratamento de esgoto, comunicações, transportes, equipamentos de lazer/entretenimento/cultura, serviços públicos de saúde, correio, internet, segurança etc., em síntese, demandas por condições mínimas de qualidade de vida.

Bremaeker (1993), por sua vez, realizou uma pesquisa em municípios recém-implantados<sup>34</sup> e entre as razões indicadas para iniciar o processo emancipatório, o “descaso por parte da administração do Município de origem” (p. 05) foi a razão indicada por 62,9% dos 62 prefeitos participantes. As reivindicações dos moradores de Jamaica e Jaciporã não se dão no mesmo sentido, mas, este dado confirma que os distritos municipais recebem pouca ou nenhuma atenção das prefeituras, levando Monastisky *et al* (2009) à classificá-los como “a escala esquecida”, por ser desprivilegiada nas políticas públicas, aspecto que não deixa de ser percebido pelos moradores: “M: Aqui, por parte de Dracena, fica esquecido pra falar a verdade, esquecido...completamente” (Entrevista com a Sra. M., 42 anos, Moradora de Jaciporã - Trabalho de Campo - 2014).

Podemos refletir que a ausência de serviços e infraestruturas relacionados às “modernidades” é um dos fatores que permite com que o caráter urbano, atribuído pelo poder público à localidades desse tipo, seja questionado. O não cumprimento de funções básicas como as citadas, evidencia a fragilidade que o critério utilizado para sua determinação na qualidade de urbano possui. Além disso, não permite aos núcleos concentrarem população ou atraírem investimentos que estimularia o desenvolvimento de atributos urbanos, tal qual convencionados nas Ciências Sociais.

Contudo, essa delimitação, de certo modo, potencializa as reivindicações dos moradores, principalmente porque os espaços rurais ainda são, em parte considerável do país, marcados pela exclusão e marginalidade de sua população em relação ao acesso aos serviços básicos e, muitas vezes, as mobilizações para o requerimento por determinados tipos de infraestrutura, quando existem, estão relacionadas à produção agropecuária e demais tipos de melhorias são buscadas individualmente. Para Santos (2001), sob a mesma base técnica que sustenta a produção de desigualdades, pode-se empreender novos objetivos a serviço de outros fundamentos sociais e políticos.

Entre as iniciativas de reivindicação por melhorias no espaço em que vivem averiguamos que estão mais presentes em Jaciporã na manutenção e qualidade das vias, na implantação de tratamento de esgoto, de policiamento e atendimento médico permanente<sup>35</sup>. A fotografia 19 retrata um protesto realizado no ano de 2012 por moradores de Jaciporã e

<sup>34</sup> O estudo foi realizado no início da década de 1990 em municípios emancipados ao longo da década de 1980 e princípio dos anos 1990.

<sup>35</sup> ALESP. **Reforço no policiamento do distrito de Jaciporã**. <<http://www.al.sp.gov.br/noticia/?id=291288>>. 28 de Julho de 2011.

IFRONTTEIRA. **Moradores de Jaciporã esperam reconstrução de ponte desde 2009**. <<http://www.ifrontteira.com/noticia-regiao-37814>>; 29 de Junho de 2012.

PORTAL REGIONAL. **Moradores de Jamaica apresentam reivindicações**. <<http://www.portalregional.net.br/noticias/?id=16906>>, 20 de Março de 2011.

demais áreas rurais próximas, para que a ponte que liga o distrito à Ribeirão dos Índios – como apresentado no capítulo 3 – fosse reformada.

**Fotografia 19: Moradores de Jaciporã protestam pela reforma da Ponte sobre o Córrego Kaingangs (estrada para Ribeirão dos Índios) - (2012).**



**Fonte:** <http://bastidoresdanoticiadracena.blogspot.com.br/2013/11/jacipora-continua-aguardando.html> (2013).

A ponte – localizada à aproximadamente dez quilômetros de Jaciporã – rompeu devido a chuvas que ocorreram no ano de 2009, impedindo o trajeto que, mesmo em condições ruins, era realizado pela estrada. O principal motivo para a manifestação além da recuperação da ligação é que, na visão dos moradores, isso poderia ajudar a aumentar o movimento no distrito<sup>36</sup>.

No ano de 2014, foi ao ar na TV Fronteira – afiliada da Rede Globo em Presidente Prudente, uma reportagem<sup>37</sup> que integrava uma série baseada em sugestões dos telespectadores para informar sobre problemas em suas comunidades, na qual os moradores de Jaciporã falam sobre a coleta de lixo, esgoto, asfaltamento e policiamento.

A imagem 1 é uma captura de tela da reportagem. Bastante emblemática, pois mostra uma moradora com seu carnê de IPTU dizendo que não se vê contemplada pelo que paga em

<sup>36</sup> BASTIDORES DA NOTÍCIA. **Jaciporã continua aguardando a reconstrução da ponte do córrego caingangs.** <<http://bastidoresdanoticiadracena.blogspot.com.br/2013/11/jacipora-continua-aguardando.html>> 15 de Novembro de 2013.

<sup>37</sup>IFRONTTEIRA. **Moradores de Jaciporã, distrito de Dracena, pedem asfalto nas ruas.** <<http://g1.globo.com/sp/presidente-prudente-regiao/videos/v/moradores-de-jacipora-distrito-de-dracena-pedem-asfaltos-nas-ruas/3309910/0/>>>; 28 de Abril de 2014.

taxas de manutenção e serviços do distrito: “A gente tá pagando uma coisa que a gente não tem, quer dizer o quê? O que está marcando aqui [no carnê do IPTU]? ‘Taxa de coleta de lixo’, tem quando eles podem vir... é roubo na cara, né? Se eles estão cobrando uma coisa que não tem!”.

**Imagem 1: Captura de tela da reportagem “Moradores de Jaciporã, distrito de Dracena, pedem asfaltos nas ruas” (28/04/2014)<sup>38</sup>.**



**Fonte: Ifronteira-TV Globo (2014).**

Na reportagem observa-se também que apenas mulheres e crianças participaram o que pode indicar que são os que convivem cotidianamente com esses problemas, como já debatemos anteriormente, o gênero e a idade são fatores que podem limitar a escala dos sujeitos, o que nos faz refletir, por outro lado, que a partir das diferenças sociais que atingem, sobretudo, as mulheres, estas se tornam sujeitos primordiais das ações horizontais percebidas nos distritos.

Entre os relatos, um menino de nove anos de idade evidencia uma situação de constrangimento de ter que ir à escola com os pés sujos quando chove: “Na escola a professora me manda ir lavar os pés”. A mesma situação nos foi contada pela Sra. L. em entrevista:

P: E as coisas que estão ruins, precisando melhorar por aqui?

<sup>38</sup> Na exibição original da reportagem os rostos dos habitantes não estão descaracterizados, mas como não temos a autorização expressa dos participantes para exibir a imagem neste trabalho optamos por não apresentar a identidade dos entrevistados pela rede de televisão.

L: Ai, o asfalto, fia, principalmente esse asfalto aqui [da frente de sua casa], pelo menos até ali [próximo aos estabelecimentos comerciais], porque quando chove, aí você imagina, aí tem que botar sacolinha no pé e sair. (Entrevista com a Sra. L. S. 42 anos, Moradora de Jaciporã - Trabalho de Campo - 2014).

Na fotografia 20 podemos observar a situação da Av. Tancredo Aielo – que atravessa todo o distrito de Jaciporã – em um trecho não pavimentado e onde há acúmulo de água:

**Fotografia 20: Condições das vias não pavimentadas em Jaciporã.**



**Fonte: Trabalho de Campo (2014).**

No ano de 2014, a prefeitura de Dracena lançou o programa “Prefeito presente”, referente ao plano de gestão da atual administração<sup>39</sup>, com o objetivo de ouvir diretamente as demandas da população. Num primeiro momento o projeto consistiu em visitas do Poder

---

<sup>39</sup> Prefeito Antônio Pedretti (Partido da República- PR) – (Gestão 2012-2016).

Executivo aos bairros e distritos. Em Jamaica e Jaciporã, como consta nos jornais locais, a ação resultou no compromisso em cumprir com as reivindicações feitas pelos moradores, a começar pelo asfaltamento<sup>40</sup> - que no momento em que realizamos os trabalhos de campo estavam em andamento em algumas ruas.

Também em 2014, a gestão municipal destinou verbas do Governo Federal, para a construção de Unidades Básicas de Saúde (UBS) nos dois distritos – as obras estão em andamento (2015)<sup>41</sup> – e em 2015 foi anunciada a construção de 50 casas populares em cada um dos distritos, numa parceria do município com o Governo do Estado – por meio da Secretaria da Habitação e da Companhia de Desenvolvimento Habitacional e Urbano (CDHU)<sup>42</sup>.

Para finalizar este capítulo, concluímos que a função de moradia, presente desde a fundação dos distritos, associada às mudanças ocorridas no setor agropecuário, tornou-se a principal em Jamaica e Jaciporã, sendo reconhecida inclusive pelo poder público municipal. As ruralidades nos distritos passaram a se desenvolver em torno dos hábitos que qualificam tal função, entre os quais: a proximidade entre os habitantes; as estratégias e ajuda mútua para enfrentar as dificuldades e a precariedade de serviços públicos e privados; e a organização política para reivindicar melhorias. Esta última notada com mais expressividade em Jaciporã.

Em Jamaica constatamos que os moradores se sentem mais conectados à Dracena, isso se expressa, por exemplo, quando, nos trabalhos de campo, perguntávamos “Onde você nasceu?” “Você é daqui?” e muitos respondiam “Aqui mesmo em Dracena” “Sim, daqui de Dracena”, acreditamos que essa questão se explica pela proximidade física (10 km) e cultural com a sede e com outros bairros rurais do município. O que não significa dizer que os habitantes de Jamaica não percebem as diferenças e os problemas no distrito, mas não foram identificadas manifestações como em Jaciporã, onde a atuação da Associação J. Marques contribui na organização da população e na visão das falhas de representatividade junto à administração municipal.

Os discursos sobre o espaço e as políticas espaciais, definidas em escalas distantes dos distritos, influenciam no cotidiano dos moradores, seja no entendimento que têm sobre o lugar

---

<sup>40</sup> PORTAL REGIONAL. **Prefeitura lança o projeto Prefeito Presente em Jaciporã amanhã.** <http://www.portalregional.net.br/noticias/?id=48042>. 20 de Fevereiro de 2014.

PORTAL REGIONAL. **Moradores de Jamaica recebem Programa Prefeito Presente.** <http://www.portalregional.net.br/noticias/?id=48952>. 22 de Março de 2014.

<sup>41</sup> PORTAL REGIONAL. **Atrasos nos repasses federais paralisam obras das UBS.** <http://www.portalregional.net.br/noticias/?id=69204>. 06 de Outubro de 2015.

<sup>42</sup> PORTAL REGIONAL. **Pedretti participa de reunião com representantes da CDHU e empresas sobre andamento dos projetos de 405 casas populares.** <http://www.portalregional.net.br/noticias/?id=68691>. 22 de Setembro de 2015.

em que vivem, seja nas limitações impostas pelas desigualdades de diferentes ordens. Os elementos que remetem às lógicas globais referentes à disseminação de novas tecnologias se mostram, de modo mais marcante, nas práticas de consumo, lazer individual e/ou familiar e serviços de comunicação – nos quais averiguamos a atuação mais considerável de agentes privados.

São aspectos que integram os processos que objetivam melhorar a função residencial dos distritos, entre os quais, os mais destacados são os da iniciativa pública, repercutindo nas razões/motivações/barreiras que levam os sujeitos a permanecerem nos distritos: os processos de imobilidade espacial e social, as amenidades em relação ao espaço rural disperso e as possibilidades criadas no cotidiano dos distritos pela presença de serviços públicos e privados e dos familiares e vizinhos, pontos que nos permitiram visualizar as articulações entre verticalidades e horizontalidades.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

O objetivo geral deste trabalho constituiu-se em realizar o levantamento, a compreensão e a reflexão das características econômicas, sociais e culturais engendradas na organização espacial dos distritos municipais de Jamaica e Jaciporã/Dracena/São Paulo, decorrentes das mudanças verificadas no setor agropecuário regional. Estabelecemos esta preocupação a partir da hipótese inicial de que a substituição da cafeicultura – central no processo de ocupação e formação dos núcleos estudados – por outros tipos de exploração agropecuária – sobretudo a cana-de-açúcar – implicou em diferentes alterações nas funções exercidas e no cotidiano dos distritos.

A organização espacial é um conjunto de formas, objetos, interações e ações que envolvem pessoas, instituições, informação, capital, e pode ser expressa na relação entre processo, estrutura, forma e função (SANTOS, 1985; CORRÊA, 2011). Para examinar essas interconexões delimitamos a concepção metodológica da pesquisa – apresentada no primeiro capítulo – compreendendo a metodologia de modo amplo, ao englobar o método de pesquisa e o método de interpretação, indicando a relação entre a bibliografia e os dados e informações de natureza qualitativa e quantitativa.

Foi realizado, dessa maneira, um estudo de caso nos distritos de Jamaica e Jaciporã em três etapas, para além da revisão bibliográfica e sistematização de dados de fonte secundária: levantamentos em campo e mapeamento temático dos distritos; elaboração e aplicação de questionários socioeconômicos e realização de entrevistas semiestruturadas com os moradores.

Com base nos resultados alcançados foi possível constatar que as mudanças que objetivávamos analisar, sobretudo no que diz respeito à estrutura fundiária e às relações de trabalho, terminaram por fazer com que a agropecuária influenciasse menos na organização espacial dos distritos, uma vez que a produção do campo está relacionada a escalas mais distantes, ultrapassando os distritos e inclusive a própria cidade de Dracena. Jamaica e Jaciporã se consolidaram como espaços, majoritariamente, destinados ao uso residencial para a população empregada no setor de serviços na cidade de Dracena.

Tal constatação foi possível a partir, primeiramente da delimitação do que é ou pode ser um distrito municipal na heterogênea realidade brasileira, discussão que ocupou o capítulo 2; do exercício de periodização que englobou desde a fundação dos distritos até as dinâmicas atuais (capítulo 3); e da análise das ruralidades e dimensões políticas de Jamaica e Jaciporã, empreendida no quarto capítulo.

O primeiro dos nossos objetivos específicos referia-se a caracterizar o recorte espacial, abarcando sua formação, principais atividades econômicas, serviços disponíveis, perfil dos moradores, e sua inserção no contexto do município de Dracena e no âmbito regional, bem como, realizar o reconhecimento dos agentes sociais oriundos dos distritos e de suas ações, assim, buscamos realizar uma ampla caracterização dos distritos estudados: de patrimônios leigos à espaços de rarefação.

A definição oficial – unidades administrativas dos municípios (IBGE, 2011) – por sua natureza genérica necessitava de aprofundamento. Considerando que a delimitação de um distrito, geralmente, implica no reconhecimento de população concentrada em determinada área, foi preciso identificar de acordo com a formação espacial os diferentes processos que levam ao surgimento/instalação de povoados na história brasileira. Entre estes, a partir das reflexões empreendidas a partir da periodização, no qual apresentamos a história da fundação dos distritos, identificamos o *patrimônio leigo* como o correspondente aos casos estudados.

Um patrimônio leigo é um tipo de loteamento rural característico principalmente do século XX, no qual um único sujeito ou uma sociedade imobiliária dá início ao povoamento instalando algumas infraestruturas como a demarcação das ruas e alguns prédios destinados a serviços básicos de administração e passa a comercializar os lotes, que possuem um sentido claro de promover usos urbanos. (AZEVEDO, 1970).

No segundo objetivo específico buscávamos apreender e analisar os efeitos dos empreendimentos privados, a partir das Usinas de Açúcar e Álcool, na configuração interna dos distritos. Averiguamos que a instalação da Usina Dracena trouxe mudanças pontuais nos distritos e passageiras se considerarmos as variações típicas do mercado econômico. As iniciativas de comércio são poucas e mantém-se também pela tradição. Por outro lado, os moradores estão inseridos em novas formas de consumo e comunicações, por meio do acesso à telefonia celular e internet.

A sede do município de Dracena e Jamaica surgiram por iniciativas de empresas imobiliárias e Jaciporã por parte da ação de um proprietário de terras entre as décadas de 1930 e 1940. Nesse sentido, notamos que desde o início o uso residencial estava entre os exercidos em função das atividades agropecuárias, primordiais na organização espacial dessa época. No processo de formação desenhou-se também a dependência dos núcleos para com Dracena, onde o poder local se fortaleceu e juntamente com a localização privilegiada em relação à ferrovia, garantiu a posição central para a sede.

As consequências da decadência do café provocaram, primeiramente, a diminuição da população vivendo nos distritos e, principalmente, no entorno – áreas do rural disperso. Com

isso Jamaica e Jaciporã passam a se caracterizar pela baixa densidade populacional; econômica; e de redes técnicas, pois perdem as funções relacionadas à organização do espaço agrícola do complexo cafeeiro. Ocorre um processo de “envelhecimento das formas” associadas ao café e alguns processos de refuncionalização podem ser notados.

Há então processos de reestruturação que vão desde a economia à vida cotidiana da população. A expansão da cana-de-açúcar é proeminente no município, entretanto as características atuais desse tipo de produção: arrendamento de terras de pequenas propriedades rurais, mecanização da lavoura e crescente qualificação exigida aos funcionários, não gerou os efeitos esperados por parte da população dos distritos, que era a geração de muitos empregos.

Nesse sentido refletimos que o setor privado atua seletivamente nos distritos no que diz respeito ao uso dos espaços ao longo do tempo, tendo as sedes se desvalorizado, enquanto o espaço agrícola circundante é disputado e inserido em dinâmicas relacionadas à outras escalas. Tal seletividade é notável também em relação à inclusão dos moradores como consumidores, haja vista, a instalação e funcionamento de serviços de comunicação por grandes empresas, por exemplo, ao passo que estão em condições inferiores no mercado de trabalho e com pouco poder de negociação com os empregadores.

A partir do terceiro objetivo, refletir sobre a importância do poder público e o efeito de suas ações, abarcando o acesso dos moradores do distrito aos serviços públicos municipais, bem como os desdobramentos de políticas públicas de âmbito federal, como o Programa Bolsa Família e o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), foi possível constatar que o poder público é imprescindível e percebido em diferentes escalas: através da ação das subprefeituras, nas instituições de Ensino Básico, nos serviços de saúde e nos programas sociais.

O quarto, e último objetivo específico, foi interpretar os impactos das mudanças recentes da agropecuária nas relações entre o campo e a cidade, e identificar como os conteúdos urbanos/rurais estão presentes na vida dos habitantes. A análise nos permitiu classificar os distritos como espaços rurais não agrícolas e integrados precariamente ao urbano.

Nos distritos de Jamaica e Jaciporã, os processos de refuncionalização e as estratégias “solidárias” da população constroem um sentido de ruralidade que ultrapassa o agrícola, levando a se configurarem como destinados ao uso residencial e de prestação de serviços públicos. Diante disso, as principais ações que qualificam a função de moradia dos distritos

advêm do setor público, também em resposta às demandas dos moradores que procuram se articular para reivindicar melhorias.

Considerando a produção e reprodução de desigualdades inerentes às lógicas de expansão do meio técnico-científico-informacional, concluímos que espaços como Jamaica e Jaciporã podem ser considerados como “não-selecionados”, dado a alta seletividade desse processo e uma vez que não possuem as “próteses”, ou seja, os objetos necessários para sua inserção nas novas dinâmicas, apresentam, em comparação com outros lugares, pouca atratividade para a racionalidade dominante, o que vem a reforçar uma condição periférica (SANTOS, 2002). De modo que, ainda que se insiram em determinados pontos (como as tecnologias de comunicação), possuem poucos papéis de comando relacionados à essas dinâmicas, o que termina por caracterizá-los pela baixa densidade, em diferentes aspectos que vão de objetos à interações com outros espaços.

Concluimos assim, retomando nossa hipótese inicial, que as mudanças verificadas no setor agropecuário regional influem diretamente nessas questões, de modo que, os distritos não são espaços selecionados para o desenvolvimento de funções relacionadas às novas atividades, tanto pelas características inerentes à produção de cana-de-açúcar no período atual, quanto em razão da rigidez de seus objetos e por características de sua população – reduzida e envelhecida. Nesse sentido os moradores, que têm uma escala limitada de ação, buscam estratégias para tornar a vida nos distritos mais amena diante dos problemas advindos da estagnação populacional e econômica, bem como, do distanciamento político.

## REFERÊNCIAS

ABREU, Dióres Santos. **Formação histórica de uma cidade pioneira paulista: Presidente Prudente**. Presidente Prudente: FFCLPP, 1972.

AGUIAR, Daniel Alves; RUDORFF, Bernardo Friedrich Theodor; SILVA, Wagner Fernando da. Monitoramento do modo de colheita de cana-de-açúcar no Estado de São Paulo – Brasil por meio de imagens de sensores orbitais em dois anos-safra. **Revista SELPER**, v. 30, p. 34-43, 2010.

ALESP. **Reforço no policiamento do distrito de Jaciporã**. 28 de Julho de 2011. Disponível em: <<http://www.al.sp.gov.br/noticia/?id=291288>>. Acesso em: 03 Fev 2015.

ALMEIDA, Candido Mendes de (Org.) **Atlas do Império do Brazil**. Rio de Janeiro: Instituto Philomático, 1868.

ALTAFIN, Iara. **Reflexões sobre o conceito de agricultura familiar**. 2007. Disponível em:<[http://www.territoriosdacidadania.gov.br/dotlrn/clubs/extensouniversitaria/contents/photoflow-view/content-view?object\\_id=1635678](http://www.territoriosdacidadania.gov.br/dotlrn/clubs/extensouniversitaria/contents/photoflow-view/content-view?object_id=1635678)>. Acesso em 15 jul 2013.

AMNAP. **Associação de Municípios da Nova Alta Paulista**. Disponível em: <<http://www.amnap.com.br/>>. Acesso em: 27 Set 2015.

ANTUNES, Maryna Vieira Martins. **Políticas públicas e relações entre campo e cidade: estudo de caso no Município de Dracena – SP, 2012**. Monografia (Bacharelado em Geografia) - Faculdade de Ciências e Tecnologia – Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente.

ANTUNES, Maryna Vieira Martins; HESPANHOL, Rosangela Ap. de Medeiros. O Programa de Aquisição de Alimentos no Município de Dracena - SP. **Caderno Prudentino de Geografia**, v. 2, p. 101-122, 2011.

ARAÚJO; Flávia Aparecida Vieira; SOARES, Beatriz Ribeiro. A relação urbano-rural no distrito de Amanhece/Araguari (MG): Algumas considerações. In: **V ENCONTRO DE GRUPOS DE PESQUISA: AGRICULTURA, DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TRANSFORMAÇÕES SOCIOESPACIAIS**, 2009, Santa Maria. *Anais...*, 2009. p. 1-19.

ATLAS DO DESENVOLVIMENTO HUMANO NO BRASIL. Disponível em: <<http://www.atlasbrasil.org.br/2013/>>. Acesso em: 2 mar 2015.

AZEVEDO, Aroldo de. As cidades. In. AZEVEDO, Aroldo de. (org.) **Brasil: a terra e o homem**. São Paulo: Nacional/Edusp, vol. II, 1970. p. 211- 282.

BACELAR, Tânia. As políticas públicas no Brasil: heranças, tendências e desafios. In.: SANTOS JÚNIOR, Orlando Alves *et al.* (Orgs). **Políticas públicas e Gestão Local: programa interdisciplinar de capacitação de conselheiros municipais**. Rio de janeiro: FASE, 2003.

BASTIDORES DA NOTÍCIA. **Jaciporã continua aguardando a reconstrução da ponte do córrego caingangues.** 15 de Novembro de 2013. Disponível em: <<http://bastidoresdanoticiadracena.blogspot.com.br/2013/11/jacipora-continua-aguardando.html>>. Acesso em: 03 Fev 2015.

BECKER, Bertha. Uma hipótese sobre a origem do fenômeno urbano numa fronteira de recursos do Brasil. **Revista Brasileira de Geografia.** Rio de Janeiro, ano 40 n.1, jan-mar 1978. p. 111-122.

BENEDETTI, Alejandro. ¿Qué son los departamentos o partidos y los municipios? 2012. Disponible en: <<http://www.educ.ar/sitios/educar/recursos/ver?id=14610>> Acceso en: 19 Ago. 2015.

BERNARDELLI, Maria Lúcia Falconi da Hora. Contribuição ao debate sobre o urbano e o rural. In: SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão; WHITACKER, Arthur Magon (Org). **Cidade e Campo: Relações e Contradições entre Urbano e Rural.** 2. Ed. São Paulo: Expressão Popular, 2010, p. 33-52.

BISPO, Rafael Carlos. **Crise da cafeicultura, alternativas e políticas públicas no município de Dracena/ SP.** 2007. Monografia (Bacharelado em Geografia) - Faculdade de Ciências e Tecnologia – Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente.

BRASIL, Lei nº 11.326, de 24 de Julho de 2006.

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil, 1988.

BRASIL. Decreto-Lei nº 311, de 02 de Março de 1938.

BREMAEKER, François. Os novos municípios: surgimento, problemas e soluções. **Revista de Administração Municipal**, v. 40, n. 206, p. 88-99, jan./mar. 1993.

CANASAT-INPE. **Monitoramento da Cana-de-açúcar via imagens de satélite.** Disponível em: <<http://www.dsr.inpe.br/laf/canasat/>>. Acesso em: 16 Nov 2015.

CÂNDIDO, Antônio. **Os parceiros do Rio Bonito:** estudo sobre o caipira paulista e a transformação dos seus meios de vida. 11 Ed. Rio de Janeiro: Ouro sobre Azul, 2010 [1964].

CARNEIRO, Maria José Teixeira. O ideal rurbano: campo e cidade no imaginário de jovens rurais. In: TEIXEIRA DA SILVA, Francisco Carlos, SANTOS, Raimundo, COSTA, Luis Flávio de Carvalho (orgs.). **Mundo Rural e Política.** Rio de Janeiro, Ed. Campus, 1998. p. 95-118.

CARNEIRO, Maria José Teixeira. Ruralidade: novas identidades em construção. **Estudos Sociedade e Agricultura**, n.11, outubro de 1998a, p. 53-75.

CETRÁNGOLO, Oscar; JIMÉNEZ, Juan Pablo. **Las relaciones provinciales entre niveles de gobierno en Argentina: Raíces históricas, institucionales y conflictos persistentes**, Serie gestión pública N° 47, CEPAL, Santiago de Chile, 2004.

COMPANHIA NACIONAL DE ABASTECIMENTO. **Transparência pública do PAA**. Disponível em < <http://www.conab.gov.br/detalhe.php?a=1296&t=2>>. Acesso em: 12 Mar 2015.

CORRÊA, Roberto Lobato. Organização do Espaço: dimensões, processo, forma e significados. **Geografia**, Rio Claro, v. 36, número especial, p. 7-16, jan., 2011.

CORRÊA, Roberto Lobato. Rede urbana e formação espacial – uma reflexão considerando o Brasil. **Revista Território**, Rio de Janeiro, ano V, n. 8, p-121-129, jan./jun., 2000.

DATAPREV – **Empresa de Tecnologia e Informações da Previdência Social**. Disponível em: < <http://portal.dataprev.gov.br/>>. Acesso em: 13 Mar 2015.

DELGADO, Guilherme da Costa. **Capital Financeiro e Agricultura no Brasil - 1965-1985**. São Paulo: Icone- Unicamp, 1985.

DIAS, Leila Christina. Redes: Emergência e organização In. CASTRO, Iná Elias de, GOMES, Paulo César da Costa, CORRÊA, Roberto Lobato. **Geografia: conceitos e temas**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995.

DISTRITO. In: BORBA, Francisco S. (org.). **Dicionário UNESP do português contemporâneo**. São Paulo: UNESP, 2004.

DISTRITO. In: FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. **Novo Aurélio Século XXI: O Dicionário da Língua Portuguesa**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999. Disponível em: < <http://dicionariodoaurelio.com/>> Acesso em: 16 Set 2014.

DISTRITO. In: WEISZFLÖG, Walter. **Michaelis: Moderno Dicionário da Língua Portuguesa**. São Paulo: Companhia Melhoramentos, 1998. Disponível em: < <http://michaelis.uol.com.br/>>. Acesso em 16 Set 2014.:

DRACENA. **Plano diretor urbanístico**. 2006.

DUARTE, Jorge. Entrevista em profundidade. In. DUARTE, Jorge; DUARTE, Jorge, BARROS, Antônio. **Métodos e técnicas de pesquisa em comunicação**. São Paulo: Atlas, 2005.

EGLER, Claudio Antonio Gonçalves; BESSA, Vagner De Carvalho, GONÇALVES, André de Freitas. Dinâmica territorial e seus rebatimentos na organização regional do estado de São Paulo. **Confins**, n. 19, 2013, p. 1-24.

ELIAS, Denise de Souza. Ensaio sobre os espaços agrícolas de exclusão. **Revista Nera**, Presidente Prudente, Ano 9, n. 8, p- 29-51, Jan-jun, 2006.

ELIAS, Denise de Souza. **Globalização e Agricultura**. São Paulo: Edusp, 2003.

ELIAS, Denise de Souza. Globalização, agricultura e urbanização no Brasil. **Acta Geográfica**, Boa Vista, Ed. Esp. Geografia Agrária, p.13-32, 2013.

ELIAS, Denise de Souza. Relações Campo-Cidade, reestruturação urbana e regional no Brasil. In: XII COLOQUIO INTERNACIONAL DE GEOCRÍTICA, 2012, Bogotá. **Anais...** Bogotá, 2012.

ENDLICH, Ângela Maria. **Pensando os papéis e significados das pequenas cidades no Noroeste do Paraná**. 2006. Tese (Doutorado em Geografia) - Faculdade de Ciências e Tecnologia – Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente.

ESTAÇÕES FERROVIÁRIAS. Disponível em: < <http://estacoesferroviarias.com.br/>> Acesso em: 15 fev. 2015.

ESTADO DE SÃO PAULO. **Decreto nº 9.755**, de 30 de Novembro de 1938.

ESTADO DE SÃO PAULO. **Decreto-Lei 14.334**, de 30 de Novembro de 1944.

ESTADO DE SÃO PAULO. **Lei nº 11.241**, de 19 de Setembro de 2002.

ESTADO DE SÃO PAULO. **Lei nº 2.456**, de 30 de Dezembro de 1953.

ESTADO DE SÃO PAULO. **Lei nº 233**, de 24 de Dezembro de 1948.

FERRACINI, Rosemberg Aparecido Lopes. Ensaios de Geografia Humana na Obra de Aroldo de Azevedo. In: **Simpgeo-SP Simpósio de Pós-Graduação do Estado de São Paulo**, 2008, Rio Claro. Educação. Unesp Rio Claro: Unesp Rio Claro, 2008. p. 427-439.

FERRÃO, João. Relações entre mundo rural e mundo urbano: evolução histórica, situação actual e pistas para o futuro. **EURE** (Santiago) v.26 n.78 Santiago set. 2000, p. 123-130.

FERRAZ, Ana Emília de Quadros; ROCHA, Altemar Amaral. Apontamentos sobre a população rural no município de Vitória da Conquista - Bahia. In: II SIMPÓSIO REGIONAL DE DESENVOLVIMENTO RURAL, 2012, São Cristóvão. **Anais II Simpósio regional de Desenvolvimento Rural**, 2012.

FERREIRA, João Carlos Vicente. **Municípios Paranaenses: origens e significados de seus nomes**. Curitiba: Secretaria de Estado da Cultura, 2006. (Cadernos Paraná da Gente - 5).

FERREIRA, Luiz Felipe. Acepções recentes do conceito de lugar e sua importância para o mundo contemporâneo. **Revista Território**. Rio de Janeiro, ano V, n 9, jul/dez, 2000, p. 65-83.

FERREIRA, Yoshiya Nakagawara. O papel dos distritos na estruturação da fronteira e o seu significado urbano. **Geografia** (Londrina), Londrina, v. 6, p. 55-55, 1991.

FONSECA, Roberta Oliveira da. Propostas de desenvolvimento do agronegócio: subalternidade e dominação. **Revista Geografar**, Curitiba, v.7, n.2, p.1-25, dez./2012.

FUNDAÇÃO NACIONAL DO ÍNDIO – FUNAI. **Política Indigenista** - Breve histórico. Disponível em: <<http://www.funai.gov.br/index.php/nossas-acoes/politica-indigenista>>. Acesso em: 29 Jan. de 2015.

FUNDAÇÃO SEADE. **Perfil Municipal**. Disponível em: <<http://produtos.seade.gov.br/produtos/perfil/>>. Acesso em: 13 Mar 2015.

G1. **Polícia Ambiental apreende jacarés e carne de capivara em Jaciporã**. 22 de Setembro de 2015. Disponível em: <<http://g1.globo.com/sp/presidente-prudente-regiao/noticia/2015/09/policia-ambiental-apreende-jacares-e-carne-de-capivara-em-jacipora.html>>. Acesso em: 08 Nov 2015.

GEORGE, Pierre. **A ação do homem**. São Paulo: Difusão Européia do Livro; 1968.

GIL, Izabel Castanha. **Nova Alta Paulista, 1930-2006**: Entre memórias e sonhos. Presidente Prudente: Universidade Estadual Paulista/Faculdade de Ciências e Tecnologia, 2007 (Tese de Doutorado em Geografia).

GOES, Eda Maria A presença e a ausência da população penitenciária em pequenas e médias cidades do interior paulista: dilemas de uma história recente. **Projeto História** (PUC SP), v. 38, p. 179-200, 2009.

GOES, Eda Maria Transição Política e Cotidiano Penitenciário. **História (São Paulo)**, São Paulo, p. 219-238, 2004.

GOMES, Paulo César da Costa. O conceito de região e sua discussão. In. CASTRO, Iná Elias de, GOMES, Paulo César da Costa, CORRÊA, Roberto Lobato. **Geografia: conceitos e temas**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995.

GONÇALVES NETO, Wenceslau. **Estado e Agricultura no Brasil**. São Paulo: Hucitec, 1997.

GORELIK, Adrián A produção da “cidade latino-americana”. **Tempo Social: Revista de Sociologia da USP**, v. 17, n. 1, junho de 2005. p. 111-133.

GÜNTHER, Hartmut. Como elaborar um questionário. **Planejamento de Pesquisa nas Ciências Sociais**. n. 1. Brasília: UnB, p. 1-15, 2003.

HAESBAERT, Rogério. Região: trajetos e perspectivas. In: PRIMEIRA JORNADAS DE ECONOMIA REGIONAL COMPARADA, 2005, Porto Alegre. **Anais...** Porto Alegre: FEE-RS, 2005.

HARVEY, David. **Justice, nature and the geography of difference**. Oxford: Blackwell Publishers, 1996.

HESPANHOL, Rosângela Ap. de Medeiros. Mudança de concepção das políticas públicas para o campo brasileiro: o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA). In.: X COLOQUIO INTERNACIONAL DE GEOCRÍTICA: Diez años de cambios en el Mundo, en la Geografía y en las Ciencias Sociales, 2008, Barcelona. *Actas...* Barcelona, Universidad de Barcelona, 2008.

HESPANHOL, Rosângela Ap. de Medeiros. Mudanças na estrutura produtiva e seus efeitos populacionais na Raia Divisória São Paulo - Paraná - Mato Grosso do Sul. In. PASSOS, Messias Modesto dos (Org.). **A Raia Divisória São Paulo - Paraná - Mato Grosso do Sul (Cenas e Cenários)**. São Paulo: Outras Expressões, 2011. p. 253-287.

HESPANHOL, Rosângela. Ap. de Medeiros. Decadência da cafeicultura e pequenas propriedades rurais: alternativas econômicas na Microrregião Geográfica de Dracena – SP. XLV CONGRESSO DA SOBER: Conhecimentos para Agricultura do Futuro, 2007, Londrina. *Anais...* Londrina: SOBER, 2007.

IBGE CIDADES. Disponível em: <<http://www.cidades.ibge.gov.br/>>. Acesso em: 16 Set. 2014.

IBGE. **Divisão regional.** Disponível em: <[http://www.ibge.gov.br/home/geociencias/geografia/default\\_div\\_int.shtm?c=1](http://www.ibge.gov.br/home/geociencias/geografia/default_div_int.shtm?c=1)> Acesso em: 13 Out 2015.

IFRONTTEIRA. **Moradores de Jaciporã esperam reconstrução de ponte desde 2009.** 29 de Junho de 2012. Disponível em: <<http://www.ifronteira.com/noticia-regiao-37814>>; Acesso em: 03 Fev 2015.

IFRONTTEIRA. **Moradores de Jaciporã, distrito de Dracena, pedem asfalto nas ruas.** 28 de Abril de 2014. Disponível em: <<http://g1.globo.com/sp/presidente-prudente-regiao/videos/v/moradores-de-jacipora-distrito-de-dracena-pedem-asfaltos-nas-ruas/3309910/0/>>. Acesso em: 03 Fev 2015.

INDEC. **Censo Nacional de Población, Hogares y Viviendas 2010.** Base de datos. Definiciones de la base de datos, 2013.

ÍNDICE PAULISTA DE RESPONSABILIDADE SOCIAL. Disponível em: <<http://www.iprsipvs.seade.gov.br/view/index.php?prodCod=1>>. Acesso em: 10 Mar 2015.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA. **Censo Agropecuário de 1995/96 e 2006.** Disponível em: <<http://www.sidra.ibge.gov.br>>. Acesso em: 10 Mar. 2015

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA. **Censo Demográfico de 2010.** Disponível em: <<http://www.sidra.ibge.gov.br>>. Acesso em: 07 Out. 2014.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA. **Censos Demográficos de 1970, 1980, 1991, 2000, 2010 (série histórica)**. Disponível em: <<http://www.sidra.ibge.gov.br>>. Acesso em: 13 Set. 2015.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA. **Contagem da População, 1996**. Disponível em: <<http://www.sidra.ibge.gov.br>>. Acesso em: 13 Set. 2015.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA. **Pesquisa Agrícola Municipal (2007 e 2012)**. Disponível em: <<http://www.sidra.ibge.gov.br>>. Acesso em: 12 Fev. 2015.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA. **Sinopse do Censo Demográfico de 2010**. Rio de Janeiro: IBGE, 2011.

INSTITUTO DE ECONOMIA AGRÍCOLA. **Mecanização na colheita da cana-de-açúcar paulista supera 80% na safra 2012/13**. Disponível em: <<http://www.iea.sp.gov.br/out/verTexto.php?codTexto=13463>>. Acesso em 12 Mar 2015.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTADÍSTICA Y CENSOS DE LA REPÚBLICA ARGENTINA. **Censo demográfico de 2010**. INDEC, 2010.

JACKSON, Luiz Carlos. A Tradição Esquecida; Estudos sobre a Sociologia de Antonio Candido. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, vol. 16, n. 47, outubro de 2001, p. 127-40.

JOVIANO, Carlos Vitório Martins. **Expropriação, luta e resistência: a questão camponesa no Bairro “Maquinhinha”, município de Dracena-SP**. 2009. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Faculdade de Ciências Humanas – Universidade Federal da Grande Dourados, Dourados.

JOVIANO, Carlos Vitório Martins. O colono e o índio na ocupação da Nova Alta Paulista. **ANAP Brasil**, v. 4, n. 4, Julho de 2011.

JURADO DA SILVA, Paulo Fernando. **Cidades pequenas e indústria: contribuição para a análise da dinâmica econômica na região de Presidente Prudente-SP**. 2011. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Faculdade de Ciências e Tecnologia – Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente.

KAGEYAMA, Angela. Desenvolvimento rural: conceito e um exemplo de medida. CONGRESSO DA SOBER. **SOBER**. Cuiabá, 2004.

KRUCHELSKI, Silvano; GRANDE, Dalton; WENDLING, Neila Maria de Souza. Utilização do ambiente construído: academias ao ar livre em Curitiba. **Revista Gestão Pública em Curitiba**, v. 2, n. 2 – Mai/Ago, 2011.

LEÃO, Carla de Souza. **A inserção das pequenas cidades na rede urbana: o caso das cidades da Região de Governo de Dracena-SP**. 2011. Dissertação (Mestrado em Geografia). Universidade Estadual Paulista/ Faculdade de Ciências e Tecnologia, Presidente Prudente.

LEÃO, Carla de Souza. **Rede urbana e cidades pequenas: os casos de Ouro Verde e Dracena (SP)**. 2008. Monografia (Bacharelado em Geografia) - Faculdade de Ciências e Tecnologia – Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente.

LEFEBVRE, Henri. **A revolução urbana**. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 1999 [1970].

LEITE, José Ferrari. **A ocupação do Pontal do Paranapanema**. São Paulo: Hucitec, 1998.

LENCIONE, Sandra. Aroldo de Azevedo: um geógrafo da Universidade de São Paulo. **Boletim Paulista de Geografia**, n. 92. São Paulo: AGB-São Paulo, 2012. p. 37-49.

LOHN, Reinaldo Lindolfo. Antonio Candido e os parceiros: para além do dualismo. **Revista Esboços**, UFSC, v. 13, n. 15, 2006, p. 25-44.

LUCERO, Patricia; RIVIÈRE, Isabel; ARES, Sofia; AVENI, Silvina; CELEMÍN, Juan Pablo; MIKKELSEN, Claudia; SAGUA, Marisa y SABUDA, Fernando. **Atlas digital Socio-Territorial de Mar del Plata y el Partido General Pueyrredon**. Universidade Nacional Mar del Plata, 2010.

MARANGONI, Ana Maria Marques Camargo. Questionários e entrevistas: algumas considerações. In: VENTURI, Luis Antônio Bittar (org.). **Praticando a Geografia: Técnicas de campo e de laboratório**. São Paulo: Oficina de textos, 2005, p.167-174.

MARCO, Cristhian Magnus de. Evolução constitucional do município brasileiro. **Revista Jurídica**, Joaçaba, v. 3, n. 3, p. 69-102, jan. dez. 2002.

MARQUES, Marta Inez Medeiros. O conceito de espaço rural em questão. **Terra Livre**, São Paulo, n. 19, p. 95-112. 2002

MARTINS, José de Souza. O tempo da fronteira retorno à controvérsia sobre o tempo histórico da frente de expansão e da frente pioneira. **Tempo Social**. Rev. Sociol. USP, São Paulo, 8 (1): 25-70, maio de 1996.

MASSEY, Doreen. Filosofia e política da espacialidade: algumas considerações. **GEOgrafia**, Rio de Janeiro, ano 6, n 12, 2004. p. 7-23.

MASSEY, Doreen. Imaginando a globalização: geometrias de poder de tempo-espaço. **Revista Expressões Geográficas**. Florianópolis: n. 3, 2007, p. 142-155

MASSEY, Doreen. Um sentido global do lugar. In: ARANTES, Antônio A. (Org.). **O espaço da diferença**. Campinas: Papius, 2000. p. 177-185.

MENDONÇA, Dafne Marques de. Plantando Cidades: um panorama sobre a ocupação da região pioneira e a atuação das Companhias Colonizadoras. In: XI SEMINÁRIO DE HISTÓRIA DA CIDADE E DO URBANISMO - A CONSTRUÇÃO DA CIDADE E DO URBANISMO: IDÉIAS TEM LUGAR?, 2010, Vitória/ES. **Anais...** Vitória: Editora da UFES, 2010.

MIKKELSEN, Claudia. **Movilidad territorial y calidad de vida en los espacios rurales del Partido de General Pueyrredon**. Tesis de doctorado. UNS, 2010.

MINISTÉRIO DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL E COMBATE A FOME. **Bolsa Família** Disponível em < <http://www.mds.gov.br/bolsafamilia>>. Acesso em: 20 Mar 2015.

MINISTÉRIO DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL E COMBATE A FOME. **O Programa de Aquisição de Alimentos (PAA)**. Disponível em < <http://www.mds.gov.br/segurancaalimentar/aquisicao-e-comercializacao-da-agricultura-familiar>>. Acesso em: 14 Fev 2015.

MINISTÉRIO DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL E COMBATE A FOME. **Relatório de Informações Sociais**. Disponível em: < <http://aplicacoes.mds.gov.br/sagi/Riv3/geral/index.php>>. Acesso em: 08 Mar 2015.

MONASTIKY, Leonel Brizolla; ALBUQUERQUE, Edu Silvestre de; BAUCHROWITZ, Luciane; LIMA, Jardel de. A “Escala Esquecida”: modernização e políticas públicas nos distritos municipais. **Temas & Matizes**, v. 8, p. 8-23, 2009.

MONBEIG, Pierre. **Pioneiros e Fazendeiros de São Paulo**. São Paulo: Hucitec/Polis, 1985 [1952].

MORAES, Antônio Carlos Robert. **Geografia: pequena história crítica**. 6 ed. São Paulo: HUCITEC, 1987.

MORAES, Antônio Carlos Robert; COSTA, Wanderley Messias da. **Geografia crítica: a valorização do espaço**. 2 ed. São Paulo: Hucitec, 1987.

MOREIRA, Erika Vanessa. **A ruralidade e a multifuncionalidade nos espaços rurais de Piedade e Pilar do Sul-SP**. 2012. Tese (Doutorado em Geografia), Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente.

MOREIRA, Erika Vanessa; HESPANHOL, Rosângela. Ap. de Medeiros. O lugar como uma construção social. **Formação** (Presidente Prudente), v. 2, p. 48-60, 2008.

MOREIRA, Roberto José. Configurações de poderes urbano-rurais: fragmentos de discursos e práticas. In: MARAFON, Gláucio J.; RUA, João; RIBEIRO, Miguel A. (Orgs). **Abordagens teórico-metodológicas em geografia agrária**. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2007.

MUELLER, Charles Curt. Dinâmica, condicionantes e impactos socioambientais da evolução da fronteira agrícola no Brasil. **Rev. Adm. Púb.** Rio de Janeiro, 26 (3): 64-87, jul./set. 1992.

NUNES, Carla Cristiane Nunes; PINTO, Vicente Paulo dos Santos. Campo, cidade, urbano e rural: categorias e representações. IV SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA, 2009, Rio de Janeiro. **Anais**. Rio de Janeiro: UFF, 2009. p. 1-20.

O IMPARCIAL. **Morador de rua tenta violentar menina de 6 anos.** 6 de Maio de 2014. Disponível em: <<http://www.imparcial.com.br/site/morador-de-rua-tenta-violentar-menina-de-6-anos>>. Acesso em: 23 Mar 2015.

O IMPARCIAL. **Usina Dracena é reativada e inicia contratações.** 21 de Março de 2015. Disponível em: <<http://www.imparcial.com.br/site/usina-dracena-e-reativada-e-inicia-contratacoes>>. Acesso em: 08 Nov 2015.

OLIVEIRA, Cássio Antunes de. As concessões de rodovias no Brasil: ênfase para o Estado de São Paulo. 14 ENCONTRO DE GEÓGRAFOS DA AMÉRICA LATINA – 14 EGAL, 2013, Lima-Peru. **Anais...**, 2013.

OLIVEIRA, Adriano Rodrigues. **A fruticultura como alternativa econômica aos pequenos produtores rurais:** o caso da região de Dracena/SP. 2003. Dissertação (Mestrado em Geografia). Universidade Estadual Paulista/ Faculdade de Ciências e Tecnologia, Presidente Prudente.

OLIVEIRA, Livia de. O sentido de lugar. In.: MARANDOLA JR, Eduardo, HOLZER, Werther, OLIVEIRA, Livia de. (Orgs.) **Qual o espaço do lugar?** São Paulo: Perspectiva, 2012. (Coleção Estudos 302). p. 3-16.

OLIVEIRA, Otair Fernandes. A Câmara Municipal no contexto brasileiro. In.: OLIVEIRA, Otair Fernandes. **O Legislativo Municipal no Contexto Democrático Brasileiro:** um estudo sobre a dinâmica legislativa da Câmara Municipal de Nova Iguaçu. 1999. Dissertação (mestrado em Ciência Política), Programa de Pós-Graduação em Antropologia e Ciência Política – Universidade Federal Fluminense.

PAZERA JÚNIOR, Eduardo. A contribuição francesa e anglo-saxã na formação do pensamento geográfico brasileiro. **Boletim de Geografia- UEM**, Ano 06, n. 1, junho de 1988, p. 33-36.

PEGORETTI, M. S.; SANCHES, S. P. A problemática da segregação espacial dos residentes na área rural: uma visão através da dimensão acesso e do sistema de transporte. In: II Encontro da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ambiente e Sociedade (ANPPAS), 2004, Indaiatuba. **Anais...**, 2004.

PERICO, Rafael Echeverri; RIBERO, Maria Pilar. **Nueva ruralidade:** visión del territorio en América Latina y el Caribe. Colômbia: IICA, 2002.

PERLI, Fernando. Caminhos verticais e colonização da Zona da Alta Paulista. **Rev. OMNIA**, Adamantina, v. 9/10, n. 1, 39-47, 2006.

PETRONE, Pasquale. Povoamento e colonização. In. AZEVEDO, Aroldo de. (org.) **Brasil: a terra e o homem.** São Paulo: Nacional/Edusp, vol. II, 1970. p. 127- 158.

PINA, José Hermano Almeida; LIMA, Oscar Almeida de; SILVA, Vicente de Paulo da. Município e distrito: um estudo teórico. **Campo-território**. v. 3, v. 6, p. 125-142, ago. 2008.

PINTO, George José. **Do sonho à realidade: Córrego Fundo-MG – Fragmentação territorial e criação de municípios de pequeno porte**. 2003. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Instituto de Geografia, Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia.

PORTAL REGIONAL **Atrasos nos repasses federais paralisam obras das UBS**. 06 de Outubro de 2015. Disponível em: <<http://www.portalregional.net.br/noticias/?id=69204>>. Acesso em: 08 Nov 2015.

PORTAL REGIONAL. **Cavalgada no distrito mantém a tradição das comitivas**. 12 de Outubro de 2013. Disponível em: <<http://www.portalregional.net.br/noticias/?id=43389>>. Acesso em: 12 Nov 2015.

PORTAL REGIONAL. **Ladrão pega R\$ 1.050 de aposentado no distrito de Jaciporã**. 27 de Novembro de 2014. Disponível em: <<http://www.portalregional.net.br/noticias/?id=57923>> . Acesso em: 08 Nov 2015.

PORTAL REGIONAL. **Moradores de Jamaica apresentam reivindicações**. 20 de Março de 2011. Disponível em: <<http://www.portalregional.net.br/noticias/?id=16906>>, Acesso em: 03 Fev 2015.

PORTAL REGIONAL. **Moradores de Jamaica recebem Programa Prefeito Presente**. 22 de Março de 2014. Disponível em: <<http://www.portalregional.net.br/noticias/?id=48952>>. Acesso em: 08 Nov 2015

PORTAL REGIONAL. **Pedretti participa de reunião com representantes da CDHU e empresas sobre andamento dos projetos de 405 casas populares**. 22 de Setembro de 2015. Disponível em: <<http://www.portalregional.net.br/noticias/?id=68691>>. Acesso em: 08 Nov 2015

PORTAL REGIONAL. **Prefeitura lança o projeto Prefeito Presente em Jaciporã amanhã**. 20 de Fevereiro de 2014. Disponível em: <<http://www.portalregional.net.br/noticias/?id=48042>>. Acesso em: 03 Fev 2015.

PORTAL REGIONAL. **Vendedor é acusado de furtar estepes de carros que estavam à venda em estacionamentos em Dracena e Junqueirópolis**. 1º de Outubro de 2015. Disponível em: <<http://www.portalregional.net.br/noticias/?id=69065>> Acesso em: 08 Nov 2015.

PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter. **Os (des)caminhos do meio ambiente**. São Paulo: Contexto. 1989.

QUEIROZ, Maria Isaura Pereira de. **Bairros rurais paulistas: dinâmica das relações bairro rural – cidade**. São Paulo: Livraria Duas Cidades, 1973.

QUEIROZ, Maria Isaura Pereira de. Do rural e do urbano no Brasil. In. SZMRECSANYI, Tamás; QUEDA, Oriovaldo. **Vida rural e mudança social**. São Paulo: Ed. Nacional, 1979. p. 160-176.

QUEIROZ, Maria Isaura Pereira de. O Coronelismo numa interpretação sociológica. In: FAUSTO, Bóris (Org.). **História Geral da Civilização Brasileira**. Tomo III, Vol. 1. SP: Difel, 1975. p. 155-189.

RAFFESTIN, Claude. **Por Uma Geografia do Poder**. São Paulo: Editora Ática, 1993.

REDE ABC. **Acontece a tradicional cavalgada do distrito de Jaciporã**. 13 de Setembro de 2014. Disponível em: <<http://www.abcrede.com.br/noticia/cultura/acontece-a-tradicional-cavalgada-do-distrito-de-jacipora>>. Acesso em: 12 Nov 2015.

RELPH, Edward. Reflexões sobre a emergência, aspectos e essência de lugar. In.: MARANDOLA JR, Eduardo, HOLZER, Werther, OLIVEIRA, Lívia de. (Orgs.) **Qual o espaço do lugar?** São Paulo: Perspectiva, 2012. (Coleção Estudos 302). p. 17-32.

RIBEIRO, Fabiana Valdoski. Fragmentação administrativa territorial: notas para a construção de um debate sobre a criação de municípios. **Cidades**, v. 7, n. 12, 2010.

RICHARDSON, Roberto Jerry. **Pesquisa social: métodos e técnicas**. 3 ed. São Paulo: Atlas, 2012.

RIOS, Jane Adriana Vasconcelos Pacheco. **Entre a roça e a cidade: identidades, discursos e saberes na escola**. 2008. Tese (Doutorado em Educação). Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2008.

ROMERO, José Luis. **América Latina: as cidades e as ideias**. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2004 [1976].

ROSA, Lucelina Rosseti; FERREIRA, Darlene Aparecida de Oliveira. As categorias rural, urbano, campo, cidade: a perspectiva de um *continuum*. In: SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão; WHITACKER, Arthur Magon (Org). **Cidade e Campo: Relações e Contradições entre Urbano e Rural**. 2. Ed. São Paulo: Expressão Popular, 2010, p. 187-204.

SANTIN, Janaína Rigo. O tratamento histórico do poder local no Brasil e a gestão democrática municipal. **Estudos jurídicos**. v. 40, n. 2, p- 72-78, julho-dezembro, 2007.

SANTOS, Milton. **A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2002. (Coleção Milton Santos).

SANTOS, Milton. **A urbanização brasileira**. São Paulo: Hucitec, 1993.

SANTOS, Milton. **Da totalidade ao lugar**. São Paulo: Edusp, 2005. (Coleção Milton Santos).

SANTOS, Milton. **Espaço e Método**. São Paulo: Nobel, 1985.

SANTOS, Milton. **O Espaço do Cidadão**. São Paulo: Nobel, 1987.

SANTOS, Milton. O espaço geográfico como categoria filosófica. **Terra Livre**, nº 05. São Paulo: AGB, 1988.

SANTOS, Milton. **Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal**. 6 ed. Rio de Janeiro: Record, 2001.

SANTOS, Milton. Sociedade e Espaço: a Formação Social Como Teoria e Método. **Boletim Paulista de Geografia**. n.54. São Paulo: AGB-São Paulo, 1977.

SANTOS, Milton. **Técnica, espaço, tempo**. São Paulo: Hucitec, 1994.

SANTOS, Milton; SILVEIRA, Maria Laura. **O Brasil: território e sociedade no início do século XXI**. São Paulo: Record, 2001.

SANTOS, Rogério Edson dos. **Viajando na História**. Dracena: Produção Independente, 1998.

SEADE. **Estado de São Paulo e suas Regionalizações**. Disponível em: <<http://produtos.seade.gov.br/produtos/divpolitica/>>. Acesso em: 15 Out 2015.

SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL – ESTADO DE SÃO PAULO. **Programa Ação Jovem**. Disponível em <<http://www.desenvolvimentosocial.sp.gov.br/portal.php/acaojovem>>. Acesso em: 20 Mar 2015.

SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL – ESTADO DE SÃO PAULO. **Programa Renda Cidadã**. Disponível em <<http://www.desenvolvimentosocial.sp.gov.br/portal.php/rendacidade>>. Acesso em: 20 Mar 2015.

SEGATTI, Sonia Maria. **A expansão da agroindústria sucroalcooleira e a questão do desenvolvimento da microrregião de Dracena-SP**. 2009. Dissertação (Mestrado em Geografia). Faculdade de Ciências e Tecnologia. Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente, 2009.

SICSÚ, Abraham B.; LIMA, João Policarpo R. Fronteiras agrícolas no Brasil: a lógica de sua ocupação recente. **Nova Economia**. Belo Horizonte, v. 10, n. 1, jul. 2000, p. 109 -138.

SILVA, Almir de Paula. **As relações entre o pequeno município e o espaço rural: Cristais Paulista (SP) - um estudo de caso**. 2011. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Faculdade de Ciências e Letras - Universidade Estadual Paulista, Araraquara.

SILVA, Armando Corrêa da. **O espaço fora do lugar**. 2 ed. São Paulo: Hucitec, 1988.

SILVA, Marcelo Werner da. A Geografia e o estudo do passado: conceitos, periodizações e articulações espaço-temporais. **Terra Brasilis**, v. 1, nov. 2012, p. 1-14.

SILVA, Martha Esthela. **A Representação Social e a Territorialidade da Reforma Agrária no Espaço Urbano a partir do Programa de Aquisição dos Alimentos**. 2013. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Instituto de Geociências e Ciências Exatas IGCE - Universidade Estadual Paulista, Rio Claro.

SILVA, William Ribeiro. Reflexões em torno do urbano no Brasil. In: SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão; WHITACKER, Arthur Magon (Org). **Cidade e Campo: Relações e Contradições entre Urbano e Rural**. 2. Ed. São Paulo: Expressão Popular, 2010, p. 65-80.

SILVEIRA, María Laura. Modernização territorial Argentina: Rigidez e flexibilização no período técnico-científico-informacional. **Geosul**. n. 18; ano IX- 1994, p. 23-39.

SINGER, Paul. Campo e cidade no contexto histórico latino-americano. In. **Economia política da urbanização**. São Paulo: Brasiliense, 1977. p. 03-27.

SMITH, Neil. Contornos de uma política espacializada: veículos dos sem-teto e a produção de escala geográfica. IN: ARANTES, Antônio Augusto (Org.). **O espaço da diferença**. Campinas: Papirus, 2000. p. 132-159.

SOARES, Paulo Roberto Rodrigues. Dilemas na conceituação da cidade e do urbano no Brasil. In. SAQUET, Marco Aurélio; SUZUKI, Júlio César; MARAFON, Gláucio José. (Org.). **Territorialidades e diversidade nos campos e nas cidades latino-americanas e francesas**. 1ª. ed. São Paulo: Outras Expressões, 2011. v. 1.p. 67-78.

SOBARZO, Oscar. O rural e o urbano em Henri Lefebvre. In: SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão; WHITACKER, Arthur Magon (Org). **Cidade e Campo: Relações e Contradições entre Urbano e Rural**. 2. Ed. São Paulo: Expressão Popular, 2010, p. 53-64.

SOJA, Edward. **Geografias pós-modernas: a reafirmação do espaço na teoria social crítica**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1993.

SORJ, Bernardo. **Estado e classes sociais na agricultura brasileira**. 2. ed. Rio de Janeiro: Guanabara, 1986.

SOROKIN, Pitirin; ZIMMERMAN, Carlo C.; GALPIN, Charles J. Diferenças fundamentais entre o mundo rural e o urbano. IN. MARTINS, J. S. **Introdução crítica à Sociologia Rural**. São Paulo: Hucitec, 1986. p. 198-224.

SPOSITO, Eliseu Savério. Desenvolvimento regional: questões e questionamentos sobre o conceito de desenvolvimento. In: SEMINÁRIO INTERNACIONAL SOBRE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO, Presidente Prudente, 2010.

SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão; SPOSITO, Eliseu Savério. Reestruturação econômica, reestruturação urbana e cidades médias. In: XII SEMINÁRIO DA REDE

IBEROAMERICANA DE PESQUISADORES SOBRE GLOBALIZAÇÃO E TERRITÓRIO (RII), 2012, Belo Horizonte. **Trabalhos**. Belo Horizonte: UFMG, 2012. v. 1. p. 1-17.

TELÓ, Fabrício; DAVID, Cesar De. O rural depois do êxodo: as implicações do despovoamento dos campos no distrito de Arroio do Só, município de Santa Maria/RS, Brasil. **Mundo Agrário**, v. 13, n. 25, 2012, p. 1 -13.

TURRA NETO, Nécio. Pesquisa qualitativa em Geografia. XVII ENCONTRO NACIONAL DE GEÓGRAFOS - XVII ENG, 2012, Belo Horizonte. **Anais...**, 2012.

UDOP. **Conheça a Usina Dracena**. Disponível em: < [http://www.udop.com.br/index.php?item=associadas\\_conheca&id=21420#>](http://www.udop.com.br/index.php?item=associadas_conheca&id=21420#>). Acesso em: 13 Mar 2015.

VAPÑARSKY, César A. Cuando el caos caracteriza la división oficial del territorio del Estado. A propósito de los municipios argentinos. **Scripta Nova. Revista electrónica de geografía y ciencias sociales**. Barcelona: Universidad de Barcelona, 1 de abril de 2004, vol. VIII, núm. 162.

VELOSO, Fernando. **Políticas Públicas no Município de Junqueirópolis (SP): O PRONAF e o PAA**, 2011. Dissertação (Mestrado em Geografia). Universidade Estadual Paulista/Faculdade de Ciências e Tecnologia, Presidente Prudente.

WANDERLEY, Maria Nazareth. A ruralidade no Brasil moderno. In: GIARRACCA, Norma (Org). **Una nueva realidad en América Latina**. Buenos Aires: Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales; 2001. p. 31-44

WANDERLEY, Maria Nazareth. **A valorização da agricultura familiar e a reivindicação da ruralidade no Brasil**. 2000. Disponível em: < <http://ojs.c3sl.ufpr.br/ojs/index.php/made/article/viewFile/22105/14471>>. Acesso em: 21 set 2014.

WANDERLEY, Maria Nazareth. O mundo rural brasileiro: acesso a bens e serviços e integração campo-cidade. **Estudos Sociedade e Agricultura**, Rio de Janeiro, vol. 17, no. 1, 2009: 60-85.

WOLFFENBÜTTEL, Andréa. **O que é? - Índice de Gini**. Disponível em: < [http://desafios.ipea.gov.br/index.php?option=com\\_content&view=article&id=2048:catid=28&Itemid=23](http://desafios.ipea.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=2048:catid=28&Itemid=23)>. Acesso em: 07 Dez 2015.

YIN, Robert. **Estudo de caso: planejamento e métodos**. Porto Alegre: Bookman. 2001.

ZANONI. **Famílias sem-terra têm até sexta-feira para deixar a fazenda das Cobras**. 29 de Julho de 2015. Disponível em: <<http://www.jorgezanoni.com.br/noticia/justica/familias-semterra-tem-ate-sextafeira-para-deixar-a-fazenda-das-cobras>>. Acesso em: 08 Nov 2015.

## APÊNDICES

Apêndice 1: Questionário aplicado aos moradores dos distritos municipais:

### QUESTIONÁRIO MORADORES DO DISTRITO

( ) Jaciporã ( ) Jamaica



1. Nome: \_\_\_\_\_ 2. Idade: \_\_\_\_\_

3. Sexo: ( ) M ( ) F.

4. Local de Moradia: ( ) Urbano ( ) Rural

5. Condição da Moradia: ( ) Própria ( ) Alugada ( ) Outra. Qual: \_\_\_\_\_

6. Escolaridade:

( ) Ensino fundamental incompleto

( ) Ensino superior incompleto

( ) Ensino fundamental completo

( ) Ensino superior completo

( ) Ensino médio incompleto

( ) Outro: \_\_\_\_\_

( ) Ensino médio completo

7. Profissão: \_\_\_\_\_

8. Trabalha atualmente: ( ) Não. ( ) Sim

9. Local de trabalho: \_\_\_\_\_

( ) Na vila ( ) Em Dracena ( ) na área rural ( ) Outros locais: \_\_\_\_\_

10. Quantos pessoas moram na residência? \_\_\_\_\_

#### 11. Quadro familiar

Membro (grau de parentesco)	Sexo	Idade	Escolaridade	Profissão	Local de trabalho/estudos

12. O/A Sr/a e/ou algum membro da família são beneficiários de programas sociais? (Bolsa família, benefícios previdenciários, etc.) ( ) Não. ( ) Sim. Qual (is)? \_\_\_\_\_

13. No caso de Aposentadoria, em que profissão se aposentou? \_\_\_\_\_

14. Há quanto tempo reside no Distrito? \_\_\_\_\_ anos.

15. Já morou em outras cidades/bairros? ( ) Não. ( ) Sim.

Qual (is)? \_\_\_\_\_

16. Onde o o/a sr/a realiza as compras básicas: ( ) Na vila ( ) Em Dracena

( ) Outros locais: \_\_\_\_\_

17. Onde o o/a sr/a utiliza serviços básicos de saúde: ( ) Na vila ( ) Em Dracena

( ) Outros locais: \_\_\_\_\_

18. O/A Sr/a costuma ir à Dracena? ( ) Não. ( ) Sim.

19. Qual a Frequência? ( ) Todo dia. ( ) 1x por semana. ( ) 2x por mês ( ) 1x por mês ( ) 2x por ano ( ) 1x por ano.

20. Por quais motivos? ( ) Trabalho. ( ) Lazer. ( ) Saúde. ( ) Estudos. ( ) Comércio.

21. O/A Sr/a costuma ir à restaurantes, clubes, festas, bares bailes? ( ) Não ( ) Sim.

( ) Na vila ( ) Em Dracena ( ) Outros locais: \_\_\_\_\_

22. O/A Sr/a frequenta alguma instituição religiosa? ( ) Não. ( ) Sim. Qual? \_\_\_\_\_

( ) Na vila ( ) Em Dracena. ( ) Outros locais: \_\_\_\_\_